

XX N°XXVIII XX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CADERNO DE CULTURA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

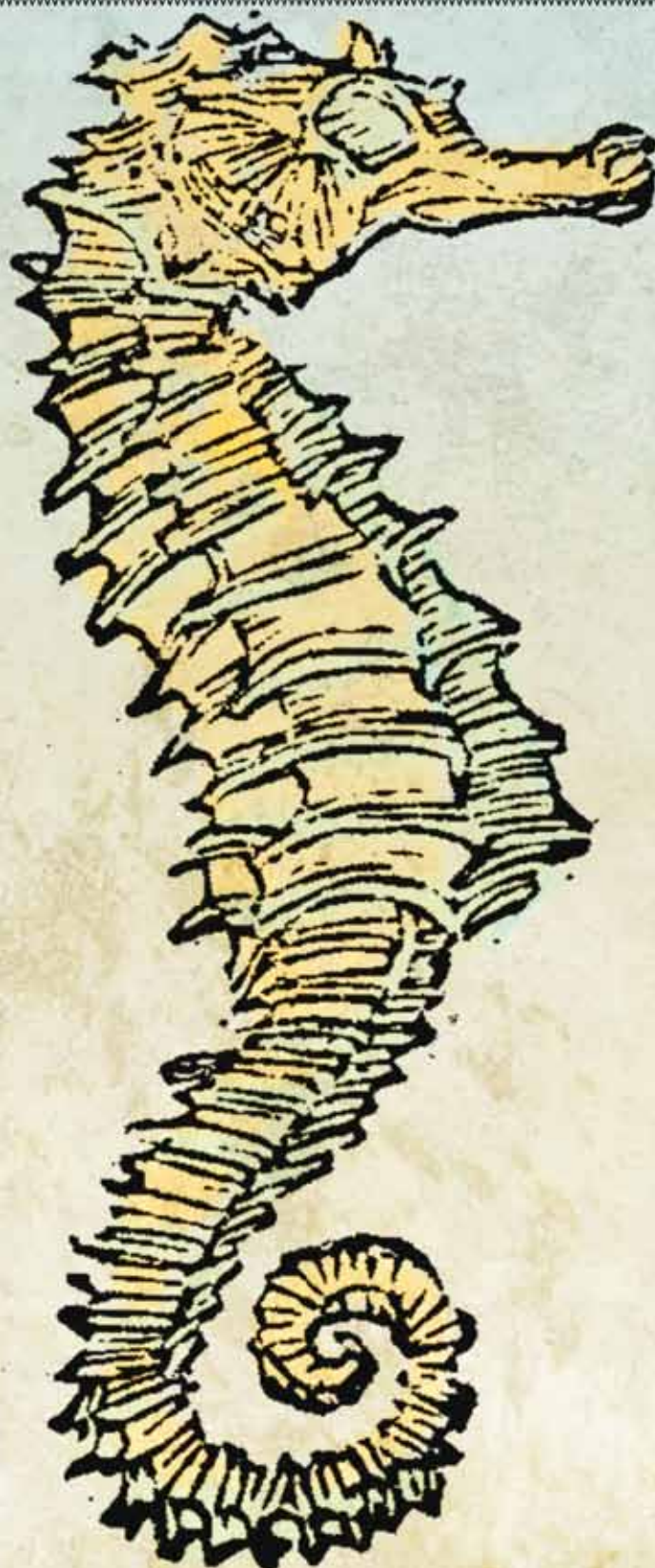
MEDICINA

NA·BEIRA·INTERIOR

DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI

XX NOV. 2014 XX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

MEDICINA

NA · BEIRA · INTERIOR

DA PRÉ - HISTÓRIA AO SÉCULO XXI

XX

SUMÁRIO

- 9 A problemática da homonímia e da putativa teia familiar de João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano): Reinterpretação historiográfica
J.A.Dauid de Moraes
- 39 Inulas do *Columella* e dedaleiras de Fuchs na obra de Amato Lusitano
Alfredo Rasteiro
- 47 O vinho nas curas medicinais de Amato Lusitano
Albano Mendes de Matos
- 51 Da tuberculose em Amato Lusitano aos «Feridos de Guerra por Tuberculose» do Sanatório militar de S. Fiel
Maria Adelaide Neto Salvado
- 59 Hipócrates e Maimonides pela palavra de Amato
Maria José Leal
- 63 Amato Lusitano no contexto da Medicina Renascentista da Nova Europa de Quinhentos
João Nabais
- 71 Assistência e solidariedade em tempos medievais - Gafos e Gafarias na Beira Baixa
Maria da Graça
- 77 Tomás da Fonseca um médico Covilhanense nas garras da inquisição
Maria Antonieta Garcia
- 87 Evocação/Memória de médicos notáveis concelho do Fundão: pausa para balanço
Joaquim Candeias Silva
- 93 As águas do Tejo como fonte terapêutica e sagrada
Maria de Lurdes Cardoso
- 99 O estudo da higiene na Beira Interior: Ribeiro Sanches, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel e Luís Pasteur
Aires Antunes Diniz
- 109 Saúde, doença e morte na memória das gentes de Póvoa de Rio de Moinhos
Benedicta Maria Duque Vieira
- 117 Santa Casa da Misericórdia do Fundão: Uma marca social com quinhentos anos de história
Miguel Nascimento
- 123 Saberes Etno-Medicinais nos “Ecos de Proença”
Inês Cardoso e Nuno Marçal
- 125 A litoterapia nas afecções femininas na obra *Thesaurus Pauperum* de Pedro Hispano
Maria do Sameiro Barroso
- 131 Evocação do Dr. Artur Pistacchini Galvão (N. 29.11.1923 F. 15.06.2013) Memória de um grande Alcoolologista
Aires Gameiro
- 135 A saúde e a doença na idade média em Portugal os hospitais medievais de Lisboa
Maria Cristina Moisés
- 139 Higienização nos palácios reais portugueses no século XIX
Augusto Borges
- 143 A medalha comemorativa das XXV edições das “Jornadas de História de Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI” – apresentação breve
Pedro Miguel Salvado e Hugo Domingues

NOV. 2014



FICHA TÉCNICA

Título:
CADERNOS DE CULTURA
MEDICINA NA BEIRA INTERIOR
DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI

Edição:
Nº XXVIII de Novembro de 2014

PUBLICAÇÃO NÃO PERIÓDICA

Diretor:
António Lourenço Marques

Coordenadora:
Maria Adelaide Neto Salvado

Secretariado:
Quinta Dr. Beirão, 27 - 2º E
6000-140 Castelo Branco - Portugal
Telef.: 272 342 042

Capa:
Hugo Landeiro Domingues, sobre Imagem incluída no *In Dioscoridis Anazarbei de medica materia libros quinque, Amati Lusitani doctoris medici ac Philofophi celeberrimi enarrationes eruditifimae, Lugduni, 1558*

Composição, paginação:



RVJ - Editores, Lda.
Av. do Brasil, nº4 R/C | Apartado 262
6000-909 Castelo Branco
Tel.: 272 324 645 | Tlm.: 965 315 233
rvj@rvj.pt | www.rvj.pt

ISSN: 2183-3842

Depósito Legal N.º:

Os textos assinados são, na forma e no conteúdo, da inteira responsabilidade dos respetivos autores e não devem ultrapassar as 2.500 palavras, incluindo a biografia e os anexos. Este número inclui as atas das XXIV Jornadas de Estudo "Medicina da Beira Interior - da pré-História ao séc. XXI", sendo distribuído no âmbito das mesmas Jornadas.

Patrocínio:



Câmara Municipal de Castelo Branco

MEDICINA E CERTEZA

A produção do conhecimento científico não está isenta dos sobressaltos comuns às outras atividades humanas. Neste particular, o que prevalece como tendência inabalável é a diversidade humana, isto é, numa determinada comunidade nunca existe um pleno acordo em relação a todos os assuntos. Pois, quando falamos em ciência, é preciso ter em conta também que os cientistas têm muitas vezes opiniões não coincidentes, por exemplo, quanto ao conceito de verdade ou quanto aos métodos e processos utilizados com o objetivo de a descobrir. Também não há concordância absoluta, entre os produtores de ciência, quanto às formas de certificar a validade das descobertas.

Vejamos, por outro lado, o exemplo da denominada “medicina baseada na evidência” (*evidence-based medicine*). A introdução da estatística (e portanto da matemática), na medicina remonta ao século XVII, mas só no século XIX, começou verdadeiramente a ser aplicada. Um estudo pioneiro de Pierre-Charles-Alexandre Louis (1787-1872) demonstrou que os doentes submetidos a sangria, um método ancestral utilizado pelos médicos em profusão extraordinária, tinham mais probabilidade de sofrerem agravamento das doenças e de êxito letal. Nos muitos milhões de doentes, que ao longo dos tempos experimentaram tal “agressão terapêutica”, esta contradição nunca se tinha tornado evidente. Os atuais estudos randomizados cegos utilizados na investigação clínica são absolutamente fundamentais para produzir o conhecimento científico e revelarem de forma precisa todos os efeitos benéficos ou causadores de dano, por exemplo, de uma substância nova desenhada com determinados fins terapêuticos. A medicina baseada na evidência, isto

é, baseada nos melhores dados atualizados da pesquisa clínica, seria por isso mesmo a melhor medicina. Mas, isto é absolutamente seguro? É possível ter confiança insofismável em todos os estudos realizados? As publicações científicas acreditadas não são imunes à publicação de artigos falsificados, como se sabe. E os médicos, no concreto, também não têm possibilidade de conhecer todos os estudos publicados que atingem números astronómicos. E as particularidades do seu doente concreto não podem deixar de ser confrontadas com todas as possibilidades terapêuticas existentes em determinado momento. Não há uma única orientação possível.

Na ciência, e depois na medicina, podemos assim falar em certezas absolutas? O conhecimento evolui. Esta é sim a grande certeza. Os estudos clínicos têm que ser submetidos a revisões, as meta-análises, para poderem tornar-se mais acessíveis. Mas essas revisões são também um método de análise crítica dos próprios estudos. São um olhar que separa o caduco, o inapropriado, o falso.

Escolhemos o tema da convergência e da divergência ou, noutra visão, as releituras e as sínteses, sobre o conhecimento que se vai produzindo quer relacionado com Amato Lusitano quer com a medicina na Beira Interior, na visão multidisciplinar, para nortear os trabalhos das XXVI Jornadas de Estudo “Medicina na Beira Interior – da pré-história ao século XXI”. O objetivo é claro: aprofundar o conhecimento acerca destas realidades do Homem, como tem sido o propósito de todos os Encontros já realizados. Os estudos agora publicados neste novo exemplar dos Cadernos de Cultura são, disso temos a nossa certeza, mais um exemplo do que afirmamos.

O diretor



Ano após ano, num exercício de notável dedicação e persistência, um punhado de especialistas promove, com competência e brio, as Jornadas de Medicina da Beira Interior, que, a pretexto da evocação da figura de Amato Lusitano, abordam as mais diversas - e interessantes - questões da História da Medicina ao longo dos séculos e homenageiam figuras maiores desta área do conhecimento.

Com a realização das Jornadas dá regularmente à estampa o *Caderno de Cultura Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, que em 2014 chega à 28ª edição e que, desde há longos anos, conta com o apoio da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Este *Caderno de Cultura* reúne as intervenções apresentadas ao longo dos anos durante as Jornadas de Medicina e constitui um documento de grande interesse, pelo seu valor científico e arquivístico.

Este ano, uma vez mais, a Câmara Municipal de Castelo Branco apoia esta iniciativa de inegável interesse para a História da Medicina e para a dinamização cultural e científica da cidade e do Concelho.

A todos os participantes votos sinceros de profícuas jornadas de trabalho e o nosso mais sincero bem-haja.

Luís Correia

Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco

“MEDICINA NA BEIRA INTERIOR - DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI”

XXV JORNADAS DE ESTUDO

8 de novembro de 2013: 18h30

Palavras de abertura.

Conferência inaugural: “Os padecimentos que nos fizeram humanos” pelo Prof. Doutor Luís Raposo. Pré-historiador. Ex-diretor do Museu Nacional de Arqueologia. Professor Universitário.

Inauguração da Exposição “25 anos de Jornadas de Estudo ‘Medicina na Beira Interior da pré-história ao séc. XXI’”.

Apresentação do volume nº 27 dos Cadernos de Cultura “Medicina na Beira Interior -da pré-história ao séc. XXI”.

Apresentação da medalha comemorativa de 25 anos de Jornadas.

20h00 Encerramento

9 de novembro de 2013: 09h30

(cada comunicação: 15 minutos, com 15 minutos para debate, por bloco)

«João Rodrigues (de Castelo Branco): a problemática da hominí-mia»: J. A. David de Moraes

«João Rodrigues de Castelo Branco: a problemática da putativa teia familiar»: J. A. David de Moraes

«Amato Lusitano (1511-1568): Doutor Amado, Baptismo e Circun-cisão /B'rit Milá»: Alfredo Rasteiro

«O Vinho nas Curas Medicinais de Amato Lusitano»: Albano Men-des de Matos

«Preconceito e ciência: o ataque de Pietro Andrea Mattioli a Ama-to Lusitano»: António Guimarães Pinto

«Hipócrates e Maimonides pela palavra de Amato»: Maria José Leal

11h15 - 11h30 Intervalo para café

« A arruda de Amato Lusitano: propriedades medicinais e encanta-mentos»: António Maria Martins Melo

« Da tuberculose em Amato Lusitano aos “feridos de guerra por tu-berculose no sanatório de S. Fiel»: Maria Adelaide Salvado

« Amato Lusitano no contexto da medicina renascentista da Nova Europa de quinhentos»: João Maria Nabais

« Tomás da Fonseca. Médico Beirão, uma carta do cunhado Elie de Montalto e o Santo Ofício»: Maria Antonieta Garcia

« Historia del tratamiento dela incontinencia urinária do séc. I ao séc. XXI»: Maria Fernanda Lorenzo Gomes

13h00 - 14h30 Intervalo para almoço

« Receitas para problemas e doenças femininas do livro *Tesaurum pauperum* de Pedro Hispano»: Maria do Sameiro Barroso

« Saúde e doença na Idade Média, em Portugal»: Maria Cristina Piloto Moisés

« As águas do Tejo: fonte terapêutica e sagrada » : Maria de Lurdes Cardoso

« Saberes Etno-Medicinais nos Ecos de Proença»: Nuno Marçal e Inês Cardoso

« Saúde, doença e morte na memória de Póvoa de Rio de Moi-nhos»: Benedicta Maria Duque Vieira

« Duas estelas funerárias do concelho de Castelo Branco. Para a história dos espaços cemiteriais regionais. (Nota de investigação): André Oliveirinha

« Territórios de devoção e saúde. A Capela de Nossa Senhora do Seixo (Fundão): o milagre do mudo»: Pedro Miguel Salvado

16h30 - 16h45 Intervalo para café

« O Estudo da Higiene na Beira Interior: Ribeiro Sanches, Júlio Mâ-ximo de Oliveira Pimentel e Luís Pasteur». Aires Antunes Diniz

« Evocação/memória de médicos notáveis do concelho do Fundão: pausa para balanço ». Joaquim Candeias da Silva

« Santa Casa da Misericórdia do Fundão: uma marca social com quinhentos anos de história ». Miguel Nascimento

« Francisco Maria Soares Vilhena (1875— 1949): Henrique Vilhena Pereira da Silva

« Higienização nos Palácios Reais Portugueses rio século XIX»: Au-gusto Moutinho Borges

« Evocação do Dr. Artur Pistacchini Galvão como pioneiro de alco-ologia em Portugal»: Aires Gameiro

« Crónica de 25anos » :Miguel Santolaya Silva

20h00 Jantar

Apresentação do livro *Sonetos do interregno*, de António Salvado, por Maria de Lurdes Gouveia Barata.

Poetas lêem-se.

Momento surpresa

MEMÓRIA DAS XXV JORNADAS DE ESTUDO

“MEDICINA NA BEIRA INTERIOR

– DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI”

Auditório da Biblioteca Municipal de Castelo Branco



Mesa de abertura das XXV Jornadas. Da esquerda para a direita: Professor Doutor Luís Raposo, que fez a conferência de abertura; Reitor da Universidade da Beira Interior, Professor Doutor António Fidalgo; Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Dr. Luís Correia; Dra. Maria José Leal, em representação da Sociedade Portuguesa de Escritores e Artistas Médicos; e Dr. António Salvado, da organização das Jornadas.

CONFERÊNCIA INAUGURAL

“As dores que nos fizeram homens”, Professor Doutor Luís Raposo





Presidente da Câmara, Dr. Luís Correia, nas palavras de abertura.



Momento de homenagem ao Comendador Joaquim Morão, pelo apoio, dado ao longo dos anos, à realização das Jornadas de História da Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Séc. XXI.

////////////////////////////////////

A PROBLEMÁTICA DA HOMONÍMIA E DA PUTATIVA TEIA FAMILIAR DE JOÃO RODRIGUES DE CASTELO BRANCO (AMATO LUSITANO): REINTERPRETAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

*J. A. David de Morais**

"Les savants savent aujourd'hui que les édifices qu'ils construisent sont des palais provisoires et caducs. (...) Ce qui toutefois fait la grandeur de la science et la noblesse de l'état de savant, c'est précisément la soumission aux faits tels qu'il nous est donné de les connaître: en première approximation toujours, en définitive jamais."

Remy Collin, 1938, p. 337.

Resumo

Sendo as XXVI Jornadas de Estudos "Medicina na Beira-Interior – da Pré-História ao século XXI", de 2014, dedicadas à temática "*Releituras e Sínteses*" da obra de Amato Lusitano, o autor procurará neste trabalho efectuar uma reinterpretação historiográfica da biografia amatiana, tentando expurgá-la de várias falácias que se foram construindo e reproduzindo acriticamente ao longo dos tempos, em especial no que respeita a datas, pretensas actividades extra-médicas e relações de parentesco.

Introdução

O que em geral denominamos por História não representa, em boa verdade, o que aconteceu no passado, mas sim e apenas *o que nos ficou, documentalmente, do que então aconteceu*. De feito, quando subsistem documentos historiográficos e estes são *correctamente interpretados*, situamo-nos num terreno 'iluminado', que constitui a verdadeira História. Todavia, paralelamente a essa zona iluminada, configuram-se, outrossim, territórios de 'penumbra' – onde é apenas possível (e legítimo) formular simples hipóteses – e territórios de completa 'escuridão' – onde, frequentemente, prolifera

a efabulação.¹ Obviamente que a descoberta de novos documentos (escritos, arqueológicos, iconográficos, etc.) ou a *correcta reinterpretação* de uma fonte documental – antes sujeita a uma leitura espúria – permitem iluminar territórios outrora envolvidos em penumbra ou em sombra. Todavia, não devemos confundir novas 'luzes historiográficas' que se acendem em terreno obscuro – documentação recuperada do olvido –, com simples 'fogachos' (passe o termo) – pretensa descoberta documental ou documentos pseudo-autorais.

Quem se debruce, detida e analiticamente, sobre o que se tem escrito acerca da biografia de João Rodrigues de Castelo Branco não poderá deixar de ficar o seu tanto surpreendido com o pouco rigor histórico que, não raras vezes, tem sido utilizado. Alguns exemplos, apenas: Amato Lusitano (c. 1511-1568) dado como falecido em 1490;² Filipe Montalto apresentado como seu irmão, desde pelo menos 1747³ até 1995⁴ (atente-se que Amato faleceu em 1568, com 57 anos de idade, e Montalto nasceu em 1567); teria iniciado os seus estudos *universitários* em Salamanca com "9 anos" de idade;⁵ Didak Portugalac (Diogo Pires) tido como irmão mais novo de Amato⁶ (outros autores pretendem que seria "primo" – vide infra); Amato vestido em *Juan Rodrigues*, estudante de Medicina em

Alcalá de Henares;⁷ chegada à Flandres em datas que oscilam entre 1533 e 1540; Amato clonado com *Mestre Jan Roderigho*, auxiliar de comércio que foi preso à sua chegada a Antuérpia, em 1534, por entrada ilegal no país;⁸ Amato tido como afretador de navios para importação de produtos do Algarve (vide infra),⁹ etc., etc. Há, pois, extensos lances da biografia de Amato Lusitano que carecem de ser reescritos, expurgando-a do que não se encontra documentalmente provado. Assim, o objectivo do presente trabalho é tentar desfazer várias falácias que se criaram e alimentaram sobre João Rodrigues de Castelo Branco/Amato Lusitano, antes que o tempo e a desmemória as cristalizem como 'verdades históricas'.

I – A Problemática da Homonímia de João Rodrigues

Tem sido sobejamente referido que, nas épocas medieval e renascentista, o antropónimo Rodrigues era muitíssimo corrente na Península Ibérica: "(...) O apelido Rodrigues é assaz frequente na região, em numerosas famílias de parentesco remoto ou próximo e **em outras, sem parentesco algum** nem afinidades de qualquer espécie. (...) "¹⁰ Lembre-se que "(...) ordenada a conversão geral, (...) trocam-se os nomes judaicos por cristãos, procedendo-se a um neobatismo ou crisma. Surgem deste modo em C. Branco **cristãos-novos com apelidos cristãos, sendo os mais vulgares: Rodrigues**, Gomes, Mendes, Lopes, Fernandes, Henriques, Martins, Lunas, Lucenas, Montaltos, Alvelos, Santilhanas – estes últimos tirados de diferentes lugares, em especial de Espanha, donde provinham os seus antepassados. (...) "¹¹ Maria José P. Ferro Tavares, por exemplo, desmontou a falácia de que nomes de árvores fossem adoptados pelos judeus aquando do imposto baptismo cristão; os novos apelidos eram, sim, tomados em geral dos dos seus padrinhos cristãos-velhos. "(...) É preciso, no entanto, mencionar **o erro em que se tem incorrido** ao pretender ligar os apelidos referidos a árvores com os cristãos-novos. Nogueira, Pereira, Pinheiro, etc., muito antes de serem usados pelos neófitos, pertenciam já à onomástica cristã, tendo uma origem toponímica e fazendo parte dos apelidos da própria nobreza. (...) Os judeus, agora baptizados, tomariam os nomes vulgares dos cristãos. (...) "¹² Ora, uma vez que "(...) os novos nomes de família eram na maior parte das vezes os dos seus padrinhos [cristãos] (...)",¹³ e sendo o antropónimo Rodrigues assaz corrente, com a conversão forçada dos judeus assistiu-se a um 'efeito amplificador' deste apelido, decorrendo daqui que: a) se o apelido Roiz/Rodrigues era já muito frequente, muito mais frequente se tornou; b) em

muitos agregados populacionais, *verbi gratia* Castelo Branco, **passaram a coexistir várias famílias de patronímico Roiz/Rodrigues, umas cristãos-velhas e outras cristãos-novas**. Aliás, a vulgaridade do apelido Rodrigues em cristãos-novos manteve-se em terras para as quais eles se transferiram, como por exemplo o Brasil, sendo que aí aquele antroponímico era o mais habitual entre os luso-hebreus.¹⁴ E até mesmo na Flandres, para onde grande número de judeus se expatriou a partir do século XVI, Aron di Leone Leoni, por exemplo, enumera 18 indivíduos com o apelido Rodrigues¹⁵ e J. A. Goris enumera 27.¹⁶ De feito, Roiz/Rodrigues era, no Portugal de Quinhentos, talvez o antroponímico mais corrente.

Assim, compreende-se que especificamente o nome **João Rodrigues** surgisse, com não rara frequência, entre os coetâneos de Amato Lusitano. Por exemplo, só na profissão médica J. Candeias da Silva apurou: "(...) Na destriça dos homónimos, procurei pelo seu nome – associado à Medicina – na Torre do Tombo, na Chancelaria de D. João III. **Cinco "João Rodrigues"** ali aparecem referenciados. (...) "¹⁷ Na área da Medicina, um outro Joam Rodriguez, este 'cirurgião' em Lisboa e também do tempo de D. João III, é referenciado por J. J. Alves Dias.¹⁸

Quanto a **João Rodrigues nativos de Castelo Branco**, este mesmo autor escreve: "(...) Para a primeira metade do século XVI encontram-se até documentados **quatro** João Rodrigues de Castelo Branco: o poeta; o médico; o capitão de navio; Morador em Almada (...), para não falar do outro médico João Rodrigues, que acompanha [em 1526] a Imperatriz D. Isabel e que vai ser médico de Carlos V, cuja obra publicada muitas vezes é atribuída ao que agora estamos a estudar. (...) "¹⁹ – como é sabido, o médico João Rodrigues que acompanhou a princesa D. Isabel era natural de Tavira.²⁰ E a estes quatro João Rodrigues albicastrenses acrescem, pelo menos, **mais dois** outros coetâneos de Amato Lusitano também naturais de Castelo Branco:

– o prático "(...) **João Rodrigues**, morador na vila de **Castelo Branco**, (...) considerado apto e suficiente para usar da ciência de cirurgia pelo doutor Me. Gil, cirurgião-mor do reino. (...) "²¹

– o marido de Ana Fernandes, falecida em Junho de 1586: "(...) A sete de Junho de 1586, faleceu Ana Fernandes, mulher de João Rodrigues, com testamento, jaz na Misericórdia. (...) "²²

Temos, assim, identificados **pelo menos seis João Rodrigues, de Castelo Branco**, coevos de Amato Lusitano.

tano, o que não surpreende dado que na urbe albicastrense estavam sediadas **várias famílias** de patronímico Rodrigues! A conclusão que se impõe é simples: não se podem estabelecer relações de progénie com base apenas na simples homonímia.

Lembremos ainda que Teresa Santander, em "*Escolares Medicos en Salamanca*", enumerou, no decurso do século XVI, 21 João Rodrigues matriculados em Medicina na Universidade salmantina, Universidade em que Amato também estudou.²³

Na Flandres, primeiro domínio para onde o médico albicastrense se expatriou, J. A. Goris identificou cinco João Rodrigues, entre os quais "Jean Rodrigues de Castello Branco".²⁴ E, de uma extensa lista de cristãos-novos acusados de judaizarem, fornecida – sob tortura – em 1540, por Gaspar Lopes, aprisionado em Pavia, consta mais um João Rodrigues: "(...) *Johannem Rodricum in Lisbona, scribam a los contos, annorum [15]35 vel circa. (...)*"²⁵

Assim, quando os vários autores evocam o nome de "João Rodrigues", em Quinhentos, caminhamos nitidamente sobre um 'terreno minado', cuja 'desminagem' importa efectuar, o que, subsequentemente, procuraremos fazer.

1 – 'João Rodrigues': a problemática da homonímia em Portugal.

• **Joam Roiz de Castellbranco.** Já acima referimos o conhecimento de pelo menos seis João Rodrigues naturais de Castelo Branco no século XVI, dos quais importa aqui começar por referir o poeta "Joam Roiz de Castellbranco", que foi contador da Guarda (nomeação para este cargo em 21 de Agosto de 1515, na Chancelaria de D. Manuel I, livro 24, fl. 102).

Resgatado ao esquecimento por Garcia de Resende, no "*Cancioneiro Geral*", pode considerar-se um dos 'pais fundadores' da saudade na literatura portuguesa, com a sua célebre "*Cãtygua sua partindosse*": "(...) Senhora, partem tã tristes/ meus olhos por vos, meu bem,/ que nunca tam tristes vistes/ outros nenhuns por ninguém. (...)"²⁶ Ora, não obstante já vários autores terem esclarecido a diversidade entre este poeta e João Rodrigues/Amato Lusitano – v. g., entre outros, José Lopes Dias: "(...) não pode haver confusão entre personagens tão díspares, e no entanto isto sucede com frequência. (...)"²⁷ –, o facto é que há quem persista em confundi-los, designadamente os genealogistas menos esclarecidos.

Geneall.pt Geneall.net Índice Fórum Guarda-Mor Livraria		Pessoas »
		
João Rodrigues de Castelo Branco * 21.08.1515		
Pais Pai: Rui Gonçalves de Castel Branco * c. 1490 Mãe: Guiomar Vaz de Castel Branco		
Casamentos Catarina Vaz Carrasco de Sequeira		
Filhos • Martim Vaz de Castel-Branco * c. 1540 ♂ Ana Lopes Pereira ♂ Isabel Velez • Gonçalo Vaz de Castel-Branco ♂ Francisca Mendes ♂ Beatriz de Sequeira • Constança Vaz de Castel-Branco ♂ Manuel de Vasconcelos • Joana Rodrigues de Castelo-Branco * c. 1530 ♂ Diogo de Barros • Isabel Vaz de Castel-Branco, freira em Santa Clara • Brites Vaz de Castelo-Branco * c. 1520 ♂ António Vaz de Andrade		
Notas Biográficas Informação disponível para consulta apenas no nível Geneall Plus. Faça Login ou leia as condições de acesso.		
Cargos e Profissões • Fidalgos da Casa Real		
Costados Família Fontes LGFP-pg. 416		

Fig. 1 - João Rodrigues de Castelo Branco, médico, confundido com Joam Roiz de Castellbranco, poeta. http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=115611 (consultado em 2010-12-30).

• **João Rodriguez, cirurgião em Lisboa.** J. J. Alves Dias publicou "*Amato Lusitano e a sua obra*" (para nós o livro historiograficamente mais consistente sobre a obra escrita de Amato Lusitano), e, no decurso das suas aturadas investigações, deparou-se com o seguinte documento: "(...) Dom João etc etc a quantos esta minha Carta vyrem faço saber que confiando eu de João Rodriguez morador na minha cidade de Lisboa (...) me apraz lhe dar lugar e Licença que elle **posa vsar e praticar da ciemça e arte de solorgia** por todos meos Regnos e sennhorios (...) porquanto fuj certo pello doutor mestre gill meu **sollorgiam moor** a quem eu mamdey eixaminar e elle o eixaminou e o achou auto e suficiemte pera poder vsar da dicta ciemça. (...)”²⁸ Ora, com base neste documento, J. J. Alves Dias identificou este ‘artesão’ de cirurgia com o bacharel médico Amato Lusitano, o que, aliás, viria também a fazer o historiador J. Candeias da Silva.²⁹ Fazemos notar que o “sollogiam moor” (**que não o físico-mor!**) “mestre Gill” examinaria, também, um **outro João Rodrigues** – um ‘curioso’, quiçá um barbeiro e/ou sangrador de Castelo Branco –, achando-o um ‘artífice’³⁰ apto para praticar actos cirúrgicos, isto é, abrir abscessos, fazer escarificações, amputar membros gangrenados, etc.: “(...) João Rodrigues, morador na vila de Castelo Branco, é considerado apto e suficiente para usar da **ciência de cirurgia** pelo doutor Me. Gil, **cirurgião-mor do reino**. Por tal motivo, D. João III manda passar-lhe a respectiva carta, em Almeirim, a 25.4.1544. (...)”³¹ Já em Quatrocentos, pelo menos dois outros práticos de Castelo Branco tinham sido examinados para obtenção de cartas de habilitação: Salomão Goleima e Salomão Amado, em **exames de cirurgia e “física”, respectivamente**.³²

Sobre esta problemática, convirá fazer notar – como, aliás, não passou despercebido ao próprio J. J. Alves Dias –, que “(...) ser cirurgião não era à época o mesmo que ser médico; eram **estatutos diferentes**. O cirurgião cumpria **as ordens do médico**. (...)”³³ A Cirurgia estava, então, “(...) ligada a **barbeiros e sangradores**, era tida como **actividade de segunda categoria**. (...)”³⁴ “(...) Ser médico era muito diferente de ser cirurgião (...): o **médico tinha formação superior, universitária** enquanto o **cirurgião não dispunha desta formação** (...). Só em 1911 os cirurgiões foram equiparados aos médicos em Portugal. (...)”³⁵ Facultava-se, pois, a esses ‘curiosos’ a oportunidade de praticarem a arte cirúrgica sem incorrerem nas penas que impendiam sobre a prática ilegal da cirurgia. A obrigatoriedade de um exame pelo cirurgião-mor foi instituída ainda no tempo de D. Afonso IV, “antes de 1338,”³⁶ e foi retomada por D. João I e D. Manuel I, estatuinto este último monarca a obrigação destes *práticos* fazerem um estágio no Hospital de Todos os Santos de Lisboa.

Note-se que o próprio Amato Lusitano, ao longo de várias das suas “curas”, delimitou muito bem o terreno que

separava o cirurgião (um ‘mecânico’, que ele não era!) do físico ou médico (que ele era). Vejamos alguns exemplos mais eloquentes, começando logo pela primeira “cura” que escreveu: tratava-se de uma rapariga que tinha sido mordida por uma víbora, presumivelmente nos arredores de Castelo Branco, para tratamento da qual o chamaram. Reconhecendo a necessidade de *escarificar* a zona da mordedura para se extrair o veneno, Amato determinou: “(...) **Mando a um cirurgião** presente escarificar em volta [Amato é médico, não pratica actos cirúrgicos], com golpes mais profundos, o sítio ferido e aplicar-lhe ventosas. (...)”³⁷ Tome-se ainda um outro caso paradigmático: o capitão de um navio tinha sido agredido por um marinheiro, apresentando um afundamento craniano. Foi, então, pedida a presença do **médico** Amato Lusitano para “**orientar no tratamento**” dois **cirurgiões**, aos quais **Amato foi ordenando**: “(...) Com uma faca, (...) **rasgai** em duas linhas que se cortem ao meio uma à outra, **separai** bem do osso a pele (...), **respeitai** a membrana que protege o crânio, (...) e, se alguns ossículos estiverem partidos ou esmigalhados, **tirai** os que poderem extrair com cuidado. (...)”³⁸ E citemos apenas mais uma “cura” exemplar, “(...) De um caso de vela de cera introduzido pelo canal urinário [para tratamento de um aperto da uretra] que ficou lá dentro: (...) **Pedi ao cirurgião que introduzisse o dedo médio da mão pelo ânus** e que pouco a pouco, comprimindo a vela, a fizesse sair da bexiga. (...)”³⁹ Com estes exemplos, Amato confirma-nos que o médico de então não executava trabalho ‘mecânico’ nem intervinha em meios conspurcados (sangue, pus, fezes, etc.): esse era o terreno de actuação dos cirurgiões e barbeiros. Provavelmente, Amato, regressado de uma universidade estrangeira, até poderá ter sido sujeito a um exame para obtenção de uma carta que legalizasse a sua prática clínica em **Medicina**, mas tal exame seria feito perante o **físico-mor** do rei,⁴⁰ que não perante o cirurgião-mor: “(...) Para praticar a cirurgia o que se exigia era um exame perante um júri presidido e nomeado pelo **cirurgião-mor** (...) Para exercer a profissão médica, o que, na verdade, importava era um exame de habilitação perante o **físico-mor**. (...)”⁴¹ Em suma: bacharel em Medicina por Salamanca, “(...) a universidade mais célebre de toda a Europa (...)”,⁴² por certo Amato Lusitano não se sujeitaria a ser ‘despromovido’ à categoria de cirurgião, um simples ‘artífice’.⁴³ “(...) Voltando à pátria [Amato] exercitou com geral aclamação o **offício de Medico**. (...)”⁴⁴

2 – ‘João Rodrigues’: a problemática da homonímia em Salamanca.

Joaquim Veríssimo Serrão, na sua dissertação para professor extraordinário de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com base num registo do Arquivo

da Universidade salamanquina, concluiu: "(...) João Rodrigues [Amato Lusitano] seguiu estudos na **Escola complutense** [Alcalá de Henares], após uma primeira escolaridade em Salamanca; (...) em Março de 1535 teria voltado à sua Escola para ali se bacharelar. (...) O termo do seu curso médico deve colocar-se em Março de 1535 [...]. (...) Com a devida cautela poderíamos fixar a chegada a Antuérpia entre Fevereiro de 1537 e Julho de 1540 [vide infra a data de saída de Amato de Portugal] (...). **Amato viveu no reino (...) o quinquénio de 1535 a 1540** [...]. (...)”⁴⁵

O esteio principal em que Veríssimo Serrão apoiou a sua interpretação é, como ele próprio grafa: "(...) Cursos e registo de grau do bacharel João Rodrigues, de Castelo Branco [...]. Original: A.U.S. [Arquivo da Universidade de Salamanca], Cursos, **livro 548**, f.º 118. Salamanca, 15 de Março de 1535. '*Cursos de Juan Rodrigues e lecciones este dho dia mes y año, ante el dho señor Retor probó cursos en medicina aver hecho quatro cursos e aver leydo nueve lecciones en la Universidad de Alcalá [de Henares]. e el señor Retor lo recebio e mando q se hiziese bachiller. testigos dichos.*' (...)”⁴⁶ Todavia, naquele registo da Universidade de Salamanca não consta a terra de origem deste "*Juan Rodrigues*": Castelo Branco corresponde, pois, a uma interpretação pessoal e reducionista de Veríssimo Serrão. Se bem que este historiador tenha, posteriormente, corrigido a data de chegada de Amato à Flandres para 1535,⁴⁷ o facto é que as suas conclusões iniciais conduziram a vários equívocos, que outros autores foram repetindo durante anos, a começar pelas datas inexatas que adiantou: "(...) Amato viveu no reino (...) o quinquénio de 1535 a 1540. (...)”

Ora, historiograficamente, o registo que interessa Amato Lusitano é o do **livro 542**, f. 89, do Arquivo da Universidade de Salamanca (que não o livro 548), registo esse que Teresa Santander, em "*Escolares Medicos en Salamanca (Siglo XVI)*" transcreve: "(...) RODRÍGUEZ, Juan (Amato Lusitano). Probó: 18-III-1532 cuatro cursos en Medicina de los años 1528-31 con Luis Nunes y Francisco Díez estudiantes médicos. Item probó diez lecciones (Lib. 542 f. 88). Grado de Bachiller en Medicina: 19-III-1532 com el Dr. Agustín López "presentibus ibidem Antonio Scudero e Ludovico de Dueñas scholaribus et aliis et Franco Corneio ... notº (añadido también por Cornejo:) presentibus testibus Ludovico Nunez ..." (Lib. 542 f. 89). (...)”⁴⁸

En bref: o bacharelato médico de João Rodrigues de Castelo Branco foi obtido em Salamanca – nunca estudou em Alcalá de Henares –, a sua chegada a Portugal teria ocorrido em 1532 e a sua partida para a Flandres ocorreria em 1535/36 (vide infra).

3 – 'João Rodrigues': a problemática da homonímia em Antuérpia.

A propósito da vulgaridade do apelido Rodrigues e da identificação de personagens diferentes com base apenas

na homonímia, refira-se que, dos 27 indivíduos de apelido 'Rodrigues' que J. A. Goris enumerou na Flandres, contavam-se **cinco Jean Rodrigo/ Rodrigues/ Rodriguez**.⁴⁹

Antes de mais, convirá contextualizar, historicamente, o período que Amato viveu em Portugal. Quando ele regressou ao País, reinava D. João III (1502-1557). A este monarca, "(...) Pinheiro Chagas, na peugada aliás de Herculano, chama-lhe o mais estúpido e fanático dos reis (...).”⁵⁰ D. João III enfermava de graves problemas genéticos, sendo que dos seus nove filhos (não incluso um bastardo) nenhum sobreviveu para herdar o trono, o que conduziria Portugal à perda da independência.⁵¹ "(...) O estabelecimento da Inquisição foi o acto de política interna que mais apaixonou D. João III. (...) Os autos-de-fé de Lisboa, Coimbra, Évora e Goa disputaram com os seus congéneres castelhanos a glória de salvar almas de marranos e relapsos expungindo-as das carnes pecadoras. (...)”⁵²

Recorde-se que a situação social, política, económica e religiosa era, nas décadas de 20 e 30 do reinado do rei "Piedoso", bastante problemática. Tomem-se alguns exemplos mais relevantes:

– 1527, 1528 e 1529: peste no Reino.⁵³

– 1531: terramoto; D. João III requer ao Papa o estabelecimento da Inquisição em Portugal.

– 1532: crise financeira grave: "(...) O tesouro público achava-se exausto com as despesas das guerras, das armadas, das embaixadas (...)”;⁵⁴ "(...) o Rei 'é pobríssimo com grandíssimas dívidas dentro e fora do reino, oneradas com pesadíssimos juros'. (...)”⁵⁵ Reposição da lei que proibia a saída dos cristãos-novos do País.⁵⁶

– 1535: fome no Reino:⁵⁷ "(...) Uma sucessão de maus anos agrícolas lançara na miséria a população, que morria de fome pelos caminhos e pelas aldeias (...).”⁵⁸

– 1536: estabelecimento da Inquisição em Portugal.

Explorando a situação do País, os frades dominicanos concitavam o ódio contra os luso-hebreus,⁵⁹ à semelhança, aliás, do que já haviam feito aquando da "grande matança de Lisboa", em 1506.⁶⁰ Assim, após o terramoto de 1531, reiniciaram a cruzada anti-judaica, o que levou, *verbi gratia* Gil Vicente, a alertar o rei: "(...) Á primeira pregação, os cristãos novos desaparecem e andavam morrendo de temor da gente. (...)”⁶¹ E como "(...) o odio á gente da raça hebreia estava entranhado no coração do povo (...)”⁶² e D. João III "(...) começou a perseguir por todas as formas os tristes neófitos e a levar-lhes e arrancar-lhes bens e vida (...)”,⁶³ só restava aos cristãos-novos expatriarem-se: transitoriamente para outras terras da cristandade – onde, a qualquer momento, poderiam ser perseguidos – e definitivamente para os territórios otomanos – onde eram desejados e lhes era permitida liberdade religiosa total.⁶⁴ Os hebreus da Hispânia foram, pois, a seiva que vivificou o Império Otomano de então.⁶⁵ Exaurido o nosso País dos capitais dos judeus em

fuga, da sua elite intelectual e técnica, e dos seus hábeis artesãos, foi então que se iniciou a derrocada, progressiva e imparável, do outrora glorioso Reino de Portugal. E uma vez que "(...) os [médicos] cristãos novos fica[ra]m proibidos de ter pacientes cristãos velhos ou de poder exercer a profissão de 'boticários' (...)'"⁶⁶ – argumentava-se que os boticários judeus poderiam envenenar os cristãos-velhos –, compreende-se que eles, o escol da medicina portuguesa, tenham enveredado pelo exílio, opção que Amato Lusitano também adoptou.⁶⁷

Mas fixemo-nos em 1535, 'ano memorável' para os portugueses em geral e para os luso-hebreus em particular. Se é verdade que, parafraseando Jorge de Sena, no tempo de D. João III vivia-se no "reino da estupidez",⁶⁸ também é verdade que, em contra-ponto ao espírito limitado de D. João III, Portugal possuía, então, um dos personagens mais brilhantes de toda a família real portuguesa: o príncipe D. Luís (1506-1555), irmão do rei, "(...) Infante de Portugal, Duque de Beja, Fronteiro mór da Comarca de entre Tejo, e Guadiana, Condestavel de Portugal, Senhor de Salvaterra, Covilhaã, Serpa, Almada, e da Cidade de Ceuta, Prior mór do Crato. (...)'"⁶⁹ "(...) Culto e dotado para as artes liberais, teve o doutor Pedro Nunes como preceptor. (...)'"⁷⁰ "(...) Dedicaram-lhe obras: Gil Vicente, Sá de Miranda, Lourenço de Cáceres, D. João de Castro e Pedro Nunes. (...)'"⁷¹ "(...) *Doté d'une nature protéenne, D. Luís est, de toute la famille royale portugaise, la personnalité la plus riche en potentiel et la plus emplie de passion* (...)'"⁷² Demais, "(...) *Il manie la plume aussi bien que l'épée* (...)'"⁷³ vindo a ser um dos heróis da conquista de Tunes, ao lado de Carlos V. Assim, a evocação que aqui fazemos do príncipe D. Luís decorre do seu papel fulcral naquela campanha de África (vide infra) e, outrossim, do seu conhecido entrosamento com a comunidade judaica portuguesa. De feito, "(...) o infante D. Luís era, no Reino, a pessoa a quem os cristãos-novos se dirigiam para moderar o fanatismo de D. João III (...)'"⁷⁴ e quem por eles intercedia.⁷⁵ Os pretendentes ao exílio na Flandres e os exilados (em especial os grandes comerciantes do "Consórcio da Pimenta") confiariam que D. Luís pudesse interferir junto de Carlos V – seu cunhado e com quem trocava abundante correspondência – para ali frenar o sentimento anti-semita: "(...) *Charles V is well known for (...) his unconditional support of the Inquisition in Spain and Portugal. (...) Nevertheless, he did not introduce a similar institution into the Low Countries. (...)*"⁷⁶ – a Inquisição só viria a ser instituída nos Países Baixos posteriormente, por Filipe II de Espanha, filho de Carlos V.⁷⁷

Um outro facto concitava a simpatia dos luso-hebreus pelo príncipe D. Luís, e, outrossim, as expectativas gerais quanto ao futuro dinástico do País: a sua intensa paixão por uma cristã-nova⁷⁸ ou judia⁷⁹. Note-se que "(...) vários casamentos foram negociados [designadamente por Carlos V] para o infante D. Luís: com a filha do rei da Polónia, a prin-

cesa Edwige, (...) com Maria Stuart, rainha da Escócia; com a filha de Francisco I de França; com uma rainha de Inglaterra (the bloody Mary), e com as sobrinhas que vieram a ser a duquesa de Parma e a mulher de Filipe II. (...)'"⁸⁰ mas ele nunca os aceitou. Dir-se-ia ter-se mantido fiel aos seus amores pela hebreia "(...) Violante Gomes, pela sua beleza chamada a A Pelicana, que vivia em Évora (...), entregando-se de tal modo à sua paixão que textos coevos levam a admitir um matrimónio clandestino. (...)'"⁸¹ Ora, dessa sua paixão viria a nascer D. António Prior do Crato que "(...) pela sua tacha de bastardia era rejeitado pela nobreza legalista, mas dispunha de largo apoio do povo e das ordens religiosas (...). Conseguiu depois o **reconhecimento do processo de legitimidade**, o que lhe valeu o ódio do cardeal-rei, que o mandou desterrar da corte e o privou dos seus bens e honras. (...)'"⁸² Sabe-se que D. Henrique promoveu a destruição da documentação respeitante a D. António Prior do Crato, designadamente a que legitimava o pretenso casamento secreto do infante D. Luís, seu pai, com Violante Gomes. Todavia, existe nos Arquivo Distrital de Évora um documento que permite, ainda que indirectamente, aceitar a ocorrência daquele casamento: trata-se de um acento de baptismo de uma escrava de Pero Gomes, "**sobrinho**" do Infante D. Luís: "(...) *Aos xb de junho de 1544 anos bautizey Luis fo de huã escrava de Pero Gomes sobrinho do Iffante dom Luis (...) e por verdade asynei aqui. Era ut supra. Diogo Vidal, cura.* (...)'"⁸³

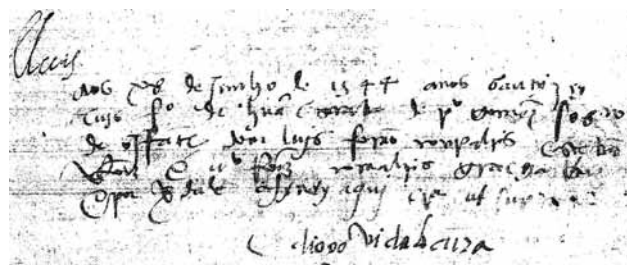


Fig. 2 – Acento de baptismo de uma escrava de um "sobrinho" do Infante D. Luís, irmão de D. João III.

Ora, um sobrinho de D. Luís de apelido "Gomes" só poderia ser sobrinho pela parte de sua "esposa", Violante **Gomes**. Este documento apresenta ainda uma particularidade adicional: no respectivo livro, todos os acentos de baptismo são firmados pelo cura da paróquia da Sé, com excepção do acima transcrito e de mais um outro, efectuados pelo cura Diogo Vidal: tratar-se-ia de um capelão do príncipe D. Luís e que teria conhecimento do seu casamento secreto?

O branqueamento da documentação de D. Luís e do seu filho, feito no tempo do cardeal-rei, levou a que os historiadores se 'esquecessem' que D. António Prior do Crato foi, de facto, como D. António I, o **18º rei de Portugal**. Aliás, já D. Luís estivera na linha de uma possível sucessão: "(...) apenas a sua inesperada morte o impediu de ser rei em 1578 [em vida, era conhecido como "o rei sem coroa"], hipótese que

permitiu a D. António, seu filho bastardo, reclamar idêntico direito. (...)”^{84,85} O argumento de que a legitimidade da aclamação de D. António I estava ferida pela sua suposta bastardia (já se disse que lhe teria sido reconhecida legitimidade na sucessão ao trono),⁸⁶ não colhe, obviamente: bastardo era também D. João I, e nem por isso deixou de ser o providencial garante da continuidade da Pátria portuguesa. De feito, a razão da animosidade de D. Henrique, tio de D. António, era bem outra: perseguiu o Prior do Crato não porque ele fosse bastardo mas pelo óbvio facto de que andando ele, inquisidor-mor, a queimar judeus, não poderia aceitar que Portugal tivesse um rei com sangue hebreu. Quando, após a batalha de Alcântara, os apaniguados do duque de Alba entraram em Lisboa, dirigiram-se ao mosteiro de Nossa Senhora da Graça, revistaram-no à procura de D. António – este herdeiro da coroa portuguesa andou, de feito, escondido por conventos e mosteiros até conseguir escafeder-se de Portugal –, e “(...) com as espadas nas mãos dizendo altas vozes dai ca **esse Judeu de dom Antº** que aqui tendes escondido e outras Infâmias. (...)”⁸⁷ Assim, o cardeal D. Henrique escamoteava, por exemplo, que o rei Fernando de Castela, “*O Católico*” (irónico mas não inocente cognome), tivera por bisavó uma judia, de seu nome Paloma⁸⁸ – o poeta neo-latino luso-hebreu Diogo Pires, ainda relativamente próximo no tempo desse facto, não deixou de o assinalar.⁸⁹

Mas voltemos ao príncipe D. Luís e ao aspecto que aqui interessa considerar: a sua participação na conquista de Tunes e a data da queda desta cidade. Os cristãos-novos viam, então, com bastante ansiedade este acontecimento: para o seu inevitável expatriamento, eles tinham um olho na Flandres e outro no Norte de África. Quem, à capucha (dado que a esquadra espanhola bloqueava a passagem de todo e qualquer barco para a costa norte-africana), conseguisse bandear-se para Tunes, estaria já em território de Solimão, *O Magnífico*, isto é, no Império Otomano. Portugal colaborou, significativamente, no exército da expedição organizada por Carlos V, com cerca de 2000 homens de armas. Demais, “(...) o nosso país contribuíra com ‘*diez o doze galeones muy bien armados y artillados y otras carrocas y naos gruesos tambien en horden*’ (...)”⁹⁰ Foi mesmo enviada a mais potente ‘máquina de guerra’ de então, o nosso galeão S. João Batista, recentemente construído, conhecido como “*Botafogo*” por possuir 366 peças de artilharia,⁹¹ que se revelaria a arma principal na batalha travada em La Goleta, praça-forte que defendia Tunes. D. João III, gorando todas as expectativas, decidiu não entregar o comando das forças portuguesas ao príncipe D. Luís, mas este, “(...) à revelia do rei seu irmão e sem obter a sua autorização prévia, decidiu partir de Évora [de noite, a 13 de Maio de 1535] para se juntar, em Barcelona, às tropas de Carlos V. (...)”⁹² “(...) *Face à cette volonté du roi [l’interdiction de sortir du royaume], la seule solution pour l’infant D. Luís, avide d’expériences mi-*

litaires et désireux de jouer un rôle international, est la fuite. (...)”⁹³ Curiosamente, integrava o séquito de D. Luís um jovem pajem, então com cerca de 11 anos, de seu nome Luís de Camões. Após dez dias de viagem, a ‘mata-cavalos’ – não fosse o rei enviar emissários a ordenar o seu regresso –, D. Luís chegou a Barcelona onde Carlos V lhe entregou o comando do contingente militar português.



Fig. 3 – Carlos V e o seu séquito passando revista às tropas em Barcelona. A tapeçaria, encomendada pelo Imperador, mostra D. Luís de Portugal em lugar de destaque, à esquerda, de boina preta.

Consumada a conquista de La Goleta pelas forças coligadas,⁹⁴ a 14 de Junho de 1535, Carlos V entendeu que deveriam retornar a Barcelona (tinha outras guerras a travar na Europa, designadamente com Francisco I de França, com quem sustentou quatro guerras), mas D. Luís, apoiado pelo duque da Alba, instou o cunhado a conquistarem a cidade próxima de Tunes, cuja queda ocorreu uma semana depois.



Fig. 4 – Conquista de La Goleta com o concurso das forças portuguesas comandadas pelo Infante D. Luís de Portugal (ao fundo, divisa-se a cidade de Tunes).

O nosso Condestável ainda tentou convencer Carlos V a avançarem sobre Alger (aqui se tinha acolhido a frota

de Barbarossa, almirante ao serviço do Imperador Otomano, e, facto importante para a estratégia D. Luís, começavam logo a seguir as nossas “praças-fortes” de Marrocos – face a esta recusa, o próprio D. Luís, entusiasta da arquitectura castrense, iria empenhar-se na reestruturação das fortalezas marroquinas),⁹⁵ mas o Imperador não cedeu ao desafio. Carlos V tentaria conquistar aquela praça posteriormente, em 1541, mas a operação saldou-se num tremendo fracasso.

Ora, da conquista de Tunes apuram-se factos essenciais para aclarar a questão da data de chegada de Amato Lusitano à Flandres e as actividades comerciais que, subsequentemente, lhe foram imputadas. La Goleta foi tomada a 14 de Julho de 1535, e Tunes caiu uma semana depois (21 de Julho). A via mais rápida para fazer chegar a boanova destes sucessos bélicos a Lisboa seria a marítima, mas a esquadra de Barbarossa vigiava a passagem de Gibraltar. Assim, um correio deverá ter seguido por Barcelona: como antes dito, D. Luís, esforçadamente, demorou dez dias a fazer o percurso Évora/Badajoz, a que deverão acrescentar-se mais dois dias para o percurso Évora/Lisboa, o que significa que só em meados de Agosto é que se tomou conhecimento, na capital do Reino, da conquista de La Goleta e Tunes.

Amato Lusitano, como todos os cristãos-novos, estaria expectante quanto ao desenrolar dos acontecimentos nos territórios Otomanos do Norte de África, e por isso caprichou em deixar-nos bem claro este facto nos seus escritos. Recordemos a sua “cura” 19, da *IV Centúria*. Ensinava ele a tratar os apertos uretrais, utilizando velas de cera untadas em óleo de amêndoas doces, técnica que aprendera em Salamanca com o seu mestre Aldereto, e enfatizou que tal se passava **em Lisboa**, “(...) **no ano em que a ilustre cidade de Tunes foi submetida aos desígnios de César (Imperador da Alemanha)** (...)” Ora, como visto, Tunes foi submetida aos desígnios de Carlos V no ano de 1535.

Fazemos notar que **Ricardo Jorge**, na sua obra magna sobre Amato Lusitano (este seu trabalho foi publicado, parceladamente, entre 1914 e 1916, nos “*Arquivos de História da Medicina Portuguesa*”, e só depois foi reunido em separata, em 1916, e em livro, em 1962), começou por optar pela partida de João Rodrigues para Antuérpia em 1534,⁹⁶ mas mais tarde ‘corrigiu a mão’: “(...) Estava em Lisboa – à beira do ano, diz ele [Amato], da tomada de Tunes por Carlos V, quer dizer, 1535. (...)”⁹⁷ Para esta mesma data, também Augusto da Silva Carvalho viria a anotar: “(...) Diz o Prof. Maximiano Lemos que foi isto em 1534, o último ano em que Amato passou em Portugal. Sprengel, por este escrever que foi no ano em que o Imperador declarou guerra a Tunis, diz que o caso se passou em 1541. (...)” E Silva Carvalho acrescenta, em nota de pé de página: “(...) De resto a expedição ordenada por Carlos

[V] contra Barba Roxa e a colocação de Tunis sob a soberania de Espanha, foi preparada neste país, em Itália e em Portugal em 1534 e levada a cabo no ano seguinte [1535]. (...)”⁹⁸ Observação nossa: Sprengel equivocou-se: Tunes caiu em 1535, e não em 1541; em 1541 Carlos V tentou, sim, tomar Alger, mas sem sucesso. Mais recentemente, J. J. Alves Dias também chamou a atenção para o último ano em que Amato ainda exercia clínica em Portugal.⁹⁹ Demais, Amato Lusitano porfiou em deixar bem assinalado o importante marco temporal de 1535, reafirmando, **mais duas vezes ainda**, este ano como data da sua presença em Lisboa. Vejamos, pois:

• No livro “*In Dioscoridis... Enarrationes*”, impresso em Veneza e datado de 1553, na “*enarratio*” 87 (“*De Sphondylia*”, p. 330), Amato refere um diálogo com um companheiro de viagem, tido **18 anos antes, quando saiu da Hispânia**.

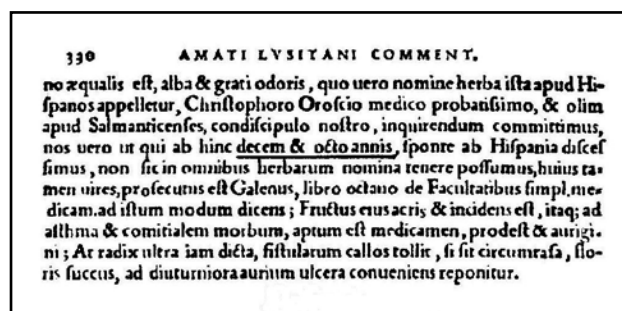


Fig. 5 – Passagem do livro de Amato Lusitano “*In Dioscoridis... Enarrationes*”, impresso em 1553: Lib. Tertium, “*enarratio*” 87, “*De Sphondylia*”, p. 330.

Assim, se ao ano da publicação retiramos os 18 anos gradados por Amato, obtemos, outra vez, o ano de 1535. Obviamente que sabemos que nos será contestado que, embora a impressão do livro seja de 1553, a sua dedicatória é de 1551, o que nos conduziria ao ano de 1533, data em que Amato ainda não se encontrava na Flandres. Todavia, importará esclarecer que a dedicatória é datada de Roma e dirigida aos irmãos Johannis e Benedicti Gondolae, reitores do senado de Ragusa (os reitores de Ragusa correspondiam, de certo modo, aos doges de Veneza – lembre-se que Ragusa fora território veneziano, mas tornou-se uma república ‘independente’, sob protectorado do Império Otomano, a quem pagava um tributo anual de 12.500 ducados). Ora, sabemos pelo próprio Amato que ele mantinha uma relação de proximidade – e talvez de amizade – com pelo menos Johannis Gondolae, a quem tratara uma filha em Ancona, Catarina: “(...) Donzela formosíssima, de dezassete anos de idade, [que] vivia desde tenros anos na companhia das freiras de S. Bartolomeu. (...)”¹⁰⁰ A jovem, que tinha dores na “região do peito, onde nascia uma tosse seca e forte”, fora já tratada por vários médicos, aos quais se juntou o próprio Amato, que a acompanhou durante “dois longos anos”, acabando por ter hemoptises e vindo a falecer de tísica, em 28 de Julho

de 1549. Trata-se, aliás, de uma “cura” amatiana deveras interessante, em que ele demonstra possuir um grande bom senso, autorizando a jovem doente a consumir vinho diluído uma vez que era seu hábito. Dois anos depois, Amato dedicaria *“In Dioscoridis... Enarrationes”* aos irmãos Gondolae. Entendemos mesmo que ao fugir de Ancona, perseguido pela Inquisição, Amato não se escapuliu directamente para Salónica, como fizeram vários outros seus irmãos de sangue (seus ‘consanguíneos’ – vide infra), mas antes para Ragusa porque aí podia contar com a protecção do patrício Johannis Gondolae, que contraíra para com ele uma dívida de gratidão – “(...) *Il Lusitano [Amato] ha lasciato le Marche per transferirsi a Ragusa, nella quale città opera particolarmente in seno a quel patriziato.* (...)”¹⁰¹ Aliás, se, como pretende o investigador J. O. Leibowitz, da Universidade de Jerusalém,¹⁰² a figura representada na “coluna de Esculápio”, do palácio dos Reitores de Ragusa, representa Amato Lusitano (o único médico digno de menção que à época exercia medicina na cidade ragusiana, então tal facto poderá ter sido devido à influência pró-amatiana do ‘reitor’ Johannis Gondolae.



Fig. 6 – “Coluna de Esculápio” do palácio dos Reitores de Ragusa, onde se admite que esteja representada a figura de Amato Lusitano (reproduzido de J. O. Leibowitz, 1962, pp. 18).

Assim, a dedicatória de Amato no prefácio de *“In Dioscoridis... Enarrationes”* surge perfeitamente plausível, mas, por vicissitudes várias, o livro viria a ser publicado não no ano da dedicatória, 1551, mas sim mais tarde, 1553: é que se tratou de uma “(...) *opera rielaborata più volte in Ancona* (...)”¹⁰³ – “(...) judeu é aquele que, até à porta de uma câ-

mara de gás, continuaria ainda a corrigir um texto. Houve rabinos que o fizeram (...)”¹⁰⁴ –, e espelha bem este idiosincrático desejo hebreu de tentar aproximar-se da obra perfeita. E, como era então norma, o conteúdo do livro foi actualizado em função da data da publicação. Demais, este desfazamento de datas terá resultado também do facto de que “(...) para aparecer à luz do dia o livro impresso tinha de ultrapassar uma difícil cadeia de obstáculos: primeiramente a disponibilidade financeira e as teias das censuras escondidas nos interesses dos poderes senhoriais e locais. Ultrapassadas as primeiras barreiras, a obra era apresentada à censura do Santo Ofício que encarregava um qualificador da tarefa censória. (...)”¹⁰⁵ Resumindo: 1553, ano da publicação *princeps* de *“In Dioscoridis... Enarrationes”*, menos os 18 anos respeitantes à saída de Amato de Hispânia, conduz-nos, novamente, a 1535 (ou 1536 – vide infra), o que concorda com o que ele escreveu sobre a data da queda de Tunes *manu militari*.

• E ainda mais uma **terceira confirmação** ao ano de saída de Amato de Portugal pode ser encontrada na “cura” 78 da *V Centúria*. Lembremos que somos devedores a Firmino Crespo do facto de, hoje em dia, podermos dispor das ‘700’ “curas” das *Centúrias* amatianas vertidas para português, o que constituiu, por certo, uma honrosa mas bem pesada tarefa para o tradutor. Assim, exactamente pela obra hercúlea a que meteu ombros, carecemos de fazer duas pequenas correcções à tradução daquela “cura”.¹⁰⁶ Firmino Crespo traduziu, “(...) um indivíduo que há cerca de vinte anos foi meu companheiro de viagem no Oceano Atlântico (...)”, mas o confronto que fizemos com a edição original mostra que existe aqui um lapso: “*vigesimumquintum annum*” é o que se encontra grafado na “cura” 78 da *V Centúria* – “(...) *Qvi mecum olim ab hinc vigesimumquintum annum, oceanum navigavit, nunc Pisaurum venit vbi, (...)*”¹⁰⁷

*Curatio septuagesimoctava, in qua
agitur, de tuberculo capiti exorto.*
Q Vi mecum olim ab hinc vigesimumquintum annum, oceanum
o s
118 **AMATI LVSITANI**
navigavit, nunc Pisaurum venit vbi, cum
testudineam cameram habitaret, ob va-

Fig. 7 – Passagem de: Amati Lvsitani. *Curationum Medicinalium: Centuriae Duae, Quinta videlicet ac Sexta*. Venezia: Officina Valgrisiiana, 1560, “cura” 78, pp. 217-218.

– , pelo que a tradução rigorosa deverá ser ‘vinte e cinco anos’, que não ‘vinte’. Por outro lado, a dedicatória desta *Centúria* a “D. José Nassin” está datada de “primeiro de

Dezembro do Ano da Criação do Mundo 5320", que Firmino Crespo, em nota de pé de página, interpretou como "(...) *Correspondente a 1561. (N. do T.). (...)*" Lembremos que o calendário hebraico se iniciou em 7 de Outubro, data da criação, pelo Deus Jeová, da "*neshamá*" (espírito/alma) de Adão. Tratando-se de um calendário lunar, o começo do ano sofre variações de datas quando comparado com o nosso calendário, mas, grosso modo, Outubro poderá servir-nos de referência. Ora, Amato teve o cuidado de explicitar a data, "*primeiro de Dezembro*", o que significa que se tratasse de um mês anterior a Outubro deveríamos, como fez Firmino Crespo, subtrair 3761 (o que conduziria ao ano que ele indica, 1561), mas, no caso vertente, em que Amato teve o cuidado de escrever Dezembro, haverá, sim, que subtrair 3760, o que nos conduz ao ano de 1560 – para quem não queira preocupar-se com estas minudências, bastará cingir-se à data indicada no frontispício da *V Centúria*: MDLX.

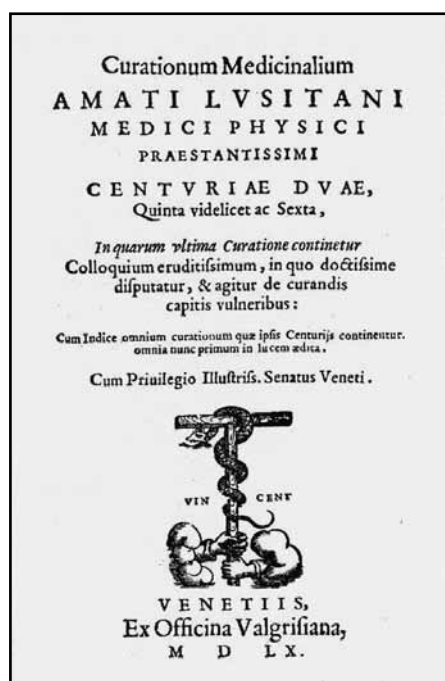


Fig. 8 – Capa da edição das II, V e VI Centúrias, datada de 1560.

Assim, se a 1560 retirarmos os **25 anos** (que não 20 anos) decorridos desde a saída de Amato de Portugal, teremos, pela terceira vez, o ano de 1535, ou talvez 1536, uma vez que ele explicitou *Dezembro*.

Em resumo: dispomos de **três fontes documentais historiográficas** que nos permitem concluir: a) em 1535, ano da queda de Tunes, Amato fazia clínica em Lisboa; b) em 1535 (no final do ano) ou 1536 (no início do ano) partiu então para Antuérpia – esclareçamos as nossas dúvidas pessoais quanto às datas alternativas que indicamos: duas frotas portuguesas ligavam Lisboa a Antuérpia, sendo que uma chegava à Flandres em Maio-Julho e outra em Outubro-Dezembro.¹⁰⁸ Acresce que as três fontes documentais que referimos foram, inequivoca-

mente, **redigidas pelo punho do próprio Amati Lvsitani** (fontes documentais primárias) e impressas em sua vida. Aliás, quem se debruce, detidamente, sobre a obra de Amato Lusitano verifica que ele foi sempre pródigo em referir-se a factos, personagens e datas. Um exemplo, entre muitos outros: "(...) Aos 17 de Setembro do ano de mil e quinhentos e cinquenta e três, no tempo em que lavrava uma guerra civil na Bélgica entre o Imperador Carlos V e Henrique II, rei de França, e uma armada turca ocupou, em nome do rei da França, a ilha da Córsega, submetida ao poder de Génova e o autor desta *Centúria* [IV, "cura" 100] andava no seu quadragésimo segundo ano de idade. (...) " De facto, são bastante ilustrativas as informações, no tempo e no espaço, insertas nas *Centúrias* amatianas, facilitando assim a tarefa aos historiadores, como acontece com o esclarecimento da data da sua partida para a Flandres.

Escudados nesta data, **1535/36**, podemos agora rebater, com bases historiograficamente fiáveis, as 'funções' atribuídas a João Rodrigues de Castelo Branco em Antuérpia na interpretação de António M. Lopes Andrade.¹⁰⁹ Merecendo este autor o nosso reconhecimento pelo mérito de ter reproduzido, entre nós, documentos dos "*Archives Générales du Royaume, Brussels*" que entendeu serem importantes para tentar aclarar a estadia de Amato na Flandres, tal não significa, contudo, que estejamos de acordo com as suas interpretações, tanto mais que, no caso vertente, em rigor historiográfico, foram utilizados documentos de conteúdo pseudo-amatiano, que não amatiano.

• **Saída de Portugal e prisão à chegada a Antuérpia, em 1534, do mercador João Rodrigues, putativamente de Castelo Branco.**

Já em trabalhos anteriores iniciámos a desconstrução da pretensa prisão de Amato à sua chegada à Flandres e do seu também pretendo envolvimento em negócios de importação de produtos do Algarve.¹¹⁰ Atenhamo-nos, pois, ao que escreveu António M. L. Andrade: "(...) Mestre João Rodrigues de Castelo Branco [?] chega a Antuérpia, pouco **antes de Outubro de 1534**. (...) Reencontra o primo Estêvão Pires, em casa de quem é acolhido (...). **Comprovámos**, recentemente, que Amato Lusitano foi para Antuérpia ao serviço do mercador Henrique Pires (...). É, assim, instaurado um processo no Tribunal de Antuérpia contra João Rodrigues (...) e contra Estêvão Pires, acusados de permanência ilegal. (...) "¹¹¹ "(...) O referido recluso [Mestre Jan Roderigho] alegou (...) que seu tio [Henricke Peris] (...) o tinha mandado e enviado para o referido Steven Peris [Estevão Pires] (...) para o assistir e ajudar nos negócios

do seu tio, sendo nesta qualidade conhecido na Bolsa nesta cidade e honradamente recebido e aceite pelos mercadores. (...)”¹¹² “(...) Não restam dúvidas [?] de que o réu principal deste valioso processo é, precisamente, Mestre João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano) (...),” e “(...) convém sublinhar esta faceta desconhecida de Mestre João Rodrigues [Amato Lusitano] como mercador, ao serviço do tio. (...)”¹¹³

Não haverá muito a comentar quanto aos factos que António M. L. Andrade diz ter ‘comprovado’: ora, na verdade ele não (com)provou que “Mestre Jan Roderigho” fosse Amato Lusitano, mas ficou já historiograficamente provado, supra, que Amato Lusitano ainda se encontrava em Lisboa em **1535**, donde a impossibilidade, temporal e espacial, de ser ele o indivíduo enviado por Henricke Peris, em **1534**, para participar nos negócios da família, e que foi preso por entrada ilegal em Antuérpia.¹¹⁴

António M. L. Andrade escreve ainda: “(...) J. A. Goris (...) faz na sua dissertação uma referência muito breve a este processo, sem nunca ter percebido, tal como o próprio Pierre Génard, que o réu em causa era efectivamente Amato Lusitano. (...)”¹¹⁵ António M. L. Andrade diz ter-se apercebido deste facto, mas não explicitou a sua *fundamentação*. Quanto a J. A. Goris e P. Génard, o que eles na verdade perceberam foi que, *sem outros dados biográficos além de um simples nome*, não podiam, metodologicamente, clonar um mercador com um médico, estando este, aliás, deveras ocupado com a sua vasta clínica, a investigação de simples, a sua paixão de bibliófilo e a braços com a publicação do seu primeiro livro.

• Envolvimento em Antuérpia do mercador João Rodrigues, putativamente de Castelo Branco, no negócio de importação de produtos do Algarve.

“(...) Voltamos a encontrar nova documentação que comprova, de forma inequívoca [?], a intervenção directa de Mestre João Rodrigues nos negócios da família. Trata-se de duas minutas do notário Willem Stryt (...). Constituem cópias fiéis de dois contratos de afretamento estabelecidos entre o mercador português João Rodrigues, residente em Antuérpia, e dois mestres de navios para a realização de transporte de carga desde portos algarvios (...) para o Norte da Europa (...). O primeiro contrato, datado de **25 de Junho de 1535**. (...). O segundo contrato, datado de **17 de Julho de 1535**. (...)”¹¹⁶ Significativamente, António M. L. Andrade titula este seu trabalho “*Ciência, Negócio e Religião: Amato Lusitano em Antuérpia*”, e termina afirmando: “(...) Ciência, religião e negócio, como bem se percebe [?], entrecruzam-se de forma inextricável no atribula-

do percurso seguido pelo Mestre João Rodrigues de Castelo Branco. (...)”¹¹⁷

Temos, pois, um indivíduo que, segundo as suas próprias declarações em auto aquando da sua prisão, “desde **há muito tempo** (...) comia e bebia” em casa de seu tio, Henricke Peris (Henrique Pires), um rico comerciante do “Consórcio da Pimenta”, que o enviara de Lisboa para Antuérpia “para assistir e **ajudar nos negócios**” o seu primo Steven Peris (Estevão Pires), representante comercial dos Pires na Flandres, “(...) sendo nesta qualidade **conhecido na Bolsa** nesta cidade e honradamente **recebido e aceite pelos mercadores**. (...)”¹¹⁸ Alguns meses mais tarde, provavelmente o mesmo personagem, iria fretar dois navios para o transporte de carga de portos algarvios. Assim, como declara, sendo filho de uma irmã de Henriques Pires/Iacob Cohen e pertencendo este a uma família judia “(...) originária da cidade de Évora, onde estava estabelecida há várias gerações (...)”,¹¹⁹ será de presumir que Mestre Jan Roderigho tenha nascido nesta cidade alentejana ou em Lisboa, dado que “**desde há muito**” vivia em casa do tio, pelo que será coerente designá-lo aqui por João Rodrigues de Évora (ou de Lisboa) para o distinguir de João Rodrigues/Amato Lusitano, de Castelo Branco. Demais, ele abandonou “(...) o Reino [**em 1534**] rumo a Antuérpia, pouco antes do estabelecimento da Inquisição em Portugal, no cumprimento de **ordens expressas** recebidas **do tio materno**, o mercador Henrique Pires (...)”,¹²⁰ enquanto Amato Lusitano partiu de Portugal “de livre vontade”.¹²¹ “(...) Por **termos partido da Hispânia, de livre vontade**, há dezoito anos, não conseguimos guardar para sempre na memória os nomes das plantas. (...)”, di-lo o próprio Amato.¹²² Mais um pormenor, não despreciando, respeitante ao afretamento de navios por João Rodrigues (de Évora/Lisboa): “(...) O primeiro contrato, [é] datado de **25 de Junho de 1535**. (...). O segundo contrato [é] datado de **17 de Julho de 1535**. (...)”¹²³ Ora, “(...) as forças cristãs, sob o comando do imperador [Carlos V], obtiveram em 14 de Julho desse ano de **1535** retumbante vitória militar e a conquista daquela cidade do Norte de África [La Goleta, e depois Tunes], saldando-se também para D. Luís (...) por um prestígio amplamente celebrado no tempo. (...)”¹²⁴ Precisemos: La Goleta caiu a 14 de Julho, e a cidade de Tunes cairia uma semana depois, isto é, a **21 de Julho**.¹²⁵ Demais, conforme dito supra, a notícia da queda de Tunes só deverá ter chegado a Lisboa a meio do mês de Agosto. Cabe, pois, ao leitor comparar apenas as datas: os “(...) dois contratos de afretamento estabelecidos entre o mercador português João Rodrigues, residente em Antuérpia, e dois mestres de navios para a realização de transporte de carga desde portos algarvios (...)”¹²⁶ têm datas **anteriores** à

queda de Tunes, altura em que Amato Lusitano ainda se encontrava em Lisboa, praticando clínica.

Para facilidade de cotejo entre os personagens 'João Rodrigues de Évora ou de Lisboa' – de quem se desconhecem quaisquer dados biográficos! – e João Rodrigues de Castelo Branco, resumimos no Quadro I o essencial dos factos historiograficamente *confirmados*.

Em resumo: o rico comerciante de Lisboa Henrique Pires tinha um sobrinho que “há muito” tempo vivia em sua casa e que estava a preparar para o desempenho de negócios do “Consórcio da Pimenta” na Flandres. Enviado para Antuérpia, colabora com o seu primo Estevão Pires nos negócios da família, sendo por este iniciado nos meandros da praça comercial e da bolsa de Antuérpia. Subsequentemente, é-lhe confiada a incumbência – presume-se que seja o mesmo personagem – do afretamento de navios para importação de mercadorias do Algarve para a Flandres. Ora, à luz da documentação historiográfica de que dispomos, importa encontrar um outro indivíduo, que não Amato Lusitano, para o(s) personagem(s) “*Mestre Janne Rodrigo*” e “*Senhor Jehan rodrigues marchand portugalois, negociant en la ville danvers*”.

Lembremos que – acossados pela Inquisição ou espoliados pelos monarcas – fazia parte da estratégia dos comerciantes judeus estarem sempre preparados para terem de abandonar as localidades onde viviam, e, para tal, iniciavam em geral familiares para ficarem, sequer ao menos temporariamente, a velar pelos seus bens imóveis e para efectuarem a transferência dos seus capitais para os novos destinos de emigração. Tal se passou, por exemplo, com a célebre ‘banqueira’ portuguesa Grácia Naschi, a “Senhora”, que fugiu de Antuérpia, iludindo a vigilância da rainha regente, irmã de Carlos V, mas deixou a velar pela sua fortuna o seu *sobrinho* João Micas.¹²⁷

Neste contexto – existência de familiares para, em caso de fuga, se ocuparem dos negócios –, talvez possamos dar um contributo para o possível esclarecimento da identidade de “*Mestre Janne Rodrigo*”, auxiliar de comércio em Antuérpia. O seu tio, o cristão-novo e criptojudeu Henrique Pires, fugiu de Portugal e viveu, entre outras cidades, em Antuérpia, donde também fugiu, inicialmente para Ferrara, em 1541 (viria, posteriormente, a ser queimado pela Inquisição em Ancona). Para gerir os negócios da família, ficou em Antuérpia o filho de Henrique Pires, Duarte Henriques – “(...) *Duarte Henriques remained in Antwerp and took care of the family business* (...)”¹²⁸ –, mas este também se passaria para Itália. Ora, fomos encontrar a residir em Antuérpia, em 1549/50, um “Joan Rodriguez”, cristão-novo, que consta de uma lista das entidades **fiscais** de Brabant, o que quer dizer que seria ‘mercador’.¹²⁹

[Document 66]	
[An undated (1549–50) list of New Christians presented by Manoel Lopez to the Office Fiscal de Brabant]	
Manoel Rodriguez	
Fernando Ximenez	
Pedro da Veiga	
Joan Rodriguez	
Gaspar Rodriguez	
Jorge Lopez	
Vicente Lopez	
Rodrigo Mendez	
doctor Luis Nuñez	
Salvador Nuñez	
Duarte Rodriguez	
Antonio de Noronha	
Pedro Lopez	
• Duarte Pinel	
Lionel Pardo	
Dioguo Fernandez – este se chama Pedro Fernandez	
Jorge Fernandez	
Bernaldo Nunez	
Manoel Pirez	
Antonio Afonso	
Bento Rodriguez – este se chama Pedro Rodriguez	
Jeronimo Anriquez	
Mestre Alvaro Solorgiao	
Jeronimo Lindo	
Francisquo Fernandez	
[On the reverse of the sheet:]	
Touchant l'affaire des nouveaux chretiens	
Source, AGR,BX,OFB, 160/1233/2. The document is composed of two loose, undated leaves.	

Fig. 9 – Cerca de oito a nove anos depois de Amato Lusitano partir de Antuérpia, ainda ali se encontrava um comerciante de nome Joan Rodriguez (AGR, BX: Archives Générales du Royaume, Brussels) – reproduzido de Aron di Leone Leoni, 2005, pp. 236-237.

É, pois, de presumir que o Mestre Jan Roderigho, que secundava o primo Duarte Henriques/Abraham Cohen, tenha ficado a assegurar a salvaguarda dos bens da família depois deste se escapulir de Antuérpia; de facto, Duarte Henriques já não consta desta lista de 1549-50, nem de uma outra subsequente¹³⁰ (curiosamente, na primeira lista figura Duarte Pinel/Abraham Usque que, alguns anos mais tarde, imprimiria em Ferrara importantes livros para a comunidade judaica: “*Bíblia de Ferrara*”, 1553, em co-edição com Yom Tob Atias; “*Consolação às Tribulações de Israel*”, 1553, de Samuel Usque; “*Menina e Moça*”, 1554, de Bernardim Ribeiro, etc.).¹³¹ Ilação importante a considerar: uma vez que o documento dos serviços fiscais de Brabant que cita “Joan Rodriguez” é de **1549-50**, cumpre-nos esclarecer que Amato fugiu de Antuérpia para Itália cerca de 8 anos antes, em **1541 ou 1542**: tinha chegado à Flandres em 1535/36, mas partiu **seis/sete anos** depois,¹³² mudando-se de *polis* em *polis*, ao sabor dos ventos da ‘fortuna’, até se fixar em Salónica, a salvo da Inquisição.¹³³ Assim, o “Joan Rodriguez” que comercializava em Antuérpia ainda em 1549-50 não era, **de certeza**, Amato Lusitano, e seria, *presumivelmente*, o sobrinho que fora enviado pelo seu tio Henrique Pires “para o assistir e ajudar nos negócios” da família.

Quanto ao essencial da estadia de Amato Lusitano na Flandres, ele próprio é, várias vezes, bem explícito nas datas (supra)¹³⁴ – Quadro I. Na cidade do Escalda, dedicou-se denodadamente a tratar imensos doentes de várias condições – “(...) Quis apenas citar estas duas curas, dentre os **muitos milhares de doentes** que tratei em Antuérpia (...)”¹³⁵ –, a estudar os simples que chegavam das Índias e do Brasil, e à compilação e publicação do seu livro, *Index Discordis*, que saiu do prelo logo em 1536.

Como é bem sabido, nos arquivos históricos belgas existe abundante documentação sobre a comunidade portuguesa sediada na Flandres em Quinhentos, devendo-se isso ao facto de ela se dedicar a actividades comerciais.¹³⁶ Lembre-se que “(...) *He [Amato Lusitano] was, without doubt, the most illustrious member of the Portuguese Nation of Antwerp.* (...)”¹³⁷ Todavia, Aron di Leone Leoni, o maior investigador sobre a comunidade luso-hebraica de Antuérpia, no seu livro incontornável *The Hebrew Portuguese Nations in Antwerp and London at the Time of Charles V and Henry VIII* (2005) concluiu que “(...) *Our research did not provide any new information on his [Amato Lusitano] seven-year stay in the northern city.* (...)”¹³⁸ Assim, apesar de Amato ser “o mais ilustre membro da ‘nação’ portuguesa de Antuérpia”, **nos arquivos belgas não existe documentação sobre ele** pela simples e elementar razão de que não se dedicava a actividades mercantis (obrigatoriamente sujeitas a registo), mas sim à Medicina e à investigação! Todavia, note-se que, entre nós, em 2013 ainda se escrevia: “(...) Amato Lusitano (...), em Antuérpia, assistia a sua família no negócio internacional de drogas e especiarias. (...)”¹³⁹

As interpretações de António M. L. Andrade sobre o ‘período flamengo’ de João Rodrigues de Castelo Branco,¹⁴⁰ que se escoraram em **documentos de conteúdo inequivocamente pseudo-amatiano**, vieram, pois, inquinar um pouco (muito) o conceito que se tinha da personalidade do **grande humanista** albacastrense, as datações daquele período e, outrossim, as relações de parentesco da sua putativa teia familiar (vide infra). Lembremos que Ricardo Jorge reescreveu o “*ciclo peninsular*” de João Rodrigues de Castelo Branco, e Mário Santoro reescreveu o “*ciclo anconiano*”.¹⁴¹ Assim, impõe-se reescrever agora o “*ciclo flamengo*” amatiano, mas tal tarefa deverá incumbir a todos nós. E como reescrevê-lo? Em primeiro lugar, expurgando da sua biografia a documentação de conteúdo pseudo-amatiano (logo, historiograficamente mistificadora); depois, não (re)escrevendo factos não comprovados à luz da historiografia, como, por exemplo: “(...) Joanis Roderin (...) seguiu para Antuérpia onde, em 1534 [...], estava ao serviço da multinacional Pires-Cohen [...], de seu tio materno [...] – vide infra] Henrique Pires. Importava “figos do Algarve” [...], estudava e clinicava. (...)”¹⁴²

A talhe de foice vêm as razões que, em Quinhentos, levaram imensos luso-hebreus – entre eles Amato Lusitano – a rumarem especificamente para Ferrara. Começemos por evocar um facto, a génese do “mapa de Cantino”, que aparentemente nada tem a ver com a opção por Ferrara. Em 1870, ao passar à porta de uma salsicharia, na via Farina, em Modena (Itália), Giuseppe Boni, director da Biblioteca Estense, viu na montra, formando uma divisória, um estranho painel a cores. Decidiu entrar, e verificou tratar-se de um mapa antigo, que comprou. Feito o seu estudo detalhado, apurou-se que se tratava de um planisfério datado de 1502, e que constituía o *up to date* dos conhecimentos marítimos portugueses nesse ano. Recorde-se que Vasco da Gama descobrira o caminho marítimo para a Índia em 1498 e Pedro Álvares Cabral desvelara a existência do Brasil em 1500, isto é, a leitura do “mapa de Cantino” (normalmente associado à ‘Itália’, então um mosaico de estados pontifícios e ducados, mas o mapa era propriedade apenas do **ducado de Ferrara**) ilustra conhecimentos geográficos que eram do **exclusivo conhecimento dos portugueses**. Até então, o Oceano Atlântico era considerado o “grande lago”, dado que, à época, ainda se pensava que quer o continente africano quer o americano se prolongariam, ininterruptamente, até ao Pólo Sul, não permitindo, pois, a passagem para os Oceanos Índico e Pacífico – permanecia a visão ptolemaica do Mundo. Ora, dois portugueses, Vasco da Gama e Fernão de Magalhães, provaram que assim não era. O mapa em questão mostra, com toda a perfeição, o continente africano (a sua cartografia representa um trabalho persistente e minucioso de exploração da costa de África pelos navegadores lusos, durante muitas décadas), mas a Ásia está distorcida e grosseiramente representada (só durante a centúria de Quinhentos os nossos navegadores cartografariam mais correctamente este continente), e da América só se representa parte da costa do Brasil, as Antilhas e a Florida (de referir que, no mapa, a Ocidente se descortinam acrescentos posteriores à elaboração inicial, e coincidem já com as viagens de Afonso Gonçalves e João da Nova); a Terra Nova, errónea ou propositadamente, encontra-se deslocada para leste da linha de Tordesilhas, e tem a indicação: “*Terra del Rey de Portugal*” (note-se que ali estiveram, em 1500-1501, os irmãos Gaspar e Miguel Corte-Real).



Fig. 10 – Planisfério dito de Cantino, datado de 1502.

Como é que um mapa que era propriedade ultra-secreta da corte portuguesa foi parar a Itália? A historiografia viria a esclarecer que a existência do planisfério na corte de Ercole I d'Este (1472-1505), duque de Ferrara, resultou de um trabalho de 'espionagem' encomendado pelo duque estense a Alberto Cantino, que por certo teria subornado um cartógrafo português que lhe forneceu uma cópia do mapa original, ciosamente guardado na Casa da Mina e da Guiné, em Lisboa. Ora, via de regra, os historiadores dão-se por satisfeitos por, através do planisfério de Cantino, ficarem a saber "o estado da arte" das descobertas portuguesas em 1502. Todavia, nós, os amatianos, podemos (devemos) ir um pouco mais longe. Tem-se opinado que a "carta de Cantino", com as rotas das "Índias Orientais" e das "Índias Ocidentais" devidamente assinaladas, representaria a pretensão de Ercole I para se lançar na rota das especiarias, desviando, pois, o seu fluxo para Itália (ao tempo, o comércio português fazia-se preferencialmente com a Flandres). Todavia, basta conhecer um pouco da História da expansão portuguesa de Quatrocentos e Quinhentos para saber que esse hipotético desiderato não era, então, exequível: desde longa data que o papado – e o Papa era 'o juiz do Mundo' – tinha, em várias bulas, consignado aos reis de Portugal o exclusivo do comércio a sul das Canárias¹⁴³ (os Castelhanos procuraram ultrapassar esse óbice tentando chegar à Índia pelo Ocidente, daí os Reis Católicos terem aceitado os préstimos de Cristóvão Colombo, antes recusados por D. João II). Assim, mais do que o planisfério dito de Cantino, a Ercole I interessava toda a importantíssima informação sobre o florescente comércio português: rotas de comercialização das especiarias, sua organização terrestre e marítima, calendarização das viagens de e para o Oriente, principais banqueiros financiadores da corte portuguesa, intelectuais e técnicos associados ao projecto das descobertas, etc. De feito, são conhecidas cartas de Alberto Cantino para o duque de Ferrara em que ele o ia informando da expansão portuguesa. O mapa de Cantino parece, pois, ser mais uma oferta (um "dono", uma dádiva) de Cantino a Ercole I do que propriamente o objectivo principal da missão confiada ao 'espião'; de feito, no planisfério está grafado: "*Carta da navegar per le Isole nuove tr[ovate] in le parte de l'India: dono Alberto Cantino al S. Duca Hercole*" – ênfase nossa. Ercole I ficou, pois, a saber, pelas cartas e posteriores informações de Cantino, que 'a coluna dorsal' das descobertas e da estrutura financeira e comercial portuguesa era constituída pelos judeus lusos ("cristãos-novos", após a "conversão" forçada),¹⁴⁴ que obviamente lhe interessaria atrair para Ferrara, então o expoente máximo das *poleis* da Europa.¹⁴⁵ Num breve retrato da organização social portuguesa de então, teríamos: a realeza e a aristocracia, 'senhores da terra e da guerra'; o clero, fundamentalista em matéria de religião e servidor da rea-

leza e da aristocracia; o povo, analfabeto e espoliado com pesados imposto;¹⁴⁶ e tão-só os luso-hebreus eram, em geral, os produtores de riqueza e de conhecimento, criadores de uma organização proto-empresarial.^{147,148} Sendo a corte de Ferrara o estado da Península de Itália mais bem informado sobre as capacidades intelectuais e recursos financeiros dos criptojudeus portugueses, compreende-se que, por exemplo, a duquesa Lucrecia Borgia, esposa de Alfonso I (filho de Ercole I), quando regente de Ferrara por ausência do marido, tenha promulgado um édito proibindo terminantemente qualquer tipo de discriminação contra os judeus; que Ercole II (filho Alfonso I e de Lucrecia Borgia) tenha enviado o seu cônsul Gerolamo Maretta à Flandres convidando os cristãos-novos portugueses, ali expatriados, a instalarem-se nos seus domínios;¹⁴⁹ que o próprio Ercole II tenha constituído "(...) uma *compagnia commerciale* com os judeus Estêvão e Henrique Pires [membros do "consórcio da pimenta" de Antuérpia], cujo capital era de 30.000 ducados, cabendo ao Duque uma participação de dois terços deste montante (...)";¹⁵⁰ etc., etc. Assim, sendo o estado estense, no dizer de Samuel Usque, o "(...) mais seguro porto da Itália (...)" para os luso-hebreus em fuga de Portugal,¹⁵¹ e tendo desde sempre a corte d'Este convidado para ali se fixarem os maiores intelectuais de então,¹⁵² compreende-se que Amato Lusitano acabasse por vir a ser professor na universidade de Ferrara e ali tenha exercido prestigiante clínica e intensa investigação – data dessa altura a sua descoberta das válvulas das veias azígos, descoberta precursora das investigações sobre a circulação do sangue de William Harvey (1578-1657).¹⁵³ Aliás, importa referir que em reconhecimento pela protecção dispensada aos judeus acolhidos no ducado, Amato Lusitano dedicou a sua *Segunda Centúria* a D. Hipólito d'Este, Cardeal de Ferrara, filho de Ercole I. Amato "(...) contava com a benevolência do duque reinante [e dos seus familiares] e d'elle recebeu honras proporcionadas aos méritos que possuía. (...)";¹⁵⁴

Em suma: quanto ao 'ciclo flamengo' de Amato, perguntamo-nos o que poderá ficar, no futuro, da sua hipotética chegada a Antuérpia em 1534, da sua fantasiosa 'pensão' e do seu efabulatório 'afretamento de navios'?

II – A Problemática da Suposta Teia Familiar de João Rodrigues de Castelo Branco.

Ao tratarmos aqui dos 'familiares' de João Rodrigues de Castelo Branco, queremos deixar bem claro que nos ateremos fundamentalmente ao que ele próprio grafou nas suas obras – uma verdadeira cartografia da memória. Quando, no "*Juramento*" amatiano, um código de conduta ética muito exigente, analisamos a integridade do carácter de Amato, entende-se que ele não incorreria no 'pecadilho'

de ocultação das suas amizades e ligações familiares: "(...) Juro perante Deus imortal e pelos seus dez santíssimos sacramentos, dados no Monte Sinai ao povo hebreu, (...) que na minha clínica nada tive mais a peito do que promover que a fé intacta das coisas chegasse ao conhecimento dos vindouros. E para isso nada fingi, acrescentei ou alterei em minha honra (...). Sempre em tudo exigi a verdade. Se sou perjuro, caia sobre mim a ira do Senhor e de Rafael, seu ministro. (...)"¹⁵⁵

1 – Familiares referidos pelo próprio Amato Lusitano.

Inequivocamente, João Rodrigues apenas indica como familiares:

• Irmãos:

Pelo punho de Amato (fonte primária), só se pode concluir que, além dele próprio, a sua fratria era composta por **mais dois** elementos:

– **José Amato.** "(...) José: – Já tinhas percebido, **meu irmão** [Amato], porque motivo o assassinou? (...)";¹⁵⁶ "(...) O meu irmão José Amato, pessoa bastante biliosa, (...) com dores de olhos com grande vermelhidão. (...)".¹⁵⁷

– **Pedro Brandão.** "(...) *Fratre meo Petro Brandano* (...)."¹⁵⁸

• Sobrinho:

– **Brandão.** "(...) Amato: – Para to dizer em poucas palavras, ó meu **muito querido sobrinho**. (...)";¹⁵⁹ "(...) **O meu sobrinho Brandão**, de cor escura, (...) seco, como somos quase todos os hispânicos (...)";¹⁶⁰ "(...) Ia já pôr fim a este assunto, senão quando me surge o meu (sobrinho) Brandão, que actualmente exerce a medicina (...) em Bristol. (...)".¹⁶¹

2 – Familiares que lhe têm sido atribuídos.

• Descendentes (?).

Esta sugestão foi formulada por Maximiano Lemos: "(...) Amato ainda nota um outro parente, talvez descendente, de nome José Oef, a respeito do qual nenhuma notícia possuímos. (...)";¹⁶² Na verdade, não entendemos como é possível deduzir tal hipótese a partir do que Amato escreveu na "cura" 82 da *VII Centúria*: "(...) Do mesmo modo sucedeu com o sacerdote tecelão e o seu vizinho José Oef, pessoa da minha estirpe e raça. (...)". Ora, não só a frase não consente a dedução de Maximiano Lemos – o que Amato Lusitano quer significar é que se tratava de um judeu (raça) sefardita (estirpe)¹⁶³ –, como ainda Amato é, para nós, suficientemente explícito sobre o assunto no seguinte passo: "(...) Os discípulos, que até hoje tenho tido em grande número e **em lugar dos filhos** tenho educado, sempre os ensinei muito sinceramente a que se inspirassem no exemplo dos bons. (...)".¹⁶⁴

• Mãe e tio eborenses.

Aquando da prisão de "*Mestre Jan Roderigho*", na sequência da sua entrada ilegal na Flandres, ele "(...) alegou [em autos] que era filho de uma irmã de Henricke Peris, seu tio, (...) e que desde há muito tinha vivido na casa do mesmo Henricke e aí comia e bebia. (...)";¹⁶⁵ A partir daqui, António M. L. Andrade concluiu, assertivo: "(...) Pouco ou nada se sabia sobre os ascendentes de João Rodrigues de Castelo Branco. *Neste momento* pode adiantar-se que era filho de uma irmã de Henrique Pires, um cristão-novo cuja família era originária da cidade de Évora. (...). Esclarece-se em definitivo [?] e pela primeira vez, através *desta mesma prova documental* [Stadsarchief Antwerpen, Vierschaar, 316], qual a natureza e a relevância das relações familiares de Amato [?] com o mercador Henrique Pires (...)."¹⁶⁶ – ênfases nossas Nota: a "prova documental", como já visto, refere-se a "*Mestre Jan Roderigho*" **comerciante**, que não a João Rodrigues de Castelo Branco **médico**. O João Rodrigues que era sobrinho de Henrique Pires/Iacob Cohen chegou a Antuérpia em **1534**, portanto **antes de Amato Lusitano**, pelo que esta pretensa relação de parentesco não pode, historiograficamente, ser aceite. Os dados existentes sugerem que os 'Cohen/Pires' e os 'Amato/Rodrigues' pertenciam a dois clãs judaicos completamente diferentes, sem quaisquer relações *provas* de parentesco.¹⁶⁷ Os Cohen, desde há muito fixados em Évora, eram abastados e tinham negócios vultuosos em Portugal e no estrangeiro.¹⁶⁸ O clã dos Rodrigues, face aos dados históricos sobre a fixação dos judeus na Beira Interior, teria aqui chegado relativamente tarde (aquando da expulsão dos judeus de Espanha), e era de posses certamente modestas: em jovem, Amato apanhava víboras para vender (o que, certamente, não acontecia com os Cohen) – as víboras eram, então, muito valiosas para a preparação da teriaga¹⁶⁹ "mezinha" de que João Rodrigues usou largamente e em cuja manipulação se tornou exímio.¹⁷⁰ Seriam os proventos da venda das víboras destinados a suportar as despesas dos seus estudos universitários em Salamanca? – Quadro II. E, dado que os vendedores de teriaga eram, em geral, judeus,¹⁷¹ seria o pai de Amato (ou outro parente chegado) teriagueiro ou boticário, beneficiando da colaboração do filho na apanha de víboras?

Demais, se Henrique Pires era "tio" de Amato, por que razão este nunca refere esse parentesco, como aliás enfatizou, e bem, J. J. Alves Dias? "(...) A ser este Mestre João Rodrigues 'mercador e homem de negócios' porque é que o médico João Rodrigues vai escrever que estava em Lisboa, aquando da conquista de Tunes, por Carlos V, em 1535? E porque é que nunca se refere a estas histórias em Antuérpia? E porque é que quando queimam o seu [hipotético] tio, em Ancona, em 1556 (facto que relata nos seus escritos), não diz que é seu tio? Ou seriam antes dois Joões

Rodrigues? (...)”¹⁷² De feito, não basta apenas haver homonímia para, historiograficamente, se poder fazer a ‘clonagem’ de dois indivíduos.

Lembremos, ainda, que Amato foi extremamente pródigo na indicação dos nomes de indivíduos com quem se relacionava ou que tratava medicamente (para as normas deontológicas *actuais*, diríamos até que, nas suas “curas”, não salvaguardou a identidade de muitos dos seus amigos e dos seus doentes e respectivos familiares): nas suas obras, temos várias centenas de nomes, capazes de permitirem um aprofundado estudo da antroponímia da sua época: basta atentar no “Índice alfabético onomástico” das “*Centúrias*”.¹⁷³ Todavia, dado relevante, o nome de Henrique Pires nunca surge em nenhuma obra de Amato! Mas existe ainda mais um outro facto notório: depois de regressar a Portugal, terminados os estudos em Salamanca, Amato percorreu várias localidades do País antes de se fixar em Lisboa. Assim, foi ao Alentejo, visitando pelo menos Estremoz e Évora. Questão que se põe: sendo Amato, segundo pretende António Andrade, “(...) filho de uma irmã de Henrique Pires, um cristão-novo cuja **família era originária da cidade de Évora**. (...)”,¹⁷⁴ não seria lógico que o nosso autor, sempre pródigo em pormenores (em Évora, foi ao ponto de referir-se a uma jovem que enlouqueceu por amor)¹⁷⁵ fizesse uma referência, ainda que breve, à (suposta) terra de sua mãe e aos seus (supostos) parentes eborenses, tanto mais que os laços de família são extremamente valorizados entre os judeus? O poeta Diogo Pires, por exemplo, seu coetâneo, referiu-se reiteradamente a Évora, sua terra natal.¹⁷⁶ É, pois, difícil aceitar qualquer relação de parentesco entre o clã Cohen/Pires de Évora e o clã Amato/Rodrigues de Castelo Branco, além de não se perceber como é que a hipotética mãe de Amato teria rumado para a cidade albicastrense, quando a sua família permanecia em Évora ou rumava a Lisboa.

• Ana, mulher de Estêvão Pires, putativa prima de Amato.

Ana era irmã de Diogo Pires, sendo ambos filhos de Henrique Pires (sobre as relações de parentesco da família Henrique Pires, vide a árvore genealógica delineada por António M. L. Andrade).¹⁷⁷ Tanto Ana como Diogo Pires têm sido apresentados por alguns autores como “primos” de Amato.

Até onde conseguimos recuar nas nossas pesquisas bibliográficas, foi em Maximiano Lemos que encontramos a primeira interpretação de que os filhos (eborenses) de Henrique Pires eram “primos” de João Rodrigues (albicastrense). Carecemos, todavia, de introduzir aqui uma nota às investigações de Maximiano Lemos: ele é, para nós, inquestionavelmente, o ‘pai’ da actual História da Medicina portuguesa. É em trabalhos seus que temos de nos apoiar sempre que entramos em tal terreno, e, especificamente

no domínio amatiano, o seu livro “*Amato Lusitano. A sua Vida e a sua Obra*” é um esteio maior para quem investigue nesta área – de par com “*Amato Lusitano. Comentários à sua Vida, Obra e Época*” de Ricardo Jorge. Todavia, importará enfatizar que aquele livro de Maximiano Lemos “(...) *é um trabalho com a marca do tempo em que foi escrito*. (...)”¹⁷⁸ Assim, impõe-se escrutinar e cotejar com a documentação original várias afirmações suas, *verbi gratia*: “(...) O futuro médico [João Rodrigues] já pelo menos aos onze annos deveria estar em Salamanca (...).”¹⁷⁹ “(...) este caso [tratamento de apertos uretrais] é referido ao anno de 1534 que (...) foi o último [c. f. supra] que Amato passou no nosso paiz. (...)”¹⁸⁰, etc. Em suma: Maximiano, para alicerçar a sua obra, garimpou em muitas fontes, mas, pela amplidão dos seus escritos, nem sempre joeirou devidamente o material que colheu. Aliás, a grandeza do seu carácter resalta nas insuficiências que ele próprio reconheceu às suas incursões amatianas, o que o levou a editar “*Amato Lusitano. Correções e Aditamentos*”, em que se retrata: “(...) Muito há que ampliar, corrigir e modificar no que escrevemos há quinze annos (...).”¹⁸¹ Esta atitude de *auto-crítica*, muito pouco corrente entre nós, representa bem um acto de grande dignidade e coerência!

Em relação ao hipotético parentesco entre Ana e Amato, Maximiano Lemos deduziu: “(...) “Encontramos notada uma prima de Amato, chamada Anna, casada com Estêvão Pyrrho (...). Parece *da egualdade do appellido* que Estêvão Pyrrho devia ser **irmão** de Diogo Pires, mas nada pudemos averiguar a tal respeito. (...)”¹⁸² Ora, sabemos hoje que Estêvão Pires não era irmão de Diogo Pires, mas sim seu primo.¹⁸³ Um esclarecimento se impõe antes de se avançar neste assunto: Anna e Estêvão Pyrrho eram primos entre si.¹⁸⁴

Quanto à afirmação de um (possível) parentesco entre Ana e Amato, baseada na “cura” 27 da *I Centúria*, divergem entre si outros autores:

– Firmino Crespo traduziu a “cura” como segue: “(...) Ana, esposa consanguínea de Estêvão Pirro (...)”

– António M. L. Andrade optou pela tradução: “(...) A minha parente Ana, esposa de Estêvão Pires (...)”¹⁸⁵

Assim, impõe-se chamar à colação o rigoroso Ricardo Jorge – “(...) Ricardo Jorge conhecia como muito poucos o século XVI português, e até peninsular, nos seus aspectos culturais, e como ninguém a história médica nacional desse tempo. (...) E não lhe falta a nota cáustica de quem escreve para informar, e também para *corrigir*, no passado e no presente, os vezos de seus compatriotas. (...)”¹⁸⁶ Ora, Ricardo Jorge debruçou-se também sobre esta questão, que investigou detidamente: “(...) O texto de referência diz: *Anna consaguinea Stephani Pyrrhi uxor* (Cent. I, cur. 27). Tudo ficaria claro, se se lesse ‘*mea consanguinea*’; mas mais escuro fica, desde que noto nas diversas edições va-

riantes de pontuação a transtornar o sentido, sinal de que os editores o entenderam de diversa maneira. Eis as versões que apurei: – *Anna consanguinea, Stephani Pyrrhi uxor* (Basilea 1556, Veneza 1557); – *Anna consanguinea Stephani, Pyrrhi uxor* (Lião 1567, ibid. 1580, Barcelona 1628); na edição de Bordeus 1620, não traz vírgula nenhuma. (...)” E a conclusão de Ricardo Jorge é lapidar: “(...) Consigna-lhe ainda Maximiano Lemos [a Amato Lusitano] uma prima Ana, mulher de Estevão Pyrrho, **parentesco aliás menos certificável**. (...)”¹⁸⁷ Como não dispomos do original manuscrito da *I Centúria* nem dos testemunhos dos diferentes tipógrafos das edições citadas por Ricardo Jorge, a conclusão “parentesco menos certificável” é, pois, conforme com a ilação que historiograficamente se impõe: não ficou provado tal parentesco! Acresce que a interpretação de “consanguínea” merece ser discutida, o que faremos infra.

• Diogo Pires, putativo primo de Amato.

Tanto quanto apurámos, mais uma vez foi Maximiano Lemos quem começou por estabelecer esta pretensa relação de parentesco entre Amato e Diogo Pires/Didacus Pyrrhus Lusitanus:¹⁸⁸ “(...) Encontramos indicado um outro parente de Amato, a quem chama Pyrrho Lusitano. (...)”¹⁸⁹ E, mais tarde, acrescenta: “(...) Nas suas *Enarrationes* introduz Amato um interlocutor de nome *Pyrrhus Lusitanus doctissimus et Amati consanguineus*. (...) Aqui encontramos confirmação [?] do encontro dos dois primos. (...)”¹⁹⁰ Para aclarar estas deduções, começemos por averiguar como é que os dois presuntivos primos se relacionavam entre si: – Diogo Pires sobre Amato: “A João Rodrigues, **médico**, quando o Autor partia para Lovaina”, dedicatória de um poema. “(...) Que infelicidades e que trabalhos ou que perigos sofremos, **ó Rodrigues**. (...) Entretanto, vivas tu por muitos anos com saúde, **ó Rodrigues**, lembrado do teu velho companheiro! (...)”¹⁹¹

– Amato Lusitano sobre Diogo Pires: “(...) Quando estávamos a concluir este comentário, apareceu-me **Pirro, meu amigo** (...). **Pirro**: – **Ó Amato**, como dizes ter vivido de febre este doente! Amato: – Como assim, **meu caro Pirro**? (...) Amato: – Realmente, **ó Pirro**, apresentaste-me a dúvida. (...)”¹⁹² “(...) **Diogo Pirro, pessoa muito conhecedora de grego e latim**, e poeta de grande nome. (...)”¹⁹³ Sendo Diogo Pires “poeta de grande nome”, escamotearia Amato esse honroso parentesco? Não se vislumbra, pois, nas palavras de **ambos** quaisquer resquícios de relações familiares. Que ambos eram “velhos companheiros” (na Universidade de Salamanca) e amigos, eis as únicas ilações que ficamos autorizados a extrair do que escreveram.

E nem sequer no epitáfio que Diogo Pires compôs na morte de Amato¹⁹⁴ – um momento, por certo, de extrema comoção, em que o poeta deveria deixar extravasar os seus sentimentos em relação a um “familiar”, que aliás até

o tratara, em Ragusa, de grandes dores no fígado, febre e entorpecimento da mão esquerda¹⁹⁵ – ele usou terminologia que permita suspeitar de qualquer relação de parentesco entre ambos. Como no caso do pretense “tio” Henrique Pires, pai de Diogo Pires, porque não explicitariam ambos a sua ligação familiar?

A pretensão de que Henrique Pires seria tio de Amato – como consta do auto de declarações de “*Mestre Jan Roderigho*”, aquando da sua prisão – caiu, obviamente, com a demonstração de que não se tratava de João Rodrigues de Castelo Branco, que nessa altura ainda se encontrava em Portugal, mas de um outro ‘João Rodrigues’ que, em Lisboa, vivera em casa do comerciante.

Obviamente que sabemos bem que, para os defensores da interpretação de que Amato e Diogo Pires eram primos, a fundamentação estaria na **nota à margem** do texto que se pode ler (só) na ‘primeira edição’ de “*In Dioscoridis... enarrationes*”: “(...) *Pyrrhus Lusitanus doctissimus et Amato consanguineus*. (...)”¹⁹⁶ Lembremos, porém, que esta nota à margem foi retirada (correção óbvia) na ‘segunda edição’, como aliás já tinha sido notado por outros autores, v. g. J. J. Alves Dias: “(...) Quando [Amato] publica as *Enarrationes*, em 1553, indica [para nós, não é Amato quem indica: vide infra] numa anotação que ‘*Pyrrhus Lusitanus doctissimus et (sic) Amato consanguineus*’. (...) A própria referência de consanguinidade de Pires desaparece na edição de *Dioscórides*, de 1538 [leia-se, 1558: gralha ‘tipográfica’ óbvia], feita em Lyon. (...)”¹⁹⁷

Para esclarecimento desta problemática, começemos por analisar as oito primeiras “edições” de “*In Dioscoridis... enarrationes*”.



Fig. 11 – Capas das oito primeiras ‘edições’ e ‘reedições’ de “*In Dioscoridis... Enarrationes*”, de Amato Lusitano.

A primeira e óbvia conclusão que se tira dessa análise é que se trata apenas de *duas* edições, em que a *princeps*, de Veneza (1553), foi reimpressa mais três vezes, com mudanças na capa e pouco mais (Estrasburgo, 1554; Veneza,

1557; Veneza 1557), o mesmo acontecendo à segunda edição, de 1558, de Lyon (reimpressa mais três vezes, com a mesma data e na mesma cidade – as reimpressões foram feitas apenas por editores diferentes), isto é, estamos perante só **duas matrizes tipográficas**, que foram sendo reaproveitadas dadas as dificuldades da manipulação dos caracteres individuais tipográficos que então se usavam. A página 143 repete-se, sempre igual, nas quatro primeiras 'reimpressões' (primeira matriz) e a página 204 repete-se nas quatro subsequentes 'reimpressões' (segunda matriz). E qual foi a razão do desaparecimento da nota à margem na 'segunda edição' e nas suas subsequentes reimpressões? Adiantamos três possíveis explicações, que têm a ver com:

– **Editor.** Lembre-se que "(...) os descendentes de judeus preferiram a endogamia, os casamentos consanguíneos – embora com dispensa papal –, numa afirmação de hermetismo, que era também uma afirmação de alteridade para com a maioria cristã. (...) A endogamia visava preservar a identidade histórica, a transmissão das tradições judaicas, mas também a manutenção da riqueza judaica dentro da mesma estrutura social. (...)”¹⁹⁸ Aliás, a própria Igreja Católica transformou estes casamentos num negócio bem rendoso, uma vez que as dispensas papais eram bastante caras, havendo mesmo registo de judeus que se deslocavam ao Vaticano para as obterem.¹⁹⁹ Ora, outrora (como agora) **as notas à margem eram (são) da responsabilidade do editor!** Assim, à distância – o livro foi impresso em Veneza e Amato residia em Ancona –, as judiarias eram vistas como um aglomerado 'endogâmico', em que todos seriam mais ou menos consanguíneos, o que presumivelmente levou o impressor da 'primeira edição' (1553) à *liberdade editorial* de colocar a nota à margem "*consanguineus*". Mas o compositor tipográfico da 'segunda edição' (1558) 'corrigiu a mão' – e bem.

– **Amato Lusitano.** "(...) Na época, os manuscritos viajavam e eram impressos longe da vista e da revisão do seu autor (...)”²⁰⁰ – por exemplo, "*Menina e Moça*" foi impresso na longínqua Ferrara –, o que também aconteceu com "*In Discoridis... enarrationes*". A primeira pessoa a ficar surpreendida com a nota à margem do texto deverá ter sido o próprio Amato, e poderá ter sido mesmo ele a exigir a sua remoção aquando da feitura de uma nova versão tipográfica. Acresce que teria razões para tal exigência, uma vez que já se sentira bastante frustrado com a edição do seu primeiro livro, o "*Index Discoridis*" (1536): "(...) **O livro foi corrompido** por um certo indivíduo (...) ao qual, não estando eu presente, confiara a tarefa de corrigir. (...)”²⁰¹ E quando, pela acusação de heresia, já começavam a surgir reacções adversas decorrentes da publicação do livro de Pietro Andrea Matthioli,²⁰² "(...) cujo feitio azedo e atribulário lhe concitou amargas censuras e prejudicou o mérito

real (...),”²⁰³ a associação do nome de Amato, em termos consanguíneos, ao grupo judaico mercantil de Ancona (Henrique Pires, filhos e sobrinho) seria para ele comprometedor. De notar que a catilinária do zoilo Matthioli *adversus* Amato Lusitano veio a público exactamente em 1558, data da oportuna 'segunda edição' do "*In Discoridis... enarrationes*", agora compreensivamente **expurgada da nota inicial à margem do texto**. Prudentemente, nesse mesmo ano, Amato deixou Ragusa – uma "(...) *ilha católica (e sabe-se com que ardente catolicismo)* (...)”²⁰⁴ – e fixou-se em Salónica.

– **Filólogos (dicionaristas).** Dissequemos agora o vocábulo "consanguíneo", no necessário *contexto cultural hebreu* e na centúria de Quinhentos. Compulsámos o "*Dicionário de Moraes*" (8ª edição, 1994), e encontramos a seguinte definição de "consanguinidade": "(...) Parentesco por sangue; relação entre os que procedem do mesmo pai ou da **mesma raça**. (...)”²⁰⁵ Depois, na Biblioteca Pública de Évora, consultámos vários outros dicionários (v. g. Cândido de Figueiredo, 1949; J. Pedro Machado, 1991

Consanguinidade (u-i), s. f. (do lat. *consanguinate*-.). Parentesco por sangue; relação entre os que procedem do mesmo pai ou da mesma raça.

221

Fig. 12 – Definição de "consanguinidade" no "Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido de Figueiredo", vol. 1, 1949, p. 221,

e verificámos que a maioria reproduz exactamente a mesma definição de António de Moraes (Silva), aliás com um pormenor não despidendo: "(...) Parentesco por sangue; relação entre os que procedem do mesmo pai ou da mesma raça. (...)”²⁰⁶ – ênfase dos próprios dicionaristas! –, isto é, os autores enfatizam a conjunção "**ou**" obviamente para chamar a atenção do leitor de que a relação de consanguínea se estende **também** à 'raça'. E lembramos que este entendimento de consanguinidade, extensivo à "raça", é partilhado por outros autores, v. g. o grande bibliófilo e escritor erudito Cunha Rivara: "(...) Até os nossos **consanguíneos Brasileiros** depararão aqui [no livro de Pyrard de Laval] com um retalho de apreciáveis memórias do que era a Terra de Santa Cruz naquellas eras primitivas da sua colonização. (...)”²⁰⁷ Cunha Rivara não pretendeu, obviamente, significar que os brasileiros leucodérmicos são nossos "primos", mas sim que têm sangue português, são luso-descendentes, ou seja, são (ainda) etnicamente lusitanos: são afinal, *simbolicamente*, nossos "irmãos".²⁰⁸ O vocábulo "consanguíneo", utilizado em determinados contextos, traduzia e traduz, pois, tão-

só a expressão de um **sentimento de pertença a um grupo étnico ou 'racial' específico**.

Para um melhor entendimento da questão, lembremos alguns aspectos relevantes da vida e obra do grande filólogo que foi António de Moraes Silva (1755-1824), que entendia e vivia esta problemática:

– sentimental e linguisticamente, Moraes (Silva) era um purista da língua portuguesa, pelo que ele poderia afirmar, *avant la lettre*: “a minha Pátria é a língua de Camões.”

– nacionalidade: embora muitos autores o definam como “lexicólogo brasileiro”, a verdade é que era português (natural do Rio de Janeiro, foi estudante de Direito na Universidade de Coimbra), e só foi brasileiro durante dois anos – faleceu em 1824, e o Brasil tornou-se independente em 1822.

– consanguineamente: seria judeu, ou tido como tal.²⁰⁹ Denunciado “(...) por práticas consideradas heréticas aos olhos do Tribunal [do Santo Ofício de Coimbra], Moraes foi processado por duas vezes: a primeira em 1779 (Processo nº 8044) e a segunda em 1806 (Processo nº 14321). (...) Mesmo tendo confessado, o Santo Ofício não julgou sinceras suas palavras e decretou sua prisão. Tal acto levou o dicionarista à fuga para a Inglaterra. (...) Retornado a Lisboa em 1785, (...) apresentou-se Moraes ao Tribunal (...). O Santo Ofício condenou-o, em 23 de Dezembro do mesmo ano, a fazer a abjuração *in forma Ecclesiae*, com confiscação de bens (...). Permaneceu Moraes em Portugal até 1794, [casando-se] com Narcisa Pereira da Silva. (...) Novamente processado pela Inquisição em 1806, esse segundo processo não logrou efeito e foi arquivado. (...) Foi, provavelmente, em Londres que Moraes organizou a estrutura do seu '*Diccionario da Língua Portuguesa*' publicado em 1789 (...), em Lisboa. (...)”²¹⁰ Ora, nas primeiras edições do dicionário de Moraes, vimos estar omissa a segunda parte da definição de “consanguinidade”, a que viria a incluir **também a 'raça'** em edições subsequentes, mas desconhecemos a razão da discrepância entre as edições iniciais e as posteriores: ‘profilaxia’ dos editores ao livro de um criptojudeu (auto-censura)?; censura da própria Inquisição? O facto é que a definição consagrada em muitos dicionários actuais, que têm por base o dicionário matricial de Moraes, inclui a “raça”.

Retornemos à suposta relação de parentesco entre Diogo Pires e Amato Lusitano: mas, afinal, eram consanguíneos? Mas, por certo: tinham ambos o mesmo sangue – **sangue judeu!** No conceito da época e de vários dicionaristas, podemos concluir que Amato (não só ele) empregava a palavra “consanguíneo” na acepção de pertença ao mesmo ‘grupo étnico’, isto é, na acepção de ‘hebreu’: ‘irmão’ do mesmo sangue, ‘irmão’ da “gente de nação”. Num tempo em que a (falta de) “limpeza de sangue” ditava o ostracismo e/ou a perseguição, os luso-hebreus evocavam, entre si, a sua ‘*consanguinidade étnica*’ como uma

(cripto)mensagem da sua identidade e mutuo auxílio, em especial quando na diáspora – como que uma ‘senha’ que os irmanava. Amato lusitano – ou o primeiro editor de “*In Discordis... enarrationes*” – não pretendeu, pois, significar que Diogo Pires fosse da sua *parentela* (“primo”), mas, sim, que era etnicamente hebreu, como ele; era seu “consanguíneo” na acepção ‘racial’ (passe o termo) e bíblica: trata-se, enfim, da multi-secular identidade étnica das “doze tribos de Israel”, que constitui o verdadeiro cimento aglutinador da solidariedade inter-judaica. Afinal, biblicamente, somos todos consanguíneos, uma vez que Adão “(...) gerou filhos e filhas (...)”,²¹¹ que se “conheceram” entre si, gerando a descendência que viria a povoar o Mundo.

Percebe-se, assim, que Amato tenha escrito, noutra passagem, a significativa frase: “(...) Do mesmo modo sucedeu com o sacerdote tecelão e o seu vizinho Joséz Oef, pessoa da minha **estirpe e raça**. (...)”²¹²

• “Catarina Aires”, putativa mãe de Amato, e Filipe Montalto, seu putativo sobrinho-neto.

Primeiro facto a ter bem presente: a **coexistência**, na maioria das vilas e cidades do Reino (Castelo Branco incluso, obviamente), de **famílias cristãs-velhas e cristãs-novas de apelido Roiz/Rodrigues!** – escamotear este facto representaria (representou) um reducionismo susceptível de conduzir a interpretações erróneas sobre as teias familiares de indivíduos detentores daquele antroponímico. E façamos, também, uma evocação contra a amnésia: Filipe Montalto já foi dado, sucessivamente, como **irmão**,²¹³ **primo**²¹⁴ e **sobrinho-neto**²¹⁵ de Amato Lusitano, o que espelha a solidez de certas ‘conclusões’ que têm sido aduzidas à biografia amatiana. Importa, pois, que esta problemática seja trazida para o domínio historiográfico e retirada do domínio ficcional em que foi colocada.

Começemos por remover escolhos. Sendo Filipe Montalto e Amato ‘irmãos’ (ainda em 1995 se repetia esta asserção,²¹⁶ que data pelo menos de 1747),²¹⁷ a sua presumível mãe seria uma albicastrense enterrada na igreja de Santa Maria de Castelo Branco a 13 de **Junho de 1567** (vide infra): limitamo-nos a lembrar que a certidão de baptismo de Montalto está datada de 6 de **Outubro de 1567**²¹⁸ e que Amato faleceu em 21 de Janeiro de **1568**, com cerca de 57 anos de idade – cabe ao leitor retirar as devidas ilações.

Quanto a serem ‘primos’: os autores desta hipótese não adiantaram qualquer explicação para o seu ‘palpite’ que, aliás, parece não ter granjeado adeptos.

Resta, pois, atermo-nos à efabulatória hipótese, aliás bem enraizada, de Montalto ser ‘sobrinho-neto’ de Amato. A partir do trabalho de José Lopes Dias “*Laços familiares de Amato Lusitano e Filipe Montalto (Novas investigações)*”, de 1961,²¹⁹ vários autores têm estabelecido a seguinte linha de descendência da putativa família de João Rodrigues

de Castelo Branco, desde a sua suposta “mãe” até ao seu hipotético “sobrinho-neto” Filipe Montalto: “Catarina Aires I” gerou a ‘Filipe Rodrigues I’ (além de mais três varões: José, Pedro e João Rodrigues); ‘Filipe Rodrigues I’ ‘conheceu’ Brísida Gomes e geraram ‘Catarina Aires II’ (a partir daqui, passamos a prescindir dos colaterais); ‘Catarina Aires II’ ‘conheceu’ António Aires e gerou ‘Filipe Rodrigues II’ (Montalto). Extensão colateral, extemporânea: ‘Filipe Rodrigues I’ é *declarado* irmão (?) de João Rodrigues de Castelo Branco. Conclusão tida por óbvia para os patronos desta sequência familiar: ‘Catarina Aires I’ seria mãe de João Rodrigues de Castelo Branco – *quod erat demonstrandum*...

Aclare-se, desde já, a origem do suposto nome “Catarina Aires” [I], pretensa mãe de Amato Lusitano, que, no assento de óbito (infra), está **inominada**. Escreve J. Candeias da Silva: “(...) Ouvi há pouco o ilustre amatiano Sr. Prof. Alfredo Rasteiro atribuir-lhe o nome de Catarina Aires. (...)”²²⁰ Assim, cabe ao “ilustre amatiano” desvelar a sua fonte documental, uma vez que é parco no que escreve: “(...) A Mãe do Albicastrense João Rodrigues, **Catarina Aires**, faleceu em 13 de Junho de 1567. (...)”²²¹ – ênfase nossa. Por seu turno, J. Candeias da Silva construiu uma árvore genealógica em que nomeia o “pai” de Amato por “**Rodrigo Amado**”, mas o autor não avança qualquer documentação probatória da sua elaboração²²² – não será despidiando lembrar que os registos paroquiais só se iniciaram em Castelo Branco c. 1540 e que o pai de Amato deveria ter nascido c. 1485, ou mesmo antes.

No sentido de facilitarmos a exegese desta problemática, evoquemos os dois documentos ‘fundadores’ de toda a suposta base probatória da teia familiar albicastrense de João Rodrigues (excluimos aqui, obviamente, a hipotética teia Cohen/Henrique Pires, já analisada e por nós – não só – rejeitada), documentos que, para fins práticos, designaremos por:

– “Clã A”: assento de óbito divulgado por Manuel Castelo Branco, do seguinte teor: “(...) Aos 13 dias do mês de Junho de 1567, faleceu a mãe de Filipe Rodrigues mercador. Não fez testamento e jaz enterrada dentro da igreja. Comprou cova e deram a prenda ao P.[adre] Baltazar Gonçalves. (...)”²²³

– “Clã B”: as relações desta família deduzem-se facilmente a partir da “*Genealogia do L.do Francisco de Luna (irmão de Filipe Montalto)*”, inserta no trabalho já citado de José Lopes Dias.²²⁴ Nesta genealogia, traçada por Francisco de Luna, médico preso pela Inquisição, ele desvela a sua ascendência a partir do seu avô materno: “(...) a seu avô materno chamava-se Filipe Roiz (...)”; “(...) a seu pae chamava-se António Ayres e à sua mãe Catharina Ayres (...)”; “(...) que elle declarante teve entre irmãos e irmãs *cinquo* a saber Filipe Roiz que era o *mais velho* e he já fallecido (...)”²²⁵ etc. – seguem-se dados familiares que não interessam à nossa

análise, posto que se referem a colaterais. Notemos que Filipe Roiz (Filipe Montalto) “era o [irmão] mais velho” de uma fratria de cinco, e J. Lopes Dias, no mesmo trabalho em que apresenta a “*Genealogia...*”, grafa: “(...) Filipe Rodrigues ou Filipe Montalto, era o *terceiro* filho. (...)”²²⁶ Mas retenhamos que estas declarações de Francisco de Luna confirmam, no essencial, a sequência da descendência familiar desde Filipe Roiz até Filipe Montalto, que tem sido referida por vários autores a partir de J. Lopes Dias: Filipe Roiz (avô de Montalto) > Catharina Ayres (mãe, que casou com António Ayres) > Filipe Roiz (Filipe Montalto) e Francisco de Luna, além de outros irmãos. J. Lopes Dias ainda verte um outro documento do irmão de Montalto, “*Confissão do L.do Francisco de Luna*”, em que o acusado, após dois anos de prisão, sujeito às técnicas persuasivas da Inquisição portuguesa, se retrata da sua condição de seguidor da “Ley de Moyses”, “(...) guardando os sabbados e não comendo carne de porco, lebre, coelho, peixe sem escama e na verdade fazia todas as mais cremonias da d^a Ley q. eram jejuar o jejum do dia grande q. vem no mes de Setembro, e o da Rainha Esther e a Pascoa do Cordeiro, e da Ley de Xpo. (...)”²²⁷ Depois, o irmão de Filipe Montalto passou a denunciar, como criptojudeus, Simão Roiz, Gonsalo Roiz Carvalho, Ana Roiz, Branca Dias, Domingos Roiz, etc. Aliás, “(...) esta numerosa família Rodrigues/Montalto [e, por acréscimo, também vários amigos] pagou largo tributo à Inquisição. (...)”²²⁸

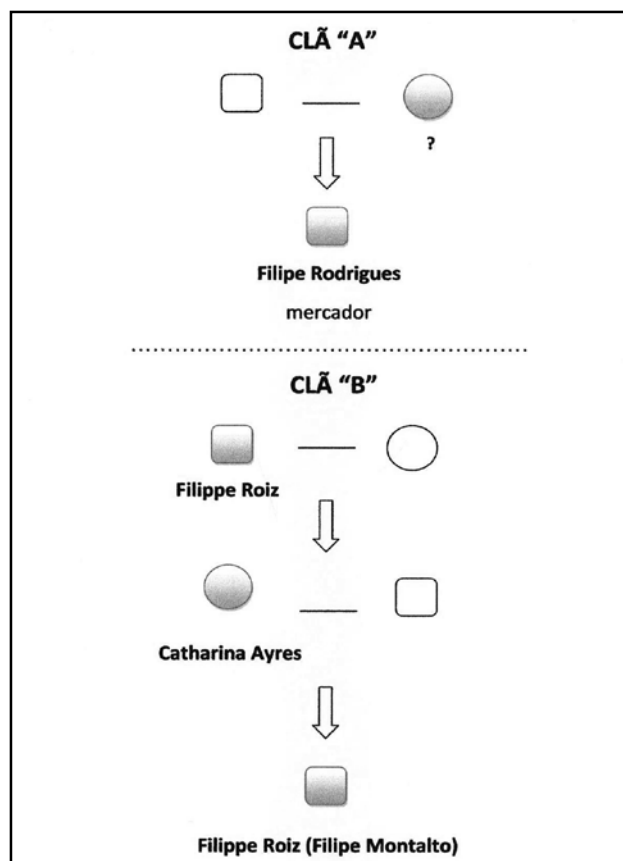


Fig. 13 – Esquematização das pretensas relações familiares entre dois clãs Rodrigues.

Assim, estamos a dois níveis de interpretação distintos, em que temos enumerados dois Filipe Roiz/Rodrigues:

Filipe Rodrigues do “Clã A”, de quem se sabe **apenas** ser “mercador”, e Filipe Roiz do “Clã B”, de quem se sabe **tão-só** ser avô de Montalto: **desconhecem-se, totalmente, quaisquer outros dados biográficos de ambos!** Ou, mais lhanamente: importa provar que ambos são uma e mesma pessoa – o que ninguém provou! Numa cidade em que, consabidamente, existiam vários clãs distintos de apelido Rodrigues, uns cristãos-velhos e outros cristãos-novos – “(...) o apelido Rodrigues é assaz frequente na região, em numerosas famílias de parentesco remoto ou próximo e **em outras, sem parentesco algum** nem afinidades de qualquer espécie (...)”²²⁹ –, convenhamos que, **historiograficamente**, não colhe recorrer-se tão-só à homonímia. A unicidade ‘Filipe Rodrigues mercador’/ ‘Filipe Roiz avô de Montalto’ queda, pois, por demonstrar!

Mas, uma vez que foi a partir de J. Lopes Dias que se difundiu a ideia dos “*Laços familiares de Amato Lusitano e Filipe Montalto*” (título de um seu trabalho), vejamos o que o autor nos diz:

– “(...) **Cremos** haver identificado um terceiro irmão [de João Rodrigues de Castelo Branco], Filipe Rodrigues. (...)”²³⁰

– “Proponho-me resolver um dos enigmas mais impenetráveis: o das suas [de Amato] ligações familiares com Filipe Montalto. (...)”²³¹

– “(...) Estudos recentes *que vamos explorar* identificam outro irmão [?] de Amato, de nome Filipe Rodrigues, avô materno e homónimo de Filipe Montalto. (...)”²³²

Assim, uma simples sugestão (!) – a hipotética existência de um irmão de Amato, de nome Filipe –, reiteradamente repetida, passou a adquirir foros de ‘verdade’ inquestionável: “(...) Ninguém nos impede de continuarmos a saber que o Dr. João Rodrigues, de Castelo Branco [era] irmão do mercador Filipe Rodrigues. (...)”²³³

Que Filipe Montalto tinha um avô materno de seu nome Filipe Rodrigues (Filippe Roiz), é confirmado pelo seu neto Francisco de Luna; mas que Amato tivesse **um terceiro irmão** (Amato referiu a existência de apenas **dois** irmãos),²³⁴ de nome Filipe Rodrigues, não foi apresentada pelo(s) mentor(es) da hipótese qualquer fonte documental probatória! “(...) **Cremos** haver identificado um terceiro irmão (...)” de Amato, é, em boa verdade, muito pouco – e, em termos historiográficos, não é nada que possa ser aceite. À semelhança do que começa a ser vulgar em certos trabalhos “científicos”, também J. Lopes Dias começou por enunciar uma hipótese e acabou por dá-la como provada, sem que, de facto, o tenha feito! Escrutinámos, cuidadosamente, “*Laços familiares de Amato Lusitano e Filipe Montalto*” e não encontrámos aí nenhuma **prova** da pretensa existência de um terceiro irmão de Amato: a base da conclusão (extemporânea, convenhamos) deveria

ser a “*Genealogia do L. do Francisco de Luna*”, inserta naquele trabalho, mas não se evoca ali, uma só vez que seja, o nome de João Rodrigues. E como o grande historiador amatiano J. Lopes Dias, seguindo as leis da vida, já nos deixou, cabe agora o ónus da prova de que Amato Lusitano tinha um irmão de nome Filipe Rodrigues aos autores que o vão repetindo, acriticamente. Filipe Rodrigues, um suposto irmão de Amato, é uma figura ficcional, que não histórica! – um nome à procura de um personagem.

Pormenor não despreciando: o silêncio de Filipe Montalto, em todas as suas obras e cartas, em relação a Amato, “tio-avô” (presuntivo, já se vê), célebre em toda a Europa renascentista, cujas sete “*Centúrias*” deverão ter servido de esteio à sua formação e depois à sua clínica: Amato “(...) não é citado nem uma só vez [por Montalto], o que seria deveras estranhável, com personagem de tal categoria. (...)”²³⁵ O argumento avançado por alguns autores é que ele nunca evocaria Amato para não ‘denunciar’ os seus familiares aos olhos da Inquisição (lembre-se que quer Amato quer Montalto escafederam-se para fora do País, onde o braço inquisitorial português não os alcançava). Ora, Filipe Montalto nem sequer se coibiu de escrever cartas comprometedoras para *familiares a residirem em Portugal*: por exemplo, uma carta sua, datada de Florença de 17 de Agosto de 1609, e dirigida ao seu cunhado Thomas da Fonseca, acabou por determinar a prisão deste pela Inquisição. Sujeito às técnicas persuasivas do “Santo Ofício”, Thomas da Fonseca denunciou, como heréticos, pelo menos 15 indivíduos, entre os quais 11 familiares (pai, duas irmãs, tia, duas sobrinhas, três primos e dois cunhados, sendo um deles o próprio Filipe Montalto).²³⁶ A não evocação por Montalto, nos seus escritos e nas suas várias cartas, do nome de Amato Lusitano, não colhe, pois: a Inquisição conhecia, detalhadamente, as relações familiares dos cristãos-novos, quer pelos seus informadores (bastava perguntar ao padre da paróquia), quer pelas confissões de imensos detidos acusados de judaísmo.

Cotejando, pois, o “Clã A” e o “Clã B” (Fig. 13) poderá concluir-se, historiograficamente, que Filipe Rodrigues, mercador (**sem qualquer tipificação biográfica conhecida**), é Filippe Roiz (idem), avô de Filipe Montalto? Falta, para ‘clonar’ os dois indivíduos, o que nós chamamos o ‘DNA histórico’, isto é, a **prova documental** da hipótese enunciada.

E, obviamente, o mesmo crivo crítico deverá ser aplicado à afirmação de que Filipe Rodrigues “mercador” era Filipe Rodrigues o presuntivo terceiro irmão (figura de pura ficção) de Amato Lusitano. A assunção de que Filipe Rodrigues seria irmão de Amato decorreu de interpretações manifestamente reducionistas: a) tomou-se em consideração tão-só o microcosmo populacional (a suposta existência de *uma única família de apelido Rodrigues*), esquecendo-se o

macrocosmo populacional que era Castelo Branco, em que *coexistiam várias famílias com aquele patronímico*, sendo umas cristãs-velhas e outras cristãs-novas; b) entendeu-se que a simples homonímia era suficiente para ‘clonar’ dois indivíduos constantes de documentos diferentes.²³⁷ Tomemos um exemplo: no início do século XVI, vivia na Rua Nova de Castelo Branco um indivíduo chamado Gonçalo *Rodrigues* – “Salomão Coleiria (ou Pernica?)”, antes do baptismo²³⁸ – : será correcto associá-lo a *qualquer* família Rodrigues albicastrense com base *apenas* na coincidência antroponímica? Mais um irmão para Amato?

Quanto à questão da putativa mãe de Amato Lusitano, importa começar por enfatizar que, uma vez que “(...) os novos nomes de família [dos judeus] eram na maior parte das vezes os dos seus padrinhos (...)”²³⁹ – Rodrigues não é um apelido hebreu! –, é óbvio que coexistiam em Castelo Branco clãs Rodrigues ‘cristãos-velhos/padrinhos’ (por exemplo, o do poeta Joam Roiz de Castellbranco) e clãs Rodrigues ‘cristãos-novos/apadrinhados’ (por exemplo, o dos imensos judaizantes da família de Filipe Rodrigues/Montalto). O documento que está na origem da identificação da hipotética mãe de Amato é lacónico, mas para nós esclarecedor: foi “(...) enterrada **dentro da igreja** (...)”, na freguesia de Santa Maria de Castelo Branco, a 13 de Junho de 1567, “(...) **comprou cova e deram a prenda ao P.[adre]**. (...)” A *inominada* albicastrense em questão deveria ser (re)conhecida na comunidade albicastrense como cristã-velha, dado que os enterros nas igrejas não eram clandestinos: eram, sim, públicos e largamente participados pelos crentes. Via de regra, sequer ao menos em Quinhentos, os cristãos-novos não eram sepultados **dentro** das igrejas, mas sim fora delas: enterrar num templo cristão alguém conhecido na comunidade como cristão-novo – logo, presumível ou comprovadamente herético – constituiria uma profanação ao seu solo sagrado.²⁴⁰ Os padres – extensões tentaculares da Inquisição – não o consentiam (os delatores estavam atentos), e, por outro lado, os cristãos-novos, ainda arreigados à sua antiga matriz cultural e religiosa, não o desejavam. Lembremos a vera “(...) identidade judaica: baptizados, muitos cristãos-novos assumiam-se no seu íntimo como judeus e encontravam diversas maneiras (...) de manterem vivas as tradições dos seus antepassados: a prática do sábado, os jejuns, a *Pessah*, o **ritual da morte** (...), a crença na vinda do Messias dos Judeus, etc, etc. (...)” Consequentemente, “(...) a morte era traduzida por um acto **no interior da família e na presença exclusiva de cristãos-novos**, assim como a **sepultura** era escolhida por estes num local que assegurasse ao morto ser sepultado **em terra virgem**. (...)”²⁴¹ Esta problemática – o falecimento, o enterro e a sua liturgia – era, aliás, um dos motivos por que os cristãos-novos procuravam evadir-se de Portugal (daí a ‘lenda’ da existência de “abafadores”

para os que permaneciam no País²⁴²): para poderem morrer ‘em paz’ no seio da família, segundo os seus ritos ancestrais, em comunhão com o Transcendente, e para serem enterrados em “terra virgem”, de acordo com a sua mística hebraico-cabalística.

Demais, tendo toda a família Montalto estado envolvida em problemas graves com a Inquisição (vide supra), por via do seu criptojudaísmo provado, não é crível que a *verdadeira* bisavó de Filipe Montalto não fosse também (cripto)judaizante. “Deram a **prenda ao padre**”, reza o assento de falecimento. Deram a prenda para ‘pagar’ a assistência do padre no passamento da mãe do mercador, isto é, para lhe administrar a extrema-unção? – se sim, obviamente que não se trataria de uma família cristã-nova, criptojudaica como eram as de Amato e de Filipe Montalto. A mãe de Filipe Rodrigues mercador, personagem anónima “enterrada **dentro da igreja**”, pertencia, seguramente, a uma família Rodrigues cristã-velha (**não existe no seu assento de enterramento uma única palavra que permita rotulá-la como cristã-nova!**), enquanto Amato Lusitano pertencia, comprovadamente, a uma família Rodrigues cristã-nova. Ou explicitando ainda melhor: a verdadeira mãe de Amato, nascida no último quartel de **Quatrocentos, era, matricialmente, uma judia!** Assim, não é de admitir que a ‘inominada’, que foi a sepultar na igreja de Santa Maria de Castelo Branco a 13 de Junho de 1567, fosse: 1 – cristã-nova (criptojudia); 2 – mãe de Amato; 3 – ou sequer familiar da linhagem de Filipe Montalto, onde proliferavam os criptojudeus.

Por fim, façamos ainda um ‘exercício’ baseado em fontes demográficas coevas – colocamo-nos, obviamente, no domínio das hipóteses plausíveis. Nos séculos XVI e XVII, o primeiro casamento ocorria bastante tarde, situando-se a média por volta dos 25 anos nas mulheres portuguesas e um pouco mais tarde nos homens.²⁴³ Tendo Amato nascido em 1510/11, e admitindo-se que ele tivesse sido o primeiro filho do casal (?), a sua verdadeira mãe teria nascido cerca de 1485. Ora, como a sua pretensa ‘mãe’ foi a enterrar em 1567, teria então algo como 82 anos, isto é, teria falecido demasiado longeva para a época: octogenária (ou septuagenária, se lhe retirarmos alguns anos), o que seria muitíssimo improvável dado que, em Quinhentos, a esperança média de vida à nascença se cifrava em cerca de 30 anos!²⁴⁴ Pode, pois, concluir-se que a **putativa** ‘mãe’ de Amato nasceu e morreu bastante tempo depois da sua **verdadeira** mãe: hipoteticamente, pelo menos três a quatro décadas. Note-se que a suposta ‘mãe’ de Amato faleceu apenas sete meses antes dele...

Em suma: a grande clivagem entre o cristianismo e o judaísmo assenta, fundamentalmente, na aceitação ou recusa dos seguintes princípios religiosos: divindade de Jesus Cristo, Santíssima Trindade, e adoração de imagens de santos, no espaço público e no domicílio. Ora, tanto

quanto os dados existentes permitem discernir, o mercador Filipe Rodrigues e a sua mãe ("Clã A") seriam de confissão cristã-velha (percebe-se que são membros *integrantes e integrados* na comunidade católica de Castelo Branco), enquanto o clã Filipe Roiz/Montalto ("Clã B") era manifestamente criptojuzeu (um grande número de elementos da família foi denunciado à Inquisição como judaizante). E, por último, uma vez que Filipe Rodrigues, um hipotético irmão de Amato, é um personagem ficcional (é fruto de pura efabulação – não existe a mínima base documental que permita admitir a sua existência!), é óbvio que João Rodrigues de Castelo Branco não teria qualquer ligação familiar com os clãs 'Filipe Rodrigues/mercador' e 'Filipe Roiz/avô de Montalto': pertenceria a um clã Rodrigues distinto (um dos vários existentes em Castelo Branco) – chamemos-lhe "Clã C".

O tempo, o reducionismo e a falta de rigor historiográfico entreteceram uma manta extensa de retalhos em que se fundiram quatro clãs distintos: Pires/Cohen, de Évora e Lisboa; João Rodrigues/Amato Lusitano, de Castelo Branco; Filipe Rodrigues mercador, filho da inominada que foi sepultada na Igreja de Santa Maria, em Castelo Branco ("Clã A"); e Filipe Roiz/Montalto ("Clã B"). Impõe-se, pois, a partir de agora, devolver a cada um destes clãs a sua própria identidade; ou, por outras palavras, incumbe aos defensores daquelas 'clonagens' inter-clãs avançar com documentação probatória – o 'DNA histórico' de que falámos – que fundamente as suas conclusões.

Considerandos Finais

Os trabalhos sobre a biografia de João Rodrigues de Castelo Branco estão, muitas vezes, penetrados por acúleos espúrios que se geraram no afã de tentar publicar 'novidades' – parafraseando um opositor de Freud: 'nem tudo que é novo é bom e nem tudo que é bom é novo'. Assim, na sua biografia importa discernir entre o que é genuinamente analítico e o que é simplesmente opinativo.

Por um imperativo de rigor e de justiça, entendemos que Amato Lusitano e os seus genuínos familiares devem ser 'devolvidos' inteiramente à cidade de Castelo Branco, a que por nascimento e por direito pertencem – a pretensa ligação familiar aos Cohen de Évora carece, como visto, de provas documentais fiáveis. Quanto a Évora, orgulha-se a cidade – e a justo título – de ter sido o berço natal do vate novilatino Diogo Pires (Didacvs Pyrrhvs Lusitanvs),²⁴⁵ "*velho companheiro*" de Amato nos estudos salamantinos e depois na errância do exílio, pelo que o burgo eborense o homenageou com uma placa comemorativa, à entrada da antiga judiaria, na rua da Tamara (uma judia, mulher de um tecelão, que tinha ali umas 'casas').²⁴⁶

Sobre o mais, diremos: em vários estudos amatianos,

ou não foi apresentada documentação que fundamente as hipóteses emitidas, ou, por vezes, recorreu-se a *documentos de conteúdo pseudo-amatiano* (como, por exemplo, os do "*Archives Générales du Royaume*", de Bruxelas). Assim, nestas circunstâncias cabe evocar a sábia e incisiva observação de Ricardo Jorge: trata-se de factos historiograficamente '**não certificáveis**'.²⁴⁷ E lembremos, ainda, as palavras justas de Eduardo Nunes: "(...) Judeus, cristãos-novos, Inquisição, continuam a ser temas históricos de audiência garantida, e portanto de forte atracção para editores e homens de pena. Urge estar atento contra a tentação do trabalho apressado ou cientificamente imperfeito. As imperfeições científicas podem insinuar-se quer pelo lado da pesquisa: informação documental incompleta ou insuficientemente representativa; quer pelo lado do temário: problemática inadequada, distorcida, ou tendenciosa. (...) Mais trabalhoso é conseguir completeza eurística. (...) "²⁴⁸

Não se trata, pois, de questionar simplesmente toda a biografia de Amato. Trata-se, sim, de questionar tudo que não está historicamente provado.²⁴⁹ E este questionamento tem apenas um fim construtivo: estimular futuras investigações *fundamentadas* (não bastarão simples arranjos 'cosméticos'), que permitam aclarar as zonas sombrias que existem na biografia amatiana. "*Não pode haver mais no prato do que na panela*", reza um provérbio judeu. *Mutatis mutandis*, não se pode extrair de um documento histórico mais do que ele contém – sob pena de se fazer ficção, e não História. Ricardo Jorge diria: "(...) A historiografia anda a tocar ao viático nestas terras de Fernão Lopes. (...) "²⁵⁰

O edifício amatiano tem sido construído com materiais muito heterogéneos. É verdade que há traves mestras que foram solidamente lançadas! Todavia, para que se mantenha (reforce) a coerência do edifício, há estruturas que carecem de ser reparadas (necessidade de reinterpretção documental com metodologia apropriada) e outras que, pura e simplesmente, deverão ser removidas do edifício (interpretações espúrias e/ou conclusões sem qualquer suporte documental). Atente-se, por exemplo, que muito embora apareça em todos os trabalhos 1511 como o ano do nascimento de Amato (os assentos de baptismo só foram instituídos em Castelo Branco "alguns anos depois de 1540"),²⁵¹ em boa verdade a única fonte primária – a sua própria documentação – tanto permite deduzir 1510 como 1511: em rigor histórico, o período de vida do nosso albicastrense deve, pois, ser balizado como: "1511?-1568", "c. 1511-1568" ou "1510/11-1568"!²⁵²

Em rigor, só se conhecem quatro **fontes primárias** sobre Amato (c. 1511-1568): a sua própria obra (nem sempre suficiente e correctamente interpretada), o Arquivo da Universidade de Salamanca, Andrea Matthioli (1500-1577) e Diogo Pires (1517-1597)²⁵³: a partir daqui começa, em geral, a construção da lenda (note-se que as três últimas fontes possuem informações muito restritas, quer no espaço quer no tem-

po).²⁵⁴ Reflecta-se: "(...) O certo de tudo quanto hoje sabemos [sobre Amato] foi tomado dos seus próprios livros. (...)”²⁵⁵

Em suma: impõe-se libertar “*Ioanne Roderico Casteli albi Lusitano autore*” dos atavios com que o têm travestido, restituindo-o a uma biografia escoreita, com suporte documental fiável, para o que cada autor amatiano deverá *remontar às fontes documentais* sempre que reproduz interpretações de terceiros. Importa, pois, trazer as investigações biográficas sobre Amato para o terreno da História – onde nem sempre têm estado –, utilizando-se, obviamente, a metodologia adequada para a (re)interpretação das fontes documentais.²⁵⁶

Como corolário deste nosso trabalho, diremos: a primeira grande dificuldade com que se depara quem se debruce sobre a biografia de João Rodrigues de Castelo Branco radica no facto de que, ao longo do tempo, vários autores amatianos entenderam – reducionisticamente, já se vê – que os indivíduos de Castelo Branco de antroponímico Rodrigues pertenciam todos ao mesmo clã, e isto independentemente de serem cristãos-velhos ou cristãos-novos. Daqui resultou, por exemplo:

– Filipe Rodrigues/Montalto dado, sucessivamente, como irmão, primo e sobrinho-neto de Amato Lusitano;

– Filipe Rodrigues/mercador identificado, efabulatoriamente, como um terceiro irmão – inexistente, do ponto de vista historiográfico – de Amato.

A segunda grande dificuldade com que nos deparamos é a ‘clonagem’ que se fez de indivíduos diferentes num único personagem:

– Juan Rodrigues estudante de Medicina em Alcalá de Henares e João Rodrigues de Castelo Branco estudante em Salamanca;

– Joam Rodriguez cirurgião-artífice de Lisboa e João Rodrigues físico (médico) pela Universidade de Salamanca;

– Jan Roderigho/mercador e afretador de navios em Antuérpia, sobrinho de Henrique Pires, e Ioanne Roderico Casteli Albi Lusitano Autore, médico e estudioso dos simples.

Assim, incumbe agora aos investigadores amatianos procederem à desconstrução de vários factos dados como certos na biografia do grande humanista albicastrense, para o que, no futuro, deverão ser criteriosamente reanalisadas as fontes historiográficas existentes.

Notas:

1 - Por exemplo, ensinava-se ainda nas escolas, no tempo do “Estado Novo”, que Jesus Cristo, crucificado, apareceu a D. Afonso Henriques aquando da Batalha de Ourique, garantindo-lhe a vitória.

2 - “(...) Doutor João Rodrigues de Castello-Branco (*Amato Lusitano*) medico famoso. Perseguido pela Inquisição, foi morrer a Tsalonica, em 1490. (...)”, Augusto S. d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, vol. 2, 1874, p. 180.

3 - “(...) FILIPE MONTALVO, ou FILOTHEO ELIAS MONTALTO, (...) [era] irmão de Amato Lusitano, a quem imitou na profundidade da sciencia Medica, como na observancia dos ritos Judaicos. (...)”, Diogo Barbosa Machado, tomo II, 1747, p. 69.

4 - Maria José Ferro Tavares, 1994-1995, p. 247.

5 - Alfredo Rasteiro, 1995, p. 9.

6 - “(...) *Le médecin Amatus Lusitanus, (João Rodrigues, 1511-1568), et son cadet le poète Didak Portugalac. (...)*”, R. Warnier, 1938, p. 262.

7 - Joaquim Veríssimo Serrão, 1962, pp. 238-243, 327, 432.

8 - António M. L. Andrade, 2009, pp. 10-11.

9 - Idem, 2010, pp. 9-49.

10 - José Lopes Dias, 1971a, p. 9.

11 - Manuel Castelo Branco, 1963, p. 10.

12 - M. J. P. Ferro Tavares, 1987, p. 42.

13 - Carsten L. Wilke, 2009, p. 74.

14 - “(...) Aproximadamente 40 mil julgamentos resistiram ao tempo, 95% deles referentes a crimes de judaísmo. Anita Novinsky encontrou exatos 1.819 sobrenomes de cristãos-novos detidos, só no século XVIII, no chamado “Livro dos Culpados”. Os **sobrenomes mais comuns** dos detidos **eram Rodrigues** (citado 137 vezes), Nunes (120), Henriques (68), Mendes (66), Correia (51), Lopes (51), Costa, (49), Cardoso (48), Silva (47) e Fonseca (33). (...)”, Daniela Kresch.

15 - Aron di Leone Leoni, 2005, pp. 265-266.

16 - J. A. Goris, 1925, p. 680.

17 - J. Candeias da Silva, 2012, pp. 67-73.

18 - João José Alves Dias, 2011, pp. 35-36.

19 - Idem, 2011, p. 27.

20 - João Baptista da Silva Lopes, 1841, p. 434.

21 - “(...) Joaõ Rodrigues natural da Cidade de Tavira (...), Medico da Emperatriz D. Izabel que o levou em sua companhia no anno de 1526, quando se foy despozar com Cezar Austriaco Carlos V (...). Foy peritissimo na Arte Medica como manifesta a seguinte obra que publicou antes de partir para Castella: *Reprehensorium editum contra pravos errores de secanda vena in Pleurisi in basilica ejusdem lateris. (...)*”, D. Barbosa Machado, tomo II, 1747, p. 677.

22 - Manuel da Silva Castelo Branco, 1990, p. 14.

23 - Idem, 1990, p. 8.

24 - Teresa Santander, 1984, pp. 324-325

25 - J. A. Goris, 1925, p. 680. Este autor, na sua dissertação, aproveitou particularmente os anteriores estudos dos arquivos belgas feitos por P. J. Génard, em Oitocentos: P. M. N. J. Génard. *Personen te Antwerpen in de XVIe eeuw voor het “feit van religie” gerechtelijk vervolgd, lijst en ambtelijke bij-hoorige stukken. Antwerpsch Archievenblad/Bulletin des Archives d’Anvers*, vol. VII, circa 1870-1871, pp. 293-310.

26 - A. L. Leoni, 2005, pp. 94, 164.

27 - Joam Rroiz, in: Garcia de Resende, tomo III, 1973, p. 134.

28 - J. Lopes Dias, 1970, p. 7.

29 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. João III, Ofícios, livro 19, fol. 119: 27 de Maio de 1533, J. J. Alves Dias, 2011, pp. 23-24. Para atestar a credibilidade do seu achado, o autor reproduz, iconograficamente, a carta de “sollorgiam” de Joam Rodriguez.

30 - J. Candeias da Silva, 2012, pp. 69-70.

31 - “(...) Nestas mesmas náos ha tambem muitos **artifices** necessarios, de cada officio ou mester dous, taes como, **cirurgiões**, carpinteiros, calafates, tanoeiros, e outros. (...)”, Francisco Pyrard de Laval, tomo II (1601 a 1611), 1862, p. 168. J. Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), que fez a tradução da obra original de F. Pyrard de Laval de francês para português, acrescenta em nota de pé página: “(...) Naquelles tempos, e ainda até perto de nossos dias, a cirurgia era reputada **arte mechanica**. (...)”

32 - M. S. Castelo Branco, 1990, p. 14.

33 - Iria Gonçalves, 1965, pp. 107-108.

34 - J. J. Alves Dias, 2011, p. 36.

35 - Armando Moreno, 1989, p. 5.

36 - Idem, 2007, p. 74. *Mutatis mutandis*, esta autorização para permitir a um ‘curioso’ praticar cirurgia correspondia, *avant la lettre*, às actuais “novas oportunidades” (passe a comparação).

37 - Iria Gonçalves, 1965, p. 71.

38 - Amato Lusitano (A. L.), *I Centúria*, “cura” 1.

39 - A. L., *VI Centúria*, “cura” 100.

40 - A. L., *IV Centúria*, “cura” 20.

41 - Vide: “*Regimento do físico-mor dado por D. Manuel I*”, ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mc. 18, nº 26.

42 - Ferreira de Mira, 1948, p. 153.

43 - A. L., *III Centúria*, “cura” 13.

44 - “(...) O médico é um letrado e um sábio que vai buscar a sua ciência aos livros (...). Quanto ao cirurgião, é um prático que, por prescrição do médico, faz sangrias, procede à incisão dos abscessos, faz pensos em feridas, reduz fracturas. A profissão de médico tem a ver com as “artes liberaes”; a profissão de cirurgião, com as “artes mecânicas”. (...)”, François Lebrun, 1997, p. 299.

45 - D. Barbosa Machado, tomo I, 1930, p. 126.

46 - J. Veríssimo Serrão, 1962, pp. 240-243, 327.

47 - Idem, p. 432.

48 - Ibidem, 1978, p. 272.

49 - Teresa Santander, 1984, p. 324.

50 - J. A. Goris, 1925, p. 680.

51 - Aquilino Ribeiro, 2008, pp. 151-183.

52 - “(...) Fisicamente devia ser um doente, sofrer de uma dessas doenças,

cuja morbidez se veio a traduzir na geração que deixou. Todos os seus nove filhos, mal chegaram à idade de adultos, sucumbiram. Desta fatalidade, inerente ou efeito, derivou o pior lance que Portugal havia de atravessar em dez séculos, a dominação espanhola. (...)”, idem, 2008, p. 182.

Na verdade, só João, pai de D. Sebastião, sobreviveu até aos 17 anos, incompletos (3/VI/1537-2/II/1554) e Maria até aos 18 (15/X/1527-12/VIII/1545); quanto aos restantes, a sua existência foi fugaz: Afonso (1526-1526), Isabel (1529-1529), Beatriz (1530-1531), Manuel (1531-1537), Filipe (1533-1539), Dinis (1535-1537) e António (1539-1540), Ana Isabel Buescu, 2008, pp. 351-352.

52 - Aquilino Ribeiro, 2008, pp. 152, 157. Um outro facto atesta bem o carácter de D. João III: a oposição do Cardeal D. Miguel da Silva – tido como protector dos cristãos-novos – à instauração da Inquisição em Portugal valeu-lhe, entre outros dissabores, a perseguição feroz do rei “Piedoso”. O Cardeal, membro do Conselho Real e escrivão da puridade, acabou por ter de fugir para Itália, escapando a uma ordem régia de prisão. (...) D. João III nunca lhe perdoou a fuga, tendo-o desnaturalizado e condenado por traição em 1542. Moveu influências para que D. Miguel fosse extraditado e ultimamente planeou assassiná-lo. (...)”, [http://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_da_Silva_\(cardeal\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_da_Silva_(cardeal)), consultado em Junho de 2014.

53 - A. L., *VII Centúria*, “cura” 27.

54 - António Matoso 1939, p. 230.

55 - António José Saraiva, 1969, p. 55.

56 - (...) Por ordem de D. João III voltaram os judeus a ser obrigados a trazer signaes, não já na altura do peito, como até então, mas na capa e no pelote, devendo ser uma ‘estrella de pano vermelho de seis pernas, da grandeza de quatro dedos’; os que transgredissem esta disposição, eliminando ou escondendo estes signaes, seriam presos e pagariam, da primeira vez mil réis, da segunda dois mil réis e da terceira seriam declarados captivos da corôa [leia-se, escravizados]. (...)”, J. Mendes dos Remédios, vol. I, 1895, p. 369.

57 - Joel Serrão, 1986, p. 99.

58 - António Matoso 1939, pp. 230-231.

59 - D. João III, (...) um fanático, ruim de condição e inepto, cujo primeiro acto foi a edificação de um convento de dominicanos. (...)”, Maximiano Lemos, 1907, p. 61.

60 - (...) Ano 5266 [1506]. (...) Pregando os pregadores nos púlpitos (...) que qualquer fome, peste ou terramoto que vinham à terra era por não serem bons cristãos, e que secretamente judaizavam; (...) houve dois frades dominicanos que saíram pela cidade de Lisboa com crucifixos às costas amotinando o povo. (...)”, Samuel Usque, 1553, Diálogo terceiro, cap. 29.

61 - “Carta que Gil Vicente mandou de Santarém a el-Rei D. João III, estando S. A. em Palmela, sobre o tremor de terra, que foi a 26 de Janeiro de 1531”, Gil Vicente, 1965, p. 1325.

62 - L. A. Rebello da Silva, 1868, p. 232

63 - Diogo Pires, 1547, in: Carlos Ascenso André, 1992, p. 169.

64 - (...) Fugiram por todos os caminhos quantos podiam representar espírito de progresso, temerosos da noite que se adensava sobre a Nação. (...)”, Aquilino Ribeiro, 2008, pp. 160-161.

Mas esta sangria humana não se limitou apenas ao século XVI. Ainda no século XVIII; D. Luís da Cunha (1662-1749) escrevia, em carta que dirigiu ao futuro rei D. José: “(...) A insensível e cruelíssima sangria que o Estado leva é a que lhe dá a Inquisição, porque diariamente com medo dela estão saindo de Portugal com os seus cabedais os chamados cristãos-novos. (...)”, D. Luís da Cunha, 1978, p. 48.

65 - Leia-se “*Vidal e os seus*”, de Edgar Morin (Vidal, um judeu de Salónica, era pai de Edgar Morin): “(...) Salónica tem judeus de cima a baixo da escala social, desde banqueiros, grandes empresários, médicos, letrados, aos operários, estivadores, carregadores, domésticas, passando pelos artesãos, lojistas, carroceiros. Há mesmo proprietários fundiários e rendeiros judeus. (...) Além disso, a comunidade dispôs a partir de 1515 de uma tipografia (a primeira tipografia otomana só apareceria em 1728). (...)”, Edgar Morin, 1994, p. 16-17.

66 - Roberto Bachmann, 1996, p. 278.

67 - A discriminação sobre os médicos cristãos-novos já se iniciara bastante antes: por exemplo, D. Afonso V determinou, em 1461, que a “examinação” da teriaga só podia ser feita por “*físico cristão*”, Gabriel Pereira, terceira parte, 1891, p. 75.

68 - Jorge de Sena, 1984.

69 - D. Barbosa Machado, tomo III, 1933, p. 44.

70 - J. Veríssimo Serrão, 1978, p. 56.

71 - Joel Serrão, vol. IV, 1984, p. 72.

D. Luís “(...) foy declarado Protector dos Sabios pela semelhança que com elles tinha. (...)”, D. Barbosa Machado, tomo III, 1933, p. 46

72 - Sylvie Deswarte-Rosa, 1991, p. 245.

73 - Idem, 1991, p. 246.

74 - Joel Serrão, vol. IV, 1984, p. 72.

75 - Vide, v. g., “Carta do infante D. Luís para D. João III em que lhe pede perdão para os judeus”, “*As Gavetas da Torre do Tombo*”, vol. I (gav. I-II), 1960, pp. 261-263.

76 - A. L. Leoni, 2005, p. 5.

77 - Mendes dos Remédios, vol. II, 1928, p. 204.

78 - J. Veríssimo Serrão, 1962, p. 56.

79 - Em “*Príncipes de Portugal*”, Aquilino Ribeiro (2008, p. 207) não é simpático para com Violante Gomes – mas para quem foi ele simpático nesse livro? –, e refere-se à apaixonada de D. Luís como “(...) rescendendo todos os ranços da Sinagoga. (...)”

80 - Joel Serrão, vol. IV, 1984, p. 71; vide também D. Barbosa Machado, tomo III, 1933, p. 46.

81 - J. Veríssimo Serrão, 1978, p. 56.

82 - Idem, 1978, p. 82.

83 - Devo ao empenho de minha mulher, Maria da Graça C. Luís David de Morais, a localização deste documento no Arquivo Distrital de Évora: Fundo Paroquial – Sé. Lº nº 3 – Baptizados – Princípio 14-2-1541. Fim – 18-4-1545, p. 122v.

84 - J. Veríssimo Serrão, 1978, p. 56.

85 - Recorde-se que António Prior do Crato foi, em 1580, aclamado rei em Santarém, sendo que a legitimidade dos nossos monarcas vinha do povo – “(...) a cerimónia da aclamação dos nossos reis não sofreu alteração essencial. Foi sempre um ‘levantamento’, e nunca uma ‘coroação (...)’, Paulo Merêa, 1962, p. 417 –, aclamação essa que se repetiu em várias outras cidades do Reino; também cunhou moeda própria; e embora tenha sido derrotado em Alcântara, pouco mais de dois meses após a aclamação, o facto, historiograficamente indesmentível, é que continuou a governar nos Açores, onde se refugiou, e onde os portugueses ainda infligiram uma derrota a Filipe II de Espanha, na batalha da Baía da Salga, em 1581. Só cerca de três anos após a aclamação de D. António I, os Açores foram, finalmente, subjugados pelas forças castelhanas, em 1583.

86 - J. Veríssimo Serrão, 1978, p. 82.

87 - Pero Roiz Soares, 1953, p. 182.

Lembre-se que a condição de judeu é adquirida pela via materna (neste caso a ‘judia’ Violante Gomes), que não pela paterna.

88 - “(...) Considerava-se o Rei João de Aragão, pai de Fernando, como um benfeitor dos judeus. Sua mulher era neta da bela judia Paloma de Toledo. Os judeus sempre se mostraram reconhecidos diante dos favores do rei e o apoiaram com fidelidade. (...)”, <http://www.arquivojudaicop.org.br/2012/pt/compilacoes/wiesenthal.html> (consultado em Abril de 2014).

89 - “(...) O velho Fernando, (...) [e] esposa perjura [Isabel, “*A Católica*”] (...). Ele, vindo de nosso sangue. (...)”, Diogo Pires, in: Carlos Ascenso André, 1992, pp. 53-54.

90 - J. Veríssimo Serrão, 1962, p. 46.

91 - Curiosamente, o vocábulo ‘Botafogo’ viria a perdurar no Brasil, como topónimo e até como nome de um clube de futebol: o famoso artilheiro do galeão, João Pereira de Sousa, pela sua bravura no combate passou a ser conhecido como “Botafogo”, vindo depois a transferir-se para Terras de Vera Cruz, onde lhe foram doadas terras.

92 - A. I. Buescu, 2008, p. 199.

93 - Sylvie Deswarte-Rosa, 1991, pp. 247-249.

“(...) Tanto que se divulgou na Corte a auzença do Infante partira sem permissão delRey para seus companheiros o Duque de Bragança D. Theodosio, Luiz Alvares de Tavora Senhor do Mogadouro, Ruy Lourenço de Tavora seu irmão, D. Afonso de Portugal filho herdeiro do primeiro Conde do Vimioso, e Tristão de Mendonça. (...)”, D. Barbosa Machado, tomo III, 1933, pp. 44-45.

94 - “(...) A Praça da Goleta (...) defendida de huma grossa cadeya que impedia a passagem a todas as embarcações, recorreo o Emperador ao Infante para que (...) cortasse com o seu Galeão [o “Botafogo”] aquella cadeya mais indissolvel que o Nó Gordiano. (...)”, D. Barbosa Machado, tomo III, 1933, p. 45.

95 - A. I. Buescu, 2008, p. 255.

96 - Ricardo Jorge, 1962, p. 145.

97 - Idem, 1962, p. 180.

98 - Augusto da Silva Carvalho, 1955, p. 141.

99 - J. J. Alves Dias, 2011, p. 24.

100 - A. L., *I Centúria*, “cura” 92.

101 - Mario Santoro, 1991, p. 96.

102 - J. O. Leibowitz, 1962, pp. 18-20.

103 - Mario Santoro 1991, p. 33.

104 - George Steiner, in: Ramin Jahanbegloo, 2006, p. 59.

105 - António Borges Coelho, 2013, p. 241.

106 - Toda e qualquer tradução pode conter incorrecções – *traduttore, traditore* –, “(...) como nesse famosíssimo exemplo de uma ‘virgem’ que dá à luz uma criança messiânica, quando a palavra hebraica significa simplesmente ‘uma mulher jovem’. (...)”, George Steiner, 2006, p. 40.

107 - Amati Lvisitani. *Curatium medicinalium, Centuriae Dvae, Qvinta et Sexta*. Lyon: Guillaume Rouillé, 1564, Curatio septuagesima octava, pp. 217-218.

108 - A. A. Marques de Almeida, 1993, p. 35.

109 - António M. L. Andrade, 2009, 2010.

110 - João Augusto David de Morais, 2011, pp. 130 (pé de p. n.º 164), 139-152; idem, 2014, pp. 111-157.

111 - António M. L. Andrade, 2009, pp. 10-11.

Vide também J. A. Goris, 1925, pp. 570 e 651 (*annexe 24*).

112 - Stadsarchief Antwerpenn, *Vierschaar* 316: transcrição in António M. L. Andrade, 2009, p. 12. Documento original em P. M. N. J. Génard, vol. VII, circa 1870-1871, pp. 293-310. C. f., também, J. J. Alves Dias, 2011, pp. 26-27.

113 - António M. L. Andrade, 2010, p. 23; idem, 2009, p. 13.
114 - António M. L. Andrade continua a insistir: "(...) A confirmação das relações familiares de Amato [com o clã Pires-Cohen] foi demonstrada em A. M. L. Andrade, 'Ciência, Negócio e Religião: Amato Lusitano em Antuérpia'; (...) a própria família Pires-Cohen, **ao serviço de quem Amato se encontra**, nomeadamente em Antuérpia (1534-1540) (...)", António M. L. Andrade, 2014, nota de pé de pág. nº 4, pp. 26 e 34 [ênfases nossas].
Revimos cuidadosamente, frase a frase, os trabalhos de António M. L. Andrade e não conseguimos encontrar a *confirmação* de semelhantes afirmações.
115 - António M. L. Andrade, 2010, p. 23, nota de pé de pág. nº 35.
116 - Idem, 2010, pp. 30-31.
Pormenores sobre o afretamento destes navios podem ser vistos em J. A. Goris, 1925, *Tableau A*, pp. 162-163.
117 - António M. L. Andrade, 2010, p. 40.
118 - Idem, 2010, p. 26.
119 - Ibidem, 2010, p. 28
120 - Ibidem, 2011b, p. 97.
121 - "(...) Movido do desejo de dilatar a fama do seu nome em as nações estranhas, ou receoso de ser punido pela culpa de Judaísmo com que estava infamado, se aumentou de Portugal (...)", D. Barbosa Machado, 1930, p. 126.
122 - Amati Lusitani. In *Dioscoridis... enarrationes*, 1553, librum tertium, enarratio 87, *De Sphondylío*, pp. 329-330.
123 - António M. L. Andrade, 2010, pp. 30-31.
124 - A. I. Buescu, 2008, p. 199
125 - "(...) La Goleta, o porto de Tunes, foi tomado a 14 de junho de 1535 e a 21 de julho Tunes foi conquistada sem luta. (...)", http://pt.wikipedia.org/wiki/Luis_de_%C3%81vila_y_%C3%BA%C3%B1iga (consultado em Abril de 2014).
126 - António M. L. Andrade, 2010, pp. 30-31.
127 - Esther Mucznik, 2010.
128 - A. L. Leoni, 2005, p. 100.
129 - "*An undated (1549-50) list of New Christians presented by Manoel Lopez to the Office Fiscal de Brabant*", idem, 2005, pp. 236-237.
"(...) Em 1549, o imperador [Carlos V] tentou expulsar dos Países-Baixos todos os cristãos-novos chegados nos seis anos anteriores. (...)", Carsten L. Wilke, 2009, p. 99.
130 - "*A list of Portuguese New Christians mentioned in an official report to the Court (circa 1550) who were apparently allowed to remain in Antwerp after the 1549 expulsion*" – A. L. Leoni, 2005, p. 237-238.
131 - Duarte Pinel publicou na sua tipografia de Ferrara 31 livros, sendo 23 em hebraico, seis em castelhano e dois em português, "*Dicionário do Judaísmo Português*", 2009, pp. 110, 236-237.
132 - Na *I Centúria*, "cura" 3, Amato grafou seis anos, mas em "*In Dioscoridis... Enarrationes*", 1553, librum primum, en. 137, p. 134, grafou sete, o que quer dizer que se manteve em Antuérpia um pouco mais de seis anos, ou seja, um pouco menos de sete anos.
133 - "E o Senhor vos espalhará entre todos os povos, desde uma extremidade da terra até à outra extremidade da terra. (...) E nem ainda entre as mesmas gentes descansará, nem a planta do teu pé terá repouso.", *Deuteronomio*, 28: 64-65.
"(...) Se Amato não seguira os delírios da Sinagoga, seria numerado entre os maiores professores da arte Medica. (...)", D. Barbosa Machado, 1930, p. 127.
134 - *VI Centúria*, "cura" 19, *In Dioscoridis...*, lib. III, en. 87 e *V Centúria*, "cura" 78.
135 - A. L., *Primeira Centúria*, "cura" 3.
136 - P. J. Génard, 1870-1871; Anselmo Braamcamp Freire, 1920; J. A. Goris, 1925; Aron di Leone Leoni, 2005, etc.
137 - A. L. Leoni, 2005, p. 115.
138 - Idem, 2005, p. 115.
139 - José S. Moreira Fernandes e António M. L. Andrade, 2013, p. 35.
140 - António M. L. Andrade, 2009; idem, 2010.
141 - Ricardo Jorge, 1962; Mario Santoro, 1991.
142 - Alfredo Rasteiro, 2011, p. 55.
143 - Vide, *verbi gracia*, a bula *Romanus Pontifex*, do Papa Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1455. Disponível em: <http://www.exsurge.com.br/enciclicas/textos%20enciclicas/bularomanuspontifex.htm> (consultado em Maio de 2014).
144 - Os mouros que não aceitavam o baptismo podiam partir livremente de Portugal, mas os judeus não: "(...) ha causa porque hos deixarão sair do Regno [aos mouros] com seus filhos, & aos judeus não (...)": havia "(...) muitos Christãos debaixo de seus tributos, alem dos muitos que tem captivos, (...) he claro que senão houverão desquecer de pedir vingança dos Christãos. (...)", Damião de Goes, 1749, cap. XX, pp. 19-20.
145 - "(...) Ferrara é a primeira cidade moderna da Europa, (...) com bairros imensos e regulares, (...) numerosos industriaes atrahidos por toda especie de privilegios (...) e ricos exilados (...)", Maximiano Lemos, 1907, p. 83.
146 - M. J. P. Ferro Tavares, vol. I, 1982, p. 186.
147 - António de Vasconcelos Nogueira, 2004.
148 - "(...) Para o comércio, não há outros homens de cabedais e indústria mais que os de nação. (...)", Padre António Vieira, vol. IV, 1951, p. 14.
149 - "(...) Gerolamo Maretta had the task of inviting the Portuguese merchants to Ferrara. From the very moment of his ascent to power in 1534, Ercole II d'Este tried to attract Sephardic Jews, especially the Portuguese New Christians of Ferrara, to settle in his dukedom. (...)", A. L. Leoni, 2005, p. 81, pé de página nº 2. Ver cartas de António Fernandez a Gerolamo Maretta e de Ercole II a "*Amici charissimi*", idem, p. 139-140.
150 - António M. L. Andrade, 2011a, p. 12.
151 - Samuel Usque, 1553, diálogo terceiro, cap. 36, "Itália Ano 531".
152 - J. A. David de Moraes, 2011, pp. 36-42.
153 - A. L., *I Centúria*, "cura" 52.
154 - Maximiano Lemos, 1907, p. 84.
155 - *Juramento de Amato Lusitano*, in: Augusto D'Esaguy, 1955, pp. 25-27.
156 - A. L., *III Centúria*, "cura" 8.
157 - Idem, *IV Centúria*, "cura" 49.
158 - Ibidem, "*In Dioscoridis... enarrationes*", 1553, liv. IV, en. 157, p. 450.
159 - Ibidem, *V Centúria*, "cura" 6.
160 - Ibidem, *V Centúria*, "cura" 16.
161 - Ibidem, *VI Centúria*, "cura" 55.
162 - Maximiano Lemos, 1907, p. 13. A nota de pé de página de Maximiano Lemos é como segue: "(...) (2) *Cent. 7ª, cur. 23, pag. 243.* (...) Trata-se de gralha tipográfica, uma vez que a "cura" que interessa é a **82**, que não a 23.
163 - A *VII Centúria* foi escrita em Salónica onde, além de judeus de **estirpe sefardita**, abundavam também judeus de **estirpe asquenazita**, fugidos do centro e norte da Europa.
164 - *Juramento de Amato Lusitano*, in Augusto D'Esaguy, 1955.
165 - "*Exposição da Magistratura ao Chanceler e Conselho de Brabante*", in: António M. L. Andrade, 2010, p. 46.
166 - António M. L. Andrade, 2010, pp. 10 e 28.
167 - Divergimos neste ponto, obviamente, de António M. L. Andrade (2010, p. 13): "(...) Amato é descendente de duas famílias de judeus portugueses (...): do lado paterno, pertence ao ramo dos Amado, estabelecido em Castelo Branco; do lado materno, ao ramo dos Pires-Cohen, há muito a residir em Évora. (...)"
168 - Foi confirmada "(...) a persistência das ligações comerciais entre os judeus portugueses exilados e a mãe pátria. (...)", Eduardo Nunes, 1974, p. 304. Quanto a Henrique Pires, mantinha notórias importações de Portugal, em especial do Algarve, onde tinha um agente comercial ou sócio (familiar?), o "*docteur Emanuel peris*": vide António M. L. Andrade, 2010, p. 47.
169 - Ainda no século XVIII a teriaga era utilizada com muita frequência: "(...) A teriaga de Veneza, teriaga fina, teve fama mundial, e só no ano de 1747 Veneza utilizou 2300 vitoras. (...)", Fanny A. F. Xavier da Cunha, 1995, p. 13.
170 - A. L., *II Centúria*, "cura" 55; *V Centúria*, "cura" 87.
171 - Ferreira de Mira, 1948, p. 58.
172 - J. J. Alves Dias, 2011, p. 27.
173 - A. L., *VII Centúria*, 1983, vol. IV, pp. 393-421; idem, 2010, vol. II, pp. 471-495.
174 - António M. L. Andrade, 2010, p. 28.
175 - A. L., *III Centúria*, "cura" 56.
176 - "(...) Évora: oh, terra que eu conheci em criança! Salve, terra confidente do meu nascimento (...)", Diogo Pires, in: Américo da Costa Ramalho, 1983-1984, p. 7.
177 - António M. L. Andrade, 2005, p. 134.
178 - João Rui Pita e Ana Leonor Pereira, 2013, p. 65.
179 - Não surpreende esta pretensa 'precocidade' atribuída a Amato, quando lemos: "(...) Terá começado os estudos em Salamanca com 9 anos (...)". Alfredo Rasteiro, 1995, p. 9.
Sobre a presumível idade da ida de Amato para Salamanca, vide, v. g., J. A. David de Moraes, 2011, p. 97.
180 - Maximiano Lemos, 1907, pp. 20, 187.
181 - Idem, 1922.
182 - Os 'reparos' ao livro de Maximiano Lemos "*Amato Lusitano. A sua Vida e a sua Obra*" (1907) começaram pouco depois da sua publicação pela pena de Ricardo Jorge, um investigador mais rigoroso e mais erudito.
182 - Maximiano Lemos, 1907, p. 13.
183 - António M. L. Andrade, 2005, p. 134.
184 - Idem, 2005, p. 134.
185 - Ibidem, 2005, pp. 90-91; idem, 2010, p. 15.
186 - Américo da Costa Ramalho, 1962, pp. 501, 508.
187 - Ricardo Jorge, 1962, p. 27.
188 - Sobre Diogo Pires, vide, v. g.: Carlos Ascenso André, 1983; idem, 1992; ibidem, 1994-1995; Américo da Costa Ramalho, 1983-1984; idem, 1994; M. J. Ferro Tavares, 1994-1995; António M. L. Andrade, 2005.
189 - Maximiano Lemos, 1907, p. 10.
190 - Idem, 1922, p. 23
191 - Américo da Costa Ramalho, 1962, p. 504; idem, 1983-1984, p. 3-4.
192 - A. L., *III Centúria*, "cura" 38.
193 - Idem, *VI Centúria*, "cura" 30.
1

- Pires, in: Américo da Costa Ramalho, 1994, p. 217.
- 195 - A. L., *VI Centúria*, cura 30.
- 196 - Amati Lusitani. In *Dioscoridis... enarrationes*, 1553, librum primum, enarratio 148, *De Persicis*, p. 143.
- 197 - J. J. Alves Dias, 2011, p. 27.
- 198 - M. J. Ferro Tavares, 1994-1995, p. 256.
- 199 - Idem, 1994-1995, p. 253.
- 200 - J. J. Alves Dias, 2011, p. 67.
- 201 - A. L., *Index Dioscoridis*, in: J. J. Alves Dias, p. 68.
- 202 - Pietro Andrea Matthioli. *Apologia adversus Amathum Lusitanum cum censura in eiusdem enarrationes*. Venetiis, 1558.
- 203 - Maximiano Lemos, 1922, p. 14.
- 204 - Fernand Braudel, vol. II, 1995, p. 139.
- 205 - António de Moraes (Silva), 8ª edição, vol. II, 1994.
- 206 - Cândido de Figueiredo, vol. I, 1949, p. 704; J. Pedro Machado, vol. II, 1991, 221.
- 207 - J. H. da Cunha Rivara, "O Tradutor ao Leitor Portuguez", in: Francisco Pyrrard de Laval, tomo II (1601 a 1611), 1862.
- 208 - "(...) Estes são os meus irmãos e as minhas irmãs, disse Jesus [Marcos, 3: 34], indicando pessoas a ele ligadas por amizade e afinidade espiritual, não por laços de sangue. (...)". Claudio Magris, 2013, p. 42.
- 209 - A ida de cristãos-novos para territórios de expansão portuguesa de além-mar era interdita ou, pelo menos, dificultada. Todavia, os cristãos-novos que conseguiam instalar-se nessas paragens eram objecto de um vigilante escrutínio religioso. Veja-se, v. g., a carta do P.º Pedro Rodríguez, de 1593, em que "(...) Comunica a existência de *creanças* judaicas e heréticas em Angola e propõe os meios eficientes para sua extirpação. (...)". António Brásio, vol. III, 1953, p. 464-465.
- 210 - Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, 2006, pp. 57-58.
- 211 - *Génésis* 5: 4.
- 212 - A. L., *VII Centúria*, "cura" 82.
- 213 - D. Barbosa Machado, tomo II, 1747, p. 69.
- 214 - "(...) Filipe Rodrigues, igualmente seu primo [de Amato], mais conhecido por Filipe ou Elias Montalto, o insigne médico de Maria de Médicis e principal pioneiro da Psiquiatria. (...)". Firmino Crespo e J. Lopes Dias, 1955, p. 216.
- 215 - J. Lopes Dias, 1961, nº 25(1), pp. 22-36; nº 25(2), pp. 53-69.
- 216 - Os "(...) irmãos Amato Lusitano e Elias Montalto, naturais de Castelo Branco (...)". M. J. Ferro Tavares, 1994-1995, p. 247.
- 217 - D. Barbosa Machado, tomo II, 1747, p. 69.
- 218 - J. Lopes Dias, 1961, nº 25(1), p. 27.
- 219 - Idem, 1961; nº 25(1): 22-36; nº 25(2): 53-69. Este trabalho foi reimpresso, posteriormente: idem, 1971b; nº 37, pp. 56-88.
- 220 - J. Candeias da Silva, 2012, p. 72. Recentemente, J. Candeias da Silva (2012, pp. 67-73) elaborou um interessante "contributo para uma aclaração dos (...) elos familiares" de Amato, do qual divergimos, em parte, dado que dá como "certezas" factos que para nós carecem de confirmação documental.
- 221 - Alfredo Rasteiro, 2012, p. 43.
- "Se non è vero, è ben trovato."
- 222 - J. Candeias da Silva, 2012, p. 70.
- 223 - M. S. Castelo Branco, 1993, p. 7.
- Este traslado, *in extenso* e literal, consta também em J. Candeias da Silva, 2012, p. 72.
- 224 - J. Lopes Dias, 1961, nº 2, pp. 61-64; idem, 1971b, pp. 80-83.
- 225 - Montalto faleceu em 1616 e as declarações do irmão são de 1626.
- 226 - J. Lopes Dias, 1961, nº 1, p. 30; idem, 1971b, p. 64.
- 227 - Idem, 1961, nº 2, p. 65; idem, 1971b, p. 84.
- 228 - Ibidem, 1961, nº 1, p. 31; idem, 1971b, p. 65.
- 229 - Idem, 1971a, p. 9.
- 230 - Ibidem, 1971a, p. 7.
- 231 - Ibidem, 1961, nº 1, p. 24; idem, 1971b, p. 58.
- 232 - Ibidem, 1961, nº 1, p. 28; idem, 1971b, p. 62.
- 233 - Alfredo Rasteiro, 2005, p. 7.
- 234 - A. L., *III Centúria*, "cura" 8; *IV Centúria*, "cura" 49; "In Dioscoridis... enarrationes", liv. IV, en. 157, 1553, p. 450.
- 235 - J. Lopes Dias, 1961, nº 1, p. 26; idem 1971b, p. 60.
- 236 - H. P. Salomon, 1983, pp. 151-169.
- 237 - É óbvio que interpretações espúrias ocorrem, por vezes, mas mais graves são as interpretações *deliberadas* de branqueamento da História, como, por exemplo, se verificou na Grécia em relação ao túmulo de Amato Lusitano – vide J. A. David de Moraes, 2011, pp. 77-85; idem, 2013.
- 238 - M. J. Ferro Tavares, 2013, p. 251.
- 239 - Carsten L. Wille, 2009, p. 74.
- 240 - A conversão forçada introduziu a "(...) incompatibilidade na sociedade portuguesa. Os Judeus, agora não-judeus, mas sempre tidos como tal, eram rejeitados, quer como judaizantes quer como espúrios, condenados à eterna mácula do 'pérfido' sangue judaico, uma gota que fosse. (...)". Jorge Martins, 2014, p. 316.
- 241 - M. J. Ferro Tavares, 2013, pp. 256 e 266.
- 242 - C. f. "O Alma Grande", em "Novos Contos da Montanha": "(...) Era terrível o que se passava. À luta que o Isaac sustentava contra forças que nunca ao certo se conheceram, juntava-se o embate dos dois homens, um a sa-

ber que ia matar, outro a saber que ia ser morto. (...)". Miguel Torga, 1984.

243 - "(...) A idade ao primeiro casamento (...) com médias de 23 a 26 anos para as mulheres e 26 a 28 para os homens. (...)". Teresa Ferreira Rodrigues, 2008, p. 208.

244 - "(...) A esperança média de vida à nascença era baixa, oscilando entre os 25 e os 38 anos, com uma ligeira vantagem feminina. (...)". idem, 2008, p. 221.

Quer a idade aquando do primeiro casamento, quer a esperança média de vida, mantiveram o mesmo padrão até pelo menos ao século XVIII, Maria João G. Moreira, 2008, pp. 269, 278.

245 - "(...) Évora: oh, terra que eu conheci em criança! Salve, terra confidente do meu nascimento, salve, terra/ que os meus olhos, depois, não mais haviam de ver! (...)". Diogo Pires, poema "De Exilio Suo", in: Américo da Costa Ramalho, 1983-1984, p. 7.

246 - M. J. Ferro Tavares, 2010, pp. 72-79.

247 - Ricardo Jorge, 1962, p. 27.

248 - Eduardo Nunes, 1974, p. 303.

249 - Com o advento da internet, entrou-se um pouco – quando não muito – na era do facilitismo, do "corta e cola", pelo que os trabalhos de 'investigação' se parecem cada vez mais uns com os outros; não raramente, são simples 'composições' (redacções).

250 - Ricardo Jorge, 1955, p. 60.

251 - J. Lopes Dias, 1971a, p. 7.

252 - "(...) João Rodrigues nasceu em Castelo Branco entre 17 de Agosto de 1510 e 15 de Agosto de 1511. Ao datar, em Ancona, o cólofon da Quarta Centúria das suas Curas médicas, escreve: «Anconæ 17. Calend. Sept. anni millesimi quingentesimi quinquagesimertij, quo tempore [...] et ætatis authoris anno quadragesimosecundo (...)». J. J. Alves Dias, 2011, p. 15.

253 - Tem corrido variável a data do falecimento de Diogo Pires (1597 ou 1607?): vide Carlos Ascenso André, 1983, p. 17, nota de pé de página nº 8.

254 - Resumem-se as fontes primárias: A. L.: "Centúrias de Curas Mediciniais" e "In Dioscoridis... Enarrationes"; Arquivo da Universidade de Salamanca: livro 542, f. 89, sec. XVI (Teresa Santander, 1984, p. 324 – já como fonte secundária); Andrea Matthioli: "Apologia Adversus Amathum Lusitanum", 1558; Diogo Pires: o poema "Ao médico João Rodrigues estando o autor de partida para Lovaina" e o epitáfio a Amato.

Foi na esperança de podermos ter acesso a mais uma fonte primária (a inscrição na pedra tumular de Amato) que tentámos localizar a sua sepultura em Salónica, J. A. David de Moraes, 2011, pp. 77-85; idem 2013, pp. 7-12.

255 - Firmino Crespo e J. Lopes Dias, 1955, p. 216.

256 - Na sua auto-crítica, George Steiner refere uma observação que lhe foi dirigida pelo júri da sua tese (três horas de críticas): "(...) – 'Ninguém o obriga a jogar críquete, mas se o quiser jogar, tem de conhecer as regras.' (...)". in: Ramin Jahanbegloo, 2006, p. 47.

"É com bons sentimentos que se faz má literatura.", André Gide (carta a François Mauriac).

Bibliografia:

- ANDRADE, António M. L. *O 'Cato Minor' de Diogo Pires e a poesia didáctica do século XVI*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 2005 (tese de doutoramento, polícopiada).
- ANDRADE, António M. L. As tribulações de Mestre João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano) à chegada a Antuérpia, em 1534, em representação do mercador Henrique Pires, seu tio materno. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XXI – Cadernos de Cultura* 2009, pp. 7-14.
- ANDRADE, António M. L. Ciência, Negócio e Religião: Amato Lusitano em Antuérpia, in: Inês de Ornelas Castro e Vanda Anastácio, coordenadoras. *Revisitar os Saberes. Referências Clássicas na Cultura Portuguesa. Do Renascimento à Época Moderna*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Universidade de Nova de Lisboa, 2010, pp. 9-49.
- ANDRADE, António M. L. De Antuérpia a Ferrara: o caminho de Amato Lusitano e da sua família. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XXI – Cadernos de Cultura* 2011a, nº 25, p. 5-16.
- ANDRADE, António M. L. A Senhora e os destinos da Nação Portuguesa: o caminho de Amato Lusitano e de Duarte Gomes. *Cadernos de Estudos Seferditas*, 2011b, nºs 10-11, pp. 87-130.
- ANDRADE, António M. L. Dionísio e Amato Lusitano: Encontros e Desencantos de dois Médicos no Exílio. In: Virgínia S. Pereira, Manuel Curado (organização). *Judeus Portugueses no Mundo. Medicina e Cultura*. Braga: Universidade do Minho, Edições Húmus, 2014, pp. 25-37.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso. *Diogo Pires. Antologia Poética*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1983.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso. *Um Judeu no Desterro. Diogo Pires e a Memória de Portugal*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso. Diogo Pires, humanista europeu e cidadão português. *Cidade de Évora*, 1994-1995, II série: 259-74.
- AS GAVETAS DA TORRE DO TOMBO, vol. I (gav. I-II), Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. 261-263.
- BACHMANN, R. *Botanistas Portugueses: Garcia de Horta, Cristóvão da Costa, Ama-*

- to Lusitano, pp. 275-282. In: Vários. *O Património Judaico Português. I Colóquio Internacional*. Lisboa: Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, 1996.
- BRANCO, Manuel Castelo. Notas e documentos para a História dos Judeus e Cristãos-Novos de Castelo Branco. *Estudos de Castelo Branco* 1963; nº 10, pp. 5-37.
- BRANCO, Manuel S. Castelo. Assistência aos doentes na vila de Castelo Branco e seu termo, entre finais do séc. XV a começos do séc. XVII. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XIX – Cadernos de Cultura* 1990, nº 2, pp. 7-20.
- BRANCO, Manuel da Silva Castelo. O amor e a morte... nos antigos registos paroquiais albicastrenses. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XX – Cadernos de Cultura* 1993, nº 7, pp. 7-32.
- BRÁSIO, António (coligiu e anotou). *Monumenta Missionaria Africana*, Vol. III, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, vols I e II. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- BUESCU, Ana Isabel. *D. João III*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- CANDEIAS DA SILVA, J. João Rodrigues... Amado, Lusitano, de Castelo Branco (1511-1568): contributo para uma aclaração dos seus elos familiares. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XXI – Cadernos de Cultura* 2012, nº 26, pp. 67-73.
- CÂNDIDO DE FIGUEIREDO. *Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido de Figueiredo*, vol. I, 10ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1949.
- CARVALHO, Augusto da Silva. *João Rodrigues na História da Urologia*, in: *Homenagem ao Doutor João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano)*. Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco, 1955, pp. 137-141.
- COELHO, António Borges. *Na Esfera do Mundo*. Lisboa: Editorial Caminho, 2013, p. 241.
- COLLIN, Remy. *Les Hormones*. Paris: Éditions Albin Michel, 1938.
- CRESPO, Firmino; DIAS, José Lopes. *Escorço Biográfico*, in: *Homenagem ao Doutor João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano)*. Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco, 1955, pp. 215-250.
- DAMIÃO DE GOES. *Chronica do Sereníssimo Rei D. Manoel*. Lisboa: na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749.
- DAVID DE MORAIS, J. A. *Eu, Amato Lusitano. No V Centenário do seu Nascimento*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.
- DAVID DE MORAIS, J. A. Amato Lusitano, figura cimeira da Medicina Portuguesa. No V centenário do seu nascimento. *Infeção & Sépsis* 2012; 2ª série (1), pp. 5-10.
- DAVID DE MORAIS, J. A. Ainda a questão do desaparecimento do túmulo de Amato Lusitano. *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao século XXI. Cadernos de Cultura* 2013, nº 27, pp. 7-12.
- DAVID DE MORAIS, J. A. Medicina e Humanismo na Obra de Amato Lusitano, pp. 111-157. In: Virgínia S. Pereira e Manuel Curado, organizadores. *Judeus Portugueses no Mundo. Medicina e Cultura*. Braga: Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, 2014.
- D'ESAGUY, Augusto. *Oração e Juramento Médico de Moisés Maimonide e Amato Lusitano*. Lisboa: edição do autor, 1955.
- DESWARTE-ROSA, Sylvie. Espoirs et désespoir de l'Infant D. Luís. *Mare Liberum* 1991; nº 3, pp. 243-298.
- DIAS, João J. Alves. *Amato Lusitano e a sua Obra. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2011.
- DIAS, José Lopes. Laços familiares de Amato Lusitano e Filipe Montalto (Novas investigações). *Imprensa Médica* 1961; 25(1), pp. 22-36; 25(2), pp. 53-69.
- DIAS, J. Lopes. João Roiz de Castell Branco, Poeta do "Cancioneiro Geral" de Garcia de Rezende, e João Rodrigues de Castelo Branco, Amato Lusitano, insigne médico do séc. XVI. *Estudos de Castelo Branco* 1970; nº 34, pp. 5-18.
- DIAS, J. Lopes. Naturalidade, família e parentes [de Amato Lusitano]. O amor à terra natal. Estudos em Salamanca. In: José Lopes Dias. *Estudos de Castelo Branco* 1971a; nº 37, pp. 5-23.
- DIAS, J. Lopes. Laços familiares de Amato Lusitano e Filipe Montalto. In: José Lopes Dias. *Estudos de Castelo Branco* 1971b; nº 37, pp. 56-88.
- DICIONÁRIO DO JUDAÍSMO PORTUGUÊS. Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- FERNANDES, José S. M.; ANDRADE, António M. L. A pedra bezoar e o uncórnio nos Comentários de Amato Lusitano a Dioscórides: propriedades, valor, tradição e tradução. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XXI – Cadernos de Cultura* 2013, nº XXVII, pp. 35-40.
- FERREIRA DE MIRA, F. *História da Medicina Portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1948.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp. Notícias da Feitoria de Flandres. Lisboa: Arquivo Histórico Português, 1920.
- GARCIA DE RESENDE. *Cancioneiro Geral*, tomo III. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1973.
- GONÇALVES, Iria. Físicos e cirurgiões quatrocentistas. As cartas de exame. *Do Tempo da História* 1965; 1, pp. 69-112.
- GORIS, J. A. *Les Colonies Marchandes Méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567*. Louvain: Librairie Universitaire, 1925.
- JAHANBEGLOO, Ramin. *Quatro Entrevistas com George Steiner*, 2ª ed. Lisboa: Fenda, 2006.
- JORGE DE SENA. *O Reino da Estupidez*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- JORGE, Ricardo. *Comentos à Vida, Obra e Época de Amato Lusitano*, in: *Homenagem ao Doutor João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano)*. Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco, 1955, pp. 57-123.
- JORGE, Ricardo. *Amato Lusitano. Comentos à sua Vida, Obra e Época. Ciclo Peninsular*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1962.
- KRESCH, Daniela. "O mito sobre a origem de sobrenomes de judeus convertidos". *O Globo*, on-line. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/o-mito-sobre-origem-de-sobrenomes-de-judeus-convertidos-5227424> (consultado em Abril de 2014).
- LEAL, A. B. de Pinho. *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 2. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874.
- LEBRUN, François. *Os Cirurgiões Barbeiros*, pp. 299-304. In: Jacques Le Goff, coord. *As Doenças têm História*. Lisboa: Terramar, 1997.
- LEIBOWITZ, J. O. Amatus Lusitanus on sudden death due to "obstruction in the heart" (1560). *Estudos de Castelo Branco* 1962; nº 4, pp. 11-26.
- LEMOS, Maximiano. *Amato Lusitano. A sua Vida e a sua Obra*. Porto: Eduardo Tavares Martins, 1907.
- LEMOS, Maximiano. *Amato Lusitano. Correções e aditamentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.
- LEONI, Aron di Leone. *The Hebrew Portuguese Nations in Antwerp and London at the Time of Charles V and Henry VIII*. New Jersey: KTAV, Publishing House, 2005.
- LOPES, João Baptista da Silva. *Corografia ou Memoria Economica, Estatistica e Topografica do Reino do Algarve*. Lisboa: Academia das Ciencias, 1841.
- LUÍS DA CUNHA, D. *Testamento Político*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978.
- LUSITANI, Amati. *Centuria prima*. Paris: Apud Gulielmum Iulien, 1552.
- LUSITANI, Amati. *In Dioscoridis Anazarbei de Medica Materia Libros Quinque Enarrationes Eruditissimae*. Venezia, 1553.
- LUSITANI, Amati. *Curationum medicinalium, Centuriae Duae, Quinta et Sexta*. Lyon: Guillaume Rouillé, 1564.
- LUSITANO Amato. *Centúrias de Curas Medicinais (I a VII)*, vols I a IV. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Médicas, 1983.
- LUSITANO Amato. *Centúrias de Curas Medicinais*, vols I e II. Lisboa: Centro Editor da Ordem dos Médicos, 2010.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana. Histórica, Crítica e Cronológica*, tomo I, segunda edição. Lisboa: Oficinas Gráficas de Bertrand Irmãos, 1930.
- MACHADO, D. Barbosa. *Bibliotheca Lusitana. Historica, Critica, e Cronologica*, tomo II. Lisboa: Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1747.
- MACHADO, D. Barbosa. *Biblioteca Lusitana. Histórica, Crítica e Cronológica*, tomo III, segunda edição. Lisboa: Lisboa: Oficinas Gráficas de Bertrand Irmãos, 1933.
- MACHADO, José Pedro. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991.
- MAGRIS, Claudio. *Alfabetos*. Lisboa: Quetzal, 2013.
- MARQUES DE ALMEIDA, A. A. *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.
- MARTINS, Jorge. Marranismo, Cultura e Identidade. In: Virgínia S. Pereira, Manuel Curado (organização). *Judeus Portugueses no Mundo. Medicina e Cultura*. Braga: Universidade do Minho, Edições Húmus, 2014, pp. 315-323.
- MATOSO, António G. *Compêndio de História de Portugal*, 2ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1939.
- MENDES DOS REMÉDIOS J. *Os Judeus em Portugal*, vol. I. Coimbra: F. França Amado, 1895.
- MENDES DOS REMÉDIOS J. *Os Judeus em Portugal*, vol. II. Coimbra: Coimbra Editora, 1928.
- MERÊA, Paulo. Sobre a aclamação dos nossos reis. *Revista Portuguesa de História* 1962; 10, pp. 411-417.
- MORAIS (SILVA) António de. *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, 8ª edição, vols I a V. Mem Martins: Editorial Confluência, 1994.
- MOREIRA, Maria João G. O Século XVIII. In: T. F. Rodrigues. *História da População Portuguesa*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2008, pp. 247-287.
- MORENO, Armando. Médicos e escritores da Beira Interior. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XIX – Cadernos de Cultura* 1989, nº 1, pp. 5-10.
- MORENO, Armando. Ética em Amato Lusitano. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XXI – Cadernos de Cultura* 2007, nº 21, pp. 55-86.
- MORIN, Edgar. *Vidal e os seus*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- MUCZNIK, Esther. *Grácia Nasí*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.
- MURAKAWA, Clotilde A. A. Léxico e Gramática no *Dicionário da Língua Portuguesa* (1813) de António de Morais Silva. *Alfa (Revista Linguística – São Paulo)* 2006; 50, pp. 55-67.
- NOGUEIRA, António de Vasconcelos. *Capitalismo e Judaísmo. Contribuição dos judeus portugueses à ética capitalista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- NUNES, Eduardo. A reconciliação de Abraão Cohen, 1570. *Portugaliae Historica* 1974; 2, pp. 303-313.
- PEREIRA, Gabriel. *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, terceira parte. Évora: Typografia Economica de José d'Oliveira, 1891.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor. Histórias da história de Amato Lusitano. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XXI – Cadernos de Cultura* 2013, p. 63-72.
- PYRARD DE LAVAL, Francisco. Viagem de Francisco Pyrard de Laval: Contendo a notícia de sua navegação às Índias Orientais, ilhas de Maldiva, Ma-

luco, e ao Brasil, e os diferentes casos, que lhe aconteceram na mesma viagem nos dez anos que andou nestes paizes (1601 a 1611), tomo II. Nova-Goa: Imprensa Nacional, 1862 (versão portuguesa correcta e anotada por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara).

RAMALHO, Américo da Costa. A propósito do “Amato Lusitano” de Ricardo Jorge. *Revista Portuguesa de História* 1962; tomo X, pp. 501-508.

RAMALHO, Américo da Costa. Didacvs Pyrrhvs Lvsitanvs, poeta e humanista. *Humanitas* 1983-1984; n.ºs 35-36: pp. 1-17.

RAMALHO, Américo da Costa. *Latim Renascentista em Portugal*, 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

RASTEIRO, Alfredo. Amato e os Nasci. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XX – Cadernos de Cultura* 1995, nº 9, pp. 3-10.

RASTEIRO, Alfredo. Amato Lusitano (1511-1568). Tensões e diferenças na Europa do século XVI. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XXI – Cadernos de Cultura* 2005, nº 19, pp. 5-18.

RASTEIRO, Alfredo. Amável Doutor Amado (1511-1568). *Revista Ordem dos Médicos*, Janeiro de 2011, p. 55.

RASTEIRO, Alfredo. João Rodrigues Lusitano – Doutor Amado – serviu as Musas: amou a Poesia, cultivou a Ciência. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XXI – Cadernos de Cultura* 2012; 26, pp. 37-44.

REBELO DA SILVA, L. A. Memoria sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865. Parte I (de 1097-1640). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

RIBEIRO, Aquilino. *Príncipes de Portugal. Suas Grandezas e Misérias*. Portugal Editora, 2008.

RODRIGUES, Teresa Ferreira. As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII. In: T. F. Rodrigues. *História da População Portuguesa*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2008, pp. 159-246.

SALOMON, H. P. Une lettre jusqu’ici inédite du docteur Felipe Rodrigues Montalto (Castelo Branco, 1567-Tours, 1616). In: *Les Rapports Culturels et Littéraires entre le Portugal et la France*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1983.

SANTANDER, Teresa. *Escolares Médicos en Salamanca (Siglo XVI)*. Salamanca: Europa Artes Gráficas, 1984.

SANTORO, Mario. *Amato Lusitano ed Ancona*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1991.

SARAIVA, António José. *Inquisição e Cristãos-Novos*. Porto: Editorial Inova, 1969; idem, Porto: Estampa, 1985.

SERRÃO, J. Veríssimo. *Portugueses no Estudo de Salamanca. I (1250-1550)*. Lisboa: s. n. (Imprensa de Coimbra), 1962 (dissertação para professor extraordinário do Grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

SERRÃO, J. Veríssimo. *História de Portugal. O Século de Ouro [1495-1580]*, vol. III. Lisboa: Verbo, 1978.

SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.

SERRÃO, Joel. *Cronologia Geral da História de Portugal*, 5ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

SOARES, Pero Roiz. “Memorial”. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigen-sis, 1953.

STEINER, George. *A Bíblia Hebraica e a Divisão entre Judeus e Cristãos*. Lisboa: Relógio D’Água, 2006.

TAVARES, Maria José P. Ferro. *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982.

TAVARES, Maria José P. Ferro. *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

TAVARES, Maria José P. Ferro. *Judaísmo e Inquisição: Estudo*. Lisboa: Presença, 1987.

TAVARES, Maria José Ferro. Judeus e cristãos novos de Évora. *A Cidade de Évora 1994-1995*, nº 1 (2ª série), pp. 245-258.

TAVARES, Maria José Ferro. *As Judiarias de Portugal*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 2010.

TAVARES, Maria José Ferro. *Entre a História e a Lenda: a Memória Judaica em Portugal ou o Desconhecido Portugal Judaico*, pp. 229-267. In: Vários. *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Edições Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras e Instituto Alexandre Herculano, 2013.

TORGA, Miguel. *Novos Contos da Montanha*, 12ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

USQUE, Samuel. *Consolação às Tribulações de Israel (1553)*, vols I e II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989 (vol. II, edição fac-similada).

VICENTE, Gil. *Farsa de Inês Pereira*, 651-89. In: VICENTE Gil. *Obras de Gil Vicente*. Porto: Lello & Irmão, 1965.

VIEIRA, Padre António. *Obras Escolhidas*, vol IV. Lisboa: Sá da Costa, 1951.

XAVIER DA CUNHA Fanny Andrée Font. A arte de curar em Amato Lusitano (1511-1568) e o quotidiano terapêutico português no século XVIII. Panceias nossas de cada dia, “ontem e hoje”. *Medicina na Beira Interior, da Pré-História ao Século XX – Cadernos de Cultura*, 1995, nº 9, pp. 11-9.

WARNIER, R. Les slaves du Sud, quelques rapports avec le Portugal. “O Instituto” (Revista Científica e Literária – Coimbra), 1938; vol. 93, pp. 257-276.

WILKE, Carsten L. *História dos Judeus Portugueses*. Lisboa: Edições 70, 2009.

Quadro I – Síntese comparativa: “Mestre Jan Roderigho” versus Amato Lusitano

Jan Roderigho (de Évora ou de Lisboa), sobrinho de Henrique Pires			
Data	Facto	Atribuições	Autor
Até “ <i>pouco antes de Outubro</i> ” de 1534 , vive em Lisboa.	“ <i>Há muito vivia, comia e bebia</i> ” em casa do tio.	Estava a ser iniciado nos negócios da família.	António Andrade, 2009, 2010; P. M. J. Génard, 1870-1871; J. A. Goris, 1925.
“Chega a Antuérpia pouco antes de Outubro” de 1534 .”	É preso pelas autoridades flamengas.	“ <i>Enviado [por seu tio] (...) para assistir e ajudar nos negócios</i> ” do primo Steven Peris.	
1535 : 22 de Janeiro.	Absolvido e libertado da prisão.	Frequenta a Bolsa onde “ <i>era recebido e aceite pelos mercadores.</i> ”	
Jan Roderigho, comerciante e afretador de navios			
1535 : 25 de Junho	Afretamento de um navio na Flandres .	Comércio de importação de produtos do Algarve (figos, etc.).	António Andrade, 2010; J. A. Goris, 1925.
1535 : 17 de Julho.	Idem.	Idem.	
João Rodrigues de Castelo Branco/Amato Lusitano, médico			
1535 : 14 de Julho , conquista de La Goleta; 21 de Julho , conquista de Tunes.	Aquando da queda de Tunes, pratica clínica em Lisboa .	Médico e investigador de simples.	A. L., <i>VI Centúria</i> , “cura” 19; <i>V Cent.</i> , “cura” 78; “ <i>Enarrationes ...</i> ”, en. 87.
Final de 1535 ou início de 1536 .	Parte da Hispânia.	Emigra para Antuérpia “ de livre vontade ”, onde trata “ <i>muitos milhares de doentes</i> ” e estuda os simples. Publica o seu primeiro livro, <i>Index Discoridis</i> , em 1536.	A. L., <i>I Centúria</i> , “cura” 3.

Quadro II – Cotejo entre os clãs Cohen/Pires e Amato/Rodrigues

Clã	Cohen/Pires*	Amato/Rodrigues
Cidade de origem	Évora	Castelo Branco
Fixação em Portugal	<i>"Há já várias gerações estabelecida em Évora."</i>	Fixação recente (expulsão de Castela?)
Estatuto socioeconómico	- Portugal: <i>"avultadas riquezas".**</i> - Flandres: "Consórcio da Pimenta". - Ferrara: negócios com o duque Hércules II. - Londres: negócios de exportações. - Ancona: importação de tecidos e outros bens.	Posse modestas: quando jovem, Amato apanhava víboras.* Honorários como médico: <i>"Fui sempre parcimonioso no pedir. Muitas vezes rejeitei, firmemente, grandes salários."**</i>

* Doutoramento e agregação em Medicina.

INULAS DO *COLUMELLA* E DEDALEIRAS DE FUCHS NA OBRA DE AMATO LUSITANO

Alfredo Rasteiro*

1. Inula do *Columella*, *Elenium* de Dioscoridis

A compreensão da Obra do Lusitano João Rodrigues (1511-1568) e o estudo das suas fontes convidam a uma passagem por Santa Cruz de Coimbra, no período em que este Mosteiro albergou o Ensino Médico, em 1540-45, quando eram professores Luis Nunes (c.1510-1570), António Luis (c. 1500-1565) e Tomaz Rodrigues (1513-1579), condiscípulos do Doutor Amado, em Salamanca.

Abordarei dois temas: *Inula*, que Amato encontrou em Lucio Juno Moderato e *Dedaleiras*, introduzidas na *Materia Medica* por Leonhart Fuchs, em 1542.

João Rodrigues Lusitano referiu a «Inula do *Columella*» no «Index Dioscoridis», 1536. A Biblioteca Distrital de Évora guarda um exemplar deste livro.

«Index Dioscoridis, Livro I. Philologia XXVII» identifica o Elenio «romano» e a Inula do *Columella* em «Ivdtivm nostrvm»: «Ἐλένιον nostra est Campanica Enula, a *Columella* Inula appellatur».

O Yspânico Lucio Juno Moderato, dito o *Columella* (3 a.C.-71) nasceu em Cadiz, viveu em Roma e escreveu «De Re Rustica». Chamavam-lhe *Columella* porque tinha o pescoço curto. A Inula tem o caule comprido. Os Rizotomistas colhiam raízes. (A.M.Martins de Melo: «Amato Lusitano, Leitor da *Odisseia*», *Medicina na Beira Interior*, 27, 2013, p. 29).

O Dicionário de Otto Brunfels (1464-1534) recorda o *Columella*: «Ἐλένιον, id est, Enula campana, Dioscorides libro, I, cap. 31. Dicta ab Helenæ lachrymis: è quibus natum fabulant. Vel, quod contra serpentes ex eo primum ab Helena remedium inuentum fit. ... Inula, synonymum cum Enula. Inulam item Iulia Augusta illustravit, ... *Columel.* lib. II, cap. 3.» (Othonis Brvnfelsii: «Onomamikon seu Lexicon Medicina Simplicis», Argentorati (Strasbourg), Apud Joannes Schottvs, 1543, edição póstuma).

Na época, o «Pedacii Dioscoridae», 1529 greco-latino de Marcelo Virgílio e o «Dioscoridis», 1530 latino de Hermolaus Barbarus, ambos «Apud Ioannis Soteris», Colonia, ignoram o *Columella* e o mesmo passou a fazer o Doutor Amado no «In Dioscoridis», 1553 e edições seguintes, 1554, 57 e 58 em relação à Inula.

A designação binominal actual *Inula helenium* L. recor-

da Cumas e Troia, *Inula* do *Columella* e (h)*Elenium* de Dioscorides.

As «*Species Plantarum*», *Tomus II*, 1753 de Caroli Linnæi (1707-1778) referem um «*Helenium*» (página 886) e treze «*Inulæ*» (páginas 881-884), entre elas o «*Crithmum chrysanthemum Lusitaniæ*» (§11) a que se juntam dez «*Helianthus*» (páginas 904-906: «*Helenium indicum maximum*», *H. ind. ramosum*, *H. ind. tuberosum*, e outros) e trinta «*Aster*» (páginas 872-877).

«*De cultu hortorum*», *Liber X*, versos 117-139 do *Gaditense Lucio Juno Moderato (Columella)* inclui modestas *Inulas*, «*tristes inulæ*» com flores odoríferas e raízes produtoras de «lágrimas» de sabor leitoso, fortuna dos «Mágicos» da antiquíssima Cumas, entre Pompeia e Cápua (Campânia).

«... Tempore non alio vili quoque salgama merce cappararis et tristes inulæ ferulæque minaces plantantur, nec non serpentia gramina mentæ (120) et bene odorati flores sparguntur anethi rutaque Palladiæ bacæ iutura saporem seque lacessenti fletum factura sinapis, atque holeris pulli radix lacrimosaque cæpa ponitur et lactis gustus quæ condat herba, (125) deletura quidem fronti data signa fugarum, vimque suam idcirco proficitur nomine Graio Tum quoque conseritur, toto quæ plurima terræ orbe virens pariter plebi regique superbo frigore caules et veri cymata mittit: (130) quæ pariunt veteres cespicio litore Cumæ, quæ Marrucini, quæ Signia monte Lepino, pinguis item Capua, et Caudinis faucibus horti, fontibus et Stabiæ celebres et Vesuvia rura, doctaque Parthenope Sebethide roscida lymphæ, (135) quæ dulcis Pompeia palus vicina salinis Herculeis vitreoque Siler qui defluit amni, quæ duri præbent cymosa stirpe Sabelli, et Turni lacus et pomosi Tiburis arva, Bruttia quæ tellus et mater Aricia porri.» ...

(L.J. Moderato: «De Re Rustica». Liber X;
www.thelatinlibrary.com/columella.html).

Em 1804 Valentin Rose, o Jovem (1762-1807) estudou raízes de Inula (*Elenium*) e obteve Inulina (*Helenina*), amilose que dá razão ao Doutor Rodrigues: «... *radicem crassam, ama-*

ram, optimi tamen odoris quae succaro aut melle condita...» (Phil. XXVII).

Actualmente utiliza-se Inulina no estudo da função renal (Cálculo da Taxa de filtração globular), como adoçante, e como aditivo alimentar, considerada fibra alimentar insolúvel. É comercializada a partir de bolbos de Dália e raízes de Chicória, que são Asteráceas, e de rizomas de Tupinambo, Girassol brasileiro (*Heliantus tuberosus*).

No século XVI (1553), no expressivo dizer de Amato, «Enarratio 27», escritos «*corruptam & acephalam*» desvirtuavam a «Materia Medica». Textos de Dioscorides (40-90), Plínio (23-79), Jean Ruell, Hermolau Barbaro, Marcelo Virgílio, Othonis Brvnfelsii, e outros, conduziram o Doutor Amato a uma «*Secunda enula*», «*enula Aegyptia vera nepenthe sic cecinit Homerus libro 4. Odysseæ.*» (En. 27) que lembra a fábula «lágrimas de Helena» (PHILOLOGIA XXVII) apreciada por Plínio, e a metáfora «*nepenthes inclyta succo*» (En. 27), convite ao silêncio, ao luto e ao esquecimento.

Deparamos com «*Helena remedium inuentum*» no Dicionário de Otto Brunfels e em algumas traduções da «Odisséia», nomeadamente em Gonzalo Perez (1500-1567): «La Vlyxea de Homero», Salamanca, 1550; Antuerpia, 1556 e em Frederico Lourenço (1963-): «Homero. Odisséia», Cotovia, Lisboa, 2003.

Amato pode ter encontrado Gonzalo Perez em Veneza, na residência do Embaixador Diogo Hurtado de Medoza (Primeira Centúria, Memória 31ª, 1549).

Perez refere «*vna conficion de fuerça grande*»; Lourenço diz que «*Helena, filha de Zeus, / No vinho que bebiam pôs uma droga que causava / A anulação da dor...*»

No século XVIII, Carolus Linnaeus leu a «Odisséia», deparou com o «*Nepenthes inclyta succo*» e entendeu que o Termo «*Nepenthes*» era adequado para designar uma «Planta mirabilis destillatoria» de Ceilão, «*Utricularia vegetabilis zeylanensium*» («*Species Plantarum*», 1753) desconhecida de Amato, produtora de sucos que digeriam insectos e pequenos mamíferos. Em 1790 o Padre João Loureiro (1717-1791) descreverá a «*Nepenthes phyllamphora*», actualmente *Nepenthes mirabilis* («Flora Conchinchinensis: sistens plantas in regno Conchinchina nascentes». Lisboa, 1790).

Na Europa, na «Lusitania», muitíssimo diferentes de *Inula helenium*, Amato pode ter encontrado, sem que as tenha valorizado, *Drosophyllum lusitanicum* e *Dionaeæ*, desconhecidas de Dioscorides, produtoras de «sucos» que as aproximam das *Nepenthes*.

Rhizotomistas e «Magos da Campania», região visitada pelo Columella, substituíam o mítico «*Verbascum*» do Monte Ida (Kaz Dagı), para os lados da Tróia homérica, por «herbáceas» que não tinham nome, desconhecidas de Dioscorides, *inominadas, incógnitas*.

Em 1549 Balthazar Arnoullet reeditou e divulgou Fuchs (1542) com gravuras de dimensão reduzida que voltou a utili-

zar no «*Pedanii Dioscorides*» (1552) póstumo de Jean Ruell e no «*In Dioscoridis*», 1558 de Amato Lusitano, ausente.

2. Revisão Bibliográfica

João Rodrigues / Amato Lusitano seguiu, entre muitos outros, Jean Ruel (1474-1537) de Soissons, Hermolao Barbaro (1398-1493) Patriarca de Aquileia, Marcello Virgílio Adriani (1464-1521) de Florença, Iohannes Manardus (1462-1536) de Ferrara, e Leonhart Fuchs (1501-1566) de Wemding, professor em Tübingen.

Leonhart Fuchs marcou a História da Botânica com o «Herbario» «*De historia stirpium*», Isingrin, Basileae, 1542 seguido de edição em língua alemã no ano seguinte, no mesmo Editor, 1543.

Não sabemos se alguma «*Philologia*» do «*Index Dioscoridis*», Antverpiae, 1536 ajudou Fuchs; sabemos que o livro de Fuchs foi muito útil a Amato, em 1552: «... iudicio, subscripsit Leonardus Fuchsius, in illo suo magno artificio cōfecto herbario» (A. Lusitano: «*In Dioscoridis*», Libro I, *Textus Secundi Enarratio*, Venetiis, 1553).

«*Index Dioscoridis*», 1536 e «*De historia stirpium*», 1542 seguem padrões rígidos.

Em cada «*Narrativa*», Rodrigues estuda «*Philologia*», «*Dioscoridis Historia*» e «*Ivditivm nostrvm*» enquanto Fuchs desenvolve, em todos os 346 Capítulos do seu «Herbário»: «*Nomina*» «*Forma*», «*Locvs*», «*Tempvs*», «*Temperamentvm*», «*Vires. Ex Dioscoride*», «*Ex. Galeno*» e «*Ex. Plínio*» ou seja, «*Nomes*» (*Philologia*), Aspecto, Habitat, Variações no tempo, Actividade medicamentosa, Opiniões de Dioscorides, Galeno e Plínio, metodologia que lembra a elaboração de uma «*História clínica*», próxima das dez «*Categorias*» de Aristóteles (384-322 a.C.): substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, estado, hábito, acção e paixão.

Comparemos a «*Philologia XXVII*» de João Rodrigues com os «*Nomes*» «*De Elenio*. Cap. LXXXIX», de Fuchs:

1536 – Joanne Roderico, Autor de Castelo Branco - INDEX DIOSCORIDIS, ELENCHVS: «*Enula campanica*» - (PHILOLOGIA XXVII) (numeração romana) - «*Grece Ἑλένιον*, Latine inula, Enula campana, Terminalium, Verbascu ideum, Hispanice raiz de Alla, Germanice Alanfrant». ... - IVDITIVM NOSTRVM - «*Ἑλένιον nostra est Campanica Enula, a Columella Inula appellatur ... radicem crassam ... quae succaro aut melle condita ... Hec vero vel quia ex lachrimis Helenæ nata aut q̄a ab Heleno Troiano inue(n)ta nomen sibi accepit.*» (João Rodrigues de Castelo Branco: «*Index Dioscoridis*», Antuerpia, 1536).

1542 – Fuchs: «*De Elenio*. Cap. LXXXIX - Elenium vulgo cum Latinis Enula Campana – NOMINA - Ἑλένιον Græcis, Elenium & Inula Latinis, officinis Enula, rusticis Campana, vulgo iunctis vtrisque vocabulis Enula campana dicitur. Germanis Alant, Elenium autem ab Helenæ lachrymis, è quibus

natum fabulantur, quidam dictum esse volunt. Alij quoniam contra serpentes ex eo primum ab Helena remedium inuentum sit. – FORMA – Caulem ex se mittit Elenium crassum, ...» (L. Fuchs: De Historia stirpium, Basileae, 1542, p. 241; Frederick G. Meyer, Emily Emmart Trueblood & John L. Heller: «The Great Herbal of Leonhart Fuchs 1542», 2 Vol., Stanford Univ. Pr., 1999).

1543 – Fuchs: «Von Alantwurtz. Cap. LXXXIX» - «Alantwurtz heystbey den Griechen Elenium desgleichen auch bey den Lateinischen welche sie auch Inulam nennen. In den Apotecten würt sie Enula campana genent...» (L. Fuchs: «The New Herbal of 1543. New Kreüterbüch», Taschen, 2001).

1553, 1554, 1557 – Amato Lusitano: «In Dioscoridis», Veneza, 1553, Argentoratum (Estrasburgo), 1554, Veneza, 1557, Liber I, Enarratio 27 (numeração árabe) - «Author Ioannes Rodericus Lusitanus est dictus Doctor Amatus» (En. 2): «De enula Campana: Græce Ἑλένιον; Latine, Helenium, enula Campanica, enula Campana, terminalium, uerbasum Idæum; Hispanic, raiz de alla; Italice, lella, enola herba; Gallice enula campana; Germanice, alaut. - Secunda enula: Aegyptia enula, helenium Aegyptium, nepenthes»



Fig. 1 – Fuchs. Elenium

1558 – As quatro edições lyonesas simultâneas do «In Dioscoridis» de Amato, Autor ausente, tendo como Editor Robert Constantin, médico conhecedor da língua grega, suprimem os «Nomes» «terminalium» e «uerbasum» do Monte Ida, que Fuchs omite, em «De Elenio. Cap. LXXXIX», mantendo superstições: «De Enula campana: Græce Ἑλένιον; Latine, Helenium, Inula e Enula, Hispanic, raiz de alla; Italice, lella, enola, enoa; Gallicè, enula campana, Aulnee; Germanicè, Alaut, Alautvurtzel. SECVNDA ENVLA. Aegyptia enula, Helenium Aegyptium, nhpeniV, Hom. Tamersi alis intelligant cirsium sive Buglossum» (Amato Lusitano: In Dioscoridis, Lyon, 1558, Liber I, Enarratio XXVII).

A sininimia (Nomes) de 1558 apresenta o Termo «nepenthes» grafado em caracteres gregos, nhpeniV como que a indicar os onze versos «Homerus libro 4. Odysseæ» que Amato transcreveu em língua latina, e assim continuam.

As edições anteriores a 1558 registam Termos gregos em caracteres gregos, mas, nunca, frases completas em língua

grega. Robert Constantini incluiu «Comentários» adicionais que comportam frases em letras gregas.

Amato introduziu nos seus livros citações em língua latina de textos de «Homero», e de outros Poetas, para melhor memorização e também «para recrear el lector, cansado por ventura de la passada historia», como fez Laguna em «De la Vid.» (A. Laguna: «Pedacio Dioscorides Anazarbeo: acerca dela Materia medicinal, y delos venenos mortiferos», Livro V, Cap. I, p. 505, Antuerpia, 1555).

A propósito do «Helenio Egípcio» de Cratevas e Dioscorides, lemos em Laguna: «entre Napoles y Puçol vi en cierta montaña una yerua que la representava» (A. Laguna: Obra citada, Livro I, Cap. XXVII).

Quanto ao «Chupa-mel» «Buglossum», as edições de 1558 acrescentam este termo à «Enarratio 27», embora continue com capítulo próprio em «De Buglossio», (Borrage), «Enarratio 129», página 436, na edição de 1553. Laguna, no «Índice» do seu livro, arruma Buglossio em «nôbre Barbaro, que son los que se vsan por las boticas» (Laguna: Obra citada, Índice).

Joannes Ruellio Suessionensi: «De natura stirpium libretres», Paris, 1536 e «Dioscoridis libri octo graece et latine castigationes in eosdem libros», «Impensis viduae Arnoldi Birkmanni», 1549, Capítulos XXVII (Helenium) e Cap. XXVIII (Helenium Aegytiacum) não utiliza o Termo «Inula» nem o Topónimo «Campania», acrescentados na edição póstuma de 1552 «Apud Balthazar Arnolleti», Lyon: «Helenium. Cap. XXVI»: G(rec) Ἑλένιον, Lat. Helenium; Ital. Enola; Gal(lice) & Off(icina) Enula Campana».

O «Dioscoridis» latino de Hermolaus Barbarus (1398-1493) reeditado «Apud Ioannis Soteris», Colonia, 1530 não utiliza os Termos «Inula» e «Campania» em «Helenium. XXVII» e «Helenium Aegyptium. XXVIII»; porém, numa edição «menos» póstuma, muito anterior a esta, apud «Ioannis Baptista Egratia», Veneza, 1516 encontramos a «Enula Căpanam» em «hElenivm. XXVII. - hElenium alii symphyton, alii Persicam, Alii Medică, Alii Horestium, Alii Nectariu(m), Alii Cleoniă, Alii Oaton hoc é Rubu(m) Ideu(m), Alii Phlomō Ideam, hoc est uerbasum Ideam; Romani Terminaliu(m), Alii Enula Căpanam, Aegyti Lenes appellant. Folia habet verbasci angustioris, asperiora,...» seguido de «hElenivm Aegyptium. XXVIII. - hElenium aliud Crateias medicus tradit, in Aegypto herbam cubitalibus ramulis: quae serpylli modo humi spargat...»

O «Dioscórides interactivo» da Universidade de Salamanca restitui, em caracteres gregos, a panóplia dos «Nomes» gregos que estão transcritos em caracteres latinos no «Hermolao» de 1530: Ἑλένιον - σέμφυτον - περσικέ- μηδικέ - ἑρέστιον - νεκτέριον - κλεένιον - βάτος ἑδαία - φλόμος ἑδαός (<http://dioscorides.eusal.es>)

O «Dioscorides» greco-latino de Marcello Virgílio, edição póstuma «Apud Ioannis Soteris», Colonia, 1529 descreve «Inulā Campanā» em «De Inula», Cap. XXVI, p. 50: «Elenion, rubum Idæum, qui uerbasu(m) Idæum appellant: Aegyptijn

lenes, Romani terminaliu(m) sive inulã Campanã ducu(n)t.», seguindo-se «Interpres» (Comentário): «... antiquiores Latini cœstestatur: nullibi tamen ex Căpania magis q aliunde ab illis laudatur suspicamur...».

Inula, ἑλένιον, Enula campana, actualmente <i>Inula helenium</i>			
Hermolao Barbarus 1398-1493	Marcello Virgilio Adriani 1464-1521	João Rodrigues de Castelo Branco Amato Lusitano 1511-1568	Leonhart Fuchs 1510-1560
1516 « <i>hElenium</i> . XXVII. <i>hElenium</i> ali <i>symphyon</i> , ali <i>Ferriam</i> , ali <i>Medicā</i> , ali <i>Horsium</i> , ali <i>Nectarium</i> (m), ali <i>Cleod</i> (m), ali <i>Chalon</i> hoc & <i>Rubus</i> (m) <i>Idem</i> (m), ali <i>Phlomis</i> <i>Idem</i> , hoc est <i>verbascum</i> <i>Idem</i> ; <i>Romani</i> <i>terminaliu</i> (m), ali <i>Enula</i> <i>Căpana</i> , <i>ἑλένιον</i> <i>Lenas</i> appellat. <i>Folia</i> habet <i>verbasci</i> angustiora, <i>asperiora</i> ,...»	1519 « <i>De Inula</i> , Cap. XXVI « <i>hElenium</i> , rubum <i>Idem</i> , qui <i>verbascum</i> (m) <i>Idem</i> appellat. <i>degyptie</i> <i>lenas</i> , <i>Romani</i> <i>terminalis</i> sive <i>inulã</i> <i>Campanã</i> ducit. « <i>Interpres</i> (Comentário) «... antiquiores Latini <i>cœstestatur</i> : nullibi tamen ex <i>Căpania</i> magis q aliunde ab illis laudatur suspicamur...»	1536 - « <i>PHILOLOGIA XXVII</i> » « <i>Græc</i> ἑλένιον - <i>Latine</i> <i>enula</i> , <i>Enula</i> <i>campana</i> , e a <i>Columella</i> <i>Inula</i> <i>appellatur</i> <i>Terminalium</i> , <i>Verbascum</i> <i>Idem</i> , <i>Hesperia</i> <i>raiz</i> de <i>alla</i> , <i>Germanice</i> <i>Alanfieri</i> 1553 - En. 27 - <i>Græc</i> ἑλένιον <i>Latine</i> <i>helenium</i> , <i>enula</i> <i>Campanica</i> , <i>enula</i> <i>Campana</i> , <i>terminalium</i> , <i>verbascum</i> <i>Idem</i> <i>Hesperia</i> , <i>raiz</i> de <i>alla</i> <i>Italice</i> , <i>lalla</i> , <i>enola</i> <i>herba</i> , <i>Gallice</i> <i>enula</i> <i>campana</i> , <i>Germanice</i> , <i>alant</i> <i>Secunda enula</i> : <i>Aegyptia</i> <i>enula</i> , <i>helenium</i> <i>Aegyptium</i> , <i>nepenthes</i> 1558 - <i>Græc</i> ἑλένιον <i>Latine</i> <i>helenium</i> , <i>inula</i> e <i>Enula</i> , <i>Hesperia</i> , <i>raiz</i> de <i>alla</i> <i>Italice</i> , <i>lalla</i> , <i>enola</i> , <i>enola</i> <i>Gallice</i> , <i>enula</i> <i>campana</i> , <i>Alant</i> <i>Germanice</i> , <i>Alant</i> <i>Alantivivina</i> <i>SECUNDA ENULA</i> : <i>Aegyptia</i> <i>enula</i> , <i>helenium</i> <i>Aegyptium</i> , ἑλένιον, <i>Hom</i> , <i>Imersi</i> ali <i>intelligunt</i> <i>cervum</i> sive <i>Buglossum</i>	1542 <i>De Elenio</i> , Cap. LXXXIX <i>Elenium</i> vulgo cum <i>Latinis</i> <i>Enula</i> <i>Campana</i> <i>NOMINA</i> : <i>ἑλένιον</i> <i>Græc</i> , <i>Elenium</i> & <i>Inula</i> <i>Latine</i> , <i>officina</i> <i>Enula</i> , <i>rustica</i> <i>Campana</i> , vulgo <i>lancila</i> <i>utrique</i> vocabulo <i>Enula</i> <i>campana</i> dicitur <i>Germanis</i> <i>Alant</i> , <i>Elenium</i> <i>antem</i> ab <i>Helenas</i> <i>lachrym</i> ... 1543 <i>Von Alantwur</i> . Cap. LXXXIX <i>Alantwurte</i> <i>heyssey</i> den <i>Græchen</i> <i>Elenium</i> <i>degleichen</i> <i>auch</i> bey den <i>Latentischen</i> <i>welche</i> sie auch <i>Inula</i> <i>nennen</i> . <i>In den Apotecem</i> wird sie <i>Enula</i> <i>campana</i> <i>genet</i> ...

Quadro 1. *Enula campana*, *Inula helenium*

Em 1542 Pietro Andrea Matthioli (1501-1577) optou por «Dell' Helenio. Cap. 27» e aproximou-o de «Crisanthemo», e de «Verbascos»: «L'Helenio, che noi Toscani chiamiamo Lella, & altri Enola, & Enoa, è cosa molto nota in Italia. ... onde nascono i fiore gialli, como quelli del Crisanthemo. Il suo seme è simile a quel del Verbascos, ...» («I Discorsi di M. Pietro Andrea Matthioli sanese, Nei sei libri Di Pedacio Dioscoride Anazarbo della Materia Medicinale», Veneza, Presso Marco Ginammi, 1645).

Em 1558 Matthioli contesta «*Amathvm*»: «...*quae de Helenio primigenis ab eo scribunter (praeter Lusitani opinionem, quod hunc Plinis locum semidormiens pertransiverit)*» (Pietro Andrea Matthioli: «Apologia Adversus Amathvm», Of. Erasmiana, Vicentij Valgrisij, Venetiis, 1558, p. 16, 2ª coluna, linhas 6-10, 1558).

Andres Laguna (1510-1560) seguidor de Matthioli arruma a designação «*Enula cāpana*» como «nōbre Barbaro, que son los que se vsan por las boticas» e diz, «Del Helenio»: «Grie(go) ἑλένιον ; La(tim) *Helenium*, & innula. Ar(abe) *lasm*, y *Rasen*; Bar(baro), *Enula cāpana*; Cast(elhano), Cat(alão), Por(tuguês) *Ala*, y *rayz* del *ala* *herua campana*; Fran(cês) *Aulnee*; Ita(liano) *Enola*, y *l'ella*, Tu(desco) *Alaut*».

Depois, para Laguna, «El Helenio tiene las hojas semejantes al Gordolobo, de hojas angostas: empero mas asperas, y mas luengas» ... «El Helenio Egyptio parece ser el que llama Theophrasto veleño y Aristoteles en aquel librito de plantis, heleno: y dado que se diga ser planta Egyptia, me acuerdo que entre Napoles y Puçol vi en cierta montaña una yerua que la representava» (Andres Laguna: Obra citada, Livro I, Cap. XXVII).

Entre o «parece ser» e o «ser», entre «Gordolobo» do Laguna (1555), «*Nepenthes*» e «*Buglossum*» do Amato (1558), «para recrear el lector» transcrevo o pasticho «inulas e ervascos», memória de Cápuia, *Inula Helenium*, *Helianthus*, *Cande-*

lárias, *Dedaleiras* e *Guaiaico* após 1495, quando a *Sífflis* aportou a Napoles, no tempo de Gonzalo Fernandez de Córdoba (1453-1515):

De Cápuia - diz-me - podes ver o mar

Surpreendente taça d'intenso azul

Nepenthes nas mãos d'Elena?

Campania de desvairadas Tarantellas

Franceses coçam Sarna castelhana

Napolitanas cantam Saltarellos

Rhizotomistas Magos colhem Inulas

Avança a Sífflis, chegou o Guaiaico.

Olha, Amato, cresce o Girasol!

Colhe Ervasco, pavios de Candeia,

E Dedaleira, que ninguém nomeia.

São coisas Simples de algum futuro

Dão vida ao Mundo, são côr e glória,

Não nos desviam desta Memória.

3. *Inula/helenium*. Resumo

71 - Século I - Lucio Juno Moderato Columella (3 a.C.-71) inclui «tristes inulae» em «De re rustica», Liber X, recorda das João Rodrigues no «Index Dioscoridis», 1536, Phil. XXVII *lvditivm nostrvm*: «ἑλένιον nostra est Campanica Enula, a Columella Inula appellatur». Posteriormente, Amato Lusitano esquece o Columella.

90 - Dioscoridis: - ἑλένιον - Os Tradutores Hermolao Barbaro, Jean Ruel, Matthioli e Laguna utilizam os «Nomes» «*Helenium*» e «*Helenium Aegyptivm*». Em 1542, na Toscana, Matthioli viu um «Helenio» que era «Lella», ou «Enola» e em 1555, Laguna, «entre Napoles y Puçol», encontrou uma erva que «representava» o «Helenio Egyptio».

1529 - Marcelo Virgilio: «Dioscorides» greco-latino, «De Inula». Cap. XXVI recorda «Căpania magis» que lembram Mágicos da Média, terra de Mágicos e de Médicos condenados por Plínio (23-79): «*Historia Natural*», XXX.

1536 - Joanne Roderico Casteli albi Lusitano: «Index Dioscoridis, Philologia XXVII, *lvditivm nostrvm*» - «ἑλένιον nostra est Campanica Enula, a Columella Inula appellatur...».

1542 - Leonhart Fuchs: «*De Historia stirpium*» - «De Elenio. Cap. LXXXIX». «*Elenium vulgo cum Latinis Enula Campana*» -

1553 - Amato Lusitano: «In Dioscoridis...»: «*De enula Campana. Enarratio 27*»

1558 - As edições lyonesas arrumam as herbáceas do Monte Ida em «De Verbascos», Livro IV, En. CV e acrescentam-lhe as Dedaleiras, de Fuchs (1542).

1753 - *Inula helenium* L. depois de Carolus Linnaeus: «*Species Plantarum*», I e II, 1753

1804 - Valentin Rose, o Jovem isolou a Inulina (Helenina), «amilose» existente nas raízes de *Inula helenium* Lineu.



Fig. 2 – «Coimbra Médica», 1890, 1894: Helenina e Digitalina

4. Dedaleiras de Fuchs

As «Dedaleiras» não existiam na Ásia palmilhada por Dioscorides. Frequentes na Península Hispânica, e na Europa Central, chegaram à «Materia Médica» pela mão de Fuchs, e dos Artistas que com ele colaboraram em 1542 (De Digitali. Cap. CCCXLV) e 1543 (Von Fingerhüttraut. Cap. CCCXLV).

Arnoullet fez reproduzir em tamanho reduzido as gravuras do livro de Fuchs e utilizou-as na redição lyonesa, economicamente mais acessível, da «De Historia stirpium», 1549. Interessado na divulgação do livro científico, Arnoullet reutilizou estas gravuras no «Dioscoridis», 1552 póstu-mo, de Jean Ruell, e no «In Dioscoridis», 1558 do «ausente» Amato Lusitano seguindo, em ambos, a mesma ordem, começando em Lírio, Acoro,... Fuchs começa em Absinto.

Dedaleiras, plantas desconhecidas de Dioscorides, não estavam previstas nos livros de Ruell (1526) e de Amato (1553). Dispondo das respectivas gravuras, a Tipografia Arnoullet utilizou-as como «Verbascum 3» e «Verbascum 4» (Dedaleiras) nos livros de Ruell (1552) e de Amato (1558), ao lado de Candelárias que rotulou como «Verbascum 1» e «Verbascum 2». «Verbascos» 1 e 2, em Fuchs, ilustravam «De Phlomo. Cap. CCCXXVII».

Graças a Arnoullet as católicas «Candelárias», que eram «Verbascos», «*verbascum Idæum*», herbáceas anónimas do mítico Monte Ida junto à Tróia Homérica, «florinhas secas» que ardião nas lâmpadas dos Sacrários, são colocadas a par de «Dedos de luva» (Fingerhüttraut) protestantes.

Curiosamente «Verbascum 4» é a única figura «em espelho» em relação ao original, talvez a forma encontrada pelo desenhador Clement Boussy para criticar um desenho que lhe pareceu «em espelho», Gravuras 513 e 514 de Fuchs, caso único nestas obras. Os desenhos originais de Basileia (1542) eram de Albrecht Mayer (1510-1561), as gravuras de Veit Rudolf Speckle (1505-1550) e as aguadas de Heinrich Fullmaurer (1520-1552).

1542 – L. Fuchs - «DE PHLOMO. Cap. CCCXXVIII (328) – NOMINA – flomoV Græce, Verbascu(m) Latinè, officinis

Tapsus barbatus dicitur. Su(n)t qui Cădelă regis, Cădelă-riă, Lanariăq, nominent. ... Phlomon autem haud dubiè dixeru(n)t græci, quòd caulibus eius adipe, seno, vel ali-quo pingui illitis, nonnulli pro lucernis vtantvr.» (L. Fuchs: «Historia stirpium», Iacobi Gazelli, Paris, 1543, p. 344).

1543 – L. Fuchs - «Von Wulltraut. Cap. CCCXXVIII. - ... Griechen, Phlomos/ zü Latein Verbascum / Candela regis / Candelaria vnnd Lanaria. In den Apotecten Tapsus barba-tus. ...» (L. Fuchs: New Kreüterbuch, Basell, 1543).

1553 – Amato: - «De Verbascio: «Græce, jlomoV; La-tine, phlomos; uerbascum; thapsus barbatus; Hispanice, uerbascio; Italice, tasso barbasso; Germanice, uuilkraut» (Amato Lusitano: In Dioscoridis, Gualtiero Scoto, Vene-tiis, 1553, Liber IV, Enarratio CV, p. 427).

1558 – Amato: - «De Verbascio»: «Græce, jlomoV; Latinè, phlomos; verbascum; Offici(na de Boticário) thapsus barbatus: Hispanicè, **verbascio**; Italicè, tasso bar-basso; Gallicè, mollaine ou bouillon blanc; Germanicè, vullkraut» » (Amato Lusitano: In Dioscoridis, Lyon, 1558, Liber IV, Enarratio CV).

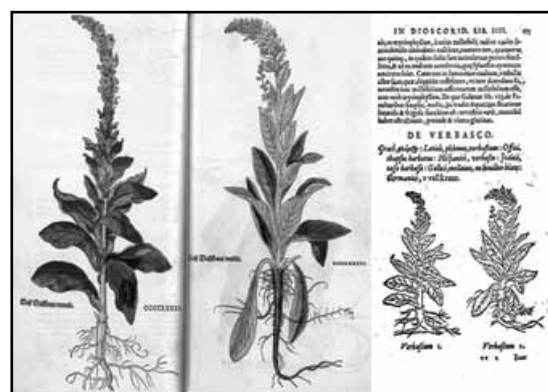


Fig. 3 – Fuchs. Candelarias

1542 – L. Fuchs - «DE DIGITALI. Cap. CCCXLIII (343) – NOMINA – Quod appellatione tum græca tum latina her-ba hæc hodie destituta sit, nulla alia de causa factu(m) existimamus, quàm quòd veteribus incognita fuerit. Nos pulchritudine eius illecti, anwnimon esse diutius non su-mus passi. Appellauimus autem Digitalem, alludentes ad germanicam nomenclaturam Fingerhut/ sic enim Ger-mani hanc stirpem nominant, à florum similitudine quae digitale pulchrè referunt ac exprimunt. Hac appellatio ne vtemur, donec nos vel alij meliorem invenerint» (L. Fuchs: «Historia stirpium», Iacobi Gazelli, Paris, 1543, p. 361). Neste Capítulo, «De Digitali», Fuchs descreve pela primeira vez, nomeia, e mostra imagens de duas novas entradas na «Materia Medica», actualmente *Digitalis Purpurea* L. e *Digitalis grandiflora* Mill.

«New Kreüterbuch», 1543 regista as respectivas desig-nações populares em lingua alemã: «Von Fingerhüttraut. CCCXLV», «Brauner Fingerhüt» e «Seeler Fingerhüt»

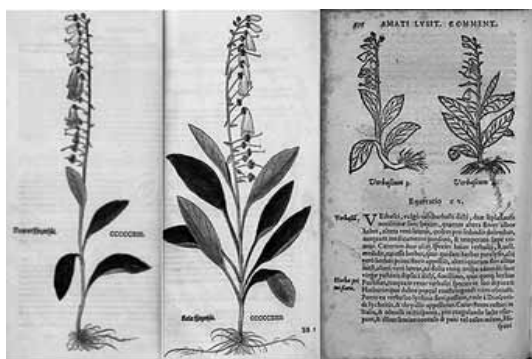


Fig. 4 – Fuchs. Dedaleiras

5 . Balthazar Arnoullet

Balthazar Arnoullet (1517-1556), divulgador de Leonhart Fuchs (1549), de Jean Ruel (1552) e de Amato Lusitano (1558) foi o editor secreto da «Christianismi Restitutio», 1553 de M.S.V., iniciais de Miguel Servet de Villanueva de Sigüenza (1511-1553), médico, teólogo, (re)descobridor da Circulação pulmonar, - descrita por Ibn an-Nafis Ala ad-Din Abu-l-Asan Ali ibn Abi-l-Hazam al-Qurasi (1210-1288), - acontecimento desconhecido na Europa antes de 1935 (M. Meyerhof: «Ibn an-Nafis (XIIIth cent.) and his theory of lesser circulation». Isis 23 : 100-120, 1935).

Trabalhando com o Tipógrafo Jean Barbou (1489-1543) e filhas, Arnoullet casou em 1541 com Denise Barbou e apoiou o casamento da cunhada Jacqueline Barbou com Guillaume Guérout.

Em 1549 Arnoullet reeditou L. Fuchs: «De historia stirpium», Isingrin, Basileia, 1542. Para que as edições Lyonesas, formato económico, «livro de bolso», tivessem o maior impacto, Arnoullet contratou o gravador parisiense Clement Boussy que realizou cópias de gravuras em tamanho reduzido (6,5 cm) a partir dos 515 desenhos (12cm) de Basileia.

O contrato de Boussy, datado de 24 de Fevereiro de 1547, merece atenção:

«Balthazar Arnoullet, maitre imprimeur, traite avec Clement Boussy, tailleur d'hystoires de Paris, demeurant a Lyon, pour la gravure des figures destinees a l'illustration du Fuschius herbar et s'engage a lui fournir, outre son entretien, logement, et vivre, deux ecus d'or sol par mois, et a la fin de son travail une paire de chausses de la valeur de deux ecus sol.» ((Claude Cussonnet, not. reg. 1547 A.N. Cotado por BAUDRIER, Henri, *Bibliographie lyonnaise: recherches sur les imprimeurs, libraires, relieurs et fondeurs de lettres de Lyon au XVIe siecle*, ed. J. Baudrier (cont. por H. de Terrebasse), Lyon, Auguste Brun (depois Brossier), 1895-1921, tome X, p.107, citados por Ariane Lepilliet: «Le De Historia Stirpium de Leonhart Fuchs : histoire d'un succès éditorial (1542-1560)», Tese, Lyon, 2012)).

Em 1551 Arnoullet e o cunhado Guérout instalaram-se em Vienne e em 3 de Janeiro de 1553 publicaram «Christianismi Restitutio», de M. S. V..

Miguel Servet e Arnoullet foram presos. Servet fugiu em 7 de Abril de 1553. Julgado à revelia, condenado à fogueira pelos católicos, ardeu em efígie. Preso em Genève, julgado por Calvino, ardeu numa fogueira calvinista, em 27 de Outubro de 1553. Violência da prisão, perseguições e fim trágico de Miguel Servet destruíram a Saúde e provocaram a morte de Arnoullet, em 1556. Para sobreviver, Denise Barbou, viúva Arnoullet, viu-se obrigada a partilhar edições em parceria com Thibaud Payen, Guillaume Rouille e Mathieu Bonhomme.

O «In Dioscoridis», Lyon, 1558 de Amato Lusitano saiu em quatro edições simultâneas, diferentes apenas nas folhas do rosto, com o mesmo Colofão: «Lugduni, Excudebat Vidua Balthazaris Arnolleti». Alguns exemplares receberam um fascículo com 30 «Chalcographvs» de Dalechamps, sobre do livro de Ruel (1522).

6 . Digitalina

Os «Preparados digitálicos» chegaram às Farmacopeias de Paris e Londres em 1721 e entraram na prática clínica com William Withering (1741-1799): «An Account of the Foxglove, and some of its Medical Uses», Birmingham, 1785.

O princípio activo da «Digitalis» é a «Digitalina», obtida em 1843 por Eugène Homolle (1808-1883) e Théodore Auguste Quevene (1805-1855). O Farmaceutico Claude-Adolphe Nativelle (1812-1889) obteve «Digitalina» purificada, em 1872. Seguiram-se os Glicosidos cardiotónicos (Digoxina, Lanatosido C, Digitoxina).



Fig. 5 - Fuchs. Withering. Nativelle

Celebre por Girasóis (1888) que lembram «Ínulas», o pintor Vincent van Gogh (1853-1890) retratou o médico Paul-Ferdinand Gachet (1828-1909) com um ramo de Dedaleiras (1890). Num esboço prévio, as flores-dedais representam «corações» que talvez homenageiem Nativelle, falecido no ano anterior.



Fig. 6 - Van Gogh.

As primeiras representações portuguesas de Dedaleiras

são de Josepha de Ayala Cabrera y Figuera, **Josefa de Óbidos (1630-1684)**, dois óleos (c.1676) no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa.



Fig. 6 - Josefa de Obidos.

«Josepha Ayalla. Obidos. 1653» desenhou a «Insignia Da Vniuersidade (de Coimbra) na Forma do Estatuto...» por 12 000 reis, recebidos por seu pai, dificilmente comparável com a folha de rosto dos «Estatutos», de 1563, aberta por Inácio da Fonseca por 2 000 reis (Anibal Pinto de Castro: «Estatutos da Universidade de Coimbra (1653)», 1987, p. X-XI).



Fig. 7 - Muller. Dedaleiras. Fac. Med. Coimbra

O «Herbario» da Faculdade de Medicina de Coimbra, organizado em 1882 pelo Jardineiro Chefe do Jardim Botânico Adolfo Frederico Moller (1842-1920), a pedido do professor de Matéria médica Dr. Júlio de Sande de Sacadura Botte (1838-1899), com o apoio do Professor de Botânica médica Dr. Júlio Henriques (1838-1928), possui cinco variedades de «Dedaleiras» colhidas por A. F. Moller, pelo Barão F.D. Muller e por K. Keck. A. F. Moller escreveu um «Catalogo das plantas medicinais que habitam no continente português», Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878.

Notas:

1. «MESUE»: «Omnia opera Diui Joānis Mesue cu expositione Mondini ...», «Impressa Uenetijs per Bonetum Locatellum Bergomenem pridie kalendas aprilis», 1495 (Este incunábulo, que pertenceu a «Santa Cruz», guarda dois apontamentos que resumem ambas as Histórias, da Livraria do Mosteiro, e da Faculdade: «Da Botica de S.X. / 1718» e «NB. Hoje do Deposito do Coll. das Artes / doado à Universidade pelo Sr. D. Pedro IV. / de mui Saudosa Memoria – An. 1842».
2. AMATO-LUSITANO: «In Dioscoridis Anazarbei de medica materia libros quinque Amati Lusitani Doctoris Medici ac Philosophi Celeberrimi enarrationes eruditissimæ. Accesserunt huic operi prater Correctiones Lemmatum, etiam Adnotationes R. Constantini, Necnom simplicium picture ex Leonharti Fuchsio Iacobo Dalechamptio, atque alijs. Lvgdvni, Apvd Viduam Balthazaris Arnoleti. 1558». Pertenceu a «S.ta Cruz de Coimbra»
3. BARBARUS, Hermolaus: «Dioscorides», Colonia, «Apud Ioannis Soteris», Colonia, 1530 (Encadernado juntamente com o Dioscorides

greco-latino de M. Virgilio, 1529; a portada apresenta o escudo do Tipografo com um anjo, cinco letras, estrela de cinco pontas de vertice inferior e a legenda: SYMBOLVM SANITATIS).

4. BRASAVOLA, António Musa: «Examen omnium simplicium medicamentorum», Joannes Pullonus alias de Trin, Lvgdvni (Lyon), 1544 («Santa Cruz»).
5. BRAVO, Joannes (Chamisso): «DE medendis corporis malis per manulem operationem», Emmanuelis Araujo, Coimbra, 1605
6. CAULIACO, Guido: «Cyrurgia Guidonis de Cauliaco», «De balneis Porectanis», De Cyrurgia Bruri, «Theodorici», «Rolandini», «Rogerj», «Lanfranci», «Bertapalie», «Iesu Ithali de oculis» & «Canamusali de baldac de oculis», «Apud Gregorius de Gregorius», Veneza, 1513
7. LAGUNA, Andres: «Pedacio Dioscorides Anazarbeo, de la materia medicinal», Salamanca, Mathias Gast., 1566
8. LAGUNA, Andres: «Pedacio Dioscorides Anazarbeo, de la materia medicinal», Salamanca, Cornelio Bonardo, 1586, «Expurgado por Geronimo Garcia calif.or» («Santa Cruz»).
9. PARÉ, Ambroise: «Opera chirurgi», ed. Jacobi Gvilemeav, Iacobvm Dvpvys, Paris, 1582 («Santa Cruz»)
10. RIBERA, Francisco Suarez de: «Pedacio Dioscorides Anazarbeo Anotado por el Doctor Laguna», 2 volumes, En Madrid, En la Imprenta de Domingo Fernandez de Arrojo, 1733 («Santa Cruz»)
11. SANTO-ANTÓNIO, Dom Caietano de: «Pharmacopea Lusitana», Joam Antunes, Coimbra, 1704 (contém a lista alfabetica de 109 autores de livros que, muito provavelmente, existiam na Botica do Mosteiro).
12. VESAL, Andres: «Epitome», ed. Herman Boerhaave e Bernhard Siegfried Albinus, Joannem du Vivie e Joan. & Herman Verbeek, «Lugdunum Batavorum» (Leiden), 1725 («Santa Cruz»/ Instituto de Anatomia)
13. VESAL, Andres: «Fabrica», ed. Herman Boerhaave e Bernhard Siegfried Albinus, Joannem du Vivie e Joan. & Herman Verbeek, «Lugdunum Batavorum» (Leiden), 1725 («Santa Cruz»/ Instituto de Anatomia)
14. VIRGILIUS, Marcellus: «Pedacii Dioscoridae», Colonia, «Apud Ioannis Soteris», 1529 (encadernado juntamente com o Hermolaus Barbarus, 1530)

Bibliografia:

Este apontamento pretende chamar a atenção para livros de Medicina citados por Amato Lusitano que também existiam em Colégios Universitários de Coimbra.

Em 1540-44 a Faculdade de Medicina, instalada no Mosteiro de Santa Cruz, teve como professores Tomaz Rodrigues da Veiga, António Luis e Luis Nunes, companheiros de Amato Lusitano na Universidade de Salamanca onde concluíram os bacharelados em 4 de Abril de 1533 (Tomaz Rodriguez), 14 de Agosto de 1532 (Antonio Luis) e 13 de Abril de 1532 (Luis Núñez), respectivamente. Juan Rodríguez concluiu o Bacharelato em 19 de Março de 1532, «presentibus testibus Ludovico Nunez» (Teresa Santander: «Escolares Medicos en Salamanca (Siglo XVI)», 1984).

Valioso Património em risco de perder-se, disperso pelas Bibliotecas Distrital de Évora, Distrital do Porto, Faculdade de Medicina de Coimbra e Alfarrabistas, estes velhos Livros, em particular os de 1540-1544 que pertenceram ao Mosteiro de Santa Cruz, contribuíram para a educação de sucessivas gerações de professores, estudantes e médicos. Merecem ser preservados.

Além destes livros, utilizei informação disponibilizada em amatolusitano.web.ua.pt

Existe um «Catalogo da Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra» elaborado pelo Cônego Dom Pedro da Encarnação, encarregado da Livraria entre 1748 e 1777, que deixou para futura oportunidade a «Livraria da Botica do Mosteiro» (TEIXEIRA-DE-CARVALHO, Joaquim Martins (Quim Martins, 1861-1921): «A livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Estudo dos seus catálogos, livros de música e coro, incunábulo, raridades bibliográficas, ex-libris e curiosidades históricas», Universidade de Coimbra, 1921).

Feliciano Augusto da Cunha Guimarães (1885-1959) organizou «Catálogos dos livros dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII existentes na Biblioteca Central da Faculdade de Medicina de Coimbra (B.C.F.M.C.)», 1985, reedição da B.C.F.M.C. a necessitar atualização que não esqueça livros dispersos pelas Bibliotecas de Institutos, Serviços e Laboratórios da Faculdade, nomeadamente Anatomia.

* Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

Trabalho incluído no projecto de investigação «Dioscorides e o Humanismo Português: os Comentários de Amato Lusitano», Projecto FCOMP-01-0124-FEDER-009102

O VINHO NAS CURAS MEDICINAIS DE AMATO LUSITANO

*Albano Mendes de Matos**

Introdução

O vinho é uma bebida prodigiosa nas festividades. Branco, tinto, rosé, abafado, generoso, mais graduado, menos graduado, verde, maduro, leve, encorpado, mesmo «americano», espumante, carrascão, tépido no Inverno, fresco no Verão, a aliciar as narinas, a borbular na boca, a descer deleitosamente pela garganta, capitoso, a levar alegrias ao espírito, ou a excessos com o seu uso imoderado.

Por certo, que a videira é contemporânea do primeiro homem. Talvez já existisse antes da humanização. A vinificação é arte do engenho humano. O fabrico do vinho, como acto cultural, implica a existência de um grau civilizacional.

Depois do dilúvio, Noé, como agricultor, plantou vinha e provou vinho (*Génese*, 9-20,21), que se torna bebida bíblica, recomendada no Velho Testamento (4 *Reis*, 18-31), como também no Novo (*Primeira Epístola de São Paulo a Timóteo*, 5 5-23). No Cristianismo, o vinho é sagrada bebida religiosa, como Espécie Eucarística ou Comida Eucarística, ao lado do pão.

O culto do vinho espalha-se pelo mundo. Alguns povos erguem-no como génio ou deus da saúde, da força, da alegria e do prazer. A mitologia grega consagra-lhe uma divindade, *Diónysos*, enquanto os romanos lhe consagram o deus *Baccho*. Os poetas cantam-no, Anacreonte na Grécia, Virgílio, Ovídio e Horácio em Roma. No Egipto, Nonnos de Hanópolis dedica-lhe um poema épico. Plutarco diz: “o bebedor de vinho, posto a falar, diz as verdades”.

Em muitas das suas adegas, os frades tinham a seguinte inscrição: “O vinho é a muleta dos velhos, a bengala dos moços, o apisto dos enfermos, as cócegas dos tristes, a gaita dos alegres, a esmola dos pobres”.

Em Portugal, país produtor de excelentes castas vinícolas, as virtudes dos vinhos, a doçura e beleza das uvas e as fainas das vindimas, nos lagares e nas adegas, inspiraram o lirismo tradicional popular, com inúmeras composições poéticas. Canta o povo:

....

Uvas pretas, Padres-nossos,
As brancas, Avé Marias,
Rosário tão saboroso
Rezava-o todos os dias.

.....

Dá-me uma pinga de vinho,
Água não a posso ver;
Na água criam-se salgueiros,
Tenho medo de morrer.



Afirmavam, alguns médicos antigos que o vinho era um remédio para tudo, entrando nos preparados para muitas doenças. Rabelais, médico e literato francês, do século XVI, faz a apologia do vinho no romance *Gargântua e Pantagruel*.

Um médico grego, Asclepiades, afirmava: “O poder dos deuses iguala a custo a utilidade do vinho”. São Paulo, num sacrossanto conselho, talvez, como afirmação do uso terapêutico do sumo da uva, proclamava: “Não bebas mais água só, mas usa um pouco de vinho, por causa do teu estômago e das tuas frequentes enfermidades” (cap. 5-23).

Em Portugal, estando doente a Rainha D. Isabel de Aragão, em Alenquer, abalizados médicos receitam-lhe “que ela bebesse vinho... para cobrar a saúde”.

Em Alcaide, Fundão, ainda, nos finais do século XX, na farmacopeia tradicional, para cura de maleitas, receitavam preparados de cebolas albarrãs com vinho branco.

O Vinho das Uvas nas curas de Amato Lusitano

Na linha de médicos da antiguidade, Amato Lusitano também utilizou as propriedades do vinho na preparação dos remédios, para cura das mazelas do homem, como exemplifica nas suas Curas Medicinais, como febres, pleurites, tumores, chagas, catarros, catalepsias, luxações, ferimentos, pisaduras, cólicas, artrites, falta de leite para amamentação, disenterias, dor de dentes, aceleração de partos, anginas, herpes, erisipelas, palpitações do coração, lombrigas, hemorroidas.

Por exemplo:

Para cura de uma rapariga que foi mordida por uma víbora, depois de alguns tratamentos, ao quarto dia foi aplicado sobre a ferida, durante quatro dias, um preparado com esterco de cabra diluído em vinho, pó de nardos, de louro e eufórbio, aquecido e envolvido por um pano. (Cura 1, I Centúria)

No tratamento de febre quartã, num homem de 34 anos, foi-lhe dado a beber um xarope preparado com flor de orégãos e vinho branco. (Cura VIII, I Centúria)

Uma mulher italiana, depois de sofrer de uma quartã e de grande contracção do baço, bebeu muita água e vinho, contraiu hidropisia e caiu em ascite, ficando com o ventre muito inchado. Para a cura, Amato receitou um preparado com turbite, gengibre, cevada e açúcar, misturados com vinho, para tomar 3 a 4 vezes ao dia, e, antes da ceia, beber vinho generoso. (CuraXXX, I Centúria)

Dois doentes com quartãs, além da medicação necessária, beberam vinho com abundância. Um morreu o outro foi curado. (Cura XLII, II Centúria)

Para expulsar uma quartã, Amato mandou ao paciente engolir cinco grãos de pimenta, no momento do calafrio, provocado pela quartã, com um pouco de vinho generoso. (Cura XCVII, II Centúria)

Um rapaz, que sofreu de febre pútrida contínua, com delírio, depois de ter sido submetido a vários tratamentos e efectuada uma sangria, ao décimo-terceiro dia, deram-lhe a cheirar um bom vinho, cujo aroma o deleitava, melhorando. (Cura LXXXI, III Centúria)

Para cura de febre nocturna, suave e lenta, e também febre terçã, foi preparado um remédio com pó de rosas vermelhas, noz-moscada, cravo-da-índia, cálamus aromático e galha moscada, tudo misturado numa bolsinha, que, borrifada com vinho quente, foi aplicada à abertura do estômago do doente. (CuraXCV, III Centúria)

A um homem de 60 anos, que sofria de febre contínua com dor em volta das falsas costelas, Amato Lusitano, entre outros preparados, mandou que bebesse vinho branco frio, o que amainou a dor. (Cura XXVII, I Centúria)

Para cura de uma falsa pleurite, de que uma rapariga padecia, Amato fez-lhe duas sangrias e aplicou, sobre o local da dor, um preparado de absinto e vinho tinto. (Cura XIII, I Centúria)

No tratamento de um músico do Vaticano, com tumor cirroso transformado em chaga, foi-lhe feita uma incisão entre a primeira e a segunda costela falsas, introduzindo, pelo orifício, um lavacro quente preparado com cevada, lentilhas, favas, mirtilos, rosas vermelhas, incenso, mirra, aloés e vinho tinto. (Cura LXXXII, II Centúria)

Uma mulher teve um aborto de uma menina e não saíram as secundinas, ficando o ventre avolumado como antes. Entre outros remédios, Amato receitou-lhe a in-

gestão de mirra e açafrão em vinho. No dia seguinte, deu à luz outra menina e, depois, foram expulsas as secundinas, com um fragmento semelhante a cabeça de galinha. (Cura XXVII, I Centúria)

Para cura de chaga cancerosa maligna, numa mama, que sofreu a mulher de Sebastião Pinto, Amato mandou fazer dieta comendo coentros, peras envolvidas em açúcar e vinho de passas. Para aplicação sobre a mama, como tópico calmante, um ceroto com vinho branco. (Cura XXXI, I Centúria)

A uma mulher, com ataque de cólera e dores fortes, Amato receitou o seguinte preparado, por ferverura e filtragem, com guaiaco, hissope, poejo, endro e vinho, para beber durante o dia e às refeições. (CuraXXXII, I Centúria)

Para curar uma mulher de Ragusa, que sofria de erosão do estômago, catarro da cabeça, tosse seca e forte, foi preparado um decoto com tartaruga dos bosques cozida, sem a concha e depois lavada com vinho. (Cura XCII, I Centúria)

Mulher que sofria de procidência ou saída do ânus - hemorroidas do assento -, além de tratamento com emplastro de goma, incenso, sumagre, rosas vermelhas, casca de romã, flores de romã e gilbardeira, foi prescrita a lavagem do ânus com vinho quente. (Cura XCIII, I Centúria)

A um rapaz com catalepsia, por congelção, Amato prescreveu a ingestão de vinho tinto ou qualquer outro, depois de tomar um remédio preparado com cinamomo, pimenta, noz-moscada e cravo de índia. (Cura XIV, II Centúria)

Para ejaculação de sémen, Amato receitou um electuário, com diversos produtos, bebendo, por cima, um pouco de vinho generoso. (Cura LXXXI, II Centúria)

No tratamento de luxação e ferimento, por queda, de um garoto, foi-lhe dado a beber um preparado com ruibarbo, acerbo, ruiva-dos-tintureiros, tudo moído e misturado com vinho estíptico. Sobre o local da luxação, foi colocado um pano molhado em vinho estíptico, bem quente, levemente espremido. (Cura IX, III Centúria)

Pisaduras causadas por, queda, que um espanhol sofreu, foi este embrulhado com um pano embebido com vinho, com substâncias estípticas, e espremido à mão. Com o pano e envolvê-lo, suando, foi curado em três dias. (Cura X, III Centúria)

Na cura de cólica, que atacou um nobre romano, foi utilizado um remédio com excrementos de lobo, reduzidos a pó fino, deitados em vinho generoso que, aquecido, o paciente bebeu, ficando curado. (Cura XII, III Centúria)

Para sarar dor de cólica com cólera mórbus, foi preparado um medicamento em cuja composição entrou vinho generoso. (Cura XXX, III Centúria)

Para cura de um homem que sofria de morbo celíaco, caquexia e atrofia, foi feito um remédio com rapônico, moído de forma grosseira, raiz de aipo, macerados em

vinho branco, até consumir uma terça parte. Depois de coado o remédio, o homem bebeu seis onças em jejum e, depois, uma onça a pouco e pouco. Na segunda semana, bebeu também à noite. Ao mesmo tempo que bebia o preparado, eram-lhe aplicadas fricções secas. (Cura LXXXVII, *III Centúria*)

Uma artrite, foi curada com um bolo purgativo, que foi ingerido pelo paciente, acompanhado com vinho. (Cura XLV, *IV Centúria*)

Em cura de vermes, lombrigas, em rapaz de 4 anos, Amato utilizou «pós nossos» com vinho, tomados em jejum e um clister de leite e mel (Cura LX, *IV Centúria*)

Para atrair leite para os peitos, Amato mandou uma mulher comer ovos frescos, testículos de galo, carnes assadas, de galinha, de tordos, de perdiz, de faisão, com arroz, grão-de-bico, aneto, funcho, malvas, leituga, e beber vinho tinto do melhor. (Cura XCII, *IV Centúria*)

Uma disenteria foi sarada com uma poção de filónio romano, trociscos de bolo-de-arménia e vinho, tomada pelas nove da noite, para evacuar. (Cura XCIV, *IV Centúria*)

A uma mulher, que tinha dor de dentes, depois de ter morbo gálico, foi receitado que lavasse a boca, três a quatro vezes por dia, com soluto quente de sandáracas pulverizada, vinagre muito forte, vinho tinto não doce, tudo misturado e fervido. (Cura XXI, *V Centúria*)

Para aceleração de parto, foi dado a beber o remédio preparado com trociscos de mirra e de cravo, tudo bem triturado e fino. Fazer excepiante com vinho generoso e beber. (Cura XXXIV, *V Centúria*)

Contra uma dor cólica, Amato mandou fazer clister com aneto, camomila, parietária, arruda, semente de anis, óleos de aneto, arruda, camomila, manteiga fresca, vinho e água, tudo fervido em panela e coado. (Cura XLVC, *V Centúria*)

Contra corrimento antigo avermelhado, em mulher, foi dado um remédio preparado com carnes cozidas, sementes de sumagre pisadas, coentros, bolo-de-arménia, misturados, reduzidos a pó e diluídos em vinho tinto áspero. (Cura LXVI, *V Centúria*)

Tratamento de menino que falava mas se tornou mudo, depois de ser atingido por doença terrível. Amato mandou derramar, pelos ouvidos do menino, o remédio preparado com óleo de amêndoas amargas, vinho branco muito bom, mangerona e heléboro. Fazer decocção ao fogo até o vinho ser consumido, espremer, coar e derramar um pouco pelos ouvidos, tapados com algodão. (Cura V, *VI Centúria*)

Um tumor cirroso galicano, que surgiu numa perna de um homem, foi aplicado, a abranger a perna, um ceroto de vinho de passas de uvas¹, amoníaco, goma-arábica e sumo do sagapeno, o que amainou a dor e favoreceu a cura. (Cura XVI, *I Centúria*)

Vinho de Romãs, de Absinto e de Malvas nas curas de Amato Lusitano

Um rapaz, padecendo de terçã contínua, melhorou bebendo uma poção preparada com água, chicória, almeirão, borragem, azedas e vinho de romãs². (Cura LXVIII, *I Centúria*)

Para cura a anginas, foi receitado, a um homem, um preparado com sumo de amoras, água de diabelha e vinho de romãs, para gargarejar várias vezes por dia. (Cura XL, *I Centúria*)

Em cura de herpes, depois de aplicado cataplasma de tanchagem, foi preparada uma decocção com rosas, erva-moira e cavalinha com água suficiente. Feita a decocção, filtrar e pisar os produtos, em almofariz, e juntar farinha de cevada e de lentilhas e vinho de romãs. (Cura XXXVII, *II Centúria*)

Para tratamento de febre maligna contínua, Amato, entre vários remédios, mandou beber água de cevada com um pouco de vinho de romãs. (Cura LXXX, *III Centúria*)

A um rapaz, com febre contínua maligna, depois de purgado com um electuário, foi recuperado com caldos de frango, mistura de cevada e pós de magaridas, devendo beber água fria com vinho de romãs. (Cura LXII, *IV Centúria*)

Para cura de erisipela oriunda do fígado, foi aplicado um emplastro preparado com vinho de romãs, farinha de cevada, sândalo branco, líquen, absinto seco e rosas vermelhas. (Cura XXVIII, *II Centúria*)

Para tratamento de debilidade do estômago, que acontece aos estudantes, de que um rapaz padecia, foi receitada uma purga de suco de leituga, mel rosado, suco de marmelos e vinho de absinto³. (Cura XII, *II Centúria*)

A rapariga com moleza, «doença de Pica», que comia calhaus, lã, algodão, etc, Amato receitou, entre alguns remédios, beber três onças de vinho de absinto, em jejum. (Cura LXXXVI, *III Centúria*)

Para tratamento de órgão sexual fraco, Amato receitou, além de pugas, comer e beber do melhor, como capões, galinhas, faisões, melros, tordos, frangos, pássaros, cabrito, peixes de escamas. Comer, ao deitar, um preparado com amêndoas, pinhões, suco de testículos de cão ou de raposo, cozidos em água, pimenta, mel, e beber vinho de malvas. (Cura XVIII, *II Centúria*)

Contra palpitações do coração, Amato receitava uma sangria e, depois, xarope de suco de melissa com açúcar, xarope de maçãs e menta, decoto de maçãs camoesas e vinho de malvas. (Cura XLIII, *III Centúria*)

Nestas breves páginas, fica demonstrado que Amato Lusitano utilizou a propinação do vinho, nas suas célebres Curas Médicas, especialmente nos pacientes atacados por febres.

1- Vinho de Passas

Preparação

Para 100 litros de água, juntar-lhe 4 quilos de passas de uvas, 5 quilos de açúcar cristalizado, 100 gramas de bagas de zimbro, 32 gramas de coentros e 3 gramas de canela. Deixar fermentar durante 48 horas, engarrafar e rolhar. Rolhas atadas com cordel.

2- Vinho de romãs



Preparação

Colocar os caroços de semente de 10 a 15 romãs, 1 quilo e 300 gramas de açúcar em tanque de fermentação e suco de 10 limões. Colocar 600 gramas de grãos de cevada num galão de água e ferver durante 5 minutos. Coar para o tanque de fermentação e mexer para dissolver o açúcar. Deixar fermentar durante 5 dias. Coar para jarra de fermentação e tapar. Deixar assentar até ficar claro. Colocar em garrafas por 6 meses a 1 ano.

3- Vinho de absinto

Preparação

Macerar, durante uma semana, 30 gramas de folhas e flores de absinto em 60 gramas de aguardente. Adicionar 1 litro de vinho branco, deixar repousar durante 10 dias e coar.



Glossário:

Acebo - Azevinho

Absinto – Planta medicinal.

Aná – Palavra que os médicos usam nas receitas, para indicarem que cada medicamento deve entrar na mesma quantidade.

Aneto – Planta apiácea, endro, endrão, funcho bastardo.

Ascite – Hidropisia abdominal, resultante da acumulação de serosidade na cavidade peritoneal; barriga-d'água.

Cálamo – Planta arácea purgativa.

Caquexia – Fraqueza, anemia, perda de vitalidade.

Cardomomo – Planta, cuja sementes aromáticas se empregam em farmácia.

Catalepsia – Doença nervosa que consiste numa imobilidade do corpo.

Ceroto – Unguento ou pomada, cujos principais ingredientes são a cera e o óleo.

Celíaco – Relativo ao abdómen.

Cinamomo – Planta da família da canela.

Côndito – Nome de vários medicamentos antigos, específicos para certas doenças, cuja preparação os inventores mantêm em segredo.

Decocção – Fervura de substâncias medicamentosas num líquido.

Decoto – Produto da decocção.

Electuário – Medicamento composto de pós e extractos vegetais misturados com mel ou açúcar.

Endro – Planta apiácea semelhante ao funcho.

Filónio – Electuário de composição muito complexa.

Galicano – Relativo a gálico, sífilis ou outra doença venérea.

Guaiaco – Planta medicinal da América do Sul; resina da planta, raspa de madeira.

Helébero – Planta da família das ranunculáceas, que diziam curar doenças nervosas e a loucura.

Hissope, hissopo - Planta medicinal.

Lavacro – Para lavar, banho.

Panacea – Remédio para tudo, também planta solanácea.

Quartã – Febre palúdica em que o acesso febril aparece no primeiro e quarto dias.

Rapôntico – Planta, espécie de ruibarbo.

Ruibarbo – Planta comestível

Sandárac – Resina aromática de certas árvores.

Sagapeno – Planta do género *Férula*, que segrega uma goma resinosa fétida.

Sumagre – Planta medicinal e tintureira.

Terçã – Febre palustre em que os acessos se repetem de três em três dias.

Trocisco – Forma farmacêutica preparada com substâncias medicamentosas secas e pulverizadas, que se corporizam com gomas, mucilagens, xaropes, etc.

Tumor cirroso – Canceroso.

Turbite, turbito – Planta convolvulácea de raiz purgativa.

Vinho estíptico – É uma decoção feita com vinho tinto ou branco, rosas vermelhas, rosmaninho e cabeças de mirto, que vai ao lume em panela.

Visco – Planta parasita da Família das viscáceas.

Bibliografia:

– *O Vinho na Medicina*, Obra válida de Samuel Maia. SA 20816P *História Sérica* – Manuel Esperança, Bibl. Nac. Var 2511, p. 275 – 2ª col. E seg.

– *Centúrias de Curas Medicinas*, Vol. I e II, de Amato Lusitano, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos, Lisboa, 2010.

* Investigador de temas antropológicos

DA TUBERCULOSE EM AMATO LUSITANO AOS «FERIDOS DE GUERRA POR TUBERCULOSE» DO SANATÓRIO MILITAR DE S. FIEL

*Maria Adelaide Neto Salvado**

Vinda do fundo do tempo, a tuberculose nas suas variadas formas foi o flagelo que, desde sempre, contribuiu para evidenciar a frágil efemeridade da vida humana. Doença mortal, cujas causas demoraram séculos a descobrir, a tuberculose mereceu por parte da medicina da Antiguidade uma particular atenção.

Hipócrates, no século IV a. C., considerou-a como «a maior de todas as doenças e a mais difícil de curar», descreveu em pormenor os seus sintomas (tosse, inicialmente fraca, ganhando intensidade com o passar do tempo, febre prolongada, expectoração densa e pútrida); estabeleceu a correlação entre a agudização da doença e as estações do ano: «O Outono é mau para os que padecem consunção» - afirmou num dos seus aforismos. Chamou-lhe *tísica* e *consunção*, isto é, *consumição*, palavra que exprime o estado de enfraquecimento profundo e progressivo do organismo provocado pelo avanço da doença.

Galeno, no século II d. C., estabeleceu os princípios de tratamento que perduraram pelos séculos: repouso, emplastos sobre o peito para eliminar a tosse, dieta alimentar cuidada. Considerava a doença como uma úlcera dos pulmões, por isso lhe chamou *tísica* ou *ulceração pulmonar*. É essa mesma expressão com que Amato Lusitano a designa numa das três *Curas* em que, concretamente, se debruça sobre a tuberculose. Encontram-se elas na *VI Centúria*, que engloba as *Curas* ocorridas em Ragusa, «cidade pequena mas antiga, semelhante a Veneza, situada junto do mar Ilírico» - como, sucintamente, Amato a descreveu.

Apenas três casos, todos mortais: o de um jovem de 20 anos, chamado Segundo, filho do mercador Dominigos Claroduvich (Cura X intitulada *De tísica, isto é ulceração pulmonar*), o de uma jovem que vivia na cidade de Canal, a uma certa distância de Ragusa (Cura XX, *Do vômito de sangue*, e o da esposa do cidadão ragusiano Jorge de Martinis, descrito na Cura XXXVI, que tem por título *De uma mulher continuamente febril, com tosse e escarros purulentos*. Breves são as considerações de Amato Lusitano sobre este último caso. Com brevidade descreve o estado

do doente que sofria de uma febre contínua, tossia, lançava escarros purulentos e tinha dores no peito. Prescreveu-lhe Amato um purgante composto de *maná* (nome dado a uma substância sólida de cor branco amarelada, proveniente da solidificação da seiva de duas árvores que cresciam na Calábria e na Sicília) e que, na farmacopeia antiga e medieval, era considerada como uma panaceia para todos os males. A doente sentiu ligeiras melhoras. No entanto, conta Amato, «passados dois meses consumida de tísica morreu». E conclui o relato deste modo: «Tinha contraído a doença, segundo julgo, da mãe que morreu também desta doença».¹

A constatação de que a tísica era doença perigosamente contagiosa ressalta desta observação de Amato. Reafirmação idêntica surge na *Cura* da jovem que vivia na cidade de Canal, de cujo nome Amato não nos deixou registo. No entanto, alguns dos traços físicos desta jovem e algumas das facetas do seu temperamento foram eternizados por Amato. Assim descreveu o seu aspecto:

«É uma jovem senhora, franzina, de pescoço alto e peito estreito, tendo já morrido de tísica outra irmã e o único irmão».²

E acerca do seu temperamento considera:

«Era uma donzela, sempre escondida, e invisível (que raramente se mostrava à vista de homem, de forma a chamar-se-lhe *religiosa*».³

Seis longos meses se prolongou o tratamento prescrito por Amato, que tudo tentou para aliviar o sofrimento da jovem (sangrias, emplastos, dieta cuidada). Tudo em vão e, é com estas considerações, donde se desprende uma certa amargura, que Amato Lusitano conclui o relato do caso: «Passados outros dois meses veio a encontrar o termo da vida, esgotada até ao máximo por esta doença».

Mas são as conclusões de Amato acerca da evolução da tísica contraída pelo jovem Segundo, expostas na *Cura X*, que nos merecem uma maior atenção, pois elas encerram uma das mais contundentes críticas que Amato dirigiu aos seus colegas de profissão. O jovem ragusiano adoecera três

meses antes da data em que Amato foi chamado para o assistir. Foi-lhe contado que tudo se iniciara com a expulsão de sangue, depois de um ataque de tosse. Seguiu-se uma febre contínua que se arrastou pelo tempo. Amato encontrou o jovem mergulhado num grave estado de apatia e enfraquecimento, «tomado de marasmo», como ele próprio escreveu. Os sintomas da doença eram evidentes. Prontamente diagnosticou *tísica* ou *ulceração dos pulmões*. No entanto, apesar da clara evidência dos sintomas, Amato foi contradito pelo médico que acompanhara o jovem desde o início da doença e que, apesar da febre contínua, da tosse, da expectoração densa e fétida, sintomas indicadores da «ulceração pulmonar», continuava a negar que o jovem sofresse de tal doença. E foi a propósito desta negação que Amato tece a seguinte consideração:

Tal médico, pois está necessitado de heléboro e é digno de ser relegado para Anticira, visto que não conhece a hética, constituída em 3ª espécie, sobre a qual Galeno deixou escrito que era conhecida de barbeiros. E todos sabem que é assim.»⁴

A recomendação ao seu colega de heléboro e o desterro para Anticira evidencia como em muitas outras passagens da obra amatiana um profundo conhecimento dos mitos clássicos. Segundo o geógrafo grego Pausânias, teria sido em Anticira, uma cidade antiga situada numa ilha do Golfo de Corinto, que o herói grego Heracles fora curado da loucura homicida que o levava a assassinar a mulher e os filhos que muito amava. Loucura momentânea, provocada pela vingança de Hera que nunca perdoara a Heracles o seu nascimento, fruto dos amores de Zeus com a rainha de Tebas, Alcmena. Heracles fora curado em Anticira com heléboro, uma planta da família das liliáceas, que cresce espontânea nos sítios altos da ilha, em duas variedades conhecidas por *heléboro negro* e *heléboro branco* (*veratrum album*).

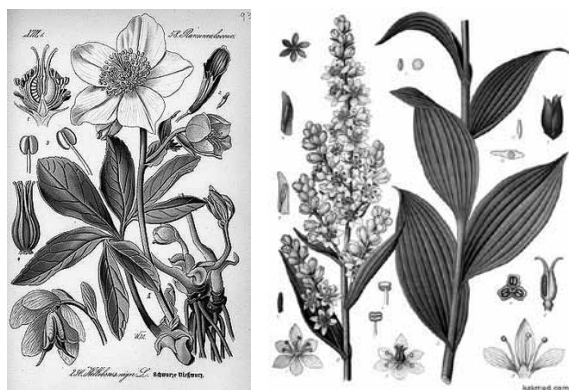


Fig. 1 - Héleboro negro e héleboro branco

Para além do mito, Dióscórides validou a importância do heléboro na cura da loucura. E assim descreve a planta na *Matéria Médica*: « (...) a planta cresce em lugares

bastante altos e secos. E o que cresce em regiões tais se tem por ótima: tal é o heléboro da Anticira». Segundo Dióscórides, a planta que possuísse uma raiz de fibras carnudas, medula delgada e que tivesse sabor picante, continha as propriedades mais eficazes no tratamento da loucura.

Perante a evidência clara dos sintomas, somente um louco não conseguiria diagnosticar a tísica que, há longos meses, consumia o jovem Segundo, acabando por o conduzir à morte. Daí que do ponto de vista de Amato o médico que tratara o jovem no início da doença e que não atentara na evidência dos sintomas, deveria ser desterrado para Anticira.

Nos comentários a esta *Cura* Amato Lusitano tece algumas considerações sobre o estado de espírito dos doentes de tísica na fase terminal da doença:

«Costumam eles, porém, morrer ainda falando, tal como se deu com este jovem que, por ignorância do médico, atingiu o seu último grau de ruína e a morte.»⁵

Ao longo dos séculos seguintes, por todo o mundo, muitos foram os que sucumbiram a esta terrível doença. Seria, no entanto, na 1ª metade do século XX que se assistiria a um violento surto da tuberculose nos países da Europa Ocidental.

A Tuberculose e a I Guerra Mundial

Amanhã, logo às primeiras
Claridades d' alvorada,
Vamos partir pr' às trincheiras.

Levo a alma atribulada (...)

António Pires Antunes, *Trovas de Flandres*

A guerra de 1914-1918 abriu um campo fértil a um brutal recrudescimento da tuberculose na Europa Ocidental. Grande parte da população dos países intervenientes na guerra, tanto a população civil como a população militar, sofreu os devastadores efeitos desta doença, que se abateu indiscriminadamente sobre todos os sectores, classes e escalões etários da sociedade. E grande parte dos soldados que combateram heroicamente nas trincheiras sucumbiu nas garras da tuberculose. Que razões estão na génese deste angustiante facto?

Um dos factores, em parte, responsável pelo surgimento da doença, encontra-se num testemunho poético de António Pires Antunes, um jovem soldado beirão, natural de Penha Garcia, povoação do concelho de Idanha-a-Nova, que combateu nas trincheiras da Flandres. No

livro intitulado *Trovas de Flandres*, que publicou em 1924, deixou-nos um testemunho poético do entrelaçar de emoções que enchiam e desgastavam o corpo e a alma dos soldados nas trincheiras.

No longo poema intitulado «Cartas IV» lê-se:

« Quando o alarme rebenta
Em ribombar de trovões,
Não sei bem como se aguenta,
(...)

O sangue que nos esquenta,
O coração aos sacões...
(...)

Rangem os dentes na boca
Num convulsivo tremor,
A matar, toca, que toca;

Mas depois, ai meu amor,
A alma até sufoca
Em calafrios de horror,

Ao ver-se o sangue, em ribeiros
Correr por entre as florinhas
Desmaiadas, dos lameiros». ⁶

Segundo a opinião de vários especialistas, teria sido a tensão nervosa tecida pelo horror da morte, como a que o poema de António Pires Antunes tão claramente descreve, aliada à fome e à exposição às inclemências climáticas, um dos factores que, em muitos casos, conduziram à eclosão de uma tuberculose adormecida. A constatação desta realidade levou o professor da Universidade de Medicina de Paris, Louis Laudouzi (1845-1917), a chamar aos soldados tuberculosos vindos das trincheiras «feridos da guerra por tuberculose».

Na mesma linha de pensamento, Léon Bernard (igualmente professor da Universidade de Paris), procurando causas mais a montante que justificassem o surto da tuberculose nas trincheiras, afirmou que a guerra foi mais um «reagente» que um «agente» da tuberculose. Segundo este médico, teriam sido as condições que haviam rodeado a mobilização maciça que, sem atender, em muitos casos, ao estado real da saúde de muitos jovens e reservistas, os lançara, já debilitados, para uma guerra violenta e de uma inclemente dureza.

Fossem quais fossem as causas, certo é que os soldados que contraíram tuberculose nas trincheiras contaram-se aos milhares.

A jornalista e romancista suíça Helène Dufour, testemunha presencial da guerra, deixou-nos, sob o pseudónimo de Noelle Roger, o seguinte registo:

«Nós que vimos passar esses tristes comboios de sol-

dados tuberculosos que se repatriavam, não pudemos esquecer nunca os seus olhos sem esperança. Enquanto que os amputados riam e cantavam, com toda a alegria do regresso, aqueles pareciam dizer-nos: - eu sei bem que vou morrer!»

Para estes que pagavam de um modo tão cruel o cumprimento do dever, e que arriscavam pagar também com a saúde dos seus filhos não se fará nunca o bastante...»⁷

Comentando este testemunho, o médico português Ladislau Patrício considerou conter ele «muito de exagero poético» E justifica: «Nem todo o tuberculoso está condenado fatalmente a morrer, por ser tuberculoso; e nem o pessimismo é o estado de espírito habitual do doente de peito».⁸

Cientes da realidade de que muitos tuberculosos podiam alcançar a cura, os países intervenientes na guerra procuraram dar resposta ao elevado número de soldados tuberculosos, organizando comissões de médicos para avaliarem o estado real dos doentes, encaminharem os susceptíveis de cura, e enfrentarem a propagação de uma doença que se revelava altamente contagiosa.

A França, sob a orientação do professor Louis Laudouzi, iniciara, logo em 1915, uma cruzada a favor dos seus soldados tuberculosos, os «feridos da guerra por tuberculose», como ele lhes chamava. O resultado da campanha foi grandemente positivo. Sob a dependência do Ministério da Guerra, o governo francês promoveu a criação de 33 *Hospitais Sanatórios* e de 15 *Estações Sanitárias*.

Seguindo o exemplo francês, o Ministro da Guerra de Portugal Norton de Matos (1876-1955) mandou organizar uma comissão de médicos para estudarem o problema da tuberculose dos soldados, que retornavam das campanhas de África e das trincheiras da França. Essa comissão, designada por *Comissão Central de Assistência aos Militares Tuberculosos* (C.C.A.M.T.), presidida pelo o coronel médico Júlio Lopes Cardoso ⁸ cuja primeira reunião se realizou a 12 de Outubro de 1917 no gabinete da Inspeção Geral dos Serviços de Saúde do Exército), elaborou um vasto programa de acção que assentava em três estruturas fundamentais:

- Organização de *Juntas de Selecção dos militares tuberculosos* (J. S. M. T.). Duas dessas Juntas funcionaram em Lisboa, uma no Porto e outra em Coimbra.

- Criação de *estabelecimentos especiais* para isolamento e tratamento dos militares feridos de tuberculose.

- Constituição de *Comissões Provinciais e Concelhias de assistência domiciliária*, cujos fins se canalizavam para o auxílio económico e para o apoio clínico e higiénico dos soldados tuberculosos que não pudessem ser prontamente internados. Para além do apoio clínico, o apoio económico prestado pelas *Comissões* traduzia-se no for-

necimento de leite, de roupas, e por uma contribuição pecuniária; por sua vez, o apoio higiénico assentava fundamentalmente na dádiva de escarradores e desinfec-tantes, com o objectivo de impedir o contágio aos fami-liares mais próximos.

Este bem alicerçado programa, que a França cumpriu na íntegra, falhou redondamente em Portugal - « (...) não passou entre nós de música celestial, recebido friamente com um sorriso sceptico » - escreveu Ladislau Patricio, no seu livro *A Assistência em Portugal aos «feridos da guerra por tuberculose»*, livro onde relata, com amargura, o de-sabar do projecto de Sanatório da Serra da Gardunha em que se empenhou de alma e coração.

As razões do fracasso do projecto de auxílio em Por-tugal são por ele apontadas do seguinte modo:

«Falhou. Falhou por indiferença, por má vontade e até – e principalmente – por política, por falta de solidarieda-de do país na obra da guerra, na qual muitos quiseram ver mais um trabalho de engrandecimento ou de inte-resse de determinado partido do que a manifestação dum sentimento nacional (...). Quem sofreu com isso foram aqueles que tiveram de partir, arriscando vida e saúde, sem que os voltaram doentes encontrassem o conforto, a solicitude e o amparo, reveladores da grati-dão colectiva duma Pátria sensibilizada – o que lhes ser-viria de certo modo de compensação.»⁹

A Serra da Gardunha e as condições naturais do sítio do Colégio de S. Fiel

O lugar de S. Fiel, antigo Casal da Pelota, na Beira Baixa, é um sítio ermo, desafojado e tranquilo ...

Ladislau Patricio

Licenciado em medicina pela Universidade de Coim-bra, poeta, dramaturgo e divulgador científico, Ladislau Patricio desempenharia um relevante papel no apoio e tratamento dos soldados tuberculosos regressados das trincheiras. Foi este médico escolhido pela *Comissão Cen-tral de Assistência aos Militares Tuberculosos* para instalar e dirigir um Hospital-Sanatório no extinto Colégio de S. Fiel, que os jesuítas haviam fundado, em 1854, no Lou-riçal do Campo, aqui bem perto de Castelo Branco. Este Colégio, com um corpo docente esclarecido e de eleva-do nível científico, tornar-se-ia num pólo dinamizador da cultura e da ciência no interior beirão e num centro edu-cacional de valor indiscutível. Aqui estudou Egas Moniz, o prémio Nobel da Medicina.



Fig. 2 - Com a Gardunha coberta de neve, vista geral de S. Fiel em 1917. O Sanatório foi instalado na parte velha do Colégio, (a mais baixa) cuja frontaria é toda visível. À esquerda, em primeiro plano, o antigo hotel do Colégio. Nele foi instalada uma enfermaria.

Em 1902, por iniciativa do padre Carlos Zimmerman, havia sido instalado no Colégio um observatório comple-to de meteorologia, cuja inclusão na lista de observató-rios oficiais, à data existentes em Portugal, nos dá a me-dida do reconhecimento do nível e rigor das observações aí realizadas. O envio mensal dos registos realizados em S. Fiel para o Observatório Central do Infante D. Luís, em Lisboa, possibilitava um conjunto de importantes dados sobre as condições climáticas do interior da Beira e a sua comparação com os dados recolhidos na estação da Ser-ra da Estrela.

Foram as rigorosas e fidedignas observações meteo-rológicas realizadas, entre 1902 e 1909, pelo padre Carlos Zimmerman que permitiram, em 1917, a inclusão do sí-tio de S. Fiel na categoria dos «climas tónicos levemente excitantes», segundo a classificação da Castaigne e Gouroud, baseada na acção fisiológica do clima sobre o organismo.

Segundo esta classificação, os climas dividiam-se em três categorias: *Climas muito excitantes* (climas entre os 1.000 e 1.800 metros e climas marítimos (lugares à beira mar); *Climas levemente excitantes* (estações de altitude média entre 400 e 800 metros); *Climas sedativos ou cal-mantes*, (os dos locais onde a ausência de ventos produ-zia uma acção sedativa sobre o organismo).

No caso concreto do sítio de S. Fiel, às excelentes con-dições atmosféricas juntava-se uma favorável altitude, de certo modo um importante factor influenciador des-sas condições. A localização do Colégio a meia encosta da Gardunha, a uma cota de 516 metros, permitiu atribuir ao antigo Colégio dos jesuítas a categoria de estação in-termediária de cura, dada pela classificação de Regnard, cuja classificação obedecia aos seguintes parâmetros: *Estações de altitude* entre 1200 e 1800 metros; *Altas es-tações* entre 1800 e 2.600 metros; *Estações intermédias* entre a montanha e a planície, abaixo dos 1.200 metros.

Ladislau Patrício referiu deste modo as notáveis condições naturais do sítio de S. Fiel:

«O isolamento, o moderada altitude, a tranquilidade, a pureza do ar, os seus vastos horizontes infinitos, a preciosa qualidade das suas águas potáveis, embora pouco mineralizadas, e a natureza da sua vegetação – dão ao sítio fóros especiais de estação de cura».¹⁰

A ideia da instalação de um Sanatório na Serra da Gardunha não era nova. Sob o título «Interesses Regionais», o jornal *Notícias da Beira*, que se publicava em Castelo Branco no início do século XX, noticia no seu número de 27 de Dezembro de 1914 que, durante a segunda quinzena de Janeiro de 1915, a serra da Gardunha seria visitada por uma missão de três médicos especialistas em doenças pulmonares afim de avaliarem a existência de condições que possibilitassem a instalação aí de um sanatório que satisfizesse todos os requisitos exigidos pela ciência. O edifício a construir deveria albergar 300 doentes. A ideia acarinhada e incentivada pelo capitão Pina Lopes, grande regionalista, notável e empenhado parlamentar na defesa do desenvolvimento da Beira, ressalta na última parte da notícia, onde se lê:

« (...) se tomarmos em linha de conta o que é uso pagar-se em estabelecimentos desta natureza, fácil será reconhecermos as vantagens que tal construção trará para a região.»

O projecto da construção de um edifício de raiz nunca chegaria a ser concretizado, mas, quando em 1917 o retorno de elevado número de soldados tuberculosos se tornou um problema preocupante, a serra da Gardunha voltou a ser encarada como sítio privilegiado para a instalação de um sanatório. E o antigo Colégio de S. Fiel, em Lourçal do Campo, extinto pelos ventos anticlericais da I República, perfilava-se, em 1917, como um local de grandes e desaproveitadas potencialidades. A essa circunstância se refere Ladislau Patrício nos seguintes termos:

«Aproveitou-se para Sanatório o sítio de S. Fiel por ali existir, abandonado, um edifício espaçoso e por nada se opor, nenhuma contra-indicação formal de ordem climatológica, a esse aproveitamento.»¹¹

Com sabedoria Ladislau Patrício organizou a adaptação do edifício às funções de Sanatório, dividindo-o em três zonas:

- 1ª - Quartos de doentes, uma enfermaria (com a lotação para nove camas), sala de convívio para leitura e jogos.
- 2ª - Serviços gerais: consultório, sala de espera, gabinete de análises, farmácia e gabinete de radiologia.

- 3ª - Quartel e caserna de diligências, com uma força de 40 homens sob o comando de um oficial encarregado da vigilância no exterior do edifício e da sua vasta área envolvente.



Fig. 3 - Enfermaria



Fig. 4 - Quarto individual



Fig. 5 - Refeitório

Mas não apenas na adaptação do edifício se empenhou Ladislau Patrício. Assim:

- organizou o Quadro de Pessoal, composto por três médicos (incluindo o director); quatro enfermeiros (dois sargentos e dois cabos); e várias praças, como serventes;
- estabeleceu as regras de admissão dos doentes, dividindo-os em duas categorias (contagiosos e não contagiosos) que alojou em pisos diferentes;
- impôs regras na admissão dos doentes e no quotidiano do Sanatório (quatro refeições diárias, registos diários da febre, inspecções quinzenais).

A dieta alimentar diversificada compunha-se de rações de carne, peixe, legumes, massas, repartidas por quatro refeições diárias (pequeno almoço, almoço, lanche

e jantar), era confeccionada com rigorosas condições de higiene. Conta Ladislau Patricio que um dos doentes internados, curiosamente um alemão chamado Frederico Schroeder (único doente de quem registou o nome) havia engordado 21 quilos nos três primeiros meses de internamento. E interroga com amarga ironia: «Que dirão a isto, se me lerem, os nossos pobres prisioneiros de guerra?,,,»

O arranque do Sanatório não foi fácil. Muitas barreiras se tiveram que ultrapassar: a morosidade nas obras de adaptação do edifício, a precária acessibilidade e a inexistência de meios de transporte, as dificuldades de iluminação e aquecimento, a rede de esgotos, a escassez de materiais para análises e para a realização de radiografias.

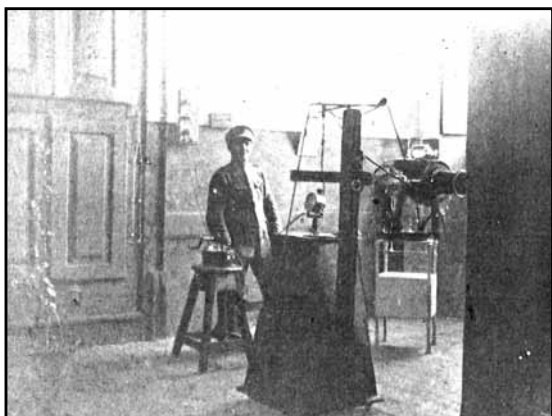


Fig. 6 - Gabinete de radiologia

Apesar da existência de um gabinete de radiologia, nunca nele foram realizadas radiografias. O primeiro aparelho de raios X enviado para S. Fiel, um modelo de campanha que servira em Tancos e posteriormente enviado para o Depósito de Material Sanitário de Lisboa, nunca conseguiu funcionar. O mesmo aconteceu em relação às análises clínicas. A demora do envio de um microscópio impossibilitou a sua realização a despeito de ter sido nomeado para S. Fiel um «distinto analista» que, curiosamente, saiu quando o microscópio foi finalmente enviado.

No entanto, de todas as dificuldades a mais difícil de transpor foi a da melhoria dos transportes. A longa distância a que se localizavam as estações ferroviárias mais próximas: Castelo Branco (30 km), Fundão (15 Km) e Castelo Novo (6Km) e a ausência de um serviço regular de transportes que assegurasse a ligação com o Sanatório, perfilou-se até ao fecho do estabelecimento como um difícil obstáculo. Conta Ladislau Patricio que os primeiros doentes que chegaram ao Sanatório foram transportados numa carroça, debaixo de chuva, numa manhã já fria de Outubro.

Mas a escassez de materiais era superada por uma cuidada atenção pelos doentes.

Conhecedor das consequências negativas de um prolongado internamento em sanatórios sobre a saúde

mental dos doentes, e da importância de actividades que quebrassem a monotonia de um tempo, sempre igual, repartido entre horas de repouso e a rotina ansiosa dos registos da febre, Ladislau Patricio não descurou medidas que permitissem momentos de distração e de lazer. A pouco a pouco, adquiriu alguns jogos de damas, domínó e loto, e também um gramofone que possibilitava momentos relaxantes trazidos pela música; conseguiu que algumas direcções de jornais enviassem gratuitamente os seus periódicos para S. Fiel, possibilitando aos doentes uma ligação com os acontecimentos do mundo; instalou no edifício do Sanatório um pequeno teatro feito com «madeiras de caixote e serapilheiras pintadas improvisou-se um teatrinho»¹² - para usar as palavras do próprio Ladislau Patricio.

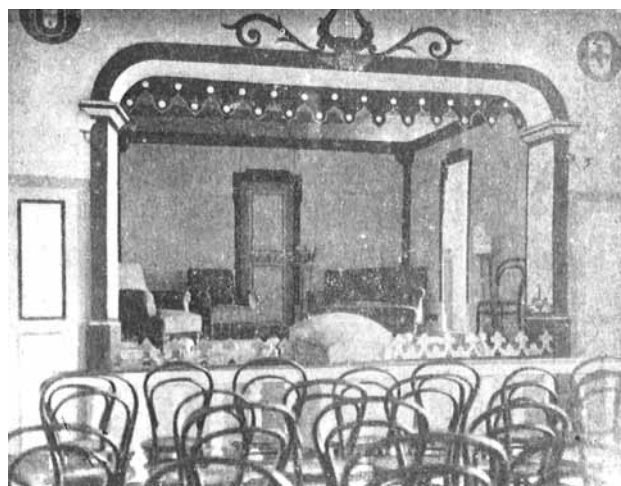


Fig. 7 - Teatro do Sanatório Militar de S. Fiel

Inaugurado a 3 de Maio de 1919, num festival em benefício dos doentes internados, a ele aderiram várias autoridades. A acta da Câmara de Castelo Branco de 24 de Abril de 1919 faz eco desta festa, registando que para ela havia a Direcção do Sanatório solicitado o empréstimo de bandeiras e balões para alindarem os festejos.

Mas não apenas em balões e bandeiras se traduziu a colaboração da Câmara de Castelo Branco com o Sanatório Militar de S. Fiel. Em Janeiro de 1919 a Câmara correspondendo a uma solicitação do Sanatório havia emprestado a caixa de autópsias pertencente ao cemitério municipal. O destino desta caixa causaria mais tarde alguma perturbação, pois o inesperado aconteceu. Em Setembro desse ano de 1919, com várias obras de melhoramento em curso, surgiu a ordem para encerramento do Sanatório. A ordem, emanada do Quartel General da 7ª Divisão, foi cumprida pelo major José Martins Cameira, que acompanhado por um tenente se apresentou no Sanatório «afim de proceder ao apuramento de algumas irregularidades atribuídas ao pessoal do estabelecimento no exercício das suas funções».

Com obras iniciadas na parte *nova* do Colégio com o objectivo de se conseguir alojamento para mais cem doentes, a ordem de encerramento apanhou de surpresa doentes e profissionais de saúde.

Em cinco dias, o capitão médico Joaquim Homem Rosado, que havia substituído Ladislau Patrício e interinamente dirigia o Sanatório, teve de evacuar os doentes e o pessoal, e encaixotar e despachar todo o material para Lisboa. E com o material pertencente ao Sanatório lá foi a caixa de autópsias do cemitério de Castelo Branco.

O Sanatório Militar de S. Fiel e a sombra do caciquismo da Beira

«... mas há uma categoria de ofensas cujos ressentimentos perduram: aquelas que revestindo as características da maldade, denunciam simultaneamente uma colaboração de estupidez...».

Ladislau Patrício

Efémere foi a vida do Sanatório Militar de S. Fiel, mas intensa foi a sua actividade. Nos onze meses da sua breve existência nele foram tratados perto de 40 tuberculosos. Assim o refere Ladislau Patrício num relatório publicado em 1920, onde faz a avaliação das actividades desenvolvidas no estabelecimento que fora encarregado de organizar e dirigir. E comenta:

«No Sanatório de S. Fiel receberam tratamento durante onze meses, perto de quarenta doentes - percentagem diminutíssima em relação ao avultado número de vítimas (cerca de 4.000!) que a tuberculose causou no corpo expedicionário português. Foram animadores os resultados obtidos nesses pobres mancebos, sujeitos a um regimen de tranquilidade e socego a seguir aos tormentos e horrores duma cruenta guerra»¹³.

O fecho inesperado do oásis de tranquilidade que o Sanatório de S. Fiel representou, por certo, para muitos jovens tuberculosos, causou-lhes um profundo abalo: «ficaram positivamente amachucados» - refere o médico Homem Rosado em carta dirigida a Ladislau Patrício, e acrescenta: «e naqueles momentos de aflição da parte deles, tive a certeza de que tínhamos cumprido o nosso dever».

Porque foi efémere a vida do Sanatório de S. Fiel?

As razões conta-as Ladislau Patrício no seu livro *A Assistência em Portugal aos «feridos da guerra por tuberculose»*. Aí se lê:

«Um velho cacique da região, com profundas e reveladas antipatias pelo Sanatório, - o qual no seu rancoroso entender usurpára os direitos da antiga instituição que

ali havia prosperado - conseguiu insinuar no ânimo dum *estadista* da República, seu amigo ou parente, as piores impressões sobre aquela casa e respectivo pessoal. Ao atirar a pedrada, com mão oculta, visava talvez menos a honorabilidade dos que ali trabalhavam, do que a reputação do estabelecimento (...) que era preciso desacreditar, fosse como fosse. Apanhou à mão e semear aquele *estadista* e aproveitou-o; este, para naturalmente se dar ares de pessoa de peso (...) cioso da moralidade dos serviços públicos, pega austeramente na pena, e participa em carta «que constava», «que se dizia» - precisamente o que o outro queria que constasse e que se dissesse...»¹⁴.

Os tempos que se viviam, na época, em Portugal eram de forte confrontação partidária e de marcada instabilidade política. A intriga imperava. Sem olhar aos verdadeiros interesses do povo, os governos eram efémeros e os governantes mudavam da noite para o dia. A expulsão dos jesuítas, o encerramento do Colégio por eles fundado em Lourçal do Campo, a dispersão dos seus importantes materiais pedagógicos e didácticos por diversos estabelecimentos estatais, entre os quais a Universidade de Coimbra, foi mal aceite pelas elites intelectuais da Beira, cuja formação académica inicial passara pelo Colégio de S. Fiel. Daí a antipatia do «velho cacique a região», pelo Sanatório instalado no antigo Colégio, referida por Ladislau Patrício. Mas a antipatia não justifica a intriga e a incompreensão pela importância da obra em prol dos jovens que haviam sofrido os horrores das trincheiras.

A injustiça e os contornos pouco claros do encerramento levaram o Dr. José Ramos Preto, numa das sessões do Parlamento, a interpelar o Ministro da Guerra sobre as razões que haviam conduzido à sindicância ao Sanatório.

A resposta foi insólita, pois o Ministro declarou desconhecer quer a existência, quer os motivos de tal sindicância. E, na sequência do pedido de esclarecimento do Dr. Ramos Preto, a 1 de Setembro desse ano de 1919, o Ministro referiu que no relatório sobre os resultados da sindicância ao Sanatório de S. Fiel só encontrara razões para elogiar a actuação dos que haviam administrado e trabalhado no sanatório da Gardunha.

E, datada de 6 desse mesmo mês de Setembro de 1919, uma portaria enaltecia o relevante papel desempenhado pelo Sanatório de S. Fiel durante o seu efémere funcionamento:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra, louvar o capitão médico miliciano do regimento de infantaria 12, e director do Hospital Sanatório Militar de S. Fiel, Ladislau Fernando Patrício, pelo seu comprovado saber profissional, reconhecido zelo e pela forma criteriosa, moral, económica e disciplinar como

tem impulsionado e coroado com êxito o bom nome de que gosa o referido hospital, modelar entre os estabelecimentos criados depois do advento da república». ¹⁵

Mas o mal estava consumado. No período conturbado da I República, o Sanatório Militar de S. Fiel soçobrou aos ventos das intrigas do caciquismo local, às tacanhas mentalidades conservadoras que, durante anos, imperaram na Beira, bloqueando o progresso, permitindo o enriquecimento e o poder desmedido de alguns, impedindo o bem comum e o desenvolvimento da região em prol da maioria da população para a qual se iniciou um futuro de privações e de angústias.

Notas:

- 1 Amato Lusitano, «VI Centúria, Cura XXXVI,» in *Centúrias de Curas Mediciniais*, vol IV, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, s/ d. Tradução de Firmino Crespo. p. 53.
- 2 Amato Lusitano, «VI Centúria, Cura XX», ob. cit., p. 31.
- 3 ibidem.
- 4 Amato Lusitano, «VI Centúria, Cura X», in ob. cit. p. 24.
- 5 Ibidem.

- 6 António Pires Antunes, *Trovas de Frandres*, Coimbra, Coimbra Editora L.da,, 1924, p. 143-144.
- 7 Noelle Roger, in Ladislau Patricio, *A Assistência em Portugal aos «feridos da guerra por tuberculose»*, Porto , Typographia Progresso, 1920.
- 8 Ladislau Patricio, ob. cit., p.
- 9 Ladislau Patricio, ob. cit., p. 19.
- 10 Ladislau Patricio, ob. cit , p. 29.
- 11 Ibidem.
- 12 Ladislau Patricio possuía um marcado gosto pelo teatro. Escreveu várias peças:
- 13 Ladislau Patricio, ob. cit , p. 47.
- 14 Ladislau Patricio, ob. cit , pp. 53-54.
- 15 in *Ordem do Exército*, nº 20.

Bibliografia:

ANTUNES, António Pires, *Trovas de Frandres*, Coimbra, Coimbra Editora L.da, 1924.

LUSITANO, Amato, «VI Centúria, Cura XXXVI,» in *Centúrias de Curas Mediciniais*, vol IV, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, s/ d. Tradução de Firmino Crespo.

PATRICIO, Ladislau, *A Assistência em Portugal aos «feridos da guerra por tuberculose»*, Porto , Typographia Progresso, 1920.

Jornais e Revistas:

Notícias da Beira, de 27 de Dezembro de 1914.

Ilustração Portuguesa, 2ª série n.º 583, Edição semanal do jornal *O Século*, 23 de abril de 1917 .

* Geógrafa Investigadora



A parte nova do Colégio, em 1917, antes das obras de adaptação a Sanatório. As obras estavam em curso quando o Sanatório fechou.

HIPÓCRATES E MAIMONIDES PELA PALAVRA DE AMATO

*Maria José Leal**

Nota prévia:

O interesse pela oração/juramento de Maimônides, a que nunca tinha dado atenção, despertou por ocasião do VIII Congresso da União de Médicos Escritores Lusófonos, UMEAL, ocorrido em Curitiba Brasil em 2013, pela interessante comunicação de Meraldo Zisman, psiquiatra, psicanalista e escritor pernambucano, intitulada: *De Maimônides a Guimarães Rosas*. O autor, além de pertinentes considerações sobre o famoso médico e humanista de Córdoba, transcreve o discurso de formatura do jovem médico João Guimarães Rosas, anunciador já do seu alto gabarito na linguística e na cultura clássica (Jornal de Minas Gerais de 22 e 23 de Dezembro de 1930) que a propósito do desafio do momento, insere na sua fala o texto do Juramento de Maimônides. Mais informou Zisman que o Juramento dos jovens candidatos ao exercício da Medicina em muitas Universidades do Brasil e em grande parte da América do Sul, não segue o tradicional modelo europeu do juramento de Hipócrates mas sim o legado de Moshe ben Maimon, o famoso filósofo, teólogo, codificador rabínico e médico de Saladino, Maimônides.

Daí, e conhecendo o empenho de Amato Lusitano na ética da profissão, formalizado em síntese no seu Juramento, procurei as personagens que a história da Medicina regista, citadas ou não por Amato nas suas Centúrias, e que como ele deixaram legados referenciais para a forma de conduta no exercício da Medicina.

Nas últimas décadas, realizaram-se numerosos trabalhos sobre Juramentos, analisando diferentes aspectos, tanto da sua evolução como da sua vigência atual. (<http://www.medigraphic.com/actamedica>; Samuel Karchmer K *Códigos y juramentos en medicina*).

Este ressurgimento do uso de um texto e a formulação de novos adaptados aos princípios éticos atuais, são em parte resultado dos abusos e atividades criminais cometidas por médicos no exercício da profissão no final de século XIX até à II Guerra Mundial inclusive, em que a experimentação selvática sobre seres humanos atingiu patamares inimagináveis. São uma forma de reação saudável reguladora preventiva e indispensável que podem sobretudo levar a um maior compromisso moral por parte dos médicos.

Em Outubro de 1949, foi adotado o primeiro Código Internacional de Ética Médica pela 3ª Assembleia Geral da Associação Médica Mundial em Londres. A primeira emenda realizou-se durante a 22ª Assembleia Médica Mundial em Agosto de 1968 em Sydney. A segunda realizou-se durante a 35ª Assembleia Médica Mundial em Outubro de 1983 em Veneza. Em 2006 terceira emenda na Assembleia Geral 58 em Pilanesberg, na África do Sul.



Hipócrates, *πποκράτης*, *Ippokrátis*, nascido em Cós em 460 a.C. e falecido em Tessália em 370 a.C., por demais chamado *pai* da Medicina da cultura ocidental greco romana, não será o único autor do famoso *Corpus Hippocraticum*, recompilação de 70 escritos efetuado por Sorano de Éfeso no séc. II d.C., pois o mesmo resultará também da contribuição de outros autores sucessores do mestre na *escola hipocrática*, que se estendeu pelos Séc.V e IV a.C.. Amato refere a proveniência destes escritos e as suas várias autorias na Cura 35 da VII Centúria.

São múltiplas as citações de Hipócrates por Amato, 176 referências nas sete Centúrias, só excedidas em número por Galeno. Assim, logo no Intróito da I Centúria toma a lição do mestre quanto à explanação sobre os *dias críticos/decisivos*, tal como o faz na Dedicatória da VII.

Diversos são os aspectos das diversas abordagens referidas tomadas como se fossem notas bibliográficas das suas citações, mas não só. Assim na III Centúria cura 90, explana relatos biográficos do médico de Cós, relacionando-o no tempo com contemporâneos, como são exemplos Demócrito de Abdera, ou acontecimentos marcantes, como a guerra do Peloponésio.

Na IV Centúria cura 44, defendendo as suas convicções relativamente ao que se virá a designar nos tempos vindouros por *psicossomática*, cita: *...Hipócrates disse na carta ao Rei Antígono que a cabeça adoentada (atacada de mal) é a origem de todas as doenças.*

Na VI Centúria cura 73, acrescenta algo de pessoal ao conselho de Hipócrates que preconiza: *que só com os prognósticos se devem deixar os lamentados.* Acrescenta no entanto: «Todavia para não parecermos insensíveis, se formos chamados de novo a ver os que assim estão lamentavelmente perdidos, é nossa obrigação visitá-los para que eles próprios não caiam no desespero...»

Porém, apesar de lhe tecer encómios, e de repetidamente se espaldar nos seus escritos, Amato não se escusa na cura 2 da III Centúria, relativamente à *febre héctica*, de contrariar o que estava estipulado: «...finalmente se tinha que compreender que é falso o que Hipócrates e os antigos sobre isso escreveram, que necessariamente sobrevém febre ao calafrio.»

Bem conhecido é o Juramento de Hipócrates, original escrito em grego jónico (século V a.C.) nas suas diversas versões e atualizações; Lausanne 1771, e outras mais atuais, ratificadas pela Associação Médica Mundial em 1948, 1968 e 1983, conformes que se tornaram aos condicionamentos sociais e políticos de conveniência «por se mostrar social e cientificamente mais próxima da atual realidade;» solução esta que adulterando o original, pouco já tem a ver com os ditames do seu autor, mas que não será oportuno discutir aqui.



Asaph ben Berechiah e **Johanan ben Zabda** viveram em Israel entre o IV e VI séc. d.C. e são autores do livro de medicina mais antigo escrito em hebreu, *Sefer Refuot* (Hebreu: תוואופר רפס *Livro de Medicina*) ou *Sefer Asaph* (Hebreu: ספר אסף *Livro de Asaph*) que contem o Juramento com 58 códices. Este Juramento tem sido objecto de estudos contemporâneos como o de Shlomo Pines, entre muitos outros, no seu texto: “The Oath of Asaph the Physician and Yohanan Ben Zabda. Its Relation to the Hippocratic Oath and the Doctrina Duarum Viarum of the Didache.” *Proceedings of the Israel Academy of Sciences and Humanitis* 9, 1975: 223-264, e também do português Luís de Pina “*Juramentos Médicos – a propósito da oração ética de Assafe*” na *Separata da Imprensa Médica de Lisboa* 1952.

Assafe foi o segundo mais famoso médico da história

judaica depois de Maimónides. Conhecido como o *Hippocrates Judeu*, autor do Juramento do Médico Judeu escrito há mais de 1.500 anos

Em sua homenagem foi construído entre Tel Aviv e o Aeroporto Ben Gurion o terceiro maior Hospital de Israel, *Assaf Harofeh Medical Center* que significa “Assafe o Médico”.



Muhammad ibn Zakariyā Rāzī, Rhazes ou Rasis, natural da Pérsia (854–925d.C.) foi uma figura proeminente da Idade de Ouro Islâmica, médico, alquimista, químico, músico, filósofo e mestre. É autor de numerosas obras, entre as quais se salienta a *Continens Liber*, uma monumental enciclopédia de medicina.

«O objetivo do médico é fazer o bem, mesmo aos nossos inimigos, então muito mais para os nossos amigos, a minha profissão proíbe fazer mal ao nosso semelhante, ela é instituída para o benefício e o bem-estar da raça humana, e Deus impõe aos médicos o juramento para não compor remédios mortíferos.» São palavras suas repetidas em centenas de citações de autores conceituados, sem hiatos no decorrer dos séculos, é prolífera a bibliografia que lhe é respeitante. Amato aí participa, encontramos 19 citações de Rasis nas 701 curas.

O Irão não o esqueceu, em seu nome foram fundados o moderno *Razi Institute* em Tehran, e a *Razi University* em Kermanshah.



Abu al-Walid Muhammad ibn Ahmad ibn Muhammad ibn Rushd (Córdoba 1126 Marraquexe 1198) filósofo

sofo, médico e polímata muçulmano andaluz conhecido pelo nome de **Averróis**.

É um dos maiores conhecedores e comentaristas de Aristóteles. Aliás, o próprio Aristóteles foi redescoberto na Europa graças aos árabes, e os comentários de Averróis muito contribuíram para a recepção do pensamento aristotélico. Averróis também se ocupou com astronomia e direito canónico muçulmano. Entre as suas numerosas obras versando filosofia, ética, etc., *Kitab al-kulliyat al-Tibb* é o *Livro das generalidades da medicina*. Apesar de muito ter escrito sobre ética não se lhe conhece um juramento aplicável aos médicos. Amato cita-o 21 vezes nas Centúrias.

Para além dos seus méritos próprios e da polémica que provocou entre diferentes escolas filosóficas, teve como discípulo Maimónides, "Médico de príncipes e príncipe de médicos", no dizer de Sir William Osler, para cuja formação decerto muito contribuiu.

Marrocos aonde faleceu, presta-lhe homenagem com *Centre Hospitalier Universitaire Averroès (Ibn Rochd)* em Casablanca. Espanha tem planeado um novo Hospital com o seu nome em Córdova, cidade que o viu nascer.



Moisés Maimónides, Rabbi Moshe ben Maimon, acrónimo Rambam (Córdova 1135- Fostat Egito1204)

Foi filósofo, teólogo, codificador rabínico e médico, profissão que exerceu na corte de Saladino a quem directamente tratou. A sua produção bibliográfica inclui tratados de Judaísmo, Filosofia, Lógica, Medicina e os famosos *Treze princípios do Judaísmo*, assim como o *Guia dos Perplexos*, obra de filosofia aristotélica fundada na Torá. As suas doutrinas filosóficas influenciaram o sistema doutrinário de S. Tomás de Aquino; a sua influência fez-se sentir profundamente nos sábios de três civilizações, a islâmica, a hebreia e a cristã.

Era consultado pelas comunidades judaicas mais dispersas sendo disso prova as suas cartas para os judeus do Yemen.

A sua Oração/Juramento perdura até hoje sendo recitado em numerosas Universidades nomeadamente da América do Sul como já foi acima referido. Augusto Isa-

ac Esaguy (1899-1961) publicou um interessante estudo sobre: *Oração e juramento médico de Moisés Maimonide e Amato Lusitano*, Lisboa; Soc. Ind. de tipografia, Lisboa 1955.

Maimónides foi uma figura proeminente no seu tempo que as gerações vindouras não esqueceram, são de notável qualidade estética a sua estátua na Plaza de Tiberiades em Córdova, Espanha, da autoria do escultor Amadeo Ruiz Olmos, assim como o seu mausoléu em Tiberiades, Israel, da autoria de Benutzer Hoheit.

Obras vivas que perpetuam a excelência do mestre são o *Rambam Maimonides Medical Journal* (www.rmmj.org.il), e o *Rambam Health Care Campus*, um ultra moderno centro de trauma próximo ao porto da cidade de Haifa ao norte de Israel, aonde no parque automóvel subterrâneo pode ser montado em tempo recorde, um Hospital de Emergência, o *Sammy Ofer Fortified Underground Emergency Hospital*, doação de Samuel Herskovich, 1922 – 2011 (Ofer Brothers Group).



João Rodrigues de Castelo Branco, Amato Lusitano (Castelo Branco 1511 – Tessalónica1568)

O Juramento de Amato *Jus Jurandum* publicado *fac-simile*, na edição portuguesa das Centúrias com tradução de Firmino Crespo da edição de Bordéus de 1620, é um testemunho indiscutível das normas de ética por que o mesmo regia a sua conduta como médico. Na mesma obra, citados que são uma infinidade de personagens médicas de renome, estranho se constata que nem Assafe nem Maimónides sejam referidos; ambos hebreus, ambos autores de Juramentos Médicos e ambos personalidades marcantes no seu tempo e perdurando na história. O grau de cultura médica e humana de Amato não permitiria o desconhecimento de tais personagens, no entanto Amato tem palavra ausente relativamente a elas; pelo contrário Rhasis o persa e Averroes o muçulmano são largamente citados nas Centúrias, para o qual mítico Hipócrates profusa é a palavra de Amato. Segundo Luís de Pina: «O juramento de Amato escrito mil e cem anos depois do de Assafe é como a resposta longín-

qua de um discípulo que lho ouvira e que dá conta do que fez na sua vida de médico.» (in obra já citada "*Juramentos Médicos – a propósito da oração ética de Assafe*") e a propósito continua: «...é curioso que se devem aos médicos hebreus os mais famosos juramentos, propósitos ou orações depois de Hipócrates.»

Alfredo Rasteiro no seu artigo *O Juramento do Doutor Amado e o Compromisso dos Essénios* no Vol. XXIV pg.10 da Revista Cadernos de Cultura Medicina da Beira Interior, 2010; chama também a atenção para: «o Compromisso médico no sentido judaico pode ter começado por iniciativa de um «Mestre de Justiça» da seita dos Essénios (150 a.C. até 70 d.C) imortalizados por Flávio Josefo (38-100) em «A Guerra dos Judeus. História da Guerra entre Judeus e Romanos», Livro II, Capítulo VIII – «Rebelião dos Zelotas, Essénios, Saduceus e Fariseus» (tradução de Miguel Mata, Edições Sílabo, Lisboa, 2007) com introdução de Moisés Espírito Santo.... que me atrevo a apontar como possível fonte inspiradora do «Jus Jurandum» de 1559, questão a estudar».

Rasteiro alvitra não ser provável que Amato desconhecesse os Essénios e nomeadamente os relatos acerca de Flávio Josefo.

Recuando no tempo há a ainda a referir o sempre citado Código de Hamurabi (1728 – 1686 a.C.), monumento monolítico talhado em rocha de diorito, sobre o qual se

dispõem 46 colunas de escrita cuneiforme acádica, com 282 leis em 3600 linhas, a coluna de basalto negro que no Museu do Louvre em Paris atesta das mais antigas regras escritas a cumprir na sociedade, delas não escapando o exercício da medicina.

Será a omissão de referência nas Centúrias a Assafe e a Maimónides um lapso controlado de Amato no sentido de não citar personalidades hebreias capazes de chamar a atenção para a sua ascendência e/ou prática judaica? É uma hipótese provável. Será uma correcção de texto na edição de 1620, omitindo referências em edições prévias? O acesso restrito à referida edição por limitação linguística obsta a aclaração de hipótese.

Na senda de Assafe e de Maimónides seus predecesores, Amato deixa-nos o seu juramento mais ou menos original segundo opinião dos vários autores já referidos que se debruçaram sobre o estudo dos mesmos.

Os seus conterrâneos à guisa do que fizeram os demais relativamente a esses predecessores, erigiram-lhe uma estátua na praça do Jardim Central em Castelo Branco da autoria do escultor Joaquim Martins Correia e um Hospital na mesma cidade com o seu nome, realizam eventos como as *Jornadas de Medicina da Beira Interior* com programa privilegiado dedicado a Amato, para que a grande figura da medicina portuguesa dos conturbados tempos do século XVI continue na memória dos presentes.

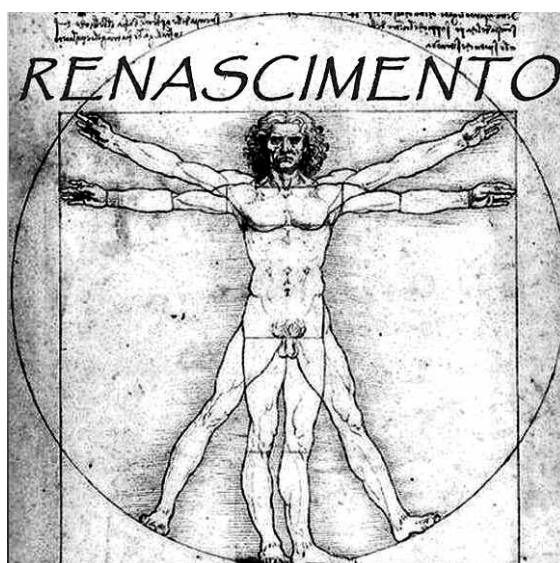
* Médica Investigadora

AMATO LUSITANO NO CONTEXTO DA MEDICINA RENASCENTISTA DA NOVA EUROPA DE QUINHENTOS

*João Nabais**

"... A necessidade do estudo minucioso dos textos, da sua origem, da sua época, do seu autor, do seu conteúdo, faz com que a História se reuna à Medicina nas disciplinas de observação: esta repousa sobre duas necessidades, a crítica e o conhecimento..."

Jean Charles Sournia



O homem de Vitruvius

A partir dos séculos XIV e XV até ao XVI, a Europa é abalada por um amplo movimento de renovação cultural, o Renascimento, assente na nova descoberta e reinterpretção da cultura clássica greco-romana, na Pintura, Música, Literatura, História, Filosofia, Arquitectura que orientam as mudanças ocorridas neste período invulgar e único, em direcção a um ideal humanista e naturalista que coincide, em simultâneo, com os primórdios das viagens de exploração marítima e, das grandes conquistas, perpetrada de início pelos portugueses.

Durante o Renascimento, observamos que a troca de conhecimento não possibilitou somente o desenvolvimento de novas formas de arte. De fato, uma considerável parcela dos nomes dessa época esteve envolvida no desenvolvimento de estudos relacionados com o homem e a natureza, tais como Petrarca,

O renascimento - o nome "*Rinascimento*" parece dever-se ao escritor e pintor Giorgio Vasari (1511-1574), posteriormente, usado por Jules Michelet e pelo historiador

suíço Jacob Burckhardt, já no século XIX, onde ele descreve o período como uma época de "descoberta do mundo e do homem", em contra-ciclo à escolástica medieval.

Podemos assim, constatar que esse período é também marcado por um "renascimento científico", onde vários campos do saber, como a astronomia, a matemática, a física e a medicina avançam rumo à modernidade.

O Renascimento é marcado pelo racionalismo, que se traduz na adopção de métodos experimentais e de observação da natureza.

Por essas preocupações e valores, os pensadores e escritores do Renascimento eram conhecidos como humanistas.

O Renascimento significa uma nova arte, novas mentalidades e novas formas de ver, pensar e representar o mundo e o Homem. São suas principais características:

a) A ênfase antropocêntrica, pela valorização do homem - a mais bela e perfeita obra da natureza - como ser racional, assim, o conhecimento humano passa a ser

a medida de todas as coisas e, a sua justa proporção, o ideal de beleza e vivência para o génio de *Quattrocento*, Leonardo Da Vinci¹ - o homem como produto e criador de cultura, bem acompanhado por Michelangelo Buonarroti e Rafael² O antropocentrismo³ consistia na ideia de que, o *homem ser instituído como o centro de tudo*, ao contrário do teocentrismo, a ideia de "*Deus no centro de tudo*";

b) Optimismo: os renascentistas tinham uma atitude positiva diante do mundo – acreditavam no progresso, na capacidade humana e apreciavam a beleza do mundo, tentando captá-la nas suas obras;

c) Racionalismo: contrapondo à cultura medieval, que era baseada na autoridade divina, os renascentistas opondo-se ao empirismo e ao cepticismo, valorizam o primado da razão humana como base do conhecimento. O saber como fruto da observação e da experiência das leis que governam o mundo;

d) Humanismo: os humanistas eram estudiosos, sábios e filósofos, que traduzem e estudam os textos clássicos greco-romanos. Os conhecimentos dos humanistas são abrangentes e universais, versando sobre diversas áreas do saber humano, por um regresso às letras, às artes e ao pensamento dos antigos. Com base nesses estudos, fundamentou-se a valorização do espírito humano, nas capacidades, nas potencialidades e na diversidade dos seres humanos, são exemplos de grandes humanistas: Erasmo, Thomas More, Cervantes, Shakespeare⁴, entre muitos outros;

e) Hedonismo: doutrina filosófica que atribui ao prazer uma predominância, quer de facto, quer de direito, contrapondo ao pensamento medieval de dor e resignação na demissão.

A Nova Europa do Renascimento

A queda de Constantinopla (antiga Bizâncio) em 1453, pelos turcos otomanos sob o comando do sultão Maomé II, um evento histórico que marca o fim da Idade Média, leva à deslocação para Itália de grande número dos seus cidadãos, gregos bizantinos, continuadores tradicionais da cultura helenística de língua grega, mantendo-se no entanto o latim como língua administrativa. Muitos deles vão ser portadores de manuscritos de ciência, de medicina e de outras áreas do saber, o que vai ajudar primeiro, à supremacia das repúblicas (cidades-estados) italianas (primeiro Florença, depois Milão e Veneza) com a chegada da bússola aos mares do Ocidente. Tudo isto vai permitir e facilitar a génese das descobertas portuguesas e do *seu saber feito de experiência*, até se chegar à concepção antropocêntrica do mundo.

Esse advento marca o Renascimento no início da Idade Moderna, provocando uma enorme renovação do

interesse intelectual pela cultura clássica, num movimento crescente que vai das letras e das artes à ciência e à tecnologia, potenciado pela introdução dos caracteres móveis na imprensa por Gutenberg (c. 1454) que vai facilitar as bases do novo conhecimento pela disseminação da cultura que se democratiza. A Bíblia será o primeiro livro impresso.

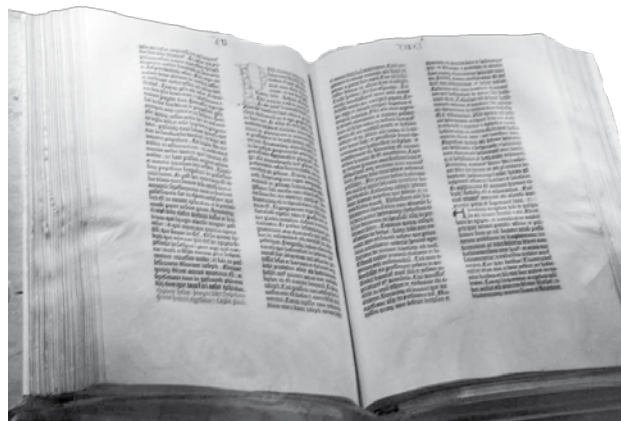


Fig.1 - Bíblia Gutenberg

O Renascimento sendo um movimento de renovação artístico, científico e literário floresce primeiro na região da Toscana, em Itália e, tem como epicentro as cidades de Florença e Siena que enriquecidas pelo comércio com o Levante, os seus ricos governantes, sábios e mercados passam a financiar a produção artística de escultores, pintores, arquitectos, músicos, escritores, etc. Esta prática ficou conhecida como *mecenato*⁵, devido ao papel relevante dos mecenas⁶.

Este novo tempo difunde-se pela península itálica e, logo a seguir pela Europa num período temporal correspondente à Baixa Idade Média, início da Moderna; esta forma de italianização cultural europeia é protagonizada por personalidades denominados humanistas, isto é, pessoas que se consagram ao estudo das humanidades que valorizam os temas e questões em torno do homem que passa a partir de agora, por ser a figura central na busca de conhecimentos, tendo como inspiração primordial as obras da antiguidade clássica como se buscasse um retorno às origens, daí o nome Renascença ou Renascimento⁷.

O Renascimento é também um fenómeno de auto-afirmação (de auto-conhecimento) - o artista ao tomar consciência de si próprio, reivindica um lugar eminente na sociedade e, como época renovadora na história do pensamento vai ajudar ao aparecimento de mecenas, como os Medici de Florença. Segundo André Chastel (1912-1990), reconhecido historiador de arte francês, foi a única época da história da arte que teve o sentimento da sua realidade, das suas possibilidades, do seu *desejo de ser*.

O pensamento renascentista, preferencialmente vinculado às elites, tem a sua génese na articulação entre os valores culturais presentes nos textos antigos e aqueles herdados do pensamento católico enquanto que a maioria da população, continuava presa nas crenças do sobrenatural e na magia, herdadas dos alquimistas e por bruxas e feiticeiros medievos.

No que toca às Letras, de princípio com Francesco Petrarca, Dante Alighiere e Boccaccio, este movimento vai tomar a designação de Humanismo Renascentista. No entanto há várias interpretações de Humanismo, mas sempre reconhece o homem como primado dum espírito nobre e sublime.

Paralelamente a esta dimensão, está em curso um debate filosófico, teológico, científico e literário que atinge os círculos intelectuais, as universidades e os centros de cultura de toda a Europa; são exemplos de grandes vultos e pensadores na altura: Da Vinci, Copérnico (teoria heliocêntrica), Kepler, Erasmo de Roterdão, Maquiavel (*O príncipe*), Rabelais, Montaigne, Giordano Bruno, Galileu, etc. O homem é a medida de todas as coisas, o centro do interesse e vai tomar conta do seu destino com a ajuda do pensamento, imaginação e confiança no labor da sua obra. A realidade e a verdade nada têm de acabado e absoluto, estão em permanente mutação.

Defendiam a divulgação de todo o conhecimento o que, impulsionado pela fácil publicação dos textos pela difusão rápida da Imprensa, acelera o florescimento das línguas vernáculas em detrimento do latim, a língua franca até aí usada nos meios académicos. Também a palavra divina passa a ser acessível a todos, o que leva à tradução da Bíblia por Erasmo, em 1516. No ano seguinte, o teólogo Martinho Lutero publica nas portas da Igreja do castelo de Wittenberg as *Noventa e Cinco Teses* dando início à Reforma Protestante.

Portugal não fica imune às novas correntes de pensamento com o desenvolvimento dos estudos clássicos em diversos centros do país, nomeadamente na Universidade, que em 1537 se transfere definitivamente para Coimbra.

Quem parte ao encontro do novíssimo ambiente cultural, além-fronteiras, em cidades como Bolonha, Salamanca, Paris ou Pádua torna-se um porta-voz das novas correntes de pensamento no nosso país.

Damião de Góis foi certamente o caso mais expressivo, mas há que recordar nomes e pensadores importantes como Jerónimo Osório, Garcia e André de Resende, Brás de Albuquerque, Diogo de Gouveia, o Velho e os sobrinhos António e Diogo de Gouveia, António Ferreira, Diogo de Teive, Francisco de Holanda, Púbia Hortênsia de Castro, Gaspar Gonçalves, Gaspar Frutuoso, Baltasar de Azaredo, Belchior Beliago e os médicos de quinhentos Amato Lusitano, Pedro Nunes ou Garcia de Orta, entre muitos outros cultores, tais como Francisco Sá de Miranda e o próprio Camões, o

grande representante do renascimento literário português, autor de *Os Lusíadas*, imenso poema épico que descreve os grandes feitos da navegação portuguesa e os seus principais heróis.

O reinado de D. João III marca o apogeu do Humanismo em Portugal, mas assinala igualmente o seu declínio, paralelamente com o gradual obscurantismo do País, já que a alma desta mudança vai levar a profundas tensões contra um ambiente de intolerância religiosa e de cerceamento da liberdade de pensamento.

O Concílio de Trento e a contra-reforma, vieram a marcar definitivamente a cultura portuguesa a partir de meados do século XVI, impondo parâmetros e regras escritas à actividade cultural, que passa a alinhar com as normas da Igreja Católica. O século XVI vê também surgir a Inquisição que aqui será instituída em 1536. O estabelecimento da Inquisição em Portugal vai condicionar ou mesmo atrasar no país o progresso da medicina. Nos Índices de Espanha desse período, um terço dos livros científicos censurados é de medicina, no total de mais de duas centenas; o mesmo se deve aplicar à nossa realidade.

A Matéria Médica Renascentista

"... A medicina é uma técnica ou uma arte situada na confluência de várias ciências mais do que uma ciência propriamente dita ..."

Georges Canguilhem, *Le normal et le pathologique*

A arte da medicina, no sentido mais global do termo, existe desde sempre. Embora tal como hoje, a população podia, sobretudo nas zonas rurais, adoecer, curar-se, voltar a adoecer e de novo recobrar, sem alguma vez se cruzar com um médico ao longo de uma vida quase sempre curta, a menos que um médico viandante por lá passasse⁸...

A revolução científica pode ser vista como um florescimento do Renascimento e uma porta aberta para civilização moderna.

O Renascimento médico começa aplicar o método científico à medicina e tem como principais expoentes: Girolamo Fracastoro (1478-1553), Paracelso (1490-1541), Ambroise Paré (1510-1590), André Vesálio (1514-1564) e mais tardiamente William Harvey (1578-1657).

Girolamo Fracastoro (Fracastorius), médico italiano, matemático, geógrafo, poeta, considerado o primeiro a elaborar a teoria dos germens. O nome da Sífilis foi tirado dum seu poema épico de 1530: *Syphilis sive morbus gallicus* ("Sífilis ou a Doença Francesa"), sobre um pastor chamado Syphilus que contrai a doença por castigo de Deus.

Paracelso, médico, filósofo, alquimista e sábio suíço, que revoluciona a medicina de seu tempo ao antecipar a homeopatia e o uso da química - que estuda a composição das substâncias e a transformação que sofrem por

acção de umas sobre as outras. É considerado o criador da farmacologia moderna no tratamento médico.

O francês Ambroise Paré, o pai da cirurgia, vai alterar os bárbaros métodos até então utilizados em caso de amputação, ao inventar o penso e idealizar a laqueação vascular, em substituição da cauterização das feridas com óleo a ferver ou ferro em brasa. Engendra novos instrumentos cirúrgicos, cria membros artificiais, etc.



Fig. 2 - Andreas Vesalius

Com Andreas Vesálio, natural de Bruxelas, dá-se a descoberta do corpo humano. A anatomia que até aí era ensinada através dos textos de Galeno ou da dissecação de animais, passa a ser considerada uma ciência e uma arte, após escrever o seu tratado anatómico *De Humanis Corporis Fabrica*, em 1543, - para que não se desvirtue a medicina em prejuízo da humanidade. Cinquenta anos antes já Da Vinci tinha desenhado as suas belíssimas preparações anatómicas, mas sempre as irá resguardar dos olhares coevos. Com o estudo da anatomia humana inicia-se a medicina moderna.

William Harvey, o primeiro a descrever com exactidão a circulação sanguínea e o papel do músculo cardíaco como bomba propulsora, no seu livro *Exercitatio Anatomica de Motu Cordis et Sanguinis in Animalibus*.

Outros nomes maiores da medicina de quinhentos são: Bartolomeo Eustachi (anatomista), Andrés Laguna (médico humanista, dedicado à farmacologia e botânica médica), Miguel Servet (teólogo, filósofo, médico que descreve pela primeira vez a circulação pulmonar), Realdo Colombo, sucessor de Vesálio, Andrea Cesalpino (filósofo, médico, naturalista e botânico), Gabriello Fallópio (anatomista, aluno de Vesálio), Fabricius de Accquapendente (anatomista, pai da embriologia) e muitos mais.

O Renascimento Médico Português

Neste longo caminho também percorrido pela História da Medicina, Portugal vai ter o seu papel mais influente de toda a sua já longa diegese, hoje próxima do milénio que é a saga dos Descobrimentos.

O Renascimento Português percorre um espaço temporal, entre os meados do século XV e o primeiro quartel do século XVII⁹, sendo um período simultaneamente de crise (de valores herdados do passado medieval recente, convulsões político-religiosas, etc.) e de grandes avanços na Europa, nas várias artes do saber e da cultura, em que privilegiámos acima de tudo, a Cultura dos Descobrimentos como um dos fenómenos sócio-culturais mais significantes criado por nós¹⁰ na nossa já duradoura vivência multissecular.

A cultura do renascimento assenta em três aspectos básicos: escolástico, humanista e racionalista-experimental, em que sobre os dois últimos se vai espalhar a obra e a vida de João Rodrigues de Castelo Branco.

A medicina renascentista portuguesa é um dos mais importantes factos da nossa ciência e da nossa cultura, em que uma nação com pouco mais de um milhão e meio de habitantes, se consegue afirmar a nível europeu e ao mundo até aí conhecido, pela capacidade intelectual e perspicácia criativa dos médicos (físicos), botânicos, outras consciências e demais povo anónimo (marinheiros, soldados, religiosos, aventureiros) com o seu espírito algo temerário e de diáspora, típico dos portugueses dos séculos XV e XVI, cujo impacto e ressonância não terão paralelo em outro qualquer período da larga narrativa histórica portuguesa. É verdade que muitos deles continuam hoje desconhecidos para a grande maioria de nós, tal como, Cristóvão da Costa (1515-1594) e o seu *Tratado de las drogas y medicinas de las Indias*¹¹.

As viagens de Colombo, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Fernão de Magalhães acompanhadas de perto pelos exploradores por terra, Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva abriram novos novos mundos ao Mundo que só ganham paralelo com as viagens ao espaço cósmico e sideral nos últimos decénios¹². Pedro Nunes refere "... Que não ha terra tam destemperada per quente nê per fria em q não haja homes...". Estava em marcha uma nova revolução larvar do espírito e da mente, apoiada na observação directa dos factos, sempre questionando o conhecimento peripatético aprendido num verdadeiro movimento que apontava uma nova era, do moderno do saber.

Três enormes vultos, de primeira grandeza, se destacam: Garcia de Orta (c. 1500-1568), Pedro Nunes (1502-1578) e Amato Lusitano (1511-1568), todos eles irmãos de sangue judaico.

Garcia de Orta é uma das personalidades maiores da sua época, perseguida pela Inquisição por ser livre-pensador e cristão-novo. É autor de "*Colóquios dos Simples...*", o primeiro tratado botânico sobre as propriedades medicinais de plantas da Índia. Garcia de Orta passa à História como criador da Medicina Tropical.

Notável médico naturalista é o verdadeiro homem do Renascimento quinhentista. A sua vida começa em Castelo de Vide - depois de terminar os seus estudos gerais, segue para Salamanca e Alcalá de Henares, em Castela, onde estuda medicina. Em 1523 retorna a Portugal e recebe a autorização para clinicar. É professor da Universidade de Lisboa onde rege a cadeira de Sùmulas e médico da corte de D. João III.

Fixa-se em Goa como físico do seu amigo Martim Afonso de Sousa, vice-rei e capitão-mor do Mar das Índias, a quem dedica, mais tarde, a sua *Magnum Opus*.

Aí continua a sua carreira de médico, contactando e confrontando conhecimentos com especialistas locais, árabes, hindus e persas. Percorre o Oriente na assistência aos doentes, à procura de ervas e drogas, na experimentação... na paixão pelo conhecimento.

Mas há algo que o atrai mais do que o cuidar dos enfermos. A grande variedade de plantas medicinais e comestíveis, de resinas, de secreções animais, de minérios. Uma nova Matéria Médica que é desconhecida dos europeus.

Apesar de uma vida rica em estudos e experimentações, apenas publica um livro. *Colóquios dos simples e drogas he cousas medicinais da Índia*, dada à estampa em Goa, no ano de 1563, sendo o terceiro livro impresso na Ásia. Trata-se do primeiro registo científico de plantas do Oriente, divulgando espécies novas com vista à sua aplicação na cura das doenças. Ao mesmo tempo que Garcia de Orta, na Índia é glosado por Camões: "... *O fructo d'aquell'Orta onde florecem/ Plantas novas que os doctos não conhecem...* ". Os Colóquios conhecem uma ressonância maior com a versão latina de Charles de l'Écluse, notável botânico francês também conhecido por Clúsius, impressa em 1567, coincidentemente, na mesma oficina de Antuérpia em que veio a lume o *Index Dioscorides*.

O seu interesse científico leva a que passados apenas quatro anos já tivesse sido traduzido e impresso na Europa. Utilizado por cientistas das mais variadas áreas, trouxe informações fundamentais para a medicina, botânica, física, química, farmacologia e biologia.

Garcia de Orta morre em 1568, na cidade de Goa. Como decorrência dos processos levados a cabo contra pessoas da sua família, acaba sendo julgado *pós-mortem* e condenado à fogueira a 4 de Dezembro de 1580. Como não se encontra mais entre os vivos, seus ossos são exumados, a seguir queimados e lançados ao rio, doze anos após a sua morte.

Desaparecia um dos mais insígnies médicos e sábios do século XVI, símbolo da medicina ultramarina portuguesa.

Pedro Nunes (1502-1578), médico português de ascendência judaica, é tido como um dos mais brilhantes matemáticos e cosmógrafos do século XVI.

Nasce em Alcácer do Sal (ele próprio o declara, quan-

do afirma "... *anno Domini 1502 quo ego natus sum...*"). Pensa-se que a origem de Pedro Nunes, *Petrus Nonius Salaciensis*, seja judaica, pois Damião de Góis descreve-o como *português de nação*, referência habitualmente aplicada a judeus conversos. Nunca será incomodado pelo Santo Ofício, talvez por ter a protecção da corte, mas os seus netos serão interrogados e presos pela Inquisição, o que é um forte sinal indicativo.

Vai desenvolver, pelo seu preclaro génio especulativo, uma ampla actividade científica: ensina pilotos e reis, planeia cartas marítimas, aperfeiçoa regimes náuticos e escreve tratados para uso dos mareantes no tempo das descobertas. Inventa instrumentos de navegação como o compasso, o anel náutico graduado e o nónio (uma epónimo científica), peça que junta ao astrolábio para medir fracções de grau. Vai ser um dos protagonistas da epopeia dos Descobrimentos.

Com o século XVI, a expansão marítima condiciona quase toda a actividade científica, em Portugal. Pedro Nunes, ao desenvolver instrumentos que vão auxiliar a navegação no alto mar, um tópico de grande importância quando o controlo do comércio marítimo era a fonte principal de riqueza, é um dos *precursores da moderna navegação científica*. Com ele, atinge-se o apogeu do Império e o início do seu declínio.

O isolamento, que ele não vai conseguir quebrar, irá marcar a decadência científica de Portugal. "... Quasi ao mesmo tempo emmudeceu a lira de Camões e parou a pena de João de Barros, o cronista da Índia. A providência levou-os a todos quando a Pátria já não precisava dos cantos do Poeta, nem das crónicas do Historiador, nem dos cálculos do Cosmógrafo..."³³.

Amato Lusitano (1511-1568) é o verdadeiro símbolo do homem renascentista ou homo universalis (em latim: "homem universal" ou "homem do mundo"), humanista, cosmopolita, típico polímato³⁴.

Nasce em Castelo Branco em 1511, tendo-se formado em medicina pela Universidade de Salamanca e vai tornar-se o mais respeitado médico português do século XVI. Quando em 1568 abnegadamente zelava pela saúde dos seus doentes, morre de peste – uma doença mortal e comum à época - em Tessalónica³⁵ (Grécia), na altura uma das regiões sob domínio do Império Otomano.

É considerado o primeiro urologista de um tempo novo que se abre a um mundo em rotura com o passado; executa técnicas originais de intervenção cirúrgica, tais como tratamento das hipospadias, a uretrolitotomia, a uretrotomia externa em casos de obstrução uretral e o tratamento cirúrgico da fimose, do hidrocelo testicular e de fístulas.

As *Centuriae Medicinalis* (Centúrias de Curas Médicas), a maior e mais célebre obra de Amato dividida

em sete volumes, são um repositório valioso de observações médico-cirúrgicas de mais de setecentos casos clínicos, terapêuticas e conselhos médicos reveladores da Arte Médica, do século XVI, em Portugal e na Europa.

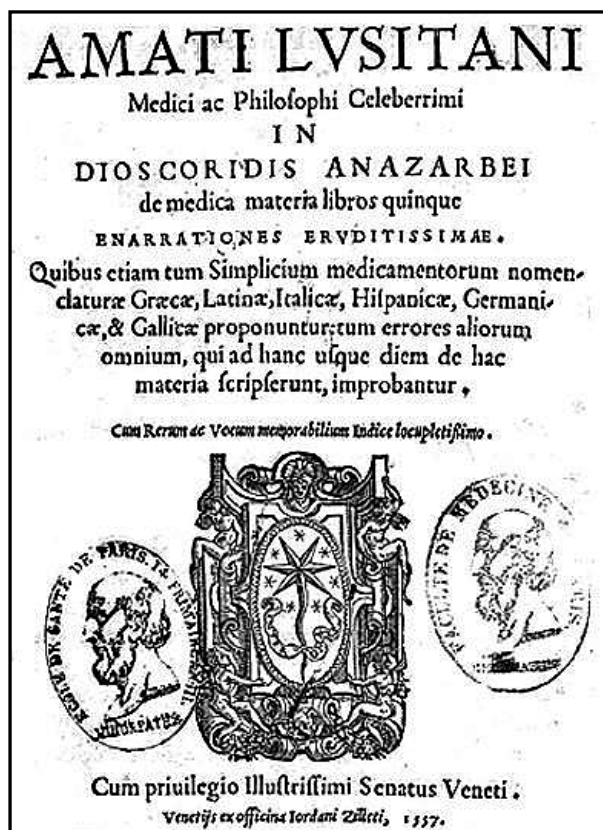


Fig.3 - Amato_Lusitano_In_Dioscoridis_enarrationes.

Mas a sua obra-prima já tinha sido publicada em 1552 - "*Tratamento das Estenoses Uretrais*", graças à qual alcança renome europeu. Até aí, estas técnicas eram realizadas por barbeiros, que transmitiam a sua perícia pessoal empírica aos respectivos filhos.

Viveu uma vida intensa de ciência, sendo um dos mais ilustres representantes da medicina do século XVI, o século do advento da ciência moderna. Max Salomon considera-o um anatomista e clínico emérito.

Amato, um *marrano*¹⁶ com uma vida fabulosa num tempo deslumbrante e com um pensamento que nós hoje já não conseguimos ter. Um espírito humanista inovador de cientista, médico, cirurgião, botânico, farmacologista e mineralogista - o verdadeiro ideal do homem renascentista, um cidadão do mundo na procura da verdade que influencia a cultura de uma época.

Amato Lusitano - uma dos protagonistas mais relevantes dos anais da medicina portuguesa e da história universal das ciências de saúde -, vive os últimos anos em Salónica tendo possivelmente sido Físico-mor do Grão-vizir turco; aí exerceu clínica com tempo ainda de concluir a publicação da Sétima Centúria, em 1561.



Fig. 4 - Salónica (Torre Branca séc. XVI)

O advir

Presentemente, tal como antanho, o médico continuará a não ser o único expediente e refúgio do doente... os votos¹⁷ e ex-votos¹⁸ como promessas religiosas, as velas em agradecimento de uma cura milagrosa, a homeopatia moderna, as termas, a fitoterapia, a acupunctura, a reflexologia, a medicina psicossomática, placebos¹⁹, são algumas das opções a que recorrem cada vez mais todos aqueles pacientes atormentados e frustrados com a medicina científica.

Apesar dos séculos que nos separam e de se ter passado das pequenas e simples operações com um rudimentar escalpelo ou bisturi até às actuais, complexas e sofisticadíssimas intervenções cirúrgicas auxiliadas por tecnologia de ponta que há uns anos ainda estariam no domínio da pura ficção científica, hoje, continuamos a partilhar da mesma atitude no que respeita à dor, à doença e à cura com o tipo de Medicina praticada no tempo de Amato.

Mas o mais importante, em toda a longa História milenar da Medicina, como denominador comum no seu propósito e finalidade primordial é tentar explicar, porque é que as pessoas se sentem doentes e daí, fazê-las sentir melhor dentro da ética, independentemente da atitude e do método escolhido de cura.

Amato Lusitano, judeu errante com alma de viajante, vai ser num inquieto vaivém, um dos protagonistas de Quinhentos, a viver e a sentir que se estava perante um tempo distinto numa Europa, ao mesmo tempo, em convulsão político-religiosa e de grandes avanços nas artes, na literatura, na ciência e de novas descobertas que vão alargar o horizonte e recentrar o Homem em ruptura com o passado recente a caminho da novíssima modernidade.

Em pouco mais de um século, a lógica da interpretação escolástica do próprio conceito do Homem e do Universo vão ser alterados, será substituída por novos métodos científicos e o mundo nunca mais será como dantes.

Notas:

- 1 *O Homem de Vitruvius* resume o ideário renascentista: humanista e clássico – o corpo humano uma máquina perfeita de engenharia e sucesso – o modelo antigo de equilíbrio e proporção das formas. Aqui estão são definidas as ideias de proporção e simetria aplicadas à anatomia humana. *Marcus Vitruvius Pollio* é um arquiteto romano que viveu no século I a.C. e deixou como legado a obra “*De Architectura*” (10 volumes, c. 27 a 16 a.C.), único tratado europeu do período greco-romano que chegou aos nossos dias e serviu de fonte de inspiração a diversos textos sobre Arquitectura e Urbanismo, Hidráulica, Engenharia, a partir do Renascimento.
- 2 Os três mais influentes artistas renascentistas são além de Da Vinci, Michelangelo e Rafael, o “trio sagrado” da Renascença, com uma excelência idêntica à de um virtuosismo divino. Segundo Bernard Berenson todos os modos de expressão lhes tentaram o génio.
- 3 Antropocentrismo - *atitude ou doutrina filosófica que faz do homem o centro do Mundo, alegando que este foi feito para ele, e que o bem da humanidade é a causa final do resto das coisas* (Dicionários Editora da Língua Portuguesa).
- 4 Considerado cânone da literatura ocidental, Shakespeare o maior dramaturgo de sempre vai inspirar-se em fontes clássicas e modernas para compor as suas peças.
- 5 Protecção dispensada às letras e às artes, bem como aos seus cultores, por homens ricos ou sábios.
- 6 De *Mecenas*, amigo do imperador romano Augusto e protector das letras e das artes, 69-8 a. C.
- 7 Período de renovação científica, literária e artística, vulgarmente considerado como iniciado no séc. XIV e prolongado através dos séculos XV e XVI e que se realiza, no plano estético, com base na imitação dos modelos da Antiguidade clássica greco-romana
- 8 *A arte médica em Roma antiga nos De Medicina de Celso*, Maria Adriana São Marcos Sousa, Ágora. Estudos Clássicos em Debate, Aveiro, 2005, p. 81.
- 9 *Caminhos do saber no renascimento português - estudos de história e teoria do saber*, Luís Filipe Barreto, Temas portugueses – INCM, p. 18.
- 10 Idem, *ibidem* p.19.

- 11 Cristóvão da Costa (ou Cristóbal Acosta) é um médico naturalista português, considerado um pioneiro no estudo de plantas orientais, em especial para uso em farmacologia. Com Garcia de Orta e o boticário Tomé Pires é um dos maiores expoentes da medicina Indo-Portuguesa. A Cratera Acosta na Lua tem o seu nome, desde 1976.
- 12 *O renascimento em Amato Lusitano e Garcia de Orta*, José Lopes Dias, Sep. Estudos de Castelo Branco, 1964, pp. 18-19.
- 13 Francisco Gomes Teixeira, *Elogio Histórico de Pedro Nunes*, em Panegíricos e Conferências (1925).
- 14 Um polímato (do gr. *polymathés*, “aquele que aprendeu muitas coisas” ou “que aprendeu muito”) é uma pessoa cujo conhecimento está muito acima média, não se restringindo a uma única área.
- 15 Thessalonike – fundada por Cassandro (315 a.C.), em homenagem à sua mulher, irmã de Alexandre, o Grande. O século XVI foi a Idade de Ouro para a comunidade judaica de Salónica, também do ponto de vista cultural, pois a cidade torna-se um renomeado centro de estudos da Torá, do Talmud e da Cabalá.
- 16 Marrano – expressão depreciativa e humilhante que se dava aos judeus (ou criptojudeus) conversos que viviam em Portugal. Muitos professavam publicamente o catolicismo, mas na intimidade mantinham as suas tradições judias ancestrais.
- 17 Promessa feita de modo intencional e livre a um ser divino, de modo público ou privado, solene ou simples, em relação a uma acção a realizar pela pessoa ou a um objecto a doar.
- 18 Objecto, quase sempre de índole piedosa que se oferece a Deus ou a um santo, em cumprimento de um voto ou promessa, lat. *ex-voto* (segundo promessa).
- 19 Placebo: lat. *placébo*, “agradarei”, 1.ª pess. sing. do fut. do ind. de *placére*, “agradar” - *medicamento inerte ministrado com fins sugestivos ou morais, que pode aliviar padecimentos unicamente pela fé que o doente tem nos seus poderes* (Dicionários Editora da Língua Portuguesa).

* Médico, escritor poeta e investigador.
Doutoramento em História na Universidade Nova

ASSISTÊNCIA E SOLIDARIEDADE EM TEMPOS MEDIEVAIS

GAFOS E GAFARIAS NA BEIRA INTERIOR

*Maria da Graça**

Com a nossa abordagem ao tema da lepra não pretendemos falar da patologia em si, que também tem a sua História, mas tão só trazer um pequeno contributo para o conhecimento desta problemática, nas terras da Beira Interior, no período medieval.

O ideal de perfeição a que aspirava a Cristandade medieval empurrava para as franjas da sociedade todos aqueles que, pelas suas condições económicas, profissionais, biológicas ou religiosas, não se enquadravam nesse ideal de perfeição e ordem que compunham a *hierarquia funcional*. Aos olhos medievos apareciam como o símbolo da desordem, perturbadores da harmonia. De entre esses grupos considerados «marginais» destacam-se os pobres e os doentes, em particular os leprosos ou gafos. Tema que tem vindo a ser estudado, pela historiografia nacional e estrangeira, sob diversas perspectivas, enquanto fenómeno patológico e a sua repercussão no plano social e assistencial, bem como enquanto fenómeno que marcou profundamente as mentalidades medievais. Entre os muitos autores e estudos refiram-se os pioneiros trabalhos de João Meyra¹; Rocha Brito²; Ângelo Ribeiro³, ou ainda Fernando da Silva Correia⁴.

Já na segunda metade do século XX, verifica-se um renovado interesse para os temas do domínio do social, sobretudo a partir das primeiras jornadas luso-espanholas de História Medieval subordinadas ao tema da pobreza e assistência⁵. Ao longo das décadas seguintes, surgiram vários estudos sobre o tema da assistência, entre os quais salientamos, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*⁶. De referir, também, a recente publicação dos - *Portugaliae Monumenta Mesericordiarum*, onde foram seleccionadas fontes referentes às mais diversas instituições de assistência medievais⁷

Em paralelo com o tema da assistência em geral têm sur-

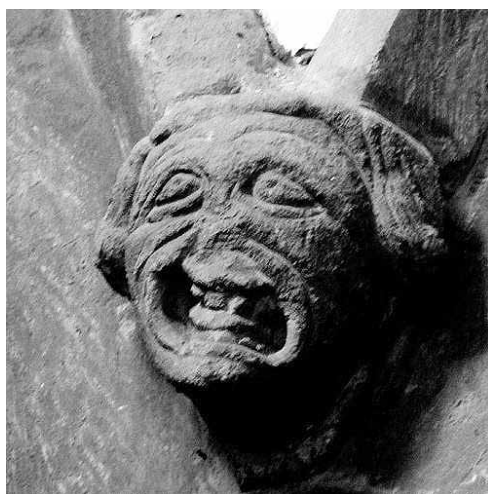


Fig.1 - Leproso

gido estudos de algumas instituições específicas, entre os quais destacamos o trabalho de Bernardo Vasconcelos e Sousa⁸, e ainda a dissertação de mestrado de Luís António Santos Nunes Mata, sobre o *Hospital do Espírito Santo de Santarém*⁹.

No caso específico das leprosas ou gafarias, depois dos pioneiros estudos citados, são de referir, entre muitos outros, os trabalhos de José Mattoso¹⁰; Sílvio Alves Conde, sobre a (gafaria de Santarém)¹¹; Ângela Beirante, dedicado à gafaria de Évora¹². Mais recentemente duas dessas instituições foram tema de dissertação de

mestrado - a Casa de S. Lázaro de Lisboa, estudada por Rita Luís Sampaio da Nóvoa¹³, centrando o seu estudo, essencialmente, nas atitudes face à doença nos séculos XIV e XV, e o Hospital de S. Lázaro de Coimbra, pela mão de Ana Rita Saraiva da Rocha¹⁴.

Na Beira Interior a documentação medieval sobre a assistência é escassa e quase inexistente sobre gafos e gafarias. A que existe não é tão rica e variada, quanto os casos apontados, de instituições sediadas nas cidades de Coimbra, Évora e Lisboa ou na rica vila de Santarém, locais bem mais populosos e de habitual permanência da Corte. Por isso rareiam, também, os estudos sobre o tema para a esta região, havendo contudo a referir o trabalho de José Lopes Dias, sobre as albergarias da Beira Baixa¹⁵ e o artigo de Manuel da Silva Castelo Branco, dedicado à gafaria medieval da vila de Castelo Branco.

A lepra – caracterização e difusão

«Uma afecção de todo o corpo»¹⁶

A lepra, também conhecida por morfeia, mal de S. Lázaro, gafeira ou elefância dos árabes, doença crónica infecciosa, originária do Extremo Oriente – China e Índia

- de onde se difundiu para o Próximo Oriente¹⁷ trazida, segundo alguns autores, pelos Fenícios e daí, em data incerta, para todo o Ocidente europeu.

Na Grécia, a doença terá aparecido após as conquistas de Alexandre e em Roma teria sido introduzida pelos exércitos de Pompeu. Rara na Europa, até ao século IV, tornando-se, então, frequente nas regiões da Gália, apontando as provas documentais e ostéo-arqueológicas, para a sua inequívoca presença na Europa, ao longo dos séculos VI e VII¹⁸.

Segundo Ângelo Ribeiro, a chegada da lepra ao ocidente europeu coincidiu com as invasões godas, tendo alastrado a toda a Península Ibérica com a invasão árabe. Em Portugal a lepra é anterior à nacionalidade¹⁹, datando de 1107, o primeiro caso de lepra documentado²⁰. É, também, opinião unânime entre a generalidade dos autores que o período de maior incidência e propagação da lepra se verificou ao longo dos séculos XI e XII, em virtude dos intensos contactos Ocidente/Oriente, proporcionado pelas cruzadas e peregrinações²¹. Séculos em que se multiplicam as leprosas por toda a Cristandade²², e as doações testamentárias em favor dos gafos²³.

Gafos e Gafarias

A lepra considerada, um dos mais temíveis flagelos da Idade Média, assumiu, em todo o espaço da Cristandade medieval, um papel marcante, enquanto doença endémica em expansão e mobilizadora de importantes medidas de profilaxia²⁴.

Atacava por igual todos os grupos sociais, camponeses, mercadores ou reis, mas nem todos sofriam e viviam a doença da mesma maneira.

Apresentava-se aos olhos dos coevos como um flagelo e um castigo do céu, inspirando medo e repulsa. Medo expresso na atitude da sociedade, que considerava os portadores da doença os «mais miseráveis proles»²⁵, objecto de horror e rejeição. Apareciam como um símbolo negativo, um símbolo de impureza e corrupção física e moral²⁶. Tais sentimentos originaram a exclusão e afastamento dos leprosos da sociedade²⁷. Muitas vezes escoraçados e apedrejados, impedidos de trabalhar, condenados a viver como vagabundos, apenas podendo pedir esmola junto das vias de acesso a vilas e cidades²⁸. Sobre eles recaíam interdições várias, nomeadamente o sacerdócio e o casamento²⁹, acreditando-se que a lepra era uma doença hereditária. Nalgumas regiões, o leproso era obrigado a usar vestuário especial, luvas e até campanhas, para denunciar a sua presença³⁰. Mas, por outro lado, os gafos, eram vistos como um agente privilegiado para o exercício da caridade, ou seja um caminho seguro para a remissão dos pecados. Ambivalência de sentimen-

tos que o historiador Manuel Sílvio Alves Conde sintetizou em três binómios: Execração/atracção; Horror/compaixão; Repugnância/socorro.

Porém é hoje pacífico entre os historiadores que nem todos os leprosos sofriam a vivência desta doença da mesma maneira, considerando-se três grupos: aqueles que, permaneciam nas suas casas mantendo e exercendo as suas habituais ocupações, tal é o caso do rei D. Afonso II, ou ainda do chanceler de D. Afonso III, satirizado nas cantigas de escárnio e mal dizer; os leprosos que viviam nas leprosas e os leprosos pobres errantes e sem qualquer enquadramento institucional.

Gafarias – instituição e organização

Como medida profiláctica, mas também por compaixão e piedade, para seguir o preceito cristão de amor ao próximo, e remissão de pecados, foram organizadas formas de os assistir, e controlar, pela criação de «gafarias» ou «leprosas». Estabelecimentos com objectivos comuns tiveram, porém, instituidores e organizações diferentes.

Em Portugal, encontramos três modalidades de gafarias, quanto à sua instituição e administração: as gafarias criadas por iniciativa régia, como em Coimbra; as gafarias de administração municipal, de que são exemplo, as de Lisboa e Almada; havendo ainda um terceiro modelo - as gafarias instituídas por iniciativa das pessoas atingidas pela doença, que se colocavam sob a protecção do rei, como foram os casos das gafarias de Santarém e Beja. Tinham, contudo, em comum a sua localização afastadas dos centros urbanos, fora da segurança de muros de vilas e cidades, ocupando os arrabaldes. Erguidas fora dos recintos murlhados mas, relativamente perto, à distância do lançamento de uma pedra, segundo Le Goff. Ficando, assim, sob o olhar vigilante da comunidade e, reproduzindo espacialmente a organização do espaço social dos núcleos urbanos³¹.

Sob o ponto de vista administrativo tinham um provedor, um escrivão e mamposteiro³², nomeados pelo rei ou escolhidos pela comunidade gafa e aprovados pelo monarca. A criação das gafarias foi a maneira encontrada para prestar assistência e caridade, protegendo a comunidade sã do contágio.

Ao longo dos séculos foram-se produzindo diversas normas referentes ao viver quotidiano dos leprosos – sobre o casamento, vida conjugal e castidade, vestuário, circulação. Porém, cada instituição tinha os seus próprios regimentos.

Nalgumas regiões a circulação dos leprosos estava completamente proibida ou apenas permitida, com certas restrições. Em Portugal a circulação dos leprosos poderá, também, ter sido condicionada. O Compromisso da gafaria de Santarém, datado de 1223, estipulava que os

gafos careciam de autorização para se deslocarem à vila, para irem em romaria ou mendigar, sob pena de perderem a ração durante três dias. O regimento da gafaria de Coimbra (1329), no que dizia respeito à circulação dos leprosos, era muito idêntico ao de Santarém. Já o regimento e estatutos da Casa de S. Lázaro de Lisboa, outorgado pelo município, apresentava no século XV, medidas mais restritivas, não permitindo a saída dos doentes, nem para pedir esmola. Desobedecendo os gafos seriam presos e perdiam a ração de um mês.

Ao contrário de algumas regiões da Europa, onde existiam normas bem definidas para o vestuário dos leprosos, para Portugal, dos regimentos conhecidos, apenas o de Coimbra (1329), menciona algumas informações sobre o seu vestuário.

A admissão numa leprosaria implicava que o candidato fizesse prova da sua infirmitade, e implicava também o pagamento de uma jóia. Desta forma de selecção, baseada na riqueza, os pobres estavam excluídos. Não podendo, assim, aspirar a viver no conforto de morada, alimentação e vestuário da casa dos gafos. A diferenciação entre os leprosos que «Ham reçam» nas gafarias e os lázaros «andantes ao mundo», provocava, em Lisboa e Santarém, e outros locais, um relacionamento tenso. Testemunho desse difícil convívio, é o pedido feito pelos «gafos andantes» ao monarca D. Pedro I³³. Os leprosos, sem a possibilidade de trabalhar, são, também, pelos seus iguais na doença, impedidos de pedir esmola. Sendo, assim, condenados à errância, empurrados para fora da segurança da proximidade de vilas e cidades, vivendo na orla das florestas e outros locais afastados.



Fig. 2 - Leprosy-bell

Gafos e Gafarias na Beira Interior

No território do actual distrito de Castelo Branco, a documentação, compulsada, apenas faz referência à existência de duas gafarias: uma em Castelo Branco e outra na Covilhã.

São muito escassas e tardias as informações referentes à

gafaria de Castelo Branco, surgindo de forma indirecta, num instrumento de arrematação, publicado por Manuel da Silva Castelo Branco³⁴. Sabemos que se localizava fora da vila, provavelmente a noroeste, junto ao vale da ribeira de Lória³⁵. Em meados do século XV, ainda a doença permanecia nas terras albicastrenses. Com efeito, no ano de 1454, justificava o rei, D. Afonso V, a nomeação de Vasco Anes, juiz das sisas dos judeus e mouros da vila, pela necessidade de substituir o anterior oficial, Aliote Alvarez, impedido de exercer o ofício, por estar muito «emfermo de door de gafes»³⁶. Pouco mais sabemos e, por isso, ficam as perguntas – quando foi instituída? Quais os seus instituidores? Como era administrada? Como estava organizada e regulada a vivência dentro da gafaria? De que bens dispunha? A eira dos «gafos» na aldeia de S. Gião, referida num tombo da Ordem de Cristo, pertenceu a esta instituição³⁷? Como eram admitidos os leprosos? Quantos gafos podia albergar? Perguntas que permanecem sem resposta.

Já na vizinha vila de Covilhã, a sua presença é documentada desde os alvares do século XIII, em 1207, na delimitação da doação duma «herança» pelo caminho de Santo Estevão e os «gafos»³⁸.

A gafaria do *Bem Aventurado S. Lázaro*, provavelmente remonta à data da fundação do concelho, ou até antes, época em que se terá constituído o seu património, fruto do fluxo de doações e bens trazidos pelos gafos. Período, esse coincidente com o pleno ciclo de expansão da lepra, no ocidente europeu. Também para esta instituição as perguntas sobre os seus compromissos que regulavam a vivência dos leprosos ficam sem resposta. Para esta instituição apenas temos informações tardias relacionadas com os seus bens patrimoniais.

Situava-se junto à igreja de S. Lázaro, em pleno arrabalde, e detinha um razoável número de bens fundiários, referidos desde 1305³⁹. No século XIV, detinha uma vinha na Corredoura Nova, a lindar com uma vinha dos monges cistercienses do mosteiro de Santa Maria da Estrela⁴⁰. Todavia, só temos conhecimento do conjunto do seu património em começos do século XVI, data em que Rui Caldeirão, cavaleiro da casa real, mandou executar o tombo dos bens da gafaria, *do Bem aventurado Senhor S. llazaro*, em virtude do anterior tombo estar tão velho que não se conseguia ler. O tombo foi iniciado a 3 de Novembro de 1500, sendo o trabalho executado a expensas da gafaria, e só foi terminado no ano de 1509, a 2 de Fevereiro⁴¹. Este tombo comporta um conjunto de fólios, em pergaminho, cosidos e numerados, em data posterior, do n.º 24, primeira folha, onde traz o título ao n.º 31. Aparecem duas caligrafias diferentes a primeira até ao fólio 26, seguindo uma letra diferente menos graciosa e cuidada e também muito apagada dificultando a leitura.

Refira-se que os fl. 30v e 31 aparecem já depois da assinatura, mais parecendo um aditamento.

Por este tomo, verifica-se que, ao contrário da dispersão geográfica para a generalidade dos bens fundiários de outros possidentes da região, os bens da gafaria estavam concentrados em torno da sua igreja, da invocação de S. Lázaro, e casas de morada, na zona baixa da vila, fora do recinto muralhado. Situando-se, algumas das suas parcelas, junto ao primitivo assento do convento de S. Francisco. Localização que obrigava à protecção das culturas e árvores da passagem dos gados, motivo pelo qual, aparecem quase sempre murados sobre si, tomando a designação de «cerrado». Nessas parcelas predominava a cultura do linho e alguma vinha, sendo de salientar os soutos de castanheiros e olivais, nalguns casos de recente plantio.

Tipologia	Parcelas	Outras informações
Olival	2	Um com 48 pés de oliveira e 10 figueiras. Outro com 47 oliveiras e 10 castanheiros.
Souto	6	Um com 24 castanheiros e 2 oliveiras, outro com 3 castanheiros e «estacas».
Courelas de Regadio	7	Duas sementeiras de linhaça
Courela	11	Não diz
Terra grande cercada	1	Com 101 oliveiras e outras árvores de fruto.
Rossio	1	
Terra no Rossio	1	Com 25 oliveiras e 3 «estacas»
Chão	4	Um deles tinha 100 castanheiros e outras frutíferas.

Propriedade da Gafaria da Covilhã

Regista-se a presença de oliveiras em seis parcelas, tendo dois desses olivais respectivamente 101 e 48 oliveiras. Destaque, também, para a menção a «estacas», indiciando a cultura recente da oliveira que, constitua já uma aposta económica. A par dos soutos e olivais avultavam as terras de regadio, a indicar a proximidade de zonas populacionais consumidoras diariamente de frutas e legumes frescos. Parcelas que então foram medidas em cordas, braças, «semedura» ou em pés de árvores, tinham, à data do tomo, as suas rendas pagas em moeda e não raras vezes estavam emprazadas a um rendeiro que entregava o seu amanho a um foreiro.



Fig. 3 - AMC - Tombo do bem aventurado Senhor sam llazaro.

Os seus bens terão passado, em data incerta, para a Câmara Municipal, sugerindo ter sido uma instituição criada pelo município⁴².

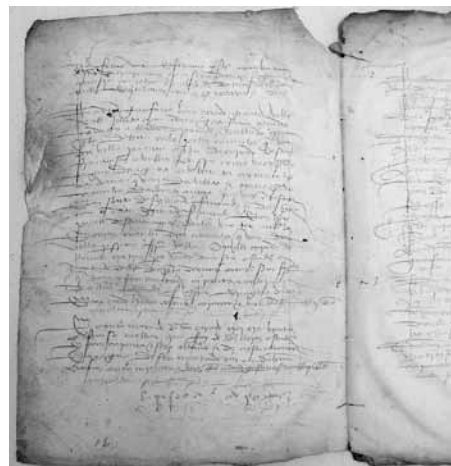


Fig. 4 - AMC, Tombo do bem aventurado Senhor sam llazaro

Mas o mal atingiria, por certo, outras zonas da região. Nas terras da actual zona do Pinhal, a memória toponímica registou um *casal dos gafos* na vila da Sertã, a indicar a presença de gente atingida pelo terrível flagelo da lepra⁴³. Na vila de Manteigas, o tomo dos bens do Concelho faz referência a um «[...]chão que chamam o chão da *gafaria* [...]»⁴⁴. Terão existido nestas localidades alguma instituição a eles destinada? Ou viviam no seio da comunidade sã?

Em jeito de conclusão diremos que, é ainda muito escasso o nosso conhecimento sobre os gafos e gafarias da Beira Interior, não diferindo alias, de muitas outras questões sobre o viver medieval nesta região. Todavia, do pouco que conhecemos, as soluções encontradas parecem não divergir do verificado noutras áreas do território. A par de uma população de leprosos, residentes no relativo conforto das gafarias, é de crer que uma população de gafos andantes vagueasse entre vilas e aldeias. Porém as fontes calam essas errâncias de dor e sofrimento.

Notas:

- 1- MEYRA, João, «Gafarias», in *Gazeta dos Hospitais do Porto*, II, Porto, 1908-1909.
- 2- BRITO, Rocha, «História da gafaria de Coimbra», in *Arquivos de dermatologia e Sifilografia*, I, Coimbra, 1934.
- 3- RIBEIRO, Ângelo, «Assistência», in *Historia de Portugal*, dir., Damião Peres, Vol. IV, Barcelos, 1932.
- 4- CORREIA, Fernando da Silva, *Os hospitais medievais portugueses*, Sep. «A Medicina Contemporânea», n.º 11, 12, 13 e 15, Ano LXI, 1943. Idem, *Origens e formação das Misericórdias Portuguesas: Estudos sobre a História da Assistência*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1999 (1.ª ed., 1944).
- 5- Cf., *Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, realizadas em 1972 e subordinadas ao tema da *Pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Actas, 2 Tomos, Lisboa, FLUL/Instituto de Alta Cultura, 1973.
- 6- TAVARES, Maria José Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- 7- PAIVA, José Pedro, coord., *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 2, *Antes da Fundação das Misericórdias*, dir., José Pedro PAIVA; Maria de Lurdes

ROSA e António Gomes SAUL, Lisboa, União das Misericórdias, 2003.

8- SOUSA, Bernardo Vasconcelos, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*, [Lisboa], Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

9- Estudo onde o autor analisa a instituição sob diversas perspectivas - administrativa, patrimonial, passando, ainda, pelas relações com os poderes. Cf., MATA, Luís António Santos Nunes, *O Hospital do Espírito Santo de Santarém*, Dissertação de Mestrado em História Medieval, 2 vols, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1999.

10- MATTOSO, José, «Sociedade Cristã e Marginalidade na Idade média: A Gafaria da Senhora do Monte», in *Portugal medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Cada da Moeda, 1985.

11- CONDE, Manuel Sílvia Alves, «Subsídios para o Estudo dos Gafos de Santarém (Séculos XIII-XV)», *Estudos Medievais*, n.º 8, 1987.

12- BEIRANTE, Ângela Rocha, «A Gafaria de Évora», in *O Ar da Cidade. Ensaios de História Medieval e Moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 235-251.

13- NÓVOA, Rita Sampaio da, *A Casa de S. Lázaro de Lisboa: Contributos para uma História das Atitudes Face à Doença (Séc. XIV-XV)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010.

14- *A Institucionalização dos Leprosos, o Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*, Tese de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade d Coimbra, 2011.

15- DIAS, José Lopes, *Albergarias da Beira Baixa*, Lisboa, Sep. «Acção Médica», 1946: Do mesmo autor, *Misericórdias e Hospitais da Beira Baixa*, Sep. «Revista Clínica Higiene e Hidrologia», 7, 1938.

16- Doença caracterizada por Bernard de Gordon, professor de Montpellier (1305) como «a lepra é uma afecção de todo o corpo. Provoca pústulas e excrescências, a reabsorção dos músculos, principalmente o de entre o polegar e o indicador, a insensibilidade das extremidades, gretas e afecções cutâneas. São sinais que anunciam o fim, a corrosão da cartilagem entre as narinas, mutilações das mãos e dos pés nuns casos, aumento da grossura dos lábios e nodosidades em todo o corpo noutros, dispneia e voz rouca». Apud, Françoise BÉRIAC, «O medo da lepra», in *As doenças têm História*, apresentação de Jacques Le GOFF, Lisboa, Terramar, 1997, p. 127.

17- As primeiras descrições da lepra datam do tempo dos Faraós. Cf. «Lepra», in VERBO, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 17, Imp. 1900, p. 895.

18- O primeiro concílio e o primeiro texto legislativo referente aos leprosos datam destes séculos. Cf. Ana Rita Saraiva da ROCHA, *A Institucionalização dos Leprosos, o Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*, Coimbra, 2011, p. 16, nota 18.

19- D. Mumadona, no ano de 959 (século X), não sendo respeitada a vontade do documento, na *sanctio* deseja-se aos infractores que sejam atacados por lepra, da cabeça aos pés. Cf. José MATTOSO, «Sanctio (875-1100)», in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1997, p. 42.

20- Odório Guandilaz, fez doação de uma parte dos seus bens ao mosteiro de Paço de Sousa, apelando à caridade dos frades para que o auxiliem, uma vez que sofre de lepra: «... et uos fratres de illo monasterio que faciatis michi caritate in mea uita pro que eo sum misso in lepra et fragicia». Cf. *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, vol. III, Org. de Rui de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, p. 215, doc. 242. Maria Helena da Cruz COELHO, «A Acção dos Particulares para com a Pobreza nos Séculos XI e XII», in *Homens, Espaços e Poderes, (Séculos XI a XVI)*. I – *Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 87; Manuel Sílvia Alves CONDE, «Subsídios para o Estudo dos Gafos...», p. 104, nota 20; Ana Rita Saraiva da ROCHA, *op. cit.*, p. 16.

21- Mas é também opinião unânime, que não foram as Cruzadas a introduzirem a doença na Europa, como tinham defendido os historiadores do século XIX.

22- Segundo Fernando Correia, no século XIII, existiriam dezanove mil leprosários na Europa. Fernando CORREIA, *Origem e Formação ...*, p. 176.

23- O testamento de D. Urraca (1177) tinha uma cláusula em favor dos gafos de Guimarães, Braga e Barcelos. Cf. Ângelo RIBEIRO, «Assistência», in *História de Portugal*, Vol. IV, Barcelos, 1932.

24- De acordo com Françoise Bériac, na Idade Média, «a lepra não era uma doença banal, mas a doença, por excelência». Cf. Françoise BÉRIAC, «O medo da lepra», in *As doenças têm História*, Lisboa, 1997, p. 133.

25- AN/TT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 8, fl. 61v-62.

26- Cf. José MATTOSO, «Sociedade cristã e marginalidade na Idade Média. A gafaria da Senhora do Monte», in *Portugal Medieval*, Lisboa, 1985, pp. 123-133.

27- No *Leal Conselheiro*, D. Duarte diz que convém «Asy mandar afastar os gafos por seer doença contagiosa que dhuum a outro se pega [...]», in Rocha BRITO, «História da Gafaria de Coimbra», *Arquivos de Dermatologia e Sifilografia*, n.º 1, 1932, p. 62.

28- Cf. *Chancelaria de D. Pedro I*, «privilegio dos gafos andantes», n.º 1016, pp. 481-482.

29- «O homem tendo doença perpetua asi como lepra ou outra semelhante, melhor he nom casar, que danar molher, que a lepra he morbo contagio» João de Barros, *Espelho de Casados*, Apud, Rocha BRITO, *op. cit.*, p. 62. No regimento da gafaria de Santarém, uma das funções do comendador era impedir que o gafo ou a gafa mantivesse relações sexuais fora do casamento, fosse com gafo ou com são. Cf. Manuel Sílvia Alves CONDE, «Subsídios para o estudo dos gafos de Santarém (séculos XIII-XV)», in *Estudos Medievais*, n.º 8, 1987, p. 129.

30- Cf. Jean-Louis GOGLIN, *Les misérables dans l'Occident médiéval*, Paris, 1976.

31- Cf. Manuela Santos SILVA, «Cidades», in *História de Portugal*, dir. João Medina, Vol. III, Lisboa, pp. 249-312.

32- Carta de *privilegios do monpoteiro da gafaria de beia*, datada de Évora, 02 Abril de 1371. Cf. AN/TT, *Chancelaria de D. Fernando I*, liv. I, fl. 71v

33- Cf., *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, ed., A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1984, doc. 1016, pp. 481-482.

34- Instrumento de arrematação onde foi referido um «olival que esta no limite da dita villa»; e «eu tabeliam, fui a Gafaria limite da dita villa». Cf. A. S. C. M. de Castelo Branco, Apud, Manuel da Silva BRANCO, «A Gafaria Medieval de Castelo Branco», in *Estudos de Castelo Branco, Nova Série*, n.º 7, Dezembro 1981, pp. 5-14.

35- Cf. Hermano Castro e SILVA, *A Misericórdia de Castelo Branco (apontamentos Históricos)*, cl/ prefácio de José Lopes Dias, 2.ª ed., Castelo Branco, 1958. José Lopes DIAS, «Estudantes da Universidade de Coimbra Naturais de Castelo Branco», in *Reconquista*, 19.05.1957. Manuel da Silva CASTELO BRANCO, *op. cit.*, pp. 5-14.

36- Carta de D. Afonso V datada de Viseu a 15 de Março de 1454. Cf. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 10, fl. 21. Publicada por Manuel da Silva CASTELO BRANCO, *op. cit.*, p. 13.

37- Cf. *Tombo da Ordem de Cristo. Comendas da Beira Interior Sul*, Lisboa, 2009, p. 256.

38- Doação de Pedro Guterres à Ordem do Templo. Cf. AN/TT, *Mestrados*, liv. 1, fl. 21.

39- Cf. AN/TT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, pasta 43, n.º 146.

40- Cf. AN/TT, *Mosteiro de Santa Maria da Estrela*, Boidobra, mç. 1, n.º 12.

41- «Tombo do bem aventurado Senhor sam llazaro//. De todos os seus beens E Rendas E propriedades da gafaria de sam llazaro desta villa de Covilham que som em a dita villa com seus termos de que ho capitulo hi mi[nis] tra[çam] (?) que ora ffoy ffecto per mandado de Ruy Callderam caualleiro da casa del Rey nosso Senhor [--- ---] E juiz de fora com allçada na dita vila// O quall tombo ho dito Ruy Callderam mandou fazer a Alvaro (---)? escudeiro Estevam coiniguo Alvaro Fernandez Esto por quanto o tombo velho que aly avia dos ditos beens era jaa tam velho que se nam podia ller E mais os ditos beens se paasem jaa as pessoas a que foram emprazados findos stavam pasados os beens em prazos em filhos E mesmo Em outras pesoas [...]» Cf., Arquivo Municipal da Covilhã, *Pergaminhos Medievais*, doc., 13.

42- Cf. Artur de Moura QUINTELLA, *Subsídios para a Monographia da Covilhã*, 2.ª ed., Fundação, 1990.

43- Cf. António Lourenço Farinha, *A Sertã e o seu concelho*, Lisboa, 1930, 2.ª ed., de 2010, p. 124.

44- Cf. Arquivo Municipal de Manteigas, Livro do *Traslado do Tombo dos Bens do Concelho*, 1788, fl. 2v.

*Academia Portuguesa da História Investigadora do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

TOMÁS DA FONSECA, UM MÉDICO COVILHANENSE NAS GARRAS DA INQUISIÇÃO¹

*Maria Antonieta Garcia**



Introdução

Após a instauração da Inquisição, e (a)pesar dela, muitos médicos cristãos-novos se tornam célebres; durante três séculos, serão detidos e julgados pelo Tribunal do Santo Ofício. Conheceram a hostilidade, a intolerância, a perseguição. Eram rigorosos no exercício da profissão; alguns contavam com o apoio de redes familiares, espalhadas por todo o mundo. Assim, tendencialmente, os médicos judaizantes tratavam os pacientes com a ciência que aprendiam, sobretudo, nas Universidades de Coimbra e de Salamanca, combinando-a com as de outras escolas europeias, com as tradições que os antepassados haviam legado. Este saber favorecia o reconhecimento, o prestígio, tornava-os eleitos por monarcas, por nobres, pela população.

Viviam num mundo enfermo! Ao lado de judeus, nos cárceres inquisitoriais, penavam feiticeiras, bígamos, homossexuais, blasfemos, padres solicitantes e outros hereges e heterodoxos.

Entrar nos cárceres do Santo Ofício era uma descida aos infernos: "o preso é ...metido em uma casa de quinze palmos de comprido e doze de largo, escura, e que tem por claridade uma fresta levantada do chão dez palmos, pouco mais ou menos, e terá a fresta de largura uma mão-travessa e de comprimento três palmos, e, assim,

dá tão pouca luz que não chega ao chão, e para verem os presos alguma coisa, hão de estar em pé (...)." Esclarece ainda o autor: "Nestes cárceres estão de ordinário quatro e cinco homens e às vezes mais, conforme o número dos presos que há (...). Dão-lhes um cântaro de água para oito dias e outro para urina, com um serviço para as necessidades, que também aos oito dias se despejam (...)"².

Como não adoecer de corpo e alma? No Verão a situação piorava: "...são tantos os bichos que andam nos cárceres cheios, e os fedores tão excessivos, que é benefício de Deus sair dali homem vivo"³.

Não lhes bastava o ambiente de miséria, podridão, promiscuidade: somavam-lhe os interrogatórios infundáveis, a tortura física e psíquica. Atormentados, tentavam adivinhar "culpas", denúncias e denunciante. Era necessário confessar tudo. Se a memória falhava, ou a vontade e afetos guiavam para encobrir práticas e pessoas, a corda, os tratos de polé, a água e fogo, o potro, na Casa dos Tormentos, deixavam pouco espaço para resistir humanamente. As traves mestras oscilavam à vista dos "instrumentos". Sob tortura o preso confessava tudo, quase sempre. Escreveu Michel Foucault que "O suplício faz correlacionar o tipo de ferimento físico, a qualidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social das suas vítimas. Há um código jurídico da

dor”⁴. Na verdade, os tipos de suplício, o tempo de agonia eram hierarquizados, e judaizar era crime maior. A confissão obtida era legitimada como verdade; “... desobriga o acusador de fornecer outras provas...”⁵. Nos séculos XVI, XVII e XVIII, em Portugal, era assim.

Tomás da Fonseca – os denunciante

A família estava assinalada. Era cristã-nova. Uma meia-irmã, por parte do pai, Genebra da Fonseca, casada com Gaspar Dias, tinha sido relaxada à justiça secular, em 1582. Nascera na Covilhã, filho de Lopo da Fonseca, médico também, e de Beatriz Henriques, cristã-nova. Quando foi detido, contava 47 anos. Casado com D. Isabel Coronel, cristã-velha, castelhana, era, então, residente na freguesia de Santa Justa, em Lisboa.

A 20 de novembro de 1609, o meirinho, Damião Mendes de Vasconcelos, recebera ordem de Manuel Álvares Tavares e António Dias Cardoso, para prender Tomás da Fonseca “nesta cidade ou onde quer que seja achado (...) por culpas que nelle há neste Santo Ofício”.

No dia seguinte era entregue a Domingos Teixeira, Alcaide dos cárceres. Trazia ... “com elle uma fauca nova de cabo preto em uma bainha cerrada por cima com hum fita roxa. E hum carta que fazia menção ser do médico Montalto⁶ escrita em Florença e assy lhe foram achados mais alguns papéis de pouqua importância que entreguei ao Promotor deste Santo Ofício”.

Antes da detenção de Tomás da Fonseca, em novembro de 1609, tinham sido presas Margarida Quaresma, Ângela de Moura, Inês Correia, Beatriz Barbosa e Maria das Neves, Duarte Barbosa e a mãe Beatriz Mendes. Todos hão de narrar episódios vividos com o médico.

Margarida Quaresma, cristã-nova, detida a 27 de fevereiro de 1609, inicia as confissões a 10 de março. Era moça, solteira, natural de Santarém, moradora em Lisboa, filha de Diogo Vaz, alfaiate, falecido, e de Beatriz Mendes. Informa que um dia, no verão, estava com a mãe e as irmãs, Ângela de Moura, Inês Correia, Beatriz Barbosa e Maria das Neves e o irmão, Duarte Barbosa. Inês adoeceu e o médico Tomás da Fonseca viera visitá-la a casa. Nesse contexto, em conversa, o clínico perguntara se criam na Lei de Moisés. Referiram as práticas da guarda dos sábados de trabalho, preceitos dietéticos, como não comer toucinho, lebre, porco ou peixe de pele... e que esperavam de salvar a alma na dita lei.

Inês Correia, a irmã, presa no mesmo dia, (27 de fevereiro de 1609), menciona também Tomás da Fonseca; inclui a descrição física: “idade de trinta para quarenta anos, ruivo de barba e pintada de branco”.

Beatriz Barbosa repete a narrativa da visita de Tomás da Fonseca, quando a irmã estava doente. Caracteriza

o como “homem com mais de quarenta anos, louro de barba e alvo do rosto, e alto do corpo”. Para além das cerimónias judaicas indicadas, acrescenta que Tomás da Fonseca recebia cartas de Montalto, o médico que abandonara Lisboa e fora para Florença. Tomás da Fonseca assegurara que o cunhado “era muito querido e amado de todos e tinha muitos livros que tratavam da Lei de Moisés”. Sobre as práticas judaicas que observavam, lembrou que o médico falara nos jejuns de segundas e quintas-feiras, a guarda dos Sábados, a oração do Padre-Nosso, o encomendar-se a “Deos dos Ceos por guarda da Lei de Moisés, e que por elle ser letrado entendia aquellas cousas melhor”. A mãe e as irmãs “faziam as ditas cousas quando podiam”. Celebravam também o Jejum da Rainha Ester e Tomás da Fonseca afiançava que, nesta festividade, “jejuava três dias”.

O médico, segundo afirmara, conversava sobre Judaísmo com o cunhado Montalto. Conta que, mais tarde, mudaram de casa da Rua do João do Outeiro, para a Rua de Valverde. Mas “Tomás da Fonseca foi continuando a cura da ditta irmã, visitando-a ordinariamente, isto que por outras vezes, não avendo doentes em casa della, Tomás da Fonseca visitava-as, vindo a pedido dellas, confitente...”

Durante as visitas, para além das pessoas de casa, estiveram presentes, algumas vezes, Isabel Nunes e Gracia Lopes, filhas de Catarina Lopes, sua tia, que igualmente se declararam crentes da Lei de Moisés.

Foram estes testemunhos que fundamentaram a decisão de António Dias Cardoso, o Inquisidor, de mandar prender Tomás da Fonseca.

Outro depoimento foi o de Beatriz Mendes, de 55 anos; numa sessão de novembro, conta, de novo, a narrativa da doença de Inês Correa, sua filha. A Tomás da Fonseca, o médico que habitualmente curava em sua casa, descreve-o como tendo 50 anos, e “he louro de barba e mora ao Arco de João Correa”. Era amigo do filho, Duarte Barbosa. Conheciam-no por morar “nos baixos” do mesmo prédio de Catarina Lopes, sua cunhada, “e ter amizade com Catarina Lopes e as filhas”. Confirma que, durante a visita à filha doente, se declararam crentes da Lei de Moisés. Tomás da Fonseca comentara que junto da mulher, cristã-velha, simulava “nas coisas que fazia da dita sua lei”.

Também Ângela Moura testemunha perante António Dias Cardoso. Identifica o médico como sendo “louro de barba e amarello de rosto, por dizerem que he doente”. Corrobora a amizade entre Tomás da Fonseca e o irmão. Relata que falando dos jejuns da Igreja, o médico declarou que faziam mal ao fígado. Que a Lei de Moisés era a boa, “sabia-o por ser letrado e tudo o mais era vento”.

Inês Correa e Maria das Neves, a última com 14 anos, também são ouvidas. As declarações nada acrescentam ao que os Inquisidores já tinham registado.

Duarte Barbosa, na primeira sessão, negou quaisquer culpas relativas à prática da Lei de Moisés. Mas a 23 de janeiro de 1610, menciona Tomás da Fonseca. Curara-o “de um olho que trazia doente” e, na altura, falaram sobre práticas judaicas.

Ao médico referir-se-ão ainda, Isabel Nunes, Ana de Jesus, Violante Nunes, Beatriz Pinta.

Margarida Quaresma que fala, durante várias sessões, destacará que Tomás da Fonseca “lhe encomendava muito o segredo, dizendo-lhes que se nelle falavão, não tinham mais vida que enquanto estivessem no cárcere deste Santo Offício, e que por esta razão não disse logo o ditto Tomás da Fonseca, quando começou a confessar suas culpas”.

Concede que Tomás da Fonseca era amigo de Fernão Roiz Nunes, das suas irmãs e sobrinho... que curava a todos.

Inês Correa ouvida, novamente, em 3 de novembro de 1610, lembrara que Tomás da Fonseca lhe dissera que ensinara a Lei de Moisés a João Baptista, cristão-novo, filho de D. Filipa, a Fernão Roiz Nunes, irmão de D. Filipa, e a duas irmãs: Violante Nunes e Beatriz Pinta, sobrinha. A última vivia em casa de D. Filipa. Com todos Tomás da Fonseca tinha comunicado a dita crença. Não o revelara anteriormente pela ameaça que ela e irmãs ouviam: “se o dizião e descobrião lhes avia de fazer muito mal”.

Catarina Lopes era a que menos falava. Todavia, a ameaça de ser “relaxada à justiça secular”, a condenação à fogueira reaviva a memória. Pede audiência em abril de 1611. Comunica que na altura em que Tomás da Fonseca visitara Catarina Mendes, sua sobrinha, que estava doente, estavam presentes, Gracia Lopes e Isabel Nunes, Margarida Nunes, Ângela de Moura. A todas, o médico recomendara que seguissem a lei mosaica.

Somavam-se as testemunhas, os inquisidores confeíam os depoimentos, procurando as concordâncias ou discordâncias das diferentes memórias.

Eram procedimentos habituais da Inquisição, comparar as confissões, ouvir testemunhas, conhecer as práticas heréticas, prender, condenar.

O texto da carta de Montalto

Neste processo, uma peça chave é a carta, encontrada em poder de Tomás da Fonseca, no momento da detenção, enviada de *Florença*, a 17 de agosto de 609. Lê-se:

“Injusta cousa he que se passe a vida em perpetuo silêncio e que nem V. M. queira saber de mi, nem eu o obriço, a me dar novas de si, se me constasse, que minhas cartas não lhe serão moléstias, prosseguiria esta suave comunicação em falta da pessoal. Dobra-se a pena, quando além da ausência são negadas ao homem novas

de quem ama, e se V. M. conspira com os majs direi de todo, extraneus sum fratribus meis,⁷ eis-nos em estado que não sabemos de V. Ms e se alguma nova temos de alguma parte, he imperfeita e incerta, e inquieta-nos muito in diluvium aquarum multarum⁸, como por qua soa.

Folgara poder mandar uma viva repreensão, e que com eficácia soubera representar a pouca razão que V. M. tem, de estar tão afeiçoado a essa terra, pois sendo certo que cadent a latere tuo mille et decem millia a dextris tuis⁹, grande favor do ceo he necessário pera segurar ad te autem non appropinquabit¹⁰ quanto majs que noutro ser pouco sensitivo, quem tem animo pera ver semelhantes espetáculos de nossos corações, posso testificar que a auzencia, inda que longa não diminui antes acreçenta o amor, do qual o primeiro effeito he desejar sumamamente ver V. Ms não pera remédio de nossa penosas saudades, porque isso seria interesse próprio, mas para que V. Ms gozem da quietação da alma e dos majs bens que nosso Senhor dá a quem ama, fora dessa estancia, e não só dezejamos, mas também pedimos ao Autor de todos os nossos bens que conceda a V. Ms essa felicidade. Do senhor Doutor se soou, ter vindo a Madrid com desenho de vir a Anvers ou a Florença, esta nova, ainda que incerta nos alegrou muito, principalmente por nos parecer que não seria elle só, porém nesta incerteza estamos solícitos, e V. Ms até a comunicação de seus desenhos nos negão esperamos emenda. A consorte se encomenda em V. Ms, mui saudosamente, o mesmo fazem os meninos. Raphael tive doente de uma enfermidade, da qual foi Nosso Senhor servido escapar por sua misericórdia, seja para serviço, mas ficou-lhe hum sarro no ventre, o qual o não deixa recuperar perfeita saúde há muitos meses, e inda nos inquieta. Nosso Senhor guarde e prospere a V. M., em companhia da Senhora Dona Izabel. Querendo V. M. fazer-me m. de me escrever seja cum cuberta a Ruy Lopes e Diego Roiz”.

A carta integra o processo inquisitorial. É a original? O autor da missiva conhece os Salmos, em Latim, cita-os como contextualização da situação vivida pelos cristãos novos. “Dilúvio de muitas águas; Tornei-me um estranho entre os meus; podem cair mil a teu lado e dez mil à tua direita, a ti nada te atingirá!”

O exílio, a saudade, os afetos, os receios pela segurança de familiares, são preocupações de Elie de Montalto.

Os inquisidores interpretam/censuram a saída de Montalto, o facto de apresentar outros países, como espaços de liberdade.

A Inquisição investira na sacralização de Portugal como uma *civitas christiana*. Significava, como explana D. Francisco Manuel de Melo, no *Tratado da Sciência da Cabala*,

que os portugueses estavam “sempre receosos de toda a perigosa especulação, contentando-se de saberem o necessário para dirigirem condignamente suas acções de corpo e espírito, sem alguma mistura de supérfluas disciplinas, cujo exercício, aceito aos homens pela novidade, vai levar o entendimento a uns altos donde de ordinário se precipita.”

Pouco saber, aconselhava-se. Portugal era uma *Ilha da Purificação* ou uma cidadela de ortodoxia, segundo o ângulo de quem vê. Era, sem dúvida, um espaço onde reinava a *apagada e vil tristeza* que Camões definira como sentimento geral do reino. Na Universidade de Évora e nos Colégios de Coimbra e Lisboa triunfava a escolástica. Ainda assim, ouviam-se vozes que, do lado de lá dos Pirenéus, provocavam e despertavam interesse; nem todos estavam, como D. Francisco Manuel de Melo, de *candeias às avessas*, com Descartes.¹¹

Neste contexto de verdade única, que restava aos cristãos-novos, alvos maiores da Inquisição?

Testemunhos de Tomás da Fonseca

A 27 de novembro de 1609, seis dias depois de detido, está em audiência com o Licenciado Manuel Álvares Tavares, inquisidor; jura sobre os Santos Evangelhos e seguindo as exigências do Regimento do Santo Ofício, promete dizer a verdade e manter segredo.

Sobre a genealogia, dirá que era natural da vila da Covilhã. O pai era Lopo da Fonseca, médico, natural de Viseu, “he já defunto na Covilham”. A mãe, Beatriz Henriques, cristã-nova, natural de Pinhel, falecera em Lisboa. Sobre os avós, lembra apenas Duarte da Fonseca, do lado paterno, mercador, natural de Viseu, e falecido. Recorda também um tio, António da Fonseca, tratante, que perecera em Lisboa. “Dele ficou um filho”, Duarte da Fonseca, cirurgião, residente igualmente em Lisboa. Da parte da mãe refere “uma tia ainda viva, que se chama Leonor Henriques, viúva que ficou de Miguel da Fonseca e moradora na cidade da Guarda, com um filho letrado que se chama Diogo da Fonseca”.

Tinha três irmãs inteiras. A mais velha era Maria da Fonseca, “viúva de Jerónimo Nunes, médico, desta cidade” – Lisboa -. Outra irmã, Isabel da Fonseca, estava casada com o Doutor Pedro Roiz que “foi advogado nesta corte e agora está na corte em Madrid”. A irmã acompanhara o marido.

Outra irmã era Jerónima da Fonseca, casada com Philippe Roiz de Montalto, o autor da carta que o processo contém. Afirma que vivem em Itália, mas, informa, não saber onde. Mentia Tomás da Fonseca. A carta que recebera e que os inquisidores bem conheciam registava o paradeiro do cunhado e da irmã.

Era casado com D. Isabel Coronel, cristã velha, “e he natural de Palencia”. Casaram em Valhadolid, “haverá 25 anos, e estava recolhida no Mosteiro do Santíssimo Sacramento, em Valhadolid, por secular”.

Não têm filhos. Ele fora pai de uma menina que falecera havia 12 anos. Nunca fora preso, nem penitenciado pelo Santo Ofício. Não sabe de parente “dentro do quarto grau que fosse detido, salvo Genevra da Fonseca, sua mea irmã da parte do pai, a qual foi casada com hum fulano Dias, lhe parece que se chamava Gaspar Dias, e lhe parece que foi entregue à Justiça secular, pelo Santo Ofício”. Não podia/convinha ocultar. Batizara-o, na Covilhã, o Padre Gomes da Fonseca, “cura da Igreja de São Pedro”. Na cerimónia do Crisma, na Igreja de Santa Maria, presidiada pelo Bispo D. João de Portugal, fora apadrinhado pelo vigário da Igreja.

Acrescenta que sempre se comportara como cristão. Demonstra-o o conhecimento da doutrina: persignou-se, sabia “o Pai Nosso, a Ave-Maria, o Credo, os artigos da fé e os mandamentos da Santa Madre Igreja, e os da lei de Deus e os Sacramentos da Santa Madre Igreja e os pecados mortaes, os cinco sentidos, as potências da alma e a Salve Regina”.

Começa a depor, negando que se tenha apartado da fé Católica. Assegura que sempre fora cristão. Declara que não celebrara a “Páscoa dos judeus comendo nella pão asmo e o cordeiro paschoal com alfaces agrestes e outras páscoas como a das cabanas com as mais cerimónias (...)” nem o Jejum de Quipur, nem o da Rainha Ester ou os de segundas e quintas-feiras. Também nunca despejara a água que tinha em casa, como ritual mortuário, comia lebre e porco e não sangrava a carne. Na noite de Natal e de S. João não deitava nem mandava deitar “brasa acesa e pedra de sal na água que em casa tinha para beber”.

Desmentia as pessoas que diziam ter praticado, com ele, a Lei de Moisés. Afiança que não jejuava. Interrogam-no ainda sobre a invocação da condição de letrado, de ser “authoridade das Sagradas Escrituras e dos Prophetas, para ensinar a Lei e cerimónias”. Responde que nunca tal disse ou pensou. Admoestam-no que “tome bom conselho e confesse as culpas e em tudo o que disse ou comunicou da Lei dos Judeus contra a Nossa Santa Fé Catholica, do último perdão geral a esta parte”.

Alertam-no que era preferível confessar tudo, antes da leitura do libelo acusatório, para garantir a “misericórdia do Tribunal”. Tomás da Fonseca mantém a palavra: fora bom cristão; reitera que nunca fizera “cousas contra a Fé Catholica”.

O médico resistia; optara por negar tudo. Iravam-se os inquisidores. Certo é que a 21 de janeiro de 1610, ainda não confessara “culpas”.

No labirinto das suas lembranças emergia um mosaico de gentes com estranhas histórias de sofrimento. Calava nomes.

Mandava quem podia, os inquisidores analisam o processo e concluem que:

1º - sendo o réu batizado, obrigado a seguir a Fé Católica, depois do Perdão Geral “passou à Ley de Moysés”.

2º Judaizara com pessoas da sua nação, guardando os Sábados, jejuando, seguindo preceitos dietéticos judaicos, e “o Reo afirmava por ser letrado que entendia nas cousas da Ley de Moisés”. Factos que tinham ocorrido com muitas pessoas. Ocultava o nome dos cúmplices, pelo que, “não merecia a misericórdia que a Santa Madre Igreja costuma dar aos bons e verdadeiros confitentes. Persistia, consideravam, nos damnados erros e heresias...”

Qualificam-no de “hereje, apóstata da nossa Santa Fé Católica, incorrendo em Excomunhão maior e em todas as mais penas em direito contra as semelhantes estabelecidas”. Seria, pois, “relaxado e entregue à Justiça secular”.

Tomás da Fonseca ouve a leitura do libelo. Contesta. Era batizado, crismado, não tem culpas. Pede um Procurador. Indicam-lhe Diogo Gonçalves Ribeiro, João Nunes Rogo e Paulo Feio de Castelo Branco. Ficou o último que aceitou desempenhar a função, a 4 de fevereiro de 1610. Conhecido o teor das acusações, “Thomas da Fonseca diz que esteve muito tempo doente em huma cama onde não comunicou com gente da nação maiormente com as pessoas que entende denunciaram dele, como quer provar, e coarctar sua negativa ad tempus et locum pelo que pede que o Promotor declare o tempo preciso, e lugar em que diz cometer as suas culpas de que he acusado e com isso contrariar”. O texto é assinado por Tomás da Fonseca e por Paulo Feio de Castelo Branco.

Não atendem ao pedido os inquisidores porque pensam que no libelo “estão todas as declarações necessárias bastantissimamente”. (...) Cederam apenas na informação de que as culpas diziam respeito “de dois anos a esta parte, pouco mais ou menos e o lugar foi em Lisboa”.

Tomás da Fonseca defende-se. Argumenta que “elle Reo he homem letrado, douto e também philosopho. E portanto não se pode presumir tivesse erros tão crassos em Nossa Sancta Fé Catholica”. Assevera que fora sempre bom e fiel cristão, cumpria os preceitos católicos. Servia algumas confrarias e fazia festas “como foi o anno passado a festa de S. Sebastião em Santa Justa em que gastou muito do seu; mandara dizer missas por seus defuntos”. Dava esmolas a pobres.

Acrescenta que casara, inclusive, com uma cristã-velha, Dona Isabel, e sempre “suas conversações e tratos eram com gente fidalga e nobre. E não conversava com gente da nação, nem a curava, salvo aquelles em que por rezão de muito parentesco era obrigado a conversar”.

Não jejuava; havia 5 ou 6 anos que “era enfermo de graves indisposições e doenças por rezão das quais não podia jejuar nem estar meio-dia sem comer, e sempre comia carne por ordem dos físicos... quanto mais jejuar o jejum da Rainha Ester três dias...”

Antes de ter adoecido, comia toucinho, lebre, coelho. “E, em doente, por desenfastiar, comia ordinariamente presunto, chouriços, coelho e leitões... sem lhe fazer notável damno. Contanto que tendo alguma melhora foi convalescer a Peniche, a casa do Conde de Autouguia. E laa o festejavam com coelhos das Berlengas por melhores e ele pedir com muita instância o conde os mandava cassar e que não ia láa a outra couza”.

Aos sábados visitava os doentes, mandava trabalhar os criados. Enquanto esteve doente, ficou acamado, sem se levantar. Foi “sangrado muitas vezes, desde todo o mês de outubro tee mea de janeiro, em 1606, em casa só o visitaram pessoas fidalgas e nobres e 3 ou 4 parentes mais chegados”. Escrevera mesmo um “Tratado douto e curioso” que mandou a Frei João de Valadares. Agradecera-lho numa carta.

As denúncias, parecia, perdiam consistência. Prescrevem os inquisidores a indicação de testemunhas para certificarem o que comunicara. Tomás da Fonseca aponta, então, “o conde de Atouguia, a condessa, sua mulher, Dona Joana, a sogra, o conde de Monsanto, o prior de Santa Justa, o cura da mesma Igreja, o Padre Christovão da *Fonseca de Santa Justa*, “o capelão de almas da mesma, D. Henrique Portugal, Frei Ambrósio, religioso mariano em Cascais, o Padre Sacristão dos Marianos, Diogo d’Alfaia, capelão do Bispo, o tesoureiro de Santa Justa, criados...”

Depoimentos das testemunhas indicadas por Tomás da Fonseca

A primeira a depor, na casa do oratório da Santa Inquisição, é Beatriz Roiz, 26 anos, cristã velha, casada com Constantino Carvalho, barbeiro, moradora em Lisboa. Conhecia Tomás da Fonseca, médico, “a quem ella servio dous anos, pouco mais, e de sua casa casou”. Relativamente às questões que lhe foram colocadas, assegura que o médico não guardava os Sábados. Trabalhava e visitava os doentes. Vira-o comer toucinho e presunto e dizia “que o comia para se desenfastiar”.

A 1 de outubro, é ouvido o Padre Fernão Roiz, o cura da Igreja de Santa Justa, homem de 40 e poucos anos. Elucida que conhece Tomás da Fonseca e que “o tinha por caridoso e bom cristão, que curava alguns doentes de graça, e nunca lhe viu coisa por onde perdesse. Era homem letrado e não se lembra de vê-lo confessar mais vezes que na Quaresma”.

Especifica que sabia que era doente e via-o, por isso, poucas vezes na Igreja, na missa, por ele "lhe dizer que era físico e ocupado, que ouvia missa pelos oratórios das casas onde ia curar". Ia à Igreja, na altura das festas ou quando vinha algum "pregador afamado". Esta pontinha de dúvida não faria mal ao médico, há de ter pensado, e... salvaguardava o pavor de morte de causar má impressão?

Confirma, depois, o sacerdote que Tomás da Fonseca financiava festas na Igreja de Santa Justa. No ano anterior tinha feito a festa "do bem-aventurado São Sebastião na dita Igreja à sua custa, e assim também o viu fazer bem aos pobres e a pessoas necessitadas".

Opinião semelhante tem o Licenciado Francisco Correia, prior da referida Igreja. Conhecia o médico "por ser freguês delle..." Tinha-o na conta de cristão e "nunca vira fazer coisa por onde deixasse de ter esta opinião delle". Era letrado, filósofo e homem cristão. Confessara-se e comungara, pela Quaresma. Ouvia missa nos oratórios. Corroborar a informação que fizera a festa de São Sebastião e que "mandava dizer missas da Confraria e que curava algumas pessoas pobres e necessitadas de graça".

O capelão João da Serra, da mesma igreja, lembra mais: quando o médico adoecera, confessara-o por três ou quatro vezes, em sua casa, via-o na missa e pregações. Corroborar a sua participação na festa de São Sebastião e o procedimento caritativo para com pobres.

Constantino Carvalho, barbeiro, casado com Beatriz Roiz, cristã velha, também conhecia o médico; a mulher trabalhara lá em casa e de lá saía para casar. Eram bons cristãos. Tomás da Fonseca era casado com D. Isabel Coronel, cristã-velha, "por tal tida e havida". Diz que tratava com gente nobre e limpa e curava "nas principaes casas da cidade". Era muito doente; esteve por vezes, sangrado e enxaropado em a cama. Fora, entretanto, a "Cascaes curar uma filha do conde de Monsanto".

Outra testemunha foi Margarida Esteves, cristã velha, casada com Diogo Lopes, sapateiro. Era vizinha de Tomás da Fonseca. Também Diogo Lopes, o marido, afirma que o "tivera sempre em muito boa conta ate que o prenderam". Porém, garante: "Nunca lhe vira fazer coisa por onde perdesse esta opinião". Sabia que ia a Cascais curar os filhos do conde.

O Dr. Dom Rodrigo da Cunha ouvia, arrolava esclarecimentos que eram registados. A 14 de outubro, testemunha Pedro Ferreira, solteiro, 60 anos, cristão velho. Apoia a visão sobre o médico. Adianta que ia "convalescer de suas indisposições em Peniche a quinta do Conde de Touguia". Quando estava doente, era visitado por pessoas nobres e "algumas suas parentas".

Catarina Ribeiro fora criada, durante 2 anos e meio, em casa de Tomás da Fonseca. Sempre lhe pagaram o seu serviço. Tinha o médico em boa conta. Era doente

e "comia ordinariamente galinha e carneiro, franguos e perdizes e que também o via algumas vezes, comer um pequeno toucinho e chouriço".

Era aos sábados que coziavam e amassavam o pão, lavavam e limpavam "pera o domingo e não fazião diferença dos dittos sábados dos mais dias da semana".

Que concluíram os inquisidores, analisados os testemunhos de clérigos, nobres, criados? Tomás da Fonseca falara verdade? As testemunhas corroboraram os factos relatados.

A carta de Montalto, palavras esquisitas e não vulgares...

A 25 de maio de 1610, é a vez de António Dias Cardoso ouvir Tomás da Fonseca. O médico insiste que era bom cristão, que haveria 20 anos, tinha estado em Castela-a-Velha, em Salamanca, Madrid e Burgos. Aí não comunicara com ninguém "sospeita na fee".

Pergunta-lhe o inquisidor se tinha recebido alguma carta. Confirma que "recebeo huma carta de seu cunhado, Phelippe Roiz Montalto, cristão-novo, médico, alguns dias antes de ser preso... e que a dita carta se achava entre os papéis que lhe forão tomados neste Santo Officio que elle trazia na sua algibeira".

Sobre o teor da missiva dirá que crê serem queixas pelo facto de ele não dar notícias, e nada mais de importância. Alertava-o para ir para Itália "porque nella viveria mais quietamente".

Interrogado sobre o que pensava do cunhado, a testemunha assevera que "nunca soube cousa nenhuma que pudessem presumir mal dele e sempre o teve por muito bom cristão".

Inquirem se o cunhado saía secreta ou publicamente de Portugal. Publicamente, afiança. Então por que saía, indagam? Elucida que desconhecia a razão, bem como ignorava se vivia noutra lei. Mostram excertos da carta onde leram: "como injusta cousa he que se passe a vida em perpétuo silencio". Adiantam: "Querendo V- M. fazer-me merçe seja em cuberto a Ruy Lopes e Diogo Roiz..."

Eram opiniões e ocultações que soavam a heresia.

Tomás da Fonseca alega ainda que, pelo texto da missiva, era fácil concluir que "não comunicava com o cunhado havia mais de ano e meio..."

Não vale de nada. Acusam-no de querer encobrir a comunicação, porque pela carta se lia que esta "fora da fee de Christo..." Argúi Tomás da Fonseca que não lhe parece que a missiva contenha o que quer que seja contra a fé cristã e que ainda que assim fosse o cunhado podia dizer o que quisesse...

Entendia o cunhado que era "bom para a alma viver fora de inquietações e temores". O sentido, para os Inquisidores, era outro e averbavam: "elle o quer encobrir, e que o mais certo e verosímil era que o dito cunhado o in-

duzia a ir fora deste Rejno e deixar a Fee de Christo Nosso Senhor e seguir a crença de outra Lei”.

Encobrir hereges, como fazia Tomás da Fonseca, significava transgredir os preceitos, já que a sua obrigação era denunciá-los. Não satisfazia, pois, a informação que o médico covilhanense prestava. Admoestam-no, aconselham-no a confessar tudo, a delatar pessoas e a confessar culpas.

Tomás da Fonseca recusa, resiste, reafirma que não tem culpas a confessar.

O segundo libelo acusatório, porém, assusta-o. Qualificam-no de impenitente, e “fautor e encobridor de hereges”. A sentença mantinha-se, era a pior: “seia relaxado e entregue à justiça secular...” e às demais penas previstas para casos similares. Quer defender-se o réu. Pede o Procurador para “segunda defesa”.

Pede, então, para ter acesso à carta. Conclui que, através da missiva, é legível a pequena comunicação que existia entre ele e Montalto. De resto, Pero Roiz seu cunhado partira para a corte “rogado com muita instância do conde de Salinas”. Mas ele podia ter ido para Florença, se quisesse, porque o Grão-duque lhe pedira que se transferisse para a dita cidade garantindo que lhe faria muitas mercês. Prometia fazê-lo Auditor maior de sua neta. Enviara-lhe inclusive o passaporte. Pouco sabia, pois da sua vida, Montalto, quando o convida a ir para Florença. Persevera que a carta não continha nada contra a fé, nem contra a Religião cristã; aceitava, porém, que Montalto “sempre fala por palavras esquisitas e não vulgares”.

Assevera que se era certo que na Itália estaria livre de falsos testemunhos e seria mais livre, discordara que Pero Roiz e Montalto tivessem partido, deixando a Pátria, “podendo cá viver como vivem os bons cristãos...”

Ao contrário, ele sentia-se tão arreigado à terra que, haveria 7 anos, mandara construir umas casas; não o teria feito se tivesse a intenção de sair.

Presumivelmente, a Tomás da Fonseca, de todos os tormentos, o que se lhe afigurava indizível e apavorante era o da errância.

Tenta nova estratégia; protesta dizendo que a letra da carta não era a de Montalto. Interrogado por que razão não declarara a receção da missiva, esclarece que não vira nada “mal soante contra a fé e com a partida da irmã um dia antes da sua prisão...não era possível ter vindo”.

Exigem mais testemunhas capazes de comprovar o que o médico verbalizara. São muitos nomes de gente nobre, de gente ligada aos ofícios. Não deporão todos.

A mentira que há na verdade

Contra Tomás da Fonseca, havia, registámo-lo, testemunhos da gente da nação. Vista a Publicação da Prova da Justiça, o médico decidiu contestar pessoas que o haviam

denunciado. Afinal, tratava-se de “gente infame, baixa e de muito ruim viver. Mulheres públicas e amancebadas em caza das quais entravam todos os homens que quierão ter com ellas illicita conversação”. Inclui neste rol, Isabel Nunes, Ângela de Moura e a tia Gracia Lopes. Também Duarte Barbosa era “homem infame e baixo e alcoviteiro de suas hirmãs e lhe levava homens a casa e consentia que com eles mantivessem ilícitas conversações”.

Concretiza com vários exemplos o que alegara. Em suma, as denunciantes eram “mulheres de ruim viver e que levantavam falsos testemunhos”. Especifica calúnias, invejas, boatos de que fora vítima. Razões de tão grande desamor?

Confessa que Ângela Moura “metera na cabeça que Tomás da Fonseca lhe queria bem”. Caluniaram-no dizendo a Fernão Roiz Nunes que o médico “não hia com bondade a casa de D. Phelippa, sua irmã, mas que hia laa por tratar de amores em huma sobrinha sua com quem gastava muito do seu e dava muitas pessas...” Era o ódio que as movia, esclarece, porque “foram de tal qualidade os ditos, mexericos que o dito Fernão Roiz (...) andou muito determinado a matar a elle Reo”.

Margarida Lopes fugira de casa da mãe com “hum religioso...” Duarte Barbosa também o detestava pelo facto de não querer curar e conversar com as irmãs. Claro que se era necessária uma receita lha mandava, adianta. Para comprovar as afirmações, aponta testemunhas cristãs-velhas, como exigia o Regimento, recrutadas entre todos os grupos sociais: clérigos, nobres, criados...

A 15 de outubro, ouvem Francisco de Almeida, filho de Dom António Pereira de Sousa. Confirma que Ângela Moura, a mãe e irmãs “eram molheres de ruim viver...” Mais, constava publicamente que quando as prenderam “estavam em sua casa homens para o efeito”.

Afiçava, pelo que conhecia de Tomás da Fonseca, que se ia a sua casa era “para as curar e nam para comunicar com ellas cousas da importância da fee”. Sobre Duarte Barbosa, considerava que era “homem de que se nam podia fazer caso...”

Noutro depoimento, de António Pereira, lê-se a confirmação do historial de Ângela Moura, mãe e irmãs.

A 16 de outubro, foi notificada Maria Velloso, “fornejra, que vive no Beco da Cavalaria... Conhecia Catarina Lopes e as filhas e Tomás da Fonseca” por serem seus vizinhos e a curar algumas vezes. Às filhas de Catarina Lopes, ao contrário dos anteriores testemunhos, tinha-as como “virtuosas de bons conselhos e comiam e bebiam todos”.

Fernão Garcia, juiz do capelo de Lisboa, de 40 nos, “cavaleiro fidalgo da casa de El-Rej conhecia Tomás da Fonseca de vista”. Manifesta a mesma opinião da forneira: Beatriz Mendes e filhas eram mulheres virtuosas porque as via na Igreja e ouviam missas e pregações. Viviam

do seu trabalho e faziam costura. Acrescenta, porém, que se dissera que as achava “virtuosas entendja nas cousas da fee, e nam nos costumes”.

Ana de Torres, mulher de Francisco da Costa, alfaiate, amiga de Gracia Lopes e Isabel Nunes, presas na Inquisição, achava-as mulheres honradas e de bom viver.

Juliana Guerra, cristã velha, de 50 anos, atesta que “não diziam bem delas por serem mulheres de mau viver e de roim fama”.

Luís Coelho, de 30 anos, cristão velho, também conhecia o médico que o curara várias vezes. De Beatriz Mendes, filhas e filho, corroborara as informações: viviam desonestamente... O italiano Pompeo Firmini conhecia Tomás da Fonseca, Beatriz Mendes e as filhas. Reitera que Inês Nunes tinha “ilícita conversação com um frade e tinha um filho delle que se criava em caza de sua mãe...”

Antónia da Fonseca, criada de D. Filipa, solteira diz conhecer umas moças que “eram roins molheres de seu corpo”. Sabia, por ouvir dizer, que uma das moças quis abortar e pedira a Tomás da Fonseca, que não satisfizera o pedido, dizendo que “não era homem dessas cousas”. Maria de Aguiar, filha de António de Aguiar, 25 anos, declarou que antes de serem presas considerava-as mulheres honradas; depois ouvira dizer que viviam mal, eram muito “livres no falar e capazes de levantar um falso testemunho e dizer o que nunca se passou”.

Ficariam confundidos os inquisidores? Procuravam a verdade? Os testemunhos dos depoentes convergiam com os do médico.

Moucas e Andorinhas

A 10 de novembro de 1610, admoestam-no de novo: que abra os olhos da alma e confesse suas culpas, declarando a verdade, as pessoas com quem comunicara, para alcançar “mais misericórdia”.

Contra ele voltaram a depor filhas de Beatriz Mendes; reiteram que se encontrava com pessoas da nação e que ensinava a doutrina da Lei de Moisés. Nega Tomás da Fonseca. Pede Procurador de novo. A 12 de novembro conhece as novas acusações, através do Procurador. Defende que Ângela Moura era uma grande inimiga que para o “infamar e desacreditar com huma casa nobilíssima dissera que ele estava amancebado com uma mulher que estava em situação de donzela”. Indica mais testemunhas para comprovarem o que diz.

D. Maria de Távora, mulher de D. Manuel, governador de Angola, “ouvira dizer que umas mulheres a que chamam as Moucas lhe fizeram mal. Sabia que Ângela Moura dizia que Tomás da Fonseca era homem galante...”

D. Catarina da Silva, filha de D. Maria de Távora, sabia que “umas moças chamadas as andorinhas ou as moucas

que estavam presas pelo Santo Ofício tinham dito que se haviam de vingar de Tomás da Fonseca”.

Benta de Andrade, moradora em casa de D. Manuel Pereira, solteira, de 30 anos, ouvira explicar que “Tomás da Fonseca por se apartar da conversação com humas mulheres, e não querer ir a sua casa curá-las, disseram que haviam de fazer todo o mal que pudessem ao dito físico”.

Também Filipa Soares, criada de casa de D. Maria de Távora, confirma as palavras de Benta de Andrade.

Mas de que valeram interrogatórios, registos?

A 15 de abril de 1611, renovam as acusações que existiam no Santo Ofício sobre práticas da lei mosaica. Tomás da Fonseca pede para se encontrar com o Procurador. Esclarece que não tinha amizade com as pessoas que o denunciaram; diz ter fechado uma porta, em sua casa, para impedir que se encontrassem; alugara-lhes a casa onde moravam, mas o facto de ter fechado a porta deixara-as “muito sentidas”. Pediram-lhe dinheiro; recusara. Indica testemunhas para autenticarem o que diz. Os inquisidores não aceitam mais contraditas.

Tomás da Fonseca desiste

A 12 de maio de 1611, o médico começa a ceder. Confessa, então, que haveria 12 anos estivera com Filipe de Montalto, casado com sua irmã, Jerónima da Fonseca. Estavam ainda presentes: João Sarrão, médico, Francisco Lopes, filho de Simão Lopes, cirurgião, e Estêvão Roiz, médico, todos moradores em Lisboa. Residiam, em Itália, na Alemanha, em Hamburgo. Seguidores da Lei de Moisés, acreditavam no Messias, em Deus dos céus; recitavam a oração do Pai-Nosso sem dizer Jesus no fim, os salmos sem o *Gloria Patri*; não criam nos Sacramentos da Igreja. Jejuavam no mês de Setembro, observavam interditos dietéticos judaicos (não comiam porco, lebre, coelho, peixe de pele...).

Casado com uma cristã velha Tomás da Fonseca pedia que não ingerisse esses alimentos, por fazerem mal à saúde. Também era por causa da mulher que não vestia “camisa lavada aos Sábados”. Aceita que se declarara seguidor da Lei de Moisés com Beatriz Mendes e as filhas, com Catarina Lopes e filhas, com D. Filipa Nunes, irmãos e sobrinha, Beatriz Pinta. Todos esperavam salvar-se na Lei de Moisés.

Então e o depoimento das criadas que o viam comer toucinho e chouriço..., trabalhar nos Sábados? Confissões arrancadas à força são um jogo... Sai vencedor quem tem o poder.

Declara, então, ter comunicado a mesma crença com Luís Fernandes Serrão, mercador, que “tem duas irmãs freiras, uma no Mosteiro de Odivelas, outra no da Rosa”. Ele convertera-se, durante a estada no Brasil onde aprendera a Lei de Moisés; lastimava que as irmãs fossem freiras.

Conta mais: um dia, estando doente, foi visitá-lo um primo coirmão, Duarte da Fonseca, filho de Gabriel da Fonseca, da Covilhã, irmão de Lopo da Fonseca. Vivia na Covilhã. Isabel Coronel, a mulher, “mandara cozer um pedaço de presunto para lhes dar de merendar. Eles disseram que tinham um negócio de muita importância, e que era necessário acudir a ele de força, e se forão. Quando regressaram, à noite, explicaram a Tomás da Fonseca que tinham saído para não comerem o presunto, porque eram judeus”. Voltaram a visitá-lo passados dois meses.

A 16 de maio, é lido o registo da confissão que fizera; era fiel ao que se tinha passado. No mesmo dia, lembra-se de mais; perante Salvador Mesquita, diz ter falado sobre a Lei de Moisés com Filipe de Montalto, Isabel da Fonseca e Maria da Fonseca.

Sessão de crença

Tomás da Fonseca assegura crer em tudo “o que tem, crê e ensina a Santa Madre Igreja de Roma”. Admite os erros e mostra-se arrependido. A 27 de maio é lido novo libelo acusatório. Antes, ainda lembra Branca Roiz, parente, de 90 anos, que “vive pedindo esmolas”. Fora casada com Manuel Roiz, cirurgião, que vivia na Covilhã; recolhera-a em sua casa e, na altura, declararam-se praticantes da lei de Moisés.

A “justiça contra” Tomás da Fonseca apontava: apartara-se da fé de Cristo, não fizera inteira confissão de suas culpas, encobria pessoas da nação, para as favorecer. Sabia que havia pessoas que andavam apartadas e não as referira. Era, pois, “hereje, impenitente, diminuto e simulado confitente”. A sentença não se alterara. Seria relaxado à Justiça secular e a todas as mais penas previstas no Regulamento do Santo Ofício: excomunhão, confisco de bens, penas espirituais.

Tomás da Fonseca já tinha dito tudo? Pedia misericórdia. Pouco importava a mentira que existisse na verdade que era a pedida. Abandonara o ideal de harmonia entre a consciência e o mundo. Promete acrescentar qualquer lembrança que ocorra. Assina Tomás da Fonseca, o Procurador.

A 1 de junho, confessa que Luís Álvares, Lopo Nunes, médicos, numa visita a Duarte da Fonseca, que estava doente, todos se declararam seguidores da lei mosaica. Não satisfazia a informação. Era pouco, o que confessava.

A 9 de junho, os inquisidores estavam irados. Tinham procedido com muita “caridade”, tinha vindo depor muitas vezes; ameaçam-no que “estava tomado assento para se fazer com elle certa diligência perigosa e trabalhosa...”

Iria à Sala dos Tormentos, decidem. Antes, ainda fala da irmã, Maria da Fonseca, mulher de Duarte da Fonse-

ca, advogado, da filha de ambos, Guiomar da Fonseca, de Isabel da Fonseca e de Catarina Lopes.

Durante a tortura, fala de Henrique da Costa, Catarina Fonseca, Duarte Nunes, casado com Guiomar da Costa, Afonso Dias, irmão de Duarte Nunes, Leonor Henriques viúva de Miguel da Fonseca, parente, Diogo Luís, Tomás Henriques, primo segundo, procurador, Simão Barbosa... todos judeus. Sob tortura, tudo se confessa. Pedem mais. Tomás da Fonseca adianta o nome de Pero Roiz, o cunhado. Não era suficiente. Estivera “atado só com a primeira correa”. É posto de novo a tormento. “Foi assentado na cadeira do polle e o mynistro lhe pos os braços atras na forma costumada, e nelles a correa e com elle se lhe deu a primeira volta e elle começou a hir dando a segunda sendo o Reo em todo o tempo sempre muito amoestado confessasse inteiramente suas culpas sem querer dizer cousa alguma e por parecer que estava satisfeito o assento foi mandado desatar e levar ao cárcere”.

Finalmente! Os inquisidores consideram que confessara tudo e é reconciliado. Condenam-no a cárcere e hábito perpétuo, “confisco de bens, e vai ao Auto da fé de 31 de julho de 1611 para abjurar dos seus heréticos erros, em forma”. É absolvido da excomunhão e deve cumprir penas espirituais. Nesse dia, não assinou. Não pode que o tormento deixara mazelas no corpo, nas mãos. A assinatura do médico, no final dos documentos do processo, só voltará a constar, no termo de segredo e de abjuração.

Sobre a prática médica de Tomás da Fonseca, sabemos que os “principais”, gente nobre e outros o escolhiam pela ciência e o protegiam. O rigor da condenação e o ignorar dos depoimentos de cristãos velhos explica-se por outros motivos. A comunicação com Elie de Montalto obrigava a sentença pesada. A negação de práticas judaicas, a ocultação, enquanto foi possível, do nome de pessoas com quem judaizara... conduziria à fogueira... Era uma estratégia de poder. O suplício trai, a resistência acaba por ruir, o corpo pede o fim da dor. Denunciar causa sofrimento, subverte valores; o torturador sabe-o e a busca da “verdade pela boca do réu” valida a punição.

E as denunciantes? “Moucas e andorinhas, mulheres infames, não serão interrogadas ... pelo mau viver”. As inquirições privilegiam as práticas mosaicas; as denúncias combinam-se, entrecruzam-se e concordam... Enroscadas em discurso inquisitorial foram sentenciadas a usar o hábito penitencial para penarem toda a casta de sofrimentos e miséria. Ninguém se abeirava de gente que vestia o sambenito, que uma montanha de medo rodeava a Inquisição... Foram condenadas¹²... por judaizarem.

Notas:

1- Processo nº 1355 da Inquisição de Lisboa

2- “Notícias Recônditas do Modo de Proceder a Inquisição, a seus presos”, in *Obras Completas do Padre António Vieira*, Lisboa, Sá da Costa, 1968, pp. 23 a 26.

3- Idem, p. 26.

4- Michel Foucault, *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Vozes, 1996, p. 34.

5- Idem, p. 37.

6- Elie de Montalto nasceu em Castelo Branco, em 1567. Pertencia à família Luna de Montalto. Filho de um boticário fora batizado na Igreja de Santa Maria. Era sobrinho neto de João Rodrigues de Castelo Branco - Amato Lusitano. Estudou Filosofia e Medicina em Salamanca. Casou com Jerónima Fonseca, filha de Lopo da Fonseca, físico da Rainha D. Catarina, e irmã de Tomás da Fonseca. Em 1606, *Elie de Montalto está em Paris, e é chamado para curar a aia e irmã de leite da Rainha Maria de Medicis, Leonora Galigai*. O médico verifica que a doente é ansiosa e depressiva. Prescreve-lhe uma dieta, remédios e as melhores foram reais. Reconhecidas, tentam reter Elie de Montalto em Paris. Maria de Medicis não consegue autorização do rei Henrique IV. Abandona a França. Em 1609, o seu nome soa na Inquisição de Lisboa, no processo que abordamos. Montalto escrevia ao cunhado, de Florença; deslocasse, depois, para Veneza. Entre 1613 e 1615, desenvolve uma atividade religiosa relevante. Quando foi possível, regressou a França, e sob a proteção de Maria de Medicis teve tempo e dinheiro para escrever a sua principal obra médica, pioneira, no domínio das doenças mentais.

A obra é publicada em 1614, em latim, e dedicada a Maria de Medicis. Este trabalho adquiriu fama na Europa. Citado por médicos nacionais e estrangeiros, no âmbito da Psiquiatria, mantém-se um ilustre desconhecido, para a maioria das pessoas do país que o viu nascer.

7- *Tornei-me um estranho para meus irmãos – Salmo 68:8-9-11.*

8- *Dilúvio de muitas águas - Salmo 31:6.*

9- *Podem cair mil a teu lado e dez mil à tua direita – Salmo 91.*

10- *Tornei-me um estranho para meus irmãos – Salmo 68:8-9-11*

Dilúvio de muitas águas - Salmo 31:6

Podem cair mil a teu lado e dez mil à tua direita – Salmo 91

A ti nada te atingirá – Salmo 91.

11- D. Francisco Manuel de Melo, *Apólogos Dialogais, Hospital das Letras*, Braga-Coimbra, Angelus Novus, 1999, p. 100.

12- Inês Correia, processo da Inquisição de Lisboa nº 2323.

Processo de Ângela de Moura nº 9642.

Processo de Margarida Quaresma – 4655.

* Professora. Universidade da Beira Interior

EVOCACÃO/MEMÓRIA DE MÉDICOS NOTÁVEIS CONCELHO DO FUNDÃO: PAUSA PARA BALANÇO

*Joaquim Candeias Silva**

Parece que foi ontem. Mas já se passou uma dúzia de anos.

Naquele ano da graça de 2001, num pequeno inquérito informal a populares já idosos, tendo em vista apurar que médicos no passado mais se haviam notabilizado na área fundanense (e em particular em torno da Gardunha), dois nomes me eram consensualmente apontados: o Dr. Francisco Sá Pereira, estabelecido em Alpedrinha, e o Dr. Alfredo Mendes Gil, no Fundão. E acabou por ser esse o ponto de partida para uma incursão exploratória ao nível biográfico, como contributo para uma **História da Medicina na Beira Interior**, a er-
guer um dia, por alguém...

Como acontece com as boas cerejas da zona, de associação em associação, a esses nomes outros foram sendo adicionados em cadeia, por vezes com algum embaraço na escolha do perfil mais adequado para trazer anualmente a este forum, porque as opções nunca faltaram. E foi assim que, ininterruptamente (ou quase), às duas comunicações iniciais se juntaram mais oito, com evocação / memória de uma vintena de médicos no total, a que num caso ou noutro "por contágio" foram sendo avocados mais uns tantos.

Enfim, bastantes evocações foram feitas, bastantes memórias ficaram resgatadas ao esquecimento, muita história foi contada, se bem que muita mais continue por contar...

As evocações / memórias apresentadas

Em jeito de balanço, não só porque me pareceu útil esta pausa para reflexão sobre o caminho andado, mas também para uma espécie de "sumário" ou inventariação de trabalhos (quiçá como amostragem para um eventual anteprojecto de edição compilativa), aqui fica uma síntese muito esquemática das comunicações produzidas até ao presente.

- Início da série em **2001**, 1.º artigo, com publicação nos *Cadernos de Cultura* n.º XVI de 2002 – **Dr. Francisco Sá Pereira**:



Fig.1 - N. Peraboa, 1902 – m. Alpedrinha, 1990 Médico de clínica geral, com especialização em estomatologia. Grande benemérito, com relevante obra social e de equipamento cultural e desportivo a favor da vila de Alpedrinha. Um seu filho, Luis Sá Pereira, seria também distinto médico no Hospital de S. Bernardo, em Setúbal.

- Continuação nos anos seguintes, 2.º artigo, *Cadernos* XVII, de 2003 – **Dr. Alfredo Mendes Gil**:



Fig.2 - N. Silves, 1893 – m. Fundão, 1971 «A medicina como sacerdócio»; «O pai dos pobres»; Notável acção cívica, com algumas incursões políticas (republicano e antifascista, presidente da Câmara Municipal do Fundão e de outras instituições).

- Continuação, 3.º artigo, *Cadernos XVIII*, de 2004 – **Prof. Doutor D. Fernando de Almeida**



Fig.3 - N. Fundão, 1903 – m. Lisboa, 1979 Médico especializado em obstetrícia, depois professor universitário, publicista, historiador, arqueólogo e museólogo («A Medicina por vocação e a História por devoção») 50 trabalhos médicos publicados; inúmeras publicações sobre História e Arqueologia.

- Contin., 4.º artigo, *Cadernos XIX*, de 2005 – **Dr. D. Fernando de Almeida (pai)**



Fig.4 - N. Coimbra, 1873 – m. Fundão / Lisboa, 1942 Notável actividade profissional, e não só...» «Merecia um monumento no alto da Gardunha!...»

- Contin., 5.º artigo, *Cadernos XX*, de 2006 – **Dr. José Pedro Dias Chorão**



Fig.5 - N. Capinha, 1853 – m. Fundão, 1928 Médico conceituado, extraordinariamente devotado à profissão na sua área Notável actividade como escritor e publicista, mormente no campo da Medicina.

- Contin., 6.º artigo, *Cadernos XXI*, de 2007 – **Drs. Paulo de Oliveira Matos (1817-1899), Visconde Cândido Albino Pereira e Cunha (1821-1902) e Hermano Castro e Silva (1846-1892)**



Figs. 6, 7 e 8 - Todos com forte e notável actuação regional (embora com exercício em zonas distintas – Fundão, Lisboa e Castelo Branco), os dois últimos também como publicistas.

- Contin., 7.º artigo, *Cadernos XXII*, de 2008 – **Dr.ª Maria Olívia Pessoa Cabral**, seu filho e neto:



Fig.9 - Ela, uma das primeiras mulheres médicas em Portugal e primeira da Beira Interior (n. Fundão, 1870, maior parte da vida passada em Vale de Prazeres (Fundão), m. Alferrarede, 1955), se bem que oficialmente não tenha chegado a exercer.



Fig.10 - Teve continuidade no filho Joaquim António Cabral de Andrade (1900-1970), n. Vale de Prazeres, e no neto João Augusto Cabral de Andrade (1936-1965), cada um notável ao seu modo.

- Contin., 8.º artigo, *Cadernos XXIII*, de 2009 – **Drs. Eduardo d'Almeida Esteves Figueira** (1872-1939) e **João da Fonseca Nabinho Amaral** (1897-1973)



Fig.11 - Para além de fundanenses e do exercício da clínica médica, em sectores distintos, ambos tiveram em comum o gosto pelo Património Cultural e Artístico, com algum pioneirismo



Fig.12 - Deixaram também interessantes trabalhos, o primeiro mais na área arqueológica e o segundo na etnográfica (com ligações ao meio rural).

- Contin., 9.º artigo, *Cadernos XXIV*, de 2010 – **Drs. Jorge Gaspar de Oliveira Rolão** (1783-1833) e **Álvaro de Gamboa Fonseca e Costa** (1881-1971)



Figs.13 e 14 - Apesar de serem personalidades bastante díspares e muito distanciados no tempo, além de excelentes médicos foram ambos alpe-drinhenses muito devotados à sua terra natal e ambos também com um particular «gosto pela escrita», mormente o segundo.

- Contin., 10.º artigo, *Cadernos XXVII*, de 2013 – **Dr. João José de Amaral** e filho **Prof. Doutor João Manuel das Neves Videira de Amaral**



Fig.15 - Natural de Penamacor o primeiro, viveu e faleceu no Fundão (1910-1975), cotando-se como médico distinto e homem de cultura



Fig.16 - O segundo, nascido Fundão (1937) e o único de todos os biografados felizmente entre nós, foi (e é) médico pediatra, professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa e notabilíssimo publicista (ainda activo)

Entretanto, a estes dez artigos mais dois poderão ser acrescentados: um relativo ao **Dr. Francisco António Rodrigues de Gusmão** (1815-1888), clínico beirão e historiador, com relevante acção médica no distrito, mormente na vila de Alpedrinha, e com vasta obra publicada – um «*médico nos caminhos da modernidade*», lhe chamou a Dr.ª Maria Adelaide Salvado [vide artigo nos *Cadernos XXIII*, de 2009]; e o outro relativo ao **Dr. Guilhermino da Cunha Vaz** (1877-1948), médico natural do Fundão

que foi o primeiro a ser escolhido para a presidência do mesmo município sob o regime republicano, também ele com outros parentes médicos [Jornadas de 2010, *Cadernos XXV*, de 2011].



E pelo meio ainda ficaram referências avulsas a outros clínicos, como o **Mestre Bueno** [ou Boino?] **Abolafia**, o primeiro médico de que temos notícia no Fundão, com carta de físico no longínquo ano de 1495.

Algumas considerações finais

De tudo o que fica dito, bastantes comentários poderiam tecer-se. Numa síntese geral e em primeira análise, foram muitos os médicos que no passado serviram o concelho aqui em apreço. Apesar das condições difíceis em que quase todos eles exerceram, fizeram-no na sua maioria com competência, zelo e mérito, dignificaram a profissão e as instituições a que estavam ligados, tornando-se por isso, justamente, merecedores de nosso crédito e da nossa memória.

Focámo-nos, até agora, numa vintena deles. Mas quantos não haverá que também mereciam ser trazidos e historiados? Houve (e há), seguramente, outros. Bastantes mais que terão ficado injustamente protelados, com actuações de excelência nas pequenas terras onde exerceram a profissão, morreram por lá afamados, mas foram ficando com o passar do tempo quase ignorados: tal foi o caso de um médico oitocentista – Dr. António das Neves Carneiro – a que o Visconde Cândido Albino Pereira e Cunha aplicou estes juízos, fazendo publicamente o seu “Elogio Histórico”, e que deixei para futura oportunidade.

Na sua maioria, os médicos estudados eram originários do concelho ou da região. Pertenciam a estratos familiares remediados ou mesmo bem abonados, pois que de outra maneira não poderiam ir para longe tirar os seus cursos. E voltaram. Alguns enriqueceram, à custa do muito trabalho (parece que poucos), outros (quais “João-Semanas”) nem por isso. Quase todos se tornaram figuras

benquistas e beneméritas da vila onde exerceram, com relevante e benfazeja obra social, política e cultural, em benefício da mesma. Alguns dedicaram-se, cumulativamente a actividades diferentes, como a Escrita, a História, a Arqueologia e o Património Cultural. Casos houve até que tenderam a reproduzir nos filhos a «medicina como herança»...

Enfim, concluindo de vez: é tempo de pausa. Haverá, como disse, muitos mais clínicos ilustres, neste e noutros concelhos, a merecer idêntica distinção. A tarefa a que me dediquei fica cumprida. A outros, mais jovens, mais disponíveis e mais capazes, fica o desafio para a prosseguir; isto porque continuo a pensar que esta é uma matéria também relevante e que, enquanto amigos e devotados colaboradores da «*Medicina na Beira Interior da Pré-história ao Século XXI*» e dos seus «*Cadernos de Cultura*», é igualmente nosso dever estudá-la e dá-la a conhecer.

* Doutor em Letras (História), professor aposentado, da Academia Portuguesa da História

AS ÁGUAS DO TEJO COMO FONTE TERAPÊUTICA E SAGRADA

Maria de Lurdes Cardoso

As águas simbolizam a soma universal das virtualidades. (...) elas precedem toda a forma e suportam toda a criação.

Mircea Eliade, *O sagrado e o profano*

Introdução

O recurso à água como meio terapêutico, talvez seja o meio de cura mais antigo da Humanidade; no entanto, Hipócrates também associava certas doenças à utilização de “águas pantanosas e estagnadas” (Lourenço Marques, 1999).

Na Grécia Antiga, em Epidauro, junto a nascentes de águas límpidas, a fontes *sagradas* e a bosques tranquilos de grande beleza, Asclépio, o deus da medicina, diz-se que foi onde aprendeu a arte de curar, praticando-se no seu templo uma medicina essencialmente de carácter religioso e sacerdotal.



Fig. 1 - Asclépio (Museu Nacional Atenas - Grécia).

A partir do século VI a. C., numerosos templos dedicados ao culto de Asclépio, as Asclepiadas, espalharam-se pela região mediterrânica e, segundo Tavares de Sousa (1996), além do santuário, da fonte e do bosque, havia também o *abaton* onde os pacientes dormiam o sono (*incubatio*); durante o *sonho profético* (tradição

muito antiga que veio, provavelmente, da Assíria e do Egipto) esperava-se que o próprio Asclépio viesse curar ou então que os sacerdotes interpretassem as suas instruções e os pacientes recuperassem a saúde.

Os templos da Antiga Grécia começaram a ser edificados em Roma (em 292 a. C.), concretamente na Ilha Tiberina mas, posteriormente, tornaram-se conhecidos e acabaram por erguer-se por todo o império romano como culto de Esculápio (vocábulo latinizado de Asclépio). No actual território português, encontram-se vestígios da sua influência nomeadamente em Alandroal, Miróbriga, Lisboa, Braga (Rasteiro, 1999).

As Termas eram consideradas “a luxuosa voluptuosidade romana” (Xavier da Cunha, 1999). Havia banhos privados nas casas dos poderosos mas também os havia públicos nos quais patrícios e plebeus se banhavam lado a lado, admitindo-se, gratuitamente, todas as classes. Os banhos públicos eram uma expressão da *socialidade romana* já que, como instituições, não surgiram só por motivos religiosos ou por intuitos médicos terapêuticos mas, principalmente, para o bem-estar pois o prazer da vida era realmente o seu objectivo.

Segundo Jorge Alarcão (2004), as Termas revelam a *maturidade urbana* dos romanos em termos de Arquitectura, mostrando a maior importância atribuída à magnificência e às dimensões do lugar comparativamente aos edifícios dos Foros ou dos Templos.

Em Portugal, o valor terapêutico das águas termais parece ter sido logo reconhecido pelo nosso primeiro El-rei D. Afonso Henriques para curar os seus males, tendo concedido (em 1152) foral à *Vila do Banho* cuja origem toponímica é derivada de *balneum*; assim se chamava, então, às Termas de S. Pedro do Sul, situadas na margem esquerda do rio Vouga, sendo que o nome do santo padroeiro – S. Pedro – confere um carácter *sagrado* às suas águas.

Em 1985, escavações arqueológicas permitiram a des-

coberta de fustes e de capitéis de grandes colunas jónicas de um templo romano, com várias piscinas, sendo uma exterior, junto do actual e renovado *Balneário D. Afonso Henriques*.

A propósito de Balneário, a investigadora Maria Adelaide Salvado (2012) refere que no sítio de S. Pedro de Vira-Corça, em Monsanto da Beira (Idanha-a-Nova), várias nascentes ofereciam aos Homens, em séculos passados, “a pureza e o poder curativo das suas águas”, tendo o Tanque do antigo Balneário sido identificado no séc. XVIII.

De salientar que o primeiro hospital termal do mundo foi fundado no final do século XV (em 1485) pela rainha D. Leonor, nas Caldas da Rainha e, tal como nas civilizações helénica e romana, em que as Termas não se destinavam apenas ao tratamento de doenças mas também, religiosamente, ao culto do ser e ao ritual do recomeço da vida, no Hospital Termal das Caldas, segundo Hipólito Reis (2006), a cura realizava-se em regime interno e começava pela confissão e pelo testamento, ou seja, pela *catarse* (o passado) e pelo *projecto* (o futuro).

Com efeito, a história cristã escreve-se sobre as águas e é simbolizada por ela como, por exemplo, na água do baptismo que está associada à vida e à morte – ao mergulhar nela, morre o *Homem velho* (pecador) e surge o *Homem novo* (lavado/curado de todo o pecado).

No período medieval, a higiene não era considerada um cuidado básico e os banhos públicos, segundo Oliveira Marques (2010), “eram condenados pela ideologia cristã por propícios à devassidão e ao amolecimento dos costumes” mas, no século XVIII, os banhos voltaram a estar na moda, como fonte de saúde e de bem-estar.

O início do estudo científico da Hidrologia portuguesa deve-se a Francisco Tavares, médico e membro da Academia Real das Ciências de Lisboa que, em 1810, escreveu: “Portugal he talvez o pays da Europa aonde, proporcionalmente à extensão do seu território, tem uma maior quantidade de aguas mineraes”.

Todavia, enquanto noutros países europeus o progresso termal se fazia sentir, o território termal português estagnava; apenas em 1892, no reinado de D. Carlos, por decreto legislativo se determinava o aproveitamento das nascentes de águas minero-medicinais e a exploração dos balneários; assim, só no final do século XIX, se desenvolveu o termalismo em Portugal.

Praias Fluviais e Fonte das Virtudes em Vila Velha de Ródão

Atribuímos virtudes à água que são a antítese das dores de uma pessoa doente. O homem projecta o seu desejo de cura e sonha com uma substância compassiva.

Gaston Bachelard, *A água e os sonhos*

No *Aquilégio Medicinal* (1726), primeiro catálogo hidrológico da autoria de Francisco da Fonseca Henriques (1665-1731), médico de D. João V, pode ler-se a propósito do rio Tejo – rio célebre pelas suas águas e áreas de ouro – o seguinte:

(...) Ou porque o ouro lhe largue algumas virtudes, ou por razão de alguns outros metais ou mineraes que no curso da sua corrente se lhe comuniquem parece que tem as agoas do Tejo mays virtudes que as de qualquer outro rio.

(...) Os banhos tomados neste rio são excelentes para intemperanças cálidas, para affectos hipochondriacos e escorbúticos, para dores ictericas e nephriticas, etc, etc, doenças cutâneas como sarnas, enfim, panaceia universal.

Por sua vez, o médico Lopes Dias (1951), na *Separata da Imprensa Médica*, no artigo intitulado *Hidrologia Médica do Distrito de Castelo Branco*, referindo-se aos trabalhos da Repartição de Minas e do engenheiro-chefe da Inspecção de Águas, Luiz Accioiuoli (1940), *Águas de Portugal*, é de opinião que:

“Por efeito de uma remotíssima tradição a medicina popular dos concelhos de Castelo Branco, Vila Velha de Ródão e Niza ainda actualmente recorre aos banhos do Tejo, próximo dos areais desta Vila, no tratamento de furunculoses, inapetências e anemias.

Não é raro, com efeito, que as gentes destes concelhos beirões e de Niza, no Alto Alentejo, ali acorram no verão para tratar frunchos (furúnculos) e inficcionamentos”.

De facto, constam das memórias pessoais da minha mãe, de 94 anos de idade, que, ainda adolescente, começou a ir com outras pessoas do Gavião de Ródão, tomar banho nas águas do Tejo, por um período de 9 a 15 dias, para tratamento de problemas de pele.

Também José Belo (1985), autor de *Benquerenças no espaço e no tempo*, escreve:

Quando pequeno para lá fui com meus pais, em passeio, junto à capela nos instalámos, protegidos do sol e da humidade da noite pelas abas das copas das seculares oliveiras que ali vegetam.

E como nos sentíamos felizes!

(...) alguns iam até ao Porto do Tejo ou à Senhora da Alagada ou à Fonte das Virtudes, passar uns dias e fazer tratamentos; eram pessoas que sofriam do fígado, como diziam, isto é, apresentavam os lábios em ferida, além de outros sintomas.

Uma cantiga alusiva à religiosidade popular e ao poder curativo das águas do Tejo fazia parte do reportório do *Grupo Etnográfico de Danças e Cantares do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão* (Batista, 1999):

(...)	(...)
Ó Vila Velha de Ródão	Ali, à beira do Tejo
Duas coisas te dão graça:	Onde mora a tradição,
A Senhora d'Alagada	Curam-se todos os males
Onde o rio Tejo passa.	Até os do coração!

Sobre os efeitos curativos das águas do Tejo, partilho da mesma opinião de José Belo, que alguns dos sintomas seriam de possível escorbuto e que, para lá dos efeitos benéficos das águas do Tejo, outros factores, como o repouso e a alimentação, favoreciam a cura. Com efeito:

Chegados de descanso e cura, os tratamentos limitavam-se aos banhos diários nas águas do rio ou na fonte tomados de manhã muito cedo e, pelo dia adiante, descansava-se e comia-se.

Como se estava numa altura do ano em que ali havia fruta em abundância (melancias, melões, uvas e figos) a que se juntavam as saborosas migas ou caldeiradas de peixe fresco acabadinho de apanhar, passados alguns dias regressavam a casa com sensíveis melhoras e remoçados de energias para enfrentar mais um ano de trabalho.

Sobre a Fonte das Virtudes, Fonseca Henriques escreveu no *Aquilégio Medicinal* (1726) que:

no monte de Villas Ruyvas, termo de Vila Velha de Ródão (sic), comarca de Castelo Branco, esta huma fonte, a que chamão das Virtudes; e se he pelas que se experimentão na sua agoa, está bem posto o nome. Ela nasce tão quente, que não pode beber-se. O seu mineral he enxofre, que o cheyro e calor o mostrão. Há experiências de que as pessoas que tem sarna a curão lavando-se com esta agoa. Porem não terá só esta virtude pois que os seus banhos serão como os mays sulphureos(...) e servirão para os mesmos usos.

Leia-se também as *Memorias Paroquiais de 1758* (Fernandes, 2005), sobre o levantamento do estado da nação após o terramoto de 1755, realizado sob a égide do Marquês de Pombal junto dos Bispos e Cabidos; estes, através de cada pároco das freguesias de Vila Velha de Ródão (VVR) e Fratel (FRT), obtiveram as respostas seguintes à questão: "se há na terra ou perto dela alguma fonte ou lagoa célebre e se as suas águas tem alguma qualidade especial?"

VVR-Junto à ermida da Senhora do Castelo, da parte sul, nasce um olho de água entre os penhascos da serra, chamado a Fonte das Virtudes, pela muita que dela se tem experimentado. Sua água tem cor de cristal. De inverno vê-se ao longe o vapor que exala pelo calor e no verão é naturalmente temperada. Ali acodem vários enfermos, principalmente sarnosos, que, metendo-se ou lavando-se em qualquer tempo, se purificam de tal enfermidade, apenas com um só banho.

FRT- Há nesta freguesia, distante do lugar a que chamam as Portas de Ródão, uma légua, pela parte de baixo ao fundo da serra de Nossa Senhora do Castelo, junto ao Rio Tejo, um grande olho de água que se chama, por antiguidade, Fonte das Virtudes. Nasce da parte do norte, debaixo de um penhasco e corre para o rio Tejo que fica perto da dita fonte. Nasce esta água sempre muito clara, quente e muito gostosa. Dizem que tem especial virtude para curar feridas, comichões e muitos achaques.

Em 1929, o professor Charles Lepière, director do Laboratório de Química Analítica do Instituto Superior Técnico de Lisboa, assinava o *Boletim de Análise da Água das Virtudes*



Fig. 2 - Boletim de Análise

Por sua vez, Francisco Pinto Cardoso (médico municipal e subdelegado de Saúde), que era um defensor das curas termais (Cardoso, 2011), montou, a expensas próprias, uma instalação experimental na Fonte das Virtudes, a qual dava testemunho do valor terapêutico das águas (Alves Dias, 1995).

Importante é o testemunho de Isabel Rodrigues (95 anos de idade), natural do Arneiro (Batista, 2001):

Há 72 anos fui eu viver para a Fonte das Virtudes, tínhamos arrendado a propriedade. Depois descobriu-se que a água era santa e o Dr Pinto

Cardoso mandou fazer as casas e comprou as banheiras – duas casinhas de madeira (uma nunca serviu e a outra tinha uma banheira branca de esmalte). Ele é que instalou tudo. E começou a vir gente de todo o lado: vinham famílias inteiras e, enquanto os que estavam doentes se tratavam, os mais novos faziam praia no areal. Faziam bailes... faziam barracas com panais, outros dormiam ao ar livre debaixo das oliveiras. Era gente de Nisa, de Lisboa, do outro lado da ribeira, alguns nunca tinham visto o comboio. Primeiro iam à consulta com o Dr Pinto Cardoso e ele depois receitava água que haviam de beber em jejum e os banhos que haviam de tomar. Ainda era de noite e já eu andava a fazer lume e a aquecer a água para os banhos – dois caldeiros de água quente custavam 4\$00, um caldeiro de água morna 25 tostões e um banho frio 10 tostões. Depois de utilizadas as banheiras eram desinfectadas. Isto era só no verão e havia famílias a quem dávamos as nossas comodidades. No fim elas agradecidas mandavam-nos prendas.

De igual modo, em 2012, os testemunhos de duas das suas filhas, residentes em Vila Velha de Ródão, Eugénia São Pedro (80 anos) e Rosa São Pedro (76 anos), recordaram (em entrevistas individuais) algumas das suas vivências na Fonte das Virtudes.

Ainda crianças, iam à lenha para fazer lume que aquecia a água das caldeiras para os banhos. Havia duas casinhas, em madeira, com uma banheira cada uma e, de acordo com a prescrição médica, alguns banhistas precisavam de duas caldeiras de água quente, outros de uma caldeira de água morna e outros ainda precisavam apenas de banhos frios.

Chegaram a ceder as suas próprias camas, cuja palha da enxerga era mudada com palha vinda de Alcária e que os ocupantes pagavam com panos das fábricas do Retaxo e de Cebolais onde trabalhavam, para assim fazerem as suas roupas.

Eram tempos muito difíceis, acrescentaram. Por exemplo, a sua mãe tinha noites em que quase não se deitava pois só acabava de preparar os banhos pela noite dentro e de madrugada, por volta das 4h, levantava-se para voltar a preparar os banhos do dia. Por vezes, a mãe tinha a ajuda da cunhada Ana.

No que diz respeito ao abastecimento de alimentos, era feito pelas povoações de Vilas Ruivas e de Vila Velha de Ródão; contudo, iam praticamente todos os dias, pela linha do caminho-de-ferro, ao Porto do Tejo buscar leite de cabra e, várias vezes por dia, buscar 5 tostões de vinagre, petróleo, sabão, fósforos, etc. etc.

A mãe, que era órfã, dizia que a N. Sra do Castelo era a Mãe dela porque lhe tinha protegido os filhos da morte, debaixo do comboio, pois o caminho mais perto era ir pela linha férrea.

Os banhistas eram provenientes das mais variadas partes do país. Vinham de Lisboa, Coimbra, Sertão, Proença-a-Nova, Portalegre, Nisa, sem esquecer os da proximidade, como os de Vila Velha de Ródão e de Castelo Branco.

Em jeito de conclusão

(...)

Meu corpo de água sal e tempestade
continuamente modelando o sulco
por onde caminhar em remoinho

Sonho de barco em areal deitado
os pés banhados pela débil espuma
e um sol queimando lá ao longe fixo.

António Salvado, *Obra II*

Foram muitos os casos de melhorias atribuídos às águas do Tejo e à Fonte das Virtudes apesar das faltas de condições físicas mas, segundo Hipólito Reis (2006), professor jubilado de Bioquímica, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (que conjugou as suas actividades académicas com as de médico hidrologista numa estância termal), os factores de cura são múltiplos:

- *Gerais* (pessoais, sociais e locais);

- *Particulares* (natureza da água mineral, que arrasta crostas, escamas e secreções de pele e temperaturas altas, cuja acção calmante tem efeito ao nível do eixo hipotálamo-hipófise-suprarrenal e actua na regulação dos processos inflamatórios);

- *Ambientais* (a Fonte das Virtudes estava junto ao formoso rio Tejo e ao geomonumento das Portas de Ródão que nos deleitam com os seus encantos paisagísticos).

Por sua vez, o carácter divino das águas do Tejo tem permanecido desde épocas remotas.

Na primeira página do quinzenário *Portas de Ródão* (83, 25/3/1974) pode ler-se *Um culto ao deus Tejo*, do professor Anatti o qual refere que, nas gravuras rupestres descobertas no leito do Tejo, nos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa, está algo muito difícil de encontrar: “um pouco da alma do homem pré-histórico”.

O Prof. Anatti, cientista italiano, discípulo do abade Breuil e professor em Telavive, está também ligado à estação de arte rupestre Val Camónica (situada perto de

Milão, nos Alpes) e deslocou-se expressamente a Portugal, a convite da Associação Portuguesa de Arqueólogos, com o auxílio da Fundação Calouste Gulbenkian, para estudar os conjuntos de gravuras rupestres que o enchimento da albufeira da barragem do Fratel fez desaparecer sob as suas águas.



Fig. 3 - 1 - Picotagem. Figura Humana ergue uma representação solar. 2 - Rocha 126 do Fratel (Vila Velha de Ródão). 3 - Picotagem. Figura Humana sustenta um veado cuja cabeça é uma figura solar. 4 - Rocha 158 de S. Simão (Nisa).

Sobre as gravuras do Tejo, o Prof. Anatti refere ainda que representam um culto prestado ao deus rio, o Tejo, sendo elas oferendas cuja cobertura, pelas águas do rio, era uma prova da aceitação pelo deus Tejo.

Para o investigador Varela Gomes (1987), nas figuras seguintes estão representadas personagens antropomórficas, sustentando figuras solares que devem reflectir uma espécie de mito ou de culto solar.



Fig. 4 - Vale do Tejo. Margem direita concelho de Vila Velha de Ródão; Margem esquerda, concelho de Nisa.

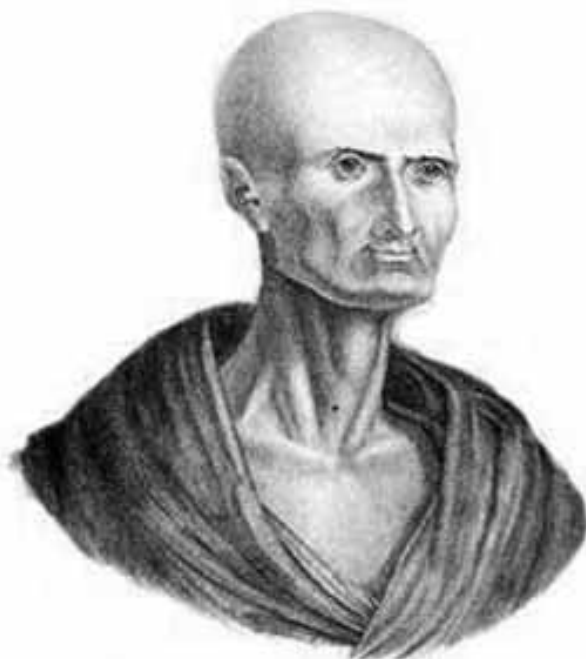
Também a investigadora Raquel Vilaça (2003), referindo-se às mais de 30 000 gravuras da chamada Arte Rupestre do Vale do Tejo, com um longo ciclo evolutivo que se manteve activo por mais de 5 000 anos, acrescenta que *terá sido um gigantesco santuário, polo de congregação das populações de aquém e além-Tejo, nesta zona interior do ocidente Peninsular.*

* Professora Jubilada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Este texto foi extraído de O TEJO: VIRTUOSISMO DAS SUAS ÁGUAS E GENTES (Cardoso, 2013).

O ESTUDO DA HIGIENE NA BEIRA INTERIOR: RIBEIRO SANCHES, JÚLIO MÁXIMO DE OLIVEIRA PIMENTEL E LUÍS PASTEUR

*Aires Antunes Diniz**



Ribeiro Sanches

A Biblioteca Municipal de Penamacor guarda no seu acervo um conjunto de textos sobre Higiene que mostram como este problema foi aqui estudado e debatido. Juntarei estes textos a outros de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, nascido em Moncorvo a 5 de Outubro de 1809, que também estudou química e microbiologicamente este problema, dando o pontapé de saída para o seu futuro estudo académico pela introdução vitoriosa de Pasteur na Universidade de Coimbra, onde este estava marginalizado nos anos 1870.

1 – Sanches, Pimentel e Pasteur

Máximo de Oliveira Pimentel, um homem do interior trasmontano, químico e professor de Química Orgânica, a propósito da polémica entre Pouchet e Pasteur, já em 1862, preocupado com a higiene, nos dava conta de que, a partir de 1858, tinha havido uma renovação ou mudança

de paradigma no campo da ciência biológica com repercussões nas questões da higiene (Pimentel, 1862, p. 591), sendo tal mudança assim definida:

“Querem uns que todos os entes organizados, aqueles mesmos cuja organização é mais rudimentar, aqueles mesmos que, pela sua extrema pequenez escapam à nossa vista, como acontece aos que, vivendo nas águas corruptas, são conhecidos dos naturalistas pela designação extremamente genérica de *infuzórios*, e que apenas podemos descobrir com o auxílio de fortes microscópicos, que todos eles nasçam de outros semelhantes, por gerações sucessivas e oriundas de um ser primitivo da mesma espécie. Segundo eles, cada espécie tem os seus primogenitores, mais ou menos completos. São estes os que seguem a doutrina hoje considerada clássica, e que negam a geração espontânea ou heterogenia.

Querem outros que a matéria orgânica, privada de vida, possa, em condições oportunas, grupar-se convenientemente para constituir um ser vivo, recebendo diretamente das mãos do criador o alento que distingue a natureza viva da natureza inerte.

As numerosas experiências que o sr. Pouchet apresentou para sustentar esta última doutrina, contrapôs o sr. Pasteur outras experiências do mesmo género das quais tirou conclusões opostas. Os dois campos estão ainda em armas, ninguém se mostrou vencido, mas de toda esta campanha resultaram já grandes vantagens para a ciência no estudo micrográfico do ar atmosférico” (Pimentel, 1862, p. 591).

Dava-nos assim notícia do nascimento da microbiologia.

Mais tarde, irá ser no final do seu mandato como reitor que apoia Augusto António Rocha que queria fazer a criação de um gabinete de bacteriologia (Rocha, 1886, p. 8). Este era professor substituto em exercício na cadeira de Patologia Geral e que se correspondia com a Medical Society de Londres e com a Academia Médico Cirúrgica de Madrid, de quem recebia informações sobre a forma de o organizar. É o que na verdade já está a funcionar há alguns anos e foi fundado por este professor, ainda só substituto, que foi desde logo associado à cadeira de patologia geral. Trata-se na verdade da criação de um gabinete de microbiologia que agora, após a morte de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, encontra oposição de Filomeno da Câmara Melo Cabral, algo que antes não haveria como informa pois em 11 de Janeiro de 1884, “a Faculdade cònsua da necessidade de satisfazer às exigências do ensino técnico desta disciplina, resolveu a instâncias minhas representar aos poderes públicos, como de facto representou, pedindo o aumento de réis 1:000\$000 na sua dotação, e designando metade desta soma especialmente para os trabalhos de patologia experimental”, que era a microbiologia. Mas, como o Visconde de Vila Maior morreu, intuímos que foi por este facto que “esta representação houve de renovar-se no ano seguinte” (Rocha, 1886, p. 6)¹.

Contudo, em 1884, mostrando como estava já vencida a resistência dos partidários de Pouchet, constando em 12 de Setembro:

“que os alunos da faculdade de medicina da universidade de Coimbra vão abrir entre si uma subscrição, e convidar os seus colegas de Lisboa e Porto para que os imitem, a fim de fazerem modelar em bronze o busto do grande Pasteur, e oferecer-lho em nome dos estudantes de medicina de Portugal, admiradores entusiasmados do seu talento e dos seus trabalhos, que tanto têm enriquecido a ciência.

Não afixamos desde já a veracidade da notícia, porque estando em férias os estudantes, achamos pouco regular que eles resolvessem o caso sem se reunirem”².

Antes, Ribeiro Sanches, dando já a antevisão dos trabalhos de Pimentel e Pasteur escreverá:

“Pela química se podem indagar as águas, se contêm ou não sais de qualquer natureza que forem: mas sempre ficaremos na dúvida se conterão partículas arsenicais para o conhecimento das quais não temos instrumento certo que as possam indicar” (Sanches, 1756; p. 85).

Em Higiene, sabemos com Pimentel, tudo se liga às ideias de Ribeiro Sanches que conhecia bem os problemas do saneamento das águas pois tinha percorrido grande parte do mundo e sabia que:

“Aquela horrenda epidemia de Bois-le-Duc, em Flandres, foi pela mesma causa, no ano de 1742. Pela química se sabe que logo que se mistura o espírito do sal comum com algum licor podre, vegetal ou animal, que as partículas sulfúreas em um instante se desvanecem depois de uma leve efervescência. Quando a água dose mistura com as águas encharcadas, é verdade que se depura; mas a podridão que tinham se levanta e fica na atmosfera; nesta é que respiram os viventes, e não for ventilada por ventos fortes poderá causar peste” (p. 10).

Permitindo-me falar como economista, também Ribeiro Sanches escreveu:

“Todos os Autores tanto Médicos, como Económicos com Hipócrates, Platner, Columela, e Paládio, preferem as águas das fontes, as águas dos rios, dos poços, e das cisternas, com tanto que nasçam junto dos sítios levantados, em terreno áspero, ou de área; que sejam águas vivas correntes, claras, que cozidas não fiquem nos lados dos vasos a donde ferveram por muitos tempos, nem sarro branco, nem de qualquer outra cor: (para) que fervidas não fiquem com pé no fundo; que não tenham gosto, nem sabor, nem cheiro; sem cor, sem tés³ na superfície: que nela não nasçam insetos, sanguessugas, nem raízes, nem ervas: conhecesse tão bem a bondade das águas pela Saúde dos habitantes; se forem de boa cor, com bons dentes, voz clara, sem ventre túmido, sem males dos rins, são indícios que as águas são boas, e por consequência o Ar também” (Sanches, 1756, p.84).

Informa ainda:

“Conhecemos em Portugal o vento do Sul quente e húmido, por que vem, como aquele do Ocidente por

cima do mar. O vento Nordeste, e do Oriente, por seco e quente, por que vem da terra: mas nas comarcas de Pinhel e de Viseu o vento do Sul é frio e seco; passa este sobre a serra da Estrela, todo o ano coberta de neve, e toma a sua qualidade: assim os ventos terão sempre as qualidades dos lugares pelos quais passarem, varrendo as exalações que deles se levantam” (p. 28).

Podemos ainda através do índice desse livro de Ribeiro Sanches elencar os temas tratados:

Natureza e qualidades do Ar e seus efeitos; Causas da elevação dos vapores e das exalações; Da transpiração insensível; Segunda causa da elevação dos vapores, e exalações; Da podridão dos corpos e dos seus efeitos; Dos ventos e dos seus efeitos; Efeitos da temperatura do Ar entre os trópicos; Dos efeitos da atmosfera alterada, ou podre, no corpo humano; Da influência do Ar corrupto na constituição do corpo humano, e das doenças, que vem a padecer; Dos sítios mais sadios para fundar cidades, e mais povoações; Precauções contra os danos que causam as inundações: meios para preveni-los; Males que causam as águas encharcadas nos lugares onde se cultiva o arroz: meios para remediá-los; Dos bosques e dos arvoredos considerados favoráveis, ou prejudiciais à Saúde. Do interior das cidades, e como devem ser os seus edifícios para a Conservação da Saúde; Da limpeza necessária nas vilas, e nas cidades para conservar o Ar puro; Das qualidades das águas saudáveis, e como se devem entreter os poços, os rios e os portos do mar para a Conservação da Saúde; Da pureza do Ar, e da limpeza que se deve guardar nas Igrejas; Da necessidade de renovar o Ar frequentemente nos Conventos; Da necessidade de renovar frequentemente o Ar nos Hospitais e da limpeza que neles se deve conservar; Considerações sobre as três sortes de Hospitais e suas utilidades para enfermos e bem público; Remédios para emendar o Ar dos Hospitais, corrigir a infeção dos móveis, e dos vestidos; Do Sumo cuidado que se deve ter nas prisões para purificar o Ar nelas; Da pureza do Ar que se deve conservar nas casas; Da causa das doenças dos Soldados; Meios para prevenir as doenças referidas; Meios para prevenir a corrupção do Ar no campo, nos Hospitais, e nas casernas; Digressão sobre a comida, e a bebida dos Soldados; Do ócio, e do exercício dos Soldados; Da limpeza, do asseio, que deveria observar o Soldado; Da corrupção do Ar dos Navios, dos meios para preveni-la; Precauções para impedir a corrupção do Ar dos Navios, dos alimentos, bebidas; Métodos para conservar o Ar puro dos Navios à vela; Situação e estado da Saúde dos Marinheiros, e dos Navegantes no Navio a vela; Meios para ocorrer a esses males; Considerações sobre os Terremotos, com notícia; Considerações sobre a causa dos Terremotos;

que se sentiu na Europa, África, e América desde 1 de Novembro de 1755.

Desta forma sabemos que o ar e a água são elementos essenciais na preservação do ambiente saudável nos diversos lugares, onde decorre a vida humana como são as ruas, as igrejas, os navios, os hospitais, casernas e demais lugares. Estamos assim perante a higiene como elemento essencial para a conservação da saúde dos povos.

Também os princípios de higiene e educação para a conservação da saúde defendidos por Ribeiro Sanches, que os tinha aprendido e investigado na Europa, através de médicos prestigiados no ensino da medicina, assentavam fundamentalmente na construção de uma estratégia de conservação da saúde. Circulavam por isso em livros-base do ensino da medicina onde os podemos encontrar. Era o que resultaria no reforço moralizador do Estado, que não se restringia à Europa, mas se estendia ao Brasil e a África, como vemos em Sanches (1757), mas aqui quase só através da defesa da saúde dos escravos. Era onde a puerícia era um elemento conformador das atitudes de preservação da saúde que imporia um comportamento adequado das mães. Este seria estendido aos pais por força de uma nova moral sexual (Abreu, 2010).

Será este o ponto de saída do estudo que vou aflorar na continuidade do estudo que apresentei no ano passado em Lisboa sobre “Ricardo Jorge e a Medicina Brasileira”, no 1º Encontro Luso-Brasileiro de História da Medicina Tropical, realizado no Instituto de Higiene e Medicina Tropical (Diniz, 2012).

De facto, Maximiano de Lemos, em 1881, analisou criticamente os muitos livros que influenciaram a nossa produção em medicina e farmacologia, afirmando que “a higiene é uma das partes da medicina mais cultivadas entre nós no século XVII. Abundam os tratados sobre epidemias mas, independentemente destes, muitos outros trabalhos se devem à pena de médicos portugueses” (p. 107). É o que logo a seguir desdiz quando escreve: “São pouco numerosos os livros de higiene publicados, mas o merecimento de alguns supre perfeitamente a deficiência do número que acabamos de acusar” (p. 135), voltando por isso a falar dos livros de Ribeiro Sanches, o que faz com demasiada brevidade, citando numa edição muito antiga, que é a de 1756, seguida da de 1757, o “Tratado de conservação dos povos” (p. 138).

Estávamos então nos primórdios da medicina moderna e no decurso desta evolução surge como higienista Ribeiro Sanches, um homem da Beira Interior (p. 112).

Confirma esta nossa intuição, a leitura de um extrato *Tratado da conservação da saúde dos povos* acerca “Dos sítios mais sadios para fundar cidades”, onde estudava a influência da boa localização das cidades onde os ele-

mentos que a podiam tornar pouco ou nada sadias eram os ventos e as águas, tornando importante a boa localização das localidades nas montanhas, fazendo-nos lembrar na sua argumentação a boa localização de Penamacor e da Guarda, embora indique claramente Coimbra como um lugar sadio, dizendo que “se alguma vila ou cidade tem a fortuna de ficar isenta das inundações, seria a mais bem situada a que estivesse virada para o Oriente e Sul, como está Coimbra, e o rio ficasse do mesmo lado. Os ventos Norte e do Oriente dissipariam os vapores dela sem jamais ofenderem gravemente os habitantes” (p. 7).

Também recorda da sua vivência na nossa Beira que:

“Os caçadores da comarca de Castelo Branco no tempo da quaresma não deixam de caçar coelhos e perdizes, e para conservá-los, os assam quase a metade, e os metem dentro de talhas de azeite: fica esta forte de carnes fresca por muito tempo. M. Deslandes, já citado diz que os Ingleses levam a Índia oriental carne fresca metida em talhas de azeite” (p. 229).

Também a influência de *Boerhaave*, mestre de Ribeiro Sanches, passa para os Estatutos de 1772 da Universidade de Coimbra já que no currículo do ensino médico se incorporam as suas ideias. São as que só 50 anos depois deixam de estar. É o que sabemos em 16 de Dezembro de 1822 através de uma resolução d’ “as Cortes (que) considerando que não subsistem ao presente as principais razões, por que os estatutos da universidade de Coimbra, obrigaram os estudantes de medicina a frequentar como preparatório o terceiro ano matemático, decretam o seguinte:

Art. 1.º Os estudantes que se destinam a frequentar os estudos de medicina na universidade de Coimbra, não serão obrigados de ora em diante ao estudo das disciplinas do terceiro ano matemático.

2º Ficam revogados os estatutos da universidade, e quaisquer resoluções posteriores, na parte em que são contrários a este decreto.”

Justifica esta proposta João Vitorino que em relação ao art. 1º argumentou:

“Este projeto é tão justo, que nenhuma discussão merece. A medicina é uma das ciências que mais tem sido influída pelas diferentes seitas dominantes nas épocas da sua história. A medicina química foi a moda em alguns dos séculos passados, e tornou há poucos anos a sê-lo. A medicina elétrica explicou, quando este ramo da física brilhava, por ele, todos os fenómenos médicos. A medicina animal foi a dominante, e o torna a ser o mesmo, enfim, aconteceu também pelo seu turno à medicina mecânica. *Keil*, *Borelli*, *Wintling*, e outros

não viram no homem movimentos senão os provenientes destas leis. Quando os estatutos da universidade se fizeram, quem ignora que esta medicina mecânica tinha sido posta em estado de muito engenhosa verosimilhança pelo agudíssimo, e profundo *Boerhaave*? Eis aqui o fundamento da obrigação que se impôs aos médicos de estudar foronomia. Mudaram as ideias, e as circunstâncias, e eles foram escusos deste estudo desde 1780 a 1809, se me não engano: tempo em que se lhes tornou a impor, sem uma causa conhecida, a não ser o apoio que ela presta às ciências filosóficas, e o que pode ajudar a meter em método o entendimento. Porém como os estudantes médicos nos outros preparatórios têm quanto lhe é suficiente para encher estes dois fins, julgo perfeitamente escusado mais este ano de foronomia, e por isso voto por todo este projeto, sem demorar um instante a discussão.

Pôs-se a votos o artigo, e foi aprovado, assim como o artigo 2º⁴.

Esta constatação justifica que façamos agora uma leitura de alguns livros existentes na Biblioteca Municipal de Penamacor para situarmos a forma como o Interior, onde vivemos se sintonizou com o mundo global da medicina.

2 – Higiene e Puericultura no alvorecer da República

A prática da Medicina passa também pela Higiene como meio tanto de prevenir como de erradicar doenças. Não admira que no alvorecer da República, logo em 1913, um jovem médico que enquanto estudante foi jornalista, faça um *Manual de Higiene e Terapêutica* que encontrei nesta Biblioteca. Chama-se este jovem médico João Cândido da Silva Bacelar, datando o seu trabalho de XXIV de VII de XIII, ou seja de 24 de Julho de 1913. É um trabalho cujos ensinamentos prévios são uma sequência de conselhos de diversos autores. Era filho de António José da Silva Bacelar e Maria do Carmo e pai de Maria do Sameiro, Maria Celeste, Maria Esperança e Maria Florzinda⁵, natural de Cervães, concelho de Vila Verde, distrito de Braga, tendo terminado o curso no ano letivo de 1911-1912, com a classificação final de suficiente: 13 valores⁶.

Este livro é prefaciado pelo Dr. Gaspar Fernando de Macedo, que é médico em Braga, Prado, datando a sua recomendação de 15 de Junho de 1913. Serve-se de 25 anos de trabalho no exercício da medicina na obstetrícia e pediatria para recomendar este trabalho. Acompanha-o a médica Leonor Amélia da Silva, que também o prefacia. Esta trabalha no Dispensário de Crianças e é subdelegada de Saúde do Porto, datando o seu texto de Março de 1913.

Assim, como ainda lhe falta experiência profissional todo o livro tem muitas referências bibliográficas, onde

refere alguns casos práticos. São quase sempre escolares ou que ocorreram na sua vida pessoal nos lugares vizinhos à sua residência familiar, já que o chamaram a intervir nalguns partos. Trata-se de algo que é justificado pela sua pouca experiência após a sua formatura em medicina. Tinha passado só um ano. Queria mostrar o que sabia sobre um tema de crucial importância social e higiénica. Tem também muitas preocupações com as gralhas, fazendo uma errata com quatro páginas e agradecendo aos colegas que o ajudaram a encontrar tantos erros, dando uma bicada “aos que não estão habituados a ponderar que também se enganam” (Bacelar, 1913, p. 152). E no exemplar que entretanto comprei, oferecido a um amigo está a prova de que procurava corrigir tudo, numa ânsia obsessiva, pedindo a todos correções para ganhar dinheiro e fazer com ele a publicação a grande obra da sua vida.

Agora, Cândido Bacelar tem neste livro como objetivo a “Educação e Instrução das Candidatas ao Noivado e à Conceção”, dando-lhe conselhos úteis para que se libertem das curandeiras. Por isso:

“Estes e numerosos preceitos d’higiene maternal e infantil, geral e especial, que tenho vulgarizado incessantemente no jornalismo do meu país, para enriquecer a ciência popular e abolir os erros que a empobrecem, ridicularizam e inquinam, creio serem úteis a todos os que por eles se guiarem e agradáveis a quem visa libertar as gerações vindouras, das garras da morte prematura, ou duma velhice atormentada, causada esta pelos erros dos adultos e aquela, por se não evitar os três grandes inimigos das criancinhas: o frio, a má alimentação e a falta de limpeza” (Bacelar, 1913, XXVI-XXVII).

É aí que nos surge a influência de Pasteur a partir da referência à seringa de Roux (Bacelar, 1913, pp. 4-5), que devemos identificar com Pierre Paul Émile Roux⁷, um investigador com imensa produção científica, que trabalhou com Alexandre Yersin, tendo o soro com o nome deste último sido experimentado por Câmara Pestana no combate à Peste no Porto em 1899, onde estiveram representantes do Instituto Pasteur⁸, como conta Carlos Belo Morais em 1899

Lido o livro, centro a minha análise no capítulo XIV, que dedica à puericultura como prática de higiene na obstetrícia e pediatria, que aqui é feita tanto numa perspetiva médica como de pedagogia social. É o que decorre também da tradição médica luso-brasileira tal como foi descrita por Abreu em 2010 e onde Ribeiro Sanches como higienista é personagem central. É onde escreve:

“Ao entrar neste capítulo, devo declarar que não pretendo desenvolver, mas apenas resumir os socorros higiénicos e terapêuticos, que na prática corrente de-

vemos prestar às crianças, na guerra das enfermidades, que em tão tenra idade, são mais frequentes.

A *puericultura* deve dividir-se em 3 partes:

I – P. Preventiva.

Esta consiste na escrupulosa seleção, mais ou menos secreta e rigorosa, dos progenitores, antes de procederem à fecundação.

Para evitarmos as principais causas da degenerescência da nossa espécie, que são: - a sífilis, o alcoolismo, a tuberculose, o onanismo e o deboche, as intoxicações, a consanguinidade mórbida, etc., dever-se-ia a uma incansável propaganda, em favor da intervenção do médico, no matrimónio civil e religioso.

O *puericultor* deve atender, para permitir o casamento, à presença ou ausência de taras ou estigmas hereditários, como: - o raquitismo, a alienação, a tuberculose, a sífilis, a gota, as escrófulas, o cancro, a epilepsia e o herpetismo crónicos, etc.

II – P. Intrauterina

Esta diz respeito aos cuidados de que devemos cercar a mãe (terreno) e o fruto (semente), que ela traz no seu seio, para que ele saia um ótimo elemento de luta, contra as majestosas tempestades da vida difícil do meio ambiente.

Segundo Pinard, os poderes públicos devem intervir na gravidez, sob o ponto de vista humanitário, facilitando a vida às grávidas, durante os três últimos meses que precedem o parto, para proteger o feto do sexto ao nono mês e para que por esta forma aumente a população e o vigor da nossa espécie, bem digna de melhor sorte do que a atual, que é cheia de incertezas e adversidades.

A este respeito, devo acrescentar que o congresso de Obstetrícia e Pediatria (Nantes, 1901) convidou o governo a decidir-se sobre este assunto, despendendo algum dinheiro em tão santa cruzada e para isso lembrou-lhe, que «toda a mulher grávida tem direito à assistência necessária, para se encontrar nas condições higiénicas indispensáveis para que ela e seu filho, nos três últimos meses da gravidez e no que segue o parto» se achem em boas condições mesológicas.

Este movimento que já conta 30 anos é novo em muitos países:

Em 1875, já a Suíça promulgava a lei federal de 23 de Março, iniciando esta campanha, que foi secundada pelos alemães em 1890.

Julgo que desde então, se dá 50% a 60% do salário da puérpera, durante o tempo preciso para se resguardarem antes e depois do parto.

A propósito das *leis do trabalho* das grávidas e dos menores, *dizia eu* há perto dum ano num grande diário da cidade do Porto, que – aos *menores* e às *grávidas*, deviam ser regulados pelo médico-higienistas, todos os

trabalhos a que os primeiros se devem habituar, para aprender a lutar pela vida; e as segundas se têm de entregar, para serem úteis e agradáveis, ao mesmo tempo à família e ao feto.

Criminosamente se esquecem estes apelos aos poderes públicos, feitos por muitos sociólogos e secundados por admiradores sinceros de todas estas campanhas, no número dos quais tenho feito por tornar-me digno de poder ser incluído eu também! O atual regímen, tem uma lei de «Proteção à Infância», já publicado no *Diário do Governo*,⁹ e oxalá que ela beneficie em breve, o maior número possível de infelizes.

III – P. Extrauterina

A base dela, está bem estabelecida pela médica D. Leonor Amélia da Silva, quando no Dispensário das Crianças do Porto, começou a sua propaganda junto das mães, por estas palavras: «quanto mais água, menos remédios».

Esta ocupar-se-ia dos cuidados a ministrar aos recém-nascidos e à criança de peito para que ela cresça, se desenvolva e robusteça, a ponto de não ser eliminada da grande batalha da luta contra a morte.

Depois do nascimento das crianças, se isso se impõe, reanimemo-las como digo adiante sobre a «Morte aparente». Antes de ligarmos o cordão, procederemos ao tratamento *profilático* contra a *oftalmia* gonocócica, ou conjuntivite purulenta, que aparece às vezes no segundo ou terceiro dia do recém-nascido.

Conviria que nos últimos três meses da gravidez e mesmo durante o trabalho, mandássemos às leucorreicas e às blenorragias fazer uma desinfeção rigorosa das vigias genitais. Mas, como nem sempre isto acontece, devemos logo que a criança transpõe a vulva, instilar-lhe em cada olho, uma gota do seguinte colírio:

Protargol.....5 deg. (a 1 gr.)

Água destilada ...10 gr.” (Bacelar, 1913, pp. 116-119).

Seguem-se depois o resto de conselhos sobre puericultura.

Convém aqui referir o trabalho do Padre António Oliveira na Proteção das Crianças como parte da Higiene Social em que tanto trabalhou. Fê-lo experimentando, pensando e adaptando as teorias pedagógicas da Escola Nova para que este processo de Higiene Social fosse também um processo de Educação para a Saúde (Diniz, 2006).

É o que Cândido Bacelar mostra na referência que faz à Tutoria de Infância, articulando-a com o papel do médico obstetra e pediatra, que deve ser um higienista.

Tudo parece estar sintonizado com a ideia de higiene como elemento fundamental da vida social, que agora

se torna uma esperança social, onde a mulher e a criança são a preocupação fundamental, concluindo:

“Perante a criança sã, nunca nos esqueçamos do célebre preceito: é melhor prevenir do que me remediar. E com a criança doente, atendamos sempre às indicações e contraindicações terapêuticas e patológicas, nunca desprezando o clássico e defensável aforismo: Há doentes, não há doenças” (Bacelar, 1913, p. 147).

3 – Higiene como disciplina científica nos trópicos

José Augusto de Magalhães tem na Biblioteca de Penamacor dois exemplares do seu livro de 1921, que tinha publicado no Porto. Era português de nascimento e tinha-se formado em Medicina na Faculdade de Medicina da Baía, defendendo a tese *Deontologia Médica e terapeutica*, sendo responsável pela instalação em 1917 do primeiro aparelho de raios X no Hospital da Beneficente Portuguesa. Pouco depois após ter sido nomeado cônsul de Portugal em São Paulo, faz a doação da sua biblioteca à recém-criada Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (Miranda e Abreu, 2011).

Corrigindo o texto atrás citado, em que informa que não era membro da Academia Nacional de Medicina por não viver no Rio de Janeiro, sabemos que neste trabalho publicado em 1921, momento em que já era membro da Academia Nacional de Medicina, afirma a propósito da necessidade de preservar a qualidade do solo, que “neste sentido tornaram-se verdadeiramente célebres e convincentes os importantes estudos do grande higienista português Dr. Ricardo Jorge, que, em belíssimas conferências, pronunciadas em 1884, nos transmitiu, através de uma forma que encanta e seduz, verdades e preceitos higiénicos, que vêm iluminando, desde aquela época, com a luz fixa e brilhante que só possuem os astros de primeira grandeza, toda a higiene da pátria dos nossos maiores” (pp. 26-27). Falava dos textos publicados por Ricardo Jorge referentes às Conferências feitas em 1884 e que lhe tinham aberto o caminho da investigação em Higiene (Jorge, 1885). Repare-se Ricardo Jorge conhece bem a obra de Ribeiro Sanches, seu antecessor nesta investigação sobre Higiene (Jorge, 1907).

Mostrando o prestígio de José Augusto de Magalhães no Brasil, este livro é prefaciado por Afrânio Peixoto, que era professor de Higiene na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, faculdade que cursou a par da Faculdade da Baía, onde também Afrânio Peixoto se formou. Mostrando a sua competência e empenho na investigação foi um dos correspondentes de Adolfo Lutz (Benchimol, Magali, Becker et alii, 2003), que “foi o primeiro cientista latino-americano a estudar e confirmar os mecanismos

de transmissão da febre-amarela pelo *Aedes aegypti*, uma espécie de mosquito que é um reservatório natural e vetor dessa doença. Lutz foi o responsável pela identificação da blastomicose sul-americana. Sua dedicação à saúde pública fez com que lutasse e pesquisasse sobre várias epidemias de diversas regiões do Brasil, como a cólera, peste bubônica, febre tifóide, malária, ancilostomíase, esquistossomose e leishmaniose.

Outras de suas maiores realizações foram seu pioneirismo sobre a Entomologia Médica e as propriedades terapêuticas das plantas Brasileiras. Como zoologista, ele descreveu várias novas espécies de anfíbios e insetos, como o *Anopheles lutzii* (uma espécie de mosquito)¹⁰.

Neste trabalho de José Augusto de Magalhães marca presença Ricardo Jorge, sintonizando-o com o trabalho de Lutz. Trata-se da publicação em 1884 de *Higiene Social Aplicada à Nação Portuguesa* em que lançou uma nova perspectiva de abordagem da saúde pública em Portugal, “o que o guindaria numa importante carreira de higienista e investigador, com larga influência nas políticas de saúde em Portugal”¹¹.

José Augusto de Magalhães era então professor de Higiene da Escola Prática de Comércio do Pará e professor honorário da Universidade de Manaus, onde a higiene era fundamental para a concretização do progresso económico, levando-o a comparar os climas escandinavos com os tropicais quanto ao solo e a água. Estuda aqui em particular o papel do mosquito, listando o carapanã, muriçoca ou anofeles e stegomyia como transmissores (p.33) e ainda o ar. Por essa razão Afrânio Peixoto sublinha “o valor económico de todas as medidas sanitárias” que ele frisou sabiamente (p. 9).

Nota-se aqui a influência de Ribeiro Sanches quanto à escolha dos lugares para novas cidades que este tratou em *«Tratado da conservação da saúde dos povos*, que é algo fundamental num país como o Brasil que está a crescer e para isso cria continuamente novas cidades. Por isso, define Magalhães a “higiene como a ciência que tem por fim defender a saúde, e aumentar no organismo os elementos de resistência às doenças”.

Estamos assim no campo da defesa sanitária que muito deve a Pasteur “que revelou o papel importante que cabe aos vários gérmes microscópicos na produção de infeções, (e assim) entrou a Higiene em nova e brilhante fase relegando, para um plano muito inferior, as teorias dos miasmas, das diáteses, do mefitismo e semelhantes” (p. 16).

Dando vários exemplos que retira da história da medicina brasileira e do seu papel na viabilização económica de diversas regiões como a Amazônia, permitindo o desenvolvimento da sua agricultura, assim como a abertura do canal do Panamá, refere que as atividades económi-

cas não podem florescer enquanto o paludismo dizimar populações, “a ankylostomiase inutilizar, na infância, as superiores qualidades do adulto, o álcool e a sífilis minarem o futuro da raça e a lepra nos fizer tremer de receio com a sua permanente ameaça” (p. 19). Trata-se de educar com disciplina as novas gerações que se aproximam do ensino profissional, jovens de ambos os sexos, afirmando que a higiene como disciplina médica reabilita cidades, regiões, países e continentes, tornando-se um elemento de preparação de uma sociedade global cada vez mais humanizada porque saudável em toda a orbe.

Por isso, Magalhães defende medidas variadas de higiene para não permitir que o solo contaminado por doenças não prejudique a vida humana. Prossegue por isso a defesa da potabilidade da água, dando conselhos para a sua purificação através da fervura e filtragem (p. 32). Alerta-nos para a necessidade de desconfiar de água que parecendo cristalina alberga inúmeros gérmes de doenças, assim como a diferentes temperaturas tem propriedades terapêuticas que exemplifica. Faz-nos isso lembrar os conselhos de Ribeiro Sanches.

Tal ideia é confirmada quando fala do papel do ar e da necessidade de nas cidades existirem jardins que são os pulmões daquelas, assim como defende que a existência das florestas é benéfica para a vida humana pela ação da clorofiliana das plantas. Não se esquece da alimentação para frisar que “a fórmula alimentar para o Norte do Brasil, e mesmo para o Sul, na estação quente, ainda está por estabelecer”, censurando por isso a importação acrítica de “todos os hábitos e costumes, inclusive a alimentação e o vestuário” (p. 50), vai por isso propor por a sua aculturação e adaptação ao clima amazónico. Fá-lo através da análise das qualidades dos alimentos, onde a endocrinologia se torna um elemento precioso para o “estudo completo da função das glândulas internas” (p. 54), permitindo o posterior estudo racional dos regimes alimentares que liga aos temperamentos, entre os quais o artrítico. Estuda por isso a relação entre os regímenes alimentares e as profissões, procurando determinar qual é o mais adequado a cada uma destas no que integra a fisiologia para o fazer.

Mais tarde censura os médicos que de forma pouco higiénica adotam nas visitas aos doentes um vestuário desapropriado e transmissor de doenças, revelando assim comportamentos pouco científicos (p. 114-119).

Quanto à tuberculose não faz diferença entre a sua ocorrência em meio tropical ou temperado, embora frise o papel dos raios X na revelação da sua presença (pp. 61-64). No caso particular da tuberculose afirma ainda que “o clima e a natureza do Brasil afastam de nós as duas grandes causas que na Europa tanto concorrem para o desenvolvimento e propagação da tuberculose: a fome e o frio” (p. 170).

Curiosamente, dá uma particular atenção ao mobiliário escolar, criando até um modelo de carteira escolar, construído com madeira nacional, inclusive o tinteiro e com graduação para a adaptar à estatura do aluno (p. 109) e ainda do vestuário adequado aos climas tropicais, que deverá ser confeccionado em algodão (p. 105), incluindo neste vestuário tropical o chapéu de palha (p. 109).

Volta ao tema da microbiologia, já descoberta por Pasteur nas suas investigações, para serem agora valorizada com o uso da cinematografia através do seu uso didático no ensino da medicina com filmes científicos, fazendo antever a telemedicina, como através dos raios X que considera ligada àquela, pois permite visualizar acoplado a ultramicroscópicos, os seres microscópicos que transmitem doenças. Permite-se assim ligar o conhecimento adquirido desta forma a práticas higiénicas que defendem eficientemente a saúde humana (p. 198).

Cuida muito em particular da higiene das cidades, aproximando-se aqui das ideias de Ribeiro Sanches, quando este fala da higiene das ruas e dos meios de transporte que então existem. Falando de atentados contra higiene, dá o exemplo da Pará Elétrica que transporta gérmes de doenças várias. Fala ainda das igrejas e das casas particulares de cada um como potenciais focos transmissores de doenças. Logo a seguir, fala da influenza que infestou o Brasil com carácter epidémico, mas sem a relacionar com idêntica doença na Europa e condena ainda o beijo como cumprimento habitual (p. 96). Neste contexto, mostrando como o tempo passou desde o trabalho de Ribeiro Sanches, dá realce à profilaxia dos dípteros.

Frisa o papel da educação física e da alimentação no combate à influenza e a todas as doenças em geral, mostrando como conhece bem os sistemas da educação física moderna como é o de Ling, G. C. Kumlien¹², Georges Demeny¹³ e outros que não especifica (p. 122) dando assim incentivo à introdução da ginástica sueca no Brasil.

Dá de facto um particular realce à educação ou melhor cultura física com que ocupa 24 páginas neste seu livro. Seguem-se conselhos sobre a higiene da visão, do ouvido, do nariz e da boca. Entra por fim na Higiene do Trabalho, nomeadamente na prevenção dos acidentes e na limitação e marcação do horário de trabalho de acordo com a capacidade humana e atendendo ao clima da região onde é realizado, exemplificando com o caso do Pará.

Por fim, como esperança, afirma (p. 160):

"Dispõe hoje a Higiene de meios seguros de defesa contra o paludismo, contra a ankylostomíase, contra a moléstia de Chagas, flagelos aos quais devemos a lenda pela qual são julgados os habitantes do Brasil de maneira desairosa para todos nós."

Trata-se de preservar através do saneamento o Brasil os braços de milhões e milhões de brasileiros já que se espera pel':

"A guerra comercial e económica que se vai seguir à tremenda hecatombe que, durante quatro anos, flagelou o mundo inteiro, não nos consente esperar pelo braço estrangeiro para dar vida à nossa agricultura, animar as nossas indústrias e fecundar o nosso comércio" (p. 161). Por outro lado, a Guerra faz regressar ao Brasil, brasileiros como João Ribeiro que: "Finalmente, em 1914 retorna ao Velho Mundo com o propósito de residir, definitivamente, em Genebra, na Suíça. A conflagração europeia fê-lo voltar à Pátria, em companhia de sua família" (Ribeiro, 1958, p. 19).

Dá assim como linha de uma estratégia para o Brasil o saneamento e a educação cívica e técnica, onde como ponte fraco estão os "serviços de higiene e de instrução (por serem) os mais parcamente contemplados" (p. 162).

Felizmente, "da febre-amarela, graças à ação decisiva dos poderes públicos, resta-nos, apenas a lembrança" (p. 163). Trata-se de algo que estende como esperança a Moçambique com base numa carta de 24 de Junho de 1917 recebida do Dr. Leopoldino de Vasconcelos, que é aí diretor geral dos Hospitais da Companhia de Moçambique (nota de rodapé na p. 164).

Falará por isso do tratamento da tuberculose, do alcoolismo, da sífilis, da ankylostomíase, leishmaniose e da moléstia de chagas pelo uso da higiene moderna, que procura resolver pelo uso de artefactos de borracha, que, assim, resolverão o problema higiénico e económico da Amazónia.

Conclusões

Unem-se assim as soluções da economia e da medicina, mostrando como Ribeiro Sanches tinha uma visão estratégica clarividente, que permaneceria como tal ao longo dos tempos, como vemos neste trabalho de José Augusto de Magalhães sobre o desenvolvimento económico e social da Amazónia.

Também ele reflete os avanços científicos da medicina entretanto ocorridos ao dizer em 14 de Outubro de 1914:

"Segundo o conselho do grande mestre Ricardo Jorge, que nos manda combater esse prejuízo ignaro e assegurar o papel supremo que à nossa ciência cabe na direção mental e social, não vacilamos em levantar neste recinto uma questão higiénica, visando defender a saúde das populações tropicais e auxiliar a Amazónia e ajudar o Brasil a vencer a crise económica, que ameaça o bem-estar e o futuro de todos nós (p.221).

Essa questão higiénica, explicita, é provocada por uso

de tapeçarias em tecido, propondo que sejam substituídas por capachos, passadeiras e tapetes de borracha, algo que se produz abundantemente na Amazônia, mas cuja produção é obstaculizada pela fiscalidade praticada pelo Estado Brasileiro que critica assim.

Terá para isso o apoio do Instituto Osvaldo Cruz, da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio e da Academia Nacional de Medicina, onde todos sabem como a falta de higiene e a miséria são a grande causa da tuberculose, que são moléstias aqui se unem para matar tanto ricos como pobres.

Notas:

- 1 Devo a primeira informação sobre este facto ao Professor de Medicina Alfredo Rasteiro prestada nas XXV Jornadas de Estudo de Medicina na Beira Interior da Pré História ao Século XXI, 9 de Novembro de 2013, em Castelo Branco.
- 2 *Correspondência de Coimbra*, ano XIII, n. 72, Sexta Feira, 12 de Setembro de 1884, p. 2, coluna 1.
- 3 Deve significar quaisquer transformações de seres vegetais ou seja infusões de ervas tal como se faz o chá.
- 4 Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 16 de Dezembro de 1822, p. 99.
- 5 Ver www.verwandtd.de/search/query/Joa%20Da%20Silva?page=31...o...o, acesso em 17 de Outubro de 2013.
- 6 Conforme Anuário da Faculdade de Medicina do Porto, coordenado pelo Prof. Teixeira Bastos, secretário da faculdade, ano letivo de 1911-1912, Tipografia da Enciclopédia Portuguesa, Porto, 1913, p. 96.
- 7 Ver http://en.wikipedia.org/wiki/Pierre_Paul_Roux, acesso em 7 de Novembro de 2013.
- 8 Conforme http://en.wikipedia.org/wiki/Pierre_Paul_Roux, acesso em 6 de Novembro de 2013, Émile Roux, aluno de Luís Pasteur e seu colaborador próximo, tinha trabalhado com Alexandre Yersin e publicado com ele o primeiro dos trabalhos clássicos sobre as causas da difteria pelo bacilo de Klebs-Loeffler, que era então uma doença extremamente prevalente e letal, particularmente entre as crianças.
- 9 Refiro-me à Tutoria da Infância. Nota do autor citado.
- 10 Ver http://pt.wikipedia.org/wiki/Adolfo_Lutz, acesso em 24 de Outubro de 2013.
- 11 In http://pt.wikipedia.org/wiki/Ricardo_Jorge, acesso em 6 de Fevereiro de 2012.
- 12 [http://62.28.109.206/Opac/Pages/Search Results.aspx?Database=105140_GLOBAL_BMST&SearchText=AUT=%22Kumlien,%20G.%20C.%22](http://62.28.109.206/Opac/Pages/Search%20Results.aspx?Database=105140_GLOBAL_BMST&SearchText=AUT=%22Kumlien,%20G.%20C.%22), acesso em 25 de Outubro de 2013, mostra a sua importância em Portugal.
- 13 Com base em http://fr.wikipedia.org/wiki/Georges_Demen, acesso em 25 de Outubro de 2013, intuo que usou a cinematografia para estudar o movimento humano e propor com base nestes estudos exercícios ginásticos mais adequados. É o que está de acordo com as propostas de Magalhães quanto ao uso da cinematografia na medicina e claro na educação física.

Bibliografia:

- ABREU, Jean Luiz Neves – Higiene e Conservação da Saúde no Pensamento Médico Luso-Brasileiro do Século XVIII, *Asclepio, Revista de História y de la Ciencia*, 2010, vol. LXII, enero-junio, pp. 225-250.
- BACELAR, João Cândido da Silva – *Manual de Higiene e Terapêutica perante a Obstetrícia e a Pediatria*, Braga, 1913.
- BENCHIMOL, Jaime L., Magali, R.S., Becker, Johann et alii - Relação (incompleta) dos correspondentes de Adolpho Lutz, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol.10 no.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2003, pp. 304-312.
- DINIZ, Aires Antunes – A Escola Regeneradora do Padre António de Oliveira, Comunicação ao VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, Uberlândia, 19 de Abril de 2006.
- DINIZ, Aires Antunes – Ricardo Jorge e a Medicina Brasileira, 1º Encontro Luso-Brasileiro de História da Medicina Tropical, Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Lisboa, 21 de Abril de 2012.
- JORGE, Ricardo – *Hygiene Social aplicada à Nação Portuguesa. Conferências feitas no Porto*, Livraria Civilização, Porto, 1885.
- JORGE, Ricardo – *Cartas de Ribeiro Sanches*, separata da Medicina Contemporânea, Tip. Adolfo de Mendonça, Lisboa, 1907.
- LEMOES JÚNIOR, Maximiano de – *A Medicina em Portugal até aos fins do Século XVIII (Tentativa Histórica)*, Dissertação Inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Imprensa Comercial, Porto, 1881.
- MAGALHÃES, José Augusto de – *Lições de Hygiene*, Typ. da Empresa Literária e Typográfica, Porto, 1921.
- MIRANDA, Aristóteles Guilliod e José Maria de Castro e Abreu Jr – Pa-raenses na Academia Nacional de Medicina, *Norte Ciência*, vol. 2, n.º 2, 2011, pp.55-59.
- MORAIS, Carlos Belo – Dr. Câmara Pestana, *Brasil-Portugal*, Revista Quinzenal Ilustrada, 1899, 1 de Dezembro, ano 1, nº21, pp. 9-11.
- PIMENTEL, Júlio Máximo de Oliveira, Palestras científicas, *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 3º ano, Lisboa, 2ª edição, 1862, pp. 586-597.
- RIBEIRO, Joaquim – *Rui Barbosa e João Ribeiro*, Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1958.
- ROCHA, Augusto António – *Documentos para a História de um Futuro Gabinete de Bacteriologia na Faculdade de Medicina*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1886.
- SANCHES, António Nunes Ribeiro – Tratado da conservação da saúde dos povos, com hum apêndice: Considerações sobre os terremotos, com a notícia dos mais consideráveis, de que faz menção a historia, e dos últimos que se sentiram na Europa desde o 1 de Novembro 1755, 1 de Janeiro de 1756 em casa de Bonardel e du Beux- Editora.
- SANCHES, António Nunes Ribeiro – Dos sítios mais sadios para fundar cidades, extrato do «*Tratado da conservação da saúde dos povos*», Edição do Instituto Pasteur de Lisboa, s/data.

* Professor Licenciado em Finanças

SAÚDE, DOENÇA E MORTE NA MEMÓRIA DAS GENTES DE PÓVOA DE RIO DE MOINHOS

*Benedicta Maria Duque Vieira**



Póvoa de Rio de Moinhos, pintura de Barata Moura

Uma explicação

A coordenação de um estudo monográfico pluridisciplinar sobre uma aldeia do concelho de Castelo Branco, conjugada com o grato prazer de participar nestas Jornadas de Medicina, induziu a temática da comunicação que apresento e as respectivas coordenadas de tempo e de espaço. O tema, *Saúde, doença e morte*, a dimensão espacial – quadro humano e quadro geográfico – as *Gentes de Póvoa de Rio de Moinhos*, e a dimensão temporal, aqui contida na palavra *Memória*.

A memória, a unidade temporal adoptada, interessa enquanto capacidade física, uma faculdade do homem, e como memória colectiva – não há povos amnésicos, e os povos registam, guardam e transmitem os pensamentos, as palavras e os actos dos que os antecederam. Há todo um património intangível que assiste na memória das pessoas ou mesmo, aliás, como já foi dito, o património somos nós que o fazemos ao olhar para ele. Só existe quando pensamos: esta memória não pode perder-se, o que poderemos

fazer por ela? E aí temos o património. Numa feliz e sedutora definição – Património, a coisa que “desperta a alegria da nossa memória”.

Acresce que nem todas as pessoas podem fazer História, mas quase todas podem fazer Memória. É um exercício rico, na base da oralidade, onde a História colhe o passado comum que os povos recordam. Esta História da Póvoa não é excepção e, tal como nas famílias, a memória da população recuou a quatro gerações ou, nos casos em que esse passado colectivo foi mais traumático, estendeu-se até às seis.

O livro, *Póvoa de Rio de Moinhos – Ontem e Hoje | História e Memória*¹, concluído entre as Jornadas de 2013 e a publicação das actas, em 2014, é uma obra colectiva que junta estudos sobre as diversas épocas históricas encaradas sob diferentes perspectivas disciplinares, a que se somam umas três dezenas de artigos memorialísticos. Assinados por uma vintena de autores, reportam-se sensivelmente ao último século (século e meio...), da história da sua terra. É neste conjunto, nos subcapítulos redigidos por Vítor Carvalho so-

bre a mortalidade e sobre as crises de mortalidade², e que integram um muito aprofundado ensaio de demografia histórica³, que se encontram as principais referências à saúde, à doença e à morte em Póvoa de Rio de Moinhos.

A vida, na saúde e na doença

Foi, contudo, num artigo sobre as tradições festivas da Póvoa a única vez que a palavra “saúde” surgiu no texto de um dos colaboradores do livro, um homem do Direito, grande contador de “estórias”⁴. Introduziu-a assim:

“Faz parte da dura faina do campo, a existência de alguns períodos de distracção para recuperar forças e esquecer as agruras da vida. Sempre assim foi ao longo dos tempos e assim continuará a ser. [...] Às vezes apareciam uns pequenos grupos de saltimbancos vindos não se sabe de onde, com o intuito de recolher uns tostões ou qualquer coisa que matasse a fome. Com uma caixa de música, uma corneta, um cantor e um habilidoso, improvisava-se um espectáculo. As quadras cantadas eram quadras populares e, por vezes, o sarcasmo e a ironia faziam a sua graça. Lembro-me de ter ouvido, um dia, os saltimbancos cantarem:

‘Santa Comba por destino/ Fica mesmo em Portugal/ À beira da Oliveira/ Oliveira do Hospital.

Oliveira do Hospital/ Que os doentes não ilude/ Que afinal é Oliveira/ Que nos trata da saúde’.

Eu era uma criança e lembro-me de ter ido para casa contar à minha mãe o que ouvira dos palhaços. Logo ela me disse: - ‘Cala-te que isso é contra o Governo e podemos ir presos’.

Como se vê a ironia era fina.

Da saúde ninguém tratava e as epidemias de febre tifóide e outras, rondavam frequentemente as famílias. Tratar da saúde tinha um segundo sentido, como facilmente se pode imaginar”.

O autor, em meia dúzia de frases, descreve o ambiente, exprime uma convicção, data e insinua circunstâncias históricas, caracteriza a saúde e, a pretexto, fala de doença. Da saúde, propriamente, a poucos mais anos do que 1930, a percepção que tem e que afirma é que “ninguém tratava”.

O grau de relatividade do “ninguém”, não podemos aferi-lo, mas temos alguns dados. Dados sobre o todo nacional, sobre o espaço regional e os que agora se adicionam sobre a localidade. Estes, naturalmente, dizendo respeito ao período em que as bases do sistema de saúde que nos é familiar foram lançadas e que são, em parte, os que a nossa memória alcança – os dos séculos XIX e XX.

Na segunda metade do século XVIII assistiu-se em Portugal à emergência da reflexão e de uma acção política estruturada sobre as condições sanitárias desejáveis para o

país (publicação de vasta literatura médica, reformas pom-balinas, medidas de Pina Manique, a formação da Junta de Saúde Pública em 1812), Nessa linha, o “vintismo” (período de 1820-1823), criou nas Cortes Constituintes a Comissão de Saúde Pública, que desenvolveu intenso labor parlamentar, procurando anular a dispersão de instâncias de poder na organização e administração da saúde, e que elaborou o Projecto de Regulamento Geral de Saúde Pública. O “setembrismo” (movimento de 9 de Setembro de 1836), tornou o Projecto realidade⁵, orientando a sua implementação a partir de meados do século. No entanto, a assistência sanitária não deixou de, no seu conjunto, ser muito deficitária.

Radicando na tradição de Antigo Regime, a “saúde pública” era, por então, uma noção abrangente, cobrindo diversos campos como a doença, a salubridade e a assistência pública. No entendimento dos deputados da comissão parlamentar, no conceito de saúde pública cabiam a medicina curativa, a medicina preventiva e, após debate conclusivo na legislatura de 1822-23, a assistência pública⁶.

Constitucionalmente fora decretado, desde a primeira constituição, sem prejuízo do desvelo das Cortes e do Governo, que era competência das Câmaras “promover a agricultura, o comércio, a indústria, a saúde pública e geralmente todas as comodidades do concelho”⁷.

Assim, as autoridades camarárias de Póvoa de Rio de Moinhos – espaço longamente habitado, povoação com origem medieval registada nos inícios do século XIII, concelho extinto em 1836, freguesia integrada até à década de 1870 no concelho de S. Vicente da Beira e, depois dessa data, e até hoje, no de Castelo Branco – com certeza procuraram prestar um mínimo de cuidados médicos aos habitantes da aldeia, socorrendo-se dos recursos próprios e dos que mobilizavam através das confrarias ou irmandades, e os poderes locais supervenientes à extinção do concelho tiveram, certamente, a mesma preocupação sem contudo lograrem resultados muito positivos.

No verão de 1870, nas vésperas da desanexação da freguesia de Póvoa de Rio de Moinhos do concelho de S. Vicente da Beira para ser integrada no de Castelo Branco, a população via com bons olhos essa transferência de pertença⁸. Um dos motivos justamente invocados resultava da comparação, em matéria de tratamento médico, entre as duas sedes de concelho:

“Sendo esta cidade capital do distrito, de comarca, sede de bispado, de subdivisão militar e de um liceu, tem uma rica misericórdia com um hospital onde são magnificamente tratados os doentes do concelho, os pobres gratuitamente e os que têm meios por uma módica prestação e tem, além de médicos cirurgiões e boticários muitos e hábeis advogados, o que não há em S. Vicente. Aí a misericórdia é uma casa pequena, aonde ainda que raras vezes têm sido trata-

dos alguns doentes pobres, à custa do mesmo, mas tem tão ténues recursos, que satisfeitos seus encargos pouco lhes sobeja para beneficência como se pode ver pelos respectivos orçamentos e apenas há ali um espanhol que exerce de facto a profissão médico e cirúrgico e um bacharel formado em Direito que exerce o cargo de administrador”.

Relatórios do Governo Civil na década de 1860, confirmavam a opinião negativa sobre as condições sanitárias de S. Vicente da Beira e precárias na generalidade do distrito.

No levantamento sobre os recursos humanos na área da saúde, médicos, cirurgiões e boticários, os peticionários da Póvoa incluíam, sem dúvida, o chamado “médico do partido”⁹, o facultativo municipal avençado pela câmara, na época já algum profissional saído da Escola Médico-Cirúrgica.

Para colmatar o prejuízo que anteriormente a distância da sede do partido representara para as freguesias rurais, a Câmara de Castelo Branco tinha reforçado a imposição genérica para qualquer médico do partido de “curar gratuitamente todas as pessoas pobres moradoras, ainda que acidentalmente na área de seus distritos, logo que chamados sejam”, proibindo que o facultativo chamado para alguma das freguesias se pudesse desculpar, para não acorrer, com o argumento de que “tem nesta cidade doentes que tratar em perigo”¹⁰.

Neste período do liberalismo monárquico, o escalonamento das famílias para efeito de isenção de pagamento das consultas médicas domiciliárias dos médicos do partido concelhios indexava-se ao censo estabelecido para as eleições primárias. Assim, tomando por regra o estabelecido pela Câmara de Castelo Branco ao médico cirurgião do partido criado no lugar de Alcains (nos primeiros anos da década de 1870, já com a Póvoa integrada neste concelho), as consultas, nas visitas semanais às terras do concelho do círculo, não oneravam aquelas cujos chefes não estivessem incluídos nos recenseamento de eleitores a nível paroquial¹¹. Num tempo em que no serviço médico se privilegiava a assistência domiciliária, além da visita obrigatória a cada freguesia, os contratos obrigavam o facultativo, a troco de pagamento, a atender sempre que chamado extraordinariamente “para algum caso grave de moléstia que careça de pronto socorro”¹².

Em alturas de aperto financeiro as vereações não se coíbiavam de suspender temporariamente os médicos que asseguravam o tratamento dos doentes e de impor condições que geravam conflitos só dirimidos pelas autoridades distritais. Após um desses conflitos, em 1849, a Câmara tinha elencado em acta os itens dos contratos futuros e que, ao longo do tempo, não devem ter sofrido muitas alterações: vencimento anual, tratamento gratuito de doentes pobres, remuneração por visitas domiciliárias, obrigações e remuneração extraordinária em caso de epidemia, saídas para

fora do concelho e remuneração específica por saídas para fora da cidade.¹³

O partido com residência em Alcains, a que a Póvoa pertencia, apesar de alguma intermitência relacionada com a pouca atractividade material do lugar, teve continuidade a partir de 1906, com o provimento do Dr. Manuel Ferreira da Silva.

Em resposta aos surtos epidémicos de varíola que se verificaram justamente na década de 1870, os médicos do partido tinham também a obrigação de “vacinar gratuitamente a todas as pessoas sem distinção de classe”.

A varíola, as “bexigas”, ou as “bexigas loucas” como popularmente se chamavam, era extremamente contagiosa e com elevadíssima taxa de mortalidade. Descoberta a vacina nos finais do século XIX, promoveu-se a sua divulgação em Portugal, por todo o país, nas primeiras décadas do século seguinte mas com resultados modestos. A febre tifóide, bem como o tifo foram outras das mais temidas doenças na região. Relacionadas com as condições de insalubridade, nomeadamente com as águas inquinadas e com a proliferação de piolhos, tinham o mesmo grau de gravidade da varíola. Foram responsáveis por mortíferas epidemias mais graves ainda que aquela, quer porque o desenvolvimento da vacina só aconteceu no século XX quer porque foram de difícil implementação as medidas de higiene que puderiam erradicar as doenças.

Pelas mesmas décadas, também a vacinação veio reduzir um outro flagelo, a difteria, popularmente o “garrotilho”, uma das causas da elevada mortalidade infantil, e a tuberculose, a “doença do peito”, a doença infecciosa que, como veremos adiante, deixou rasto impressionante na memória das gentes da Póvoa.

Para além das infecto-contagiosas, temos um enunciado das doenças locais mais preponderantes, elaborado pelo médico-escritor Fernando Namora no início da década de 1940: sezonismo, afecções do aparelho digestivo, doenças infantis, afecções oftalmológicas¹⁴.

Fernando Namora não foi médico na Póvoa de Rio de Moinhos mas enquanto médico privativo da Casa do Povo de Tinalhas, a 2 quilómetros de distância, praticou esporádicos actos médicos na aldeia, sediando o consultório no Asilo Padre Campos nos alvares da instalação do mesmo.

Consultas esporádicas foi o que sempre houve na Póvoa. Nenhum médico se fixou na localidade e os dois que aí nasceram saíram para bem longe.

José Afonso de Matos, que nasceu em 1897, deslocou-se para Estremoz, influenciando com isso a partida de outros elementos da sua família, hoje praticamente aqui extinta. Do segundo, Joaquim António Duarte Vaz Gomes, nascido um pouco antes, em 1892¹⁵, conhecemos algumas etapas do seu percurso profissional e até um pouco do seu perfil psicológico¹⁶.

Em 1918, ao apresentar a sua tese de doutoramento em Medicina e Cirurgia na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, *Sobre um caso de carcinoma da mama*¹⁷, lembra-se do “seu digníssimo professor de primeiras letras e ilustre patricio” a quem remete um exemplar. A dedicatória da obra, original e impressa (32 páginas) como a reforma do ensino médico de 1911 exigia, tem três ordens de destinatários: os “queridos pais” (“Aquilo que sou a vós devo”), a memória do padrinho, seu meio-irmão que morrera em 1909 (“Eterna saudade”), e os irmãos (“Testemunho de grande amizade”). O corpo docente que apreciou a tese, cujo resultado permanece no segredo do processo individual resguardado pela Comissão Nacional de Protecção de Dados, era composto por uma plêiade de médicos começando pelo director da faculdade, Sobral Cid, e passando por mestres como Marck Athias, Francisco Gentil, Azevedo Neves, Augusto Monjardino, Egas Moniz ou Gama Pinto. Quanto à originalidade pretendida pelo legislador, o próprio Joaquim Vaz Gomes não a reivindica – “não é um caso raro, não é um caso interessante e são frequentíssimos esses tumores” – e o mérito do trabalho é apenas a compilação e apreciação das conquistas médicas mais recentes sobre um terrível mal que merece todos os esforços para a sua cura.

No final da vida, Abril de 1954, era coronel-médico. A notícia necrológica indica que sairia do Hospital do Ultramar para jazigo de família no Cemitério dos Prazeres. Este detalhe e a ausência de processo no Arquivo Histórico Militar deixa supor uma carreira ligada ao exército ultramarino.

Voltando aos cuidados de saúde proporcionados às gentes da região, duas especialidades médicas, odontologia e obstetrícia, ficaram largos anos fora do alcance da generalidade dos habitantes. Estes continuaram a socorrer-se dos barbeiros, como dentistas (também pontificavam nos serviços de enfermagem), e de “curiosas”, como parteiras. No primeiro caso, só depois da Grande Guerra a situação começou a melhorar em Castelo Branco, *ipso facto* também para a população da Póvoa, com a deslocação e a estadia breve na cidade de um ou outro dentista espanhol ou português e, bem mais tarde, quase em meados do século XX, com a fixação definitiva de médicos especialistas. No segundo caso, a área da obstetrícia, foi em 1886 criado o partido de parteira municipal, habilitada com o respectivo curso.

O contrato obrigava-a a residir em Castelo Branco, a prestar gratuitamente os seus serviços aos pobres da cidade e do concelho e a assistir aos partos no hospital da Misericórdia. Além das taxas fixadas para quem não estava isento, nos casos de serviços prestados fora da cidade, estipulava uma gratificação ao quilómetro variável consoante o trabalho requerido fosse diurno ou nocturno.

Três anos depois, em 1889, Margarida Augusta da Silva, essa primeira parteira, justifica um pedido de aumento de ordenado argumentando que nunca deixou de prestar

o auxílio da sua profissão mas que o direito ao transporte, que lhe era devido quando se deslocava para os lugares do concelho, apenas fora respeitado uma vez “quando foi chamada para a Póvoa de Rio de Moinhos para a esposa do Snr. Albuquerque”.¹⁸

Pelas informações da obra que vimos citando, a qualidade na prestação de serviços médicos em Castelo Branco só melhorou na década de 1930. Em situações mais críticas, havia que recorrer ao hospital de Coimbra, um dos hospitais centrais do país.

Era o que acontecia também com as gentes da Póvoa. Em 1941, António Antunes, o feitor de uma das grandes casas agrícolas, lança no *Livro das Soldada dos Criados*: “José Marques Salavisa. Serviço chauffeur. Soldada 8\$00 diários”, e na coluna de observações: “O patrão pagou todo o mês de Maio e resto do de Abril, e por todo de Junho pagou todos os dias que esteve doente em Coimbra e em casa”¹⁹. Mas, em meados desta década de 40, e tomando ainda em sentido lato o conceito de saúde pública (medicina e assistência), houve na terra um salto qualitativo com a fundação da obra social local, o Asilo Padre Campos

O legado do padre António Campos, destinado a albergar só homens e da terra, foi inaugurado em Agosto de 1944. Diz-nos a autora do artigo que estudou a evolução da instituição²⁰ que, “depois da Guerra e dadas as dificuldades económicas do país, o Governo Civil solicitou à Direcção uma alteração dos estatutos no sentido de alargar as respostas sociais e o público abrangido, ou seja, devia destinar-se a homens e mulheres e prestar apoio domiciliário e médico”, o que passou a ser feito.

Em Outubro de 1958, a direcção deliberou a criação de um Posto de Assistência, um subsídio de 10 000 \$00 para equipamento do Posto e a contratação do médico Dr. Correia Ataíde, o que representou um melhoramento para os cuidados de saúde à população. Acertaram que haveria duas visitas semanais e visita gratuita aos sócios impossibilitados de sair de casa, a troco de um Ordenado mensal de 400\$00 e estipularam os pagamentos que extravasavam do serviço conveniado: chamadas em dias diferentes dos acordados 40\$00, chamadas pelos sócios para fora do Posto 20\$00.

Com as transformações político-sociais dos anos de 1970, o Asilo restringiu a sua acção ao apoio à velhice, agora alargado a pessoas de todo o distrito, pelo que passou a ser subsidiado pelo Estado, e a assistência médica foi concentrada no recém-criada Casa do Povo. Ainda hoje neste “Centro Social” se mantém o mesmo número de visitas semanais do médico. A eventual melhoria resultará de o número de potenciais assistidos ser manifestamente menor.

Entretanto, o desinvestimento, a falta de obras de beneficiação das instalações do Asilo, assim como a necessidade de uma reestruturação global conduziram ao fim da instituição, em 1978. Em 1982, ressurgiu renovado como “Cento

Social e Paroquial Padre Campos” com valência de Centro de Dia, sem apoio médico ou de enfermagem, o que persiste na situação actual (desde 2012) no Lar da Associação dos Beneméritos de Póvoa de Rio de Moinhos, uma IPSS.

O lento, apesar de gradual, envolvimento da população idosa da Póvoa num sistema de apoio médico favoreceu a persistência de práticas tradicionais, assentes num misto de conhecimento do homem sobre as propriedades curativas das plantas e de crenças supersticiosas sobre a natureza.

Devemos a outra colaboradora no projecto, farmacêutica de formação e profissão, o inventário completo dos medicamentos naturais ainda usados ou guardados na memória das gentes da Póvoa, como sejam, pés de cereja ou barbas de milho usados sob a forma de chás para o tratamento de doenças inflamatórias do aparelho urinário; chá de folha de laranjeira com aguardente, chá de casca de limão com mel, chá de limão com cascas de cebola e mel ou xarope de cenoura para constipações; tremoços secos usados no tratamento de doenças reumáticas; água de malvas usada como anti-séptico; chá de erva-cidreira, chá de camomila ou chá de tília usados como relaxantes...²¹

E acrescenta que ainda hoje em dia há quem, na Póvoa, prepare uma pomada com sabugo, nome dado, pelas suas gentes, a uma planta que se encontra junto às ribeiras que ladeiam a aldeia, e que é usada para tratar queimaduras ligeiras, enquanto, as flores do sabugueiro, que florescem na Primavera, são usadas para o tratamento de sintomas de constipações e gripes. O chá feito com as flores pode ser usado para lavar os olhos e tirar as remelas. No passado, esta loção floral era muito utilizada pelas mulheres para deixar a pele mais branca, suave e livre de manchas.

Adverte porém, que a par da Fitoterapia sempre existiram, associadas ao mito e à religião, superstições, mezinhas e crença em curas milagrosas. Por volta dos anos de 1960 e 70 era prática corrente na Póvoa envolver o pescoço da criança com papel pardo untado com gordura de galinha aquecida para tratar uma doença da infância, de transmissão respiratória, conhecida popularmente como papeira. Para a cura do “cobrão”, uma afecção cutânea, lateral ou circulante do peito ou abdómen, que em medicina, se designa por “zona”, recorria-se na Póvoa à seguinte mezinha:

A afecção cutânea é benzida com azeite, em pernã (leia-se número ímpar), dizendo a seguinte reza: - “Pedro e Paulo foram a Roma Jesus Cristo encontrar, Jesus lhes disse há lá muito ezipo, muito mais haveria se não houvesse quem retalharia, eu retallo cobra, cobrão, alsepão, aranha, aranhão com azeite virgem, não junte o rabo com a cabeça, em louvor a São Silvestre, e não faz coisa que preste” e terminando com a oração do “Pai-Nosso”.

E com muitas mais mezinhas nos deparamos ainda hoje na Póvoa: [...] beber aguardente de medronho com mel

quente constitui uma mezinha para constipações; água salgada morna, em gargarejos, é usada para inflamações de garganta (o acto de gargarejar assim como o calor da água estimulam a circulação de sangue local, enquanto que o sal actua como anti-séptico); um banho quente de água salgada serve para descontrair e um banho de pés em água quente, com sal, é útil em situações de problemas circulatórios e insónias”.

Não são só as mezinhas que persistem. Um outro campo continua a gozar de aceitação generalizada – o dos “endireitas” que procuram solucionar problemas de ossos, músculos, nervos, tendões, ou, como dizem, “tratar as dores de cada dia”. Ainda hoje há na localidade um *endireita* que mantém a actividade e que é procurado por muitas pessoas de fora.

Noutro artigo foram-nos também apresentadas crendices associadas à fauna local, que tanto podem referir-se à vida, à saúde, como à morte.²²

Sobre o cuco, cuja chegada anual anuncia a Primavera e o início dos trabalhos agrícolas, diz-se que se não vier entre Março e Abril, “ou é morto ou não quer vir” e que, ao ouvir-se pela primeira vez em cada ano, devem as pessoas espojarem-se no chão para assim afugentarem as maleitas. Aliás, de doentes com “febre catarral”, a pneumonia, se passava a Primavera, dizia-se que “ouvira cantar o cuco”.

Já sobre os corvos e as corujas diz-se serem aves agoiradas e que sempre que andam a cantar próximo, morre alguém. E nada mais violento que as mortes em série, as crises de mortalidade.

... e a morte

No *projecto sobre a história da Póvoa* inseriu-se outro “projecto” colectivo que se desenvolvia paralelamente – o do levantamento genealógico de toda a população da localidade. Ampliado para um horizonte mais elevado, permitiu incluir um longo capítulo de demografia histórica que cobre a população natural ou residente na Póvoa, entre o início dos registos paroquiais e a epidemia da pneumónica.²³

Para o período que aqui abordo, neste caso de 1807 a 1918, identificaram seis crises de mortalidade²⁴. Uma primeira crise espoletada com as invasões francesas e que se prolongou até 1813 (209 mortos dos quais 61 até um ano de idade) potenciada por um ciclo altista de preços. O trigo, o milho e o centeio atingiram no ano agrícola de 1811-1812 os valores máximos de todo o século XIX.

Nova crise de mortalidade nos anos que medeiam entre 1819 e 1824 (196 óbitos sendo 107 de crianças até aos 10 anos). Sem se descortinar uma causa particular para a média de óbitos, 21, sofrer um aumento de 57%, 33 pessoas, e atendendo ao elevado número de crianças poderá associar-se às

epidemias infantis e a alguma outra doença infecto-contagiosa. E, entre 1828 e 1834, um novo ciclo de crise idêntico ao anterior na média de óbitos face à média do século (morreram 230 pessoas das quais 87 crianças até aos 10 anos).

Na Póvoa, e em geral na Beira Baixa (à excepção da Covilhã), não se registaram as grandes epidemias de cólera-morbus e febre amarela de finais da década de 1850 e inícios da de 60 mas, nos anos seguintes, 1865 a 1869, uma crise com a média de 29 óbitos por ano (faleceram 144 pessoas, das quais 77 até 10 anos de idade), pode explicar-se pela epidemia de cólera que se verificou em 1865 e pela escassez e carestia dos cereais, sentidas em 1867 e 1868.

A última crise significativa do século XIX, entre 1894 e 1898, com a mesma média anual de 29 óbitos (no total 143 pessoas das quais 70 crianças até aos 10 anos), resultou, mais uma vez, do carácter cíclico da mortalidade excessiva em consequência das deficientes condições de vida e de eventuais epidemias locais,

Vinte anos depois, a pneumónica, a epidemia de alcance universal e graves repercussões sociais e económicas que, de Agosto de 1918 até finais de Novembro, se estendeu a todo o país e provocou, só em Portugal Continental, 60.474 mortos. No estudo sobre a Póvoa, a crise é tecnicamente considerada como “forte”. Em todo o ano registaram-se 36 óbitos, quando a média dos óbitos anuais verificados nos dez anos imediatamente anteriores era de 16, o que representa um aumento de 125%. Foram particularmente duros os meses de Setembro a Novembro, onde se concentraram 29 dos 36 óbitos registados.

A brutalidade da situação levou o comandante militar e governador civil a proibir o toque de finados no concelho de Castelo Branco – “A fim de evitar que o espírito público seja deprimido com o constante dobre a finados [...] pois deles só resulta o desânimo geral e com grave prejuízo para os doentes.” – e o cemitério novo da Póvoa encheu-se, certamente, de muitas campas.

Mas os sinos não tocavam só nos tempos de comoção popular e de mortalidade geral. Os lutos individuais, na sequência de doenças prolongadas, com efeitos devastadores nas famílias, levam-nos a outras memórias e a outro tipo de documentação.

No testemunho de Josefa Maria Costa²⁵ revive-se a tragédia de famílias, já enlutadas pela morte do pai, o seu único ganha-pão, com filhos atingidos por doença prolongada e às quais só resta a solidariedade dos vizinhos. Entre essas manifestações de amor ao próximo avulta a disponibilidade para a arriscada operação da lavagem da roupa dos enfermos. Num testemunho de natureza diferente – as anotações e gastos lançados nos Livros de Despesa do maior património fundiário da Póvoa – encontramos idêntico drama espelhado no registo dos recursos médicos mobilizados para enfrentar a enfermidade²⁶.

Em 1923, encima uma página a informação seguinte, escrita pelo próprio proprietário: *Despesa com o Dr. Manuel Seabra Ferreira da Silva, Partido médico de Alcains* e, depois de anotar meia dúzia de visitas “ao Joaquim” escreve – “Visita de dia custa 4\$00, de noite 6\$00. Cada quilómetro 3\$00. Custa a visita 19\$00”²⁷.

Janeiro, desse ano de 1923, 2, Fevereiro 2 também, Maio 4, mais 4 em Dezembro; no seguinte de 1924 - Janeiro/Fevereiro/Março, somam 10, Abril de 1924, dia e noite ... já vai em 29 visitas.

Depois acumulam-se outras informações. Em 1926 – jazigo fornecido por Aparício Cardoso, estabelecimento de Tomar; em Novembro, despesas de 2 ventiladores para o jazigo 2\$80; e, em Abril de 1927 – Limpar as sepulturas e o resto do terreno 5\$00.

Em Junho, *Despesa com o funeral do meu filho Joaquim que morreu a 21 de Junho de 1927*:

- Pessoal do enterro dia 6 homens 5\$00 cada um soma 30\$00

- Pessoal do enterro 2 homens grátis

- Coveiro gratificação 7\$50

- Sacristão 7\$50

- Soma 52\$50

- José Martinho 1 urna de mogno, chumbo, ferragem para o mesmo, cal, aluguer de pano e borlas, [?] do enterro, soma 90\$50

- José dos Santos Riscado (funileiro) soldagem de um caixão 100\$00, 1 dia na Póvoa 30\$000, soma 130\$00

- Bernardino Sanches aluguer do automóvel foi de Castelo Branco a Alcains e Póvoa, foi com o Martinho Riscado de Alcains 60\$00, aluguer de um automóvel para o Padre 45\$00

- Igreja 2\$50, cera dos altares 2\$50, mais 5\$00 soma 10\$00

Do conforto espiritual também cuidava, e regista: “Cera, no dia 16 de Novembro mandou a Sr^a. D. Benedicta 1 kg para a Igreja – 20\$00”²⁸.

No enterro do pequeno Joaquim, um familiar reparou na tosse de José, o irmão mais velho com pouco mais de 25 anos. José que, na Galiza, fora aluno no colégio dos jesuítas em La Guardia, e, em França, na École Supérieure d'Agriculture et Viticulture d'Angers, começara já a tomar responsabilidades na modernização da casa agrícola da família.

E as contas continuam organizando-nos o percurso: “Modista 1 vestido de seda preto, comprido, para a Senhora D. Benedicta”, e logo, *Despesas do José e sua Mãe*: consulta em Coimbra, estadia no Sanatório da Guarda e, depois, assinada por Paiva Pessoa, declaração notarial, para efeito de passaporte atestando que Benedicta, do Carmo Capelo Franco Frazão é a mesma pessoa que assina Benedicta da Fonseca Castel-Branco. A partida para a Suíça e o regresso

mais de um ano depois, com a esperança ilusória da cura. Despesas da viagem, compras em Paris, em Biarritz...

É desse ano de 1929 um outro registo manuscrito, este por mão feminina, com as contas referentes à romaria de Santa Águeda, que nos mostra como nesse ano a festa foi brilhante.

. O cabeçalho informa: *Festa da Sta. Águeda em que foi juiz o meu querido filho José – 13-5-929*²⁹.

As receitas, que totalizaram os 7:692\$750 réis³⁰, provinham, mais de metade das vendas na quermesse, um terço das esmolas e ofertas e, o restante, de venda das estampas, do produto das sinas e do jogo da bola. Cresceram ainda algumas prendas, posteriormente rifadas, e de que resultou mais um ganho de 980 mil réis. Do lado das despesas, gastaram-se 3:959\$600 réis, assim distribuídos: 900 mil réis com a música, 1 conto e 700 mil com o fogo (foguetes e fogo de Viana), 370 com os Srs. Padres, 200 com a Guarda Republicana e, o restante, em compras, carpinteiro, latoeiro, etc.

Um segundo cabeçalho reza assim: "Compras que se fizeram com o saldo da Festa". E surgem informações que sensibilizam a maioria dos naturais de Póvoa de Rio de Moinhos, criados que foram com este património religioso.

A Matriz foi enriquecida com uma nova imagem do padroeiro e com o lustre de cristal, hoje electrificado e colocado sobre a pia baptismal; a Capela sofreu uma remodelação completa. No final, as despesas com os dois templos esgotaram o saldo disponível e deixaram um deficit de 82 mil reis.

Na aritmética global, saldo/despesa/deficit, surge a observação: "que foi pago por nós". O "nós", a família. O investimento desmedido na festa da Santa Águeda está, provavelmente, relacionado com situação do jovem juiz daquele ano. Promessa? Acção de graças? Desejo de proporcionar uns dias de felicidade a José?

E continuam as contas: consulta em Coimbra com o distinto médico Elísio de Moura; despesa com a vinda à Póvoa do Dr. Elísio de Moura ...

José morreu ainda nesse ano de 1929.

Notas:

1 Benedicta Maria Duque Vieira (coord.), *Póvoa de Rio de Moinhos – Ontem e Hoje | História e Memória*, Castelo Branco, 2014.

2 *Ob. cit.*, pp. 139/152.

3 Vítor Carvalho, Lourval Silva, Luís Duque Vieira, "Nascer e viver na Póvoa: do início dos registos paroquiais à pneumónica", *ob. cit.*, pp.123/155.

4 José Antunes Leitão, "Cala-te que podemos ir presos!", *ob. cit.*, pp. 409/411.

5 Luísa Tiago de Oliveira, *A Saúde Pública no Vintismo*, Lisboa, 1992, p. 4.

6 *Ibidem*.

7 Constituição de 1822, título VI, artº 223, parágrafo 2.

8 Representação que 71 eleitores da freguesia enviou a Sua Majestade El-Rei a fim de obterem a anexação ao concelho de Castelo Branco, sendo esse "o sentimento unânime desta freguesia".

9 "Partido" é um vocábulo que significou ajuste, prémio, paga, serviço prestado a alguém. Além de médicos ou cirurgiões também houve "partidos" para boticários, parteiras e dentistas. O partido médico é o lugar destinado a um especialista clínico contratado por um município ou instituição.

10 Manuel A. de Morais Martins, *Castelo Branco, um século de vida na cidade – 1830-1930*, volume 1º, Castelo Branco, 2004, p. 243.

11 *Ob. cit.*, pp.231/232.

12 *Ob. cit.*, p.233.

13 *Ob. cit.*, p. 237.

14 Nota do *Relatório da Casa do Povo de Tinalhas*, Castelo Branco, [1944], [p.4].

15 É deste mesmo ano de 1892 António Barbosa, talvez a mais notável figura da ciência nascida na Póvoa.. Em livro editado pela Biblioteca Nacional de Lisboa, em 2012, acompanhando exposição de materiais cartográficos, a obra de António Barbosa é estudada e colocada entre a dos 14 "leitores de mapas" portugueses de maior notoriedade (Joaquim Alves Gaspar, "António Barbosa (1892-1946)", pp. 151-164, in Francisco Roque de Oliveira (coord.), *Leitores de Mapas – Dois séculos de cartografia em Portugal*, Lisboa, 2012). O autor do estudo refere António Barbosa como "um dos mais originais investigadores do século XX em matérias tão complexas como a geometria das cartas de marear e o advento da astronomia náutica".

16 Vítor Carvalho e José Teodoro Prata, "A escola da Póvoa, o professor e os seus alunos no ano de 1871" in *Póvoa de Rio de Moinhos...*, p. 332.

17 Joaquim António Duarte Vaz Gomes, *Sobre um caso de carcinoma da mama*, Lisboa, Junho – 1918.

18 Manuel A. de Morais Martins, *Castelo Branco, um século...*, p. 249.

19 Arquivo particular.

20 Lucinda Martins, "O Asilo Padre Campos – uma evolução", in *Póvoa de Rio de Moinhos...*, pp. 435/437.

21 Paula Maria Ramos Martinho, "Medicamentos naturais", *ob. cit.*, pp. 459/462.

22 Raquel Silva Tavares, "As aves na cultura popular da localidade", *ob. cit.*, pp. 457/458.

23 Vítor Carvalho, Lourval Silva e Luís Duque Vieira, "Nascer, viver e morrer em Póvoa de Rio de Moinhos entre o início dos registos paroquiais e a pneumónica", *ob. cit.*, pp. 123/155.

24 *Ob. cit.*, pp. 147/152

25 In Margarida Duque Vieira, "As Meninas do Correio", *ob. cit.*, pp. 385/386.

26 Documentação familiar em arquivo particular.

27 Para se ter uma ideia do que à época representavam estas despesas exigindo liquidez, apresentam-se algumas outras retiradas dos livros de contabilidade da casa agrícola do mesmo proprietário. No mês de Julho de 1923 – Jornas de 18 trabalhadores a 5\$00, 90\$00; 10 mulhe- res, jorna a 2\$50. E, em 1931, os termos de um contrato de um criado para o serviço de "maioral das ovelhas e no fabrico de queijos" – João da Silva Paulino vem fazer a queijeira. Principia no dia 15 de Dezembro de 1931 e termina no dia 30 de Junho, e estando eu contente, pode ficar até 31 de Julho de 1932. Ganha por mês 4 alqueires de pão, e quando dou milho são 2 de milho e 2 de centeio; come da queijeira; em dinheiro 40\$00. Enquanto não for fazer a queijeira dou-lhe 2 litros de azeite por mês e meio alqueire de feijão. No fim do tempo dou mais 6 alqueires de centeio se estiver os 6 meses. No mesmo ano, a soldada mensal de um pastor (só a parte em metal) era 30\$00.

28 *Idem*, Arquivo Particular.

29 Benedicta Maria Duque Vieira, "Festa de Santa Águeda em que foi juiz o meu querido filho José", *ob. cit.*, pp. 375/378.

30 Nestes anos é ainda frequente a referência a "réis" na linguagem comum e nos registos particulares. Os 100 mil réis (100\$000) da Monarquia correspondiam a 100 escudos (100\$00) da República; um conto de réis a mil escudos.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO: UMA MARCA SOCIAL COM QUINHENTOS ANOS DE HISTÓRIA

*Miguel Nascimento**



Misericórdia do Fundão - Hospital velho

Abordar a missão das misericórdias e em particular da Santa Casa da Misericórdia do Fundão no contexto da homenagem e do perpétuo testemunho do percurso extraordinário de João Rodrigues de Castelo Branco é, na minha opinião, uma feliz coincidência. Por isso, julgo ser pertinente recordar parte do juramento médico de Amato Lusitano realizado em Salónica no ano de 1559.

Amato Lusitano jurou “perante Deus imortal e pelos seus dez santíssimos mandamentos”, muitas coisas, mas jurou também que “(...)nada fingi, acrescentei ou alterei em minha honra ou que não fosse em benefício dos mortais; não lisonjeei, nem censurei ninguém ou fui indulgente com quem quer que fosse por motivos de amizades particulares; sempre em tudo exigi a verdade; se sou perjuro, caia sobre mim a ira do Senhor e de Rafael, seu ministro, e ninguém mais tenha confiança no exercício da minha arte; quanto a honorários, que se costumam dar aos médicos, também fui sempre parcimonioso no pedir, tendo tratado muita gente com mediana recompensa e muita outra gratuitamente; muitas vezes rejeitei, firmemente, grandes salários, tendo sempre mais em vista que os doentes por minha intervenção recuperassem a saú-

de, do que tornar-me mais rico pela sua liberalidade ou pelos seus dinheiros (...) não corri atrás de honras e das glórias e com igual cuidado tratei dos pobres e dos nascidos em nobreza”.¹

Assim, partindo deste juramento inspirador e em sintonia com os objectivos destas jornadas reuni, para uma breve reflexão, alguns apontamentos sobre a grande marca social, com quinhentos anos de história, que é a Santa Casa da Misericórdia do Fundão. As questões da saúde e do socorro a quem precisa serão vertentes fundamentais desta narrativa que, naturalmente, se cruzará, sempre, com o primitivo Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Fundão que é, indubitavelmente, um grande objecto de estudo que já mereceu e certamente merecerá a atenção de muitos investigadores.

Apesar de algumas dúvidas manifestadas por alguns historiadores e outros assume-se, de forma generalizada, 1516 como o ano da fundação da Misericórdia do Fundão. De resto, o artigo 1º dos actuais estatutos da irmandade, aprovados em Outubro de 1980, (sendo Provedor o Pe. Mário de Almeida Gonçalves) refere, de forma clara, que a “Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Fundão,

também abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia do Fundão ou simplesmente, Misericórdia do Fundão, fundada no ano de 1516, continua a ser uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica com o objectivo de, na prática da caridade, satisfazer carências sociais e praticar actos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs".²

Sabemos todos que existem muitas dificuldades na referenciação cronológica deste tempo e que é uma tarefa complexa identificar com rigor, entre outros, a data da construção do primitivo Hospital da Misericórdia.

Existem, desde há muito, algumas abordagens interessantes que carecem de maior estudo e aprofundamento. Não quero neste breve apontamento seguir por esse caminho.

Deixo esse trabalho para os historiadores e investigadores destas interessantes e intensas matérias. Neste quadro, quero apenas evidenciar que, nesta data, o Fundão era um simples lugar do "termo da Covilhã e que a prioridade no cumprimento das obras de misericórdia era que primeiro fossem socorridos os enfermos nos seus domicílios". De resto, continuamos na actualidade, quase quinhentos anos depois, a cumprir essa obra de misericórdia, adaptada às necessidades dos tempos que vivemos, prestando apoio domiciliário a quem dele necessita.

Alfredo da Cunha cita a *Notícia histórica da Misericórdia do Fundão* trabalho publicado por José Germano da Silva Pereira e Cunha (ao tempo em que foi Provedor da mesma Misericórdia) para referir que mais de "um século depois desta Confraria aqui se achar legalmente erecta, outro alvará de 2 de maio de 1705 (confirmado pelo de 23 de fevereiro de 1728) lhe concedia o privilégio de os doze irmãos que serviam em cada a anno, e compunham a mesa, estarem isentos de todos os encargos da república, e do serviço militar mesmo em tempo de guerra, pois eram indispensáveis para o tratamento dos doentes".³

Esta constatação da missão assistencial é reforçada por Maria de Lurdes Brázio Tavares Monteiro declarando que "era exercida sob a orientação dos frades menores pela "Casa da Santa Misericórdia" – assim se chamava nesse tempo e com toda a propriedade, pois era exigido aos Irmãos o pleno exercício das "Obras de Misericórdia", incluindo os cuidados aos doentes, prática a que a rainha D. Leonor vinculava esta grande instituição".⁴

Neste contexto, é muito interessante o apontamento que José Germano da Cunha (Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Fundão em Janeiro de 1870) faz sobre a ligação entre a irmandade e os frades do Convento de Nossa Senhora do Seixo, ao referir que "o Sr. José Caetano Salvado, zeloso secretário da Mesa da Misericórdia do Fundão à data em que escrevo estas linhas (10.04.1870), e

a quem me cumpre agradecer as facilidades que me concedeu para o exame do arquivo, contou a um colaborador do periódico local "A Verdade (nº 42) o seguinte: Por esse tempo (quando a Misericórdia era no bairro de Santo António) a capela da Misericórdia era a S. Miguel Anjo, hoje loja da casa onde habita o sr. D. Fernando de Almeida (loja contígua ao lado esquerdo da Igreja), e parece que tanto o hospital como esta capela eram dirigidos pelos frades do Convento de Nossa Senhora do Seixo, nome que os antigos estatutos dão ao convento".⁵

Os irmãos da misericórdia cumpriam assim, de forma efectiva, a verdadeira missão da irmandade. Mais tarde, os cuidados médicos foram "(...) garantidos pela Câmara, através do médico de partido, cuja eleição em 12 de Abril de 1749 recaiu no fundanense Dr. Paulo Andrade Serra (pai), membro activo da paróquia, consistindo o compromisso em: "curar os pobres de graça, permanecer na vila e nela pernoitar, não saindo para fora sem licença do Dr. Juiz de Fora".⁶



Fig. 1 - Primitivo Hospital da Misericórdia.

O primitivo Hospital da Misericórdia tinha, provavelmente, dimensões muito reduzidas e de acordo com a expressão populacional do lugar do Fundão que até meados do séc. XVIII tinha cerca de 500 vizinhos.

Por outro lado, e como já foi referido, se a assistência aos necessitados era feita, primordialmente, ao domicílio não havia necessidade de grandes estruturas.

No entanto, uma primeira referência à aquisição de uma "esteira por 200 réis" e em 1697 a identificação da existência de "4 enxergas (depois 6), 18 lençóis de estopa para a cama dos doentes, 2 cobertores de papa, 6 travesseiros, 1 almofada grande e outra pequena, 6 reposteiros, 2 bacias, 1 lâmpada e 1 êmbolo de latão" denotam a procura crescente dos cuidados prestados pelo Hospital que foi ganhando dimensão e importância.⁷

As referências a obras no Hospital da Misericórdia datam do primeiro quartel do séc. XVIII e segundo José

Germano da Cunha “ainda em 1870 se achava por acabar internamente, havendo apenas duas salas contíguas no rez-do-chão, uma das quaes era enfermaria das mulheres e outra dos homens. Comtudo, nesse tempo, fizeram-se varias obras, e pouco faltou para que todas as divisões ficassem concluidas. Fez-se alem disto uma excavação no adro, junto à frontaria, porque, estando elle muito superior ao pavimento do rez-do-chão, quando chovia, as aguas precipitando-se pela porta da entrada, invadiam os quartos dos enfermos”.⁸

Prática das obras de misericórdia: uma vocação secular

Estas notas e apontamentos que aqui partilho servem apenas para reforçar a minha convicção da importância do estudo e análise do primitivo Hospital da Santa Casa da Misericórdia como referencial identitário da grande vocação desta secular irmandade fundanense na prática das obras de misericórdia prestando auxílio a quem dele necessita, nomeadamente na dimensão dos cuidados de saúde, tarefa primeira e percursora da sua própria existência e vocação.

Existe aqui um imenso trabalho de investigação que deverá constituir tarefa e paixão dos que estão melhor habilitados para o fazer. Por isso, apenas recordo que o edifício do primitivo Hospital da Misericórdia sofreu muitas transformações. Hoje, de Hospital resta a memória e uma grande referência para todos nós.

Depois de recentes e profundas obras de requalificação, este emblemático edifício que também já foi colégio e sede do Instituto Superior de Educação – ISMAG, acolhe hoje a Academia de Música e Dança do Fundão.

De igual modo a Igreja da Misericórdia e a magnífica *Sala do Despacho* estão totalmente recuperados. Mas, deste autêntico e extraordinário *comboio aquitectónico* emana uma enorme energia que significará sempre a importância de uma grande história colectiva que, ao longo de cinco séculos, representa uma grande marca social na comunidade fundanense: a irmandade da Misericórdia.

No decorrer do séc. XIX o “Hospital é continuamente ampliado. O aumento do número de doentes, as noções de higiene que entretanto se difundiram e o decoro moral levaram ao aumento do número de enfermarias e à criação de uma enfermaria para mulheres e, finalmente, à construção de um primeiro andar. Este edifício nunca satisfez totalmente os desejos quer da irmandade que dos que lá trabalhavam”⁹

No início do século XX o pensamento foi sempre o da construção de um novo edifício. A comunidade fundanense, mais uma vez, deu uma resposta notável para se alcançar este grande objectivo. Foram muitos os “Cortejos de Oferendas” e foi grande o esforço colectivo realizado até à inauguração, a 16 de Outubro de 1955, do novo

Hospital do Fundão construído em terrenos da Santa Casa da Misericórdia e com gestão da irmandade até 3 de Janeiro de 1981. Nesta data e através da portaria nº 3/81, foi integrado na rede oficial dos hospitais portugueses.

Em função dos tempos difíceis que vivemos os hospitais e o próprio Sistema Nacional de Saúde têm vindo a sofrer transformações constantes ditadas pelas condicionantes demográficas, económicas e financeiras e de muitas outras que não é propósito desta intervenção abordar. Mas, como sempre, a Santa Casa da Misericórdia do Fundão continuará a aprofundar a sua *marca social* e a cumprir a sua missão também na área da saúde e da solidariedade manifestando vontade, disponibilidade e vocação para prestar cuidados a quem deles mais necessita.

O peso da história como grande referência dos tempos que vivemos

Neste sentido, a Santa Casa da Misericórdia do Fundão tem vindo a alargar as suas valências e a aumentar as respostas sociais, de forma a estar em sintonia com as necessidades das pessoas neste tempo repleto de complexidade.



Fig. 2 - Sede da Santa Casa da Misericórdia do Fundão.

No fundo, esta instituição secular, ciente do peso da sua história, pretende estar à altura dos novos tempos, servindo a comunidade em que se insere, de uma forma qualificada, humana e solidária.

Foi precisamente com base nestas referências que a Santa Casa da Misericórdia do Fundão deu uma resposta positiva ao desafio que lhe foi lançado para integrar, em 2007, uma “experiência piloto” no âmbito da criação da Rede Nacional de Cuidados Continuados.

A experiência, iniciada no primeiro semestre de 2007, foi muito positiva e a instituição esteve à altura das melhores expectativas dos responsáveis nacionais da Rede de Cuidados Continuados Integrados pelo que foi convidada a participar, com carácter permanente, na Rede Nacional.

A experiência acumulada desde o ano 2005 (com uma acção nesta área que, inicialmente contou com 10 camas e funcionou nas instalações do CAD – Centro de Apoio a Dependentes) a Unidade de Cuidados Continuados é

hoje uma resposta social de qualidade e uma referência na Rede Nacional.

A funcionar no Edifício do Lar N^a Senhora de Fátima, este serviço conta com 32 profissionais que prestam serviços aos utentes que ocupam 20 camas, 10 na Unidade de Média Duração e Reabilitação e 10 na Unidade de Longa Duração e Manutenção.

Estes profissionais prestam cuidados de saúde e de apoio social no quadro de uma nova resposta que promove a continuidade de cuidados de forma integrada a pessoas em situação de dependência e com perda de autonomia.

Os cuidados continuados integrados estão centrados na recuperação global da pessoa, promovendo a sua autonomia e melhorando a sua funcionalidade no âmbito da situação de dependência em que se encontra.

Desde 2007 os nossos profissionais, de forma empenhada e em verdadeiro compromisso com a *missão* da prestação destes cuidados de saúde e de apoio social, deram a melhor resposta a 529 utentes que recorreram aos nossos Serviços.

Procuramos, todos os dias, melhorar e qualificar estes serviços. Por um lado, tem sido feito um grande esforço a nível global da gestão financeira da Santa Casa da Misericórdia do Fundão no sentido de proporcionar estabilidade a diversos níveis e, naturalmente, garantir a aquisição de serviços e equipamentos que reforcem a qualidade dos serviços prestados aos nossos utentes. Esta valência, pela responsabilidade que encerra, está em permanente avaliação interna e externa. Os resultados têm sido muito positivos e tranquilizadores.

Por isso, temos verificado uma procura exponencial da própria rede nacional de cuidados continuados e também de muitas centenas de cidadãos que nos procuram de forma a podermos apoiar as respectivas famílias na resolução de problemas que cruzam a saúde e a questão social.

O reforço das nossas respostas sociais aos que mais precisam é e será sempre o *farol* que nos ilumina o caminho e também a nossa força para sonharmos sempre e fazermos com que a obra possa nascer a bem da nossa comunidade.

A importância do compromisso da Irmandade

Nos tempos difíceis que vivemos o significado do Compromisso da Irmandade e as catorze obras de Misericórdia (sete espirituais e sete corporais) assumem uma renovada importância.

No tempo em que muitas coisas se desmoronam as Santas Casas da Misericórdia devem assumir-se como referencial de esperança para todos os que necessitam de auxílio.

As Misericórdias desempenham hoje, com redobrada pertinência, um papel social de uma importância

sem limites. É precisamente neste contexto de grandes dificuldades económicas e sociais que a Irmandade deve actuar conferindo ainda mais significado à palavra *misericórdia* e à expressão da sua decomposição literal: *Miseris+cor+dare*; ou seja, ter lugar no coração para todos os que são vítimas de qualquer forma de miséria. As catorze obras de misericórdia são ancestrais mas o tempo actual encarregou-se da sua metamorfose, adaptando-as às emergências sociais do presente.

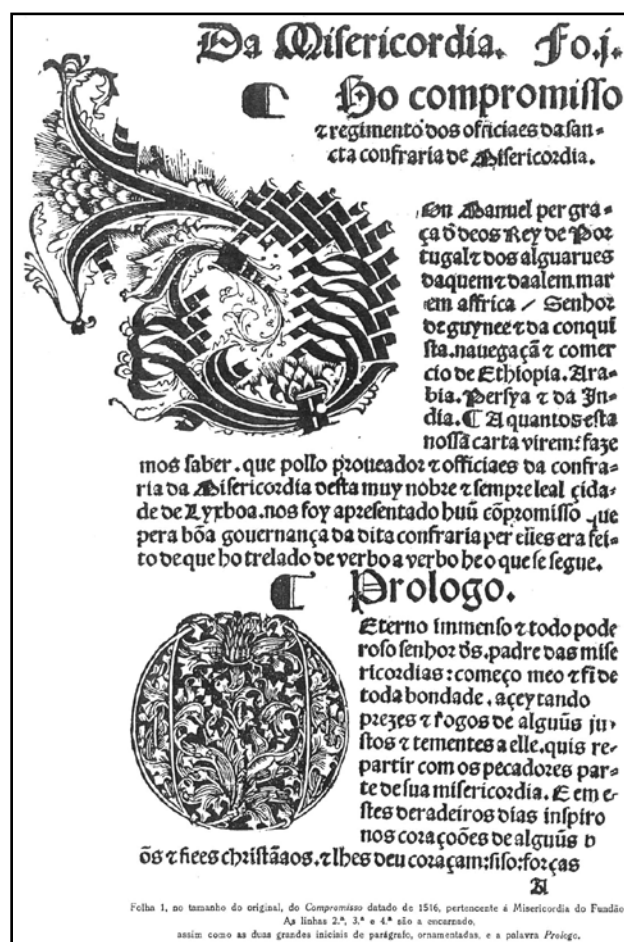


Fig. 3 - Compromisso 2.

Por isso, hoje, as Misericórdias, também com um enorme esforço de gestão e apesar das muitas dificuldades financeiras por que estão a passar, cumprem esta grande demanda solidária, com respostas concretas, eficazes, discretas e revestidas de uma imensa dimensão solidária, humanista e cristã.

As Santas Casas protagonizam, neste sentido, a verdadeira missão solidária plasmada nas catorze obras de misericórdia. Ao longo dos séculos o sentido de cada obra, corporal ou espiritual, adaptou-se, por força da oportunidade e da necessidade ao tempo presente.

Hoje a emergência social dá mais sentido à necessidade de resolução das carências de quem mais necessita. Num determinado momento pode ser tão importante *dar de comer a quem tem fome* como *dar conselho a quem*

pede ou consolar os tristes. Se não comermos morremos, com toda a certeza. Mas, também podemos morrer de solidão e de tristeza.



Frontispício do Compromisso da Misericórdia do Fundão

Fig. 4 - Compromisso 7.

A Santa Casa da Misericórdia do Fundão tem vindo a cumprir o Compromisso da Irmandade e também as catorze obras de Misericórdia, com esforço mas também com grande sentido de entrega ao próximo, cumprindo uma extraordinária dimensão de intervenção cívica na comunidade.

A Santa Casa da Misericórdia do Fundão é um referencial de estabilidade e de serviço ao próximo que honra a história das Misericórdias como instituições seculares e de grande marca social. E ainda bem que assim é porque a esperança nunca pode morrer e porque a caminhada se tornará mais leve com esse auxílio. E quem auxilia sobe mais alto, completa-se, alcança o extremo do amor e dá sentido à vida.

Notas:

- 1 AMADO AMATO – *Antologia de Poesia*, Câmara Municipal de Castelo Branco, 2012, p. 2.
- 2 Alfredo da Cunha, *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão*, Porto, ed. Oficinas de “O Commercio do Porto”, 1925, p. 2.
- 3 Alfredo da Cunha, *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão*, Porto, ed. Oficinas de “O Commercio do Porto”, 1925, p.11.
- 4 Maria de Lurdes Brázio R. Tavares Monteiro, *Ao Redor do Fundão*, edição comemorativa do centenário do Dr. José Alves Monteiro Júnior, Ed. CMF, 1990, p. 47.
- 5 Alfredo da Cunha, *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão*, Porto, ed. Oficinas de “O Commercio do Porto”, 1925, p.11.
- 6 Maria de Lurdes Brázio R. Tavares, *A mais honrada Aldeia do Reino*, Fundão, MMI, p. 47.
- 7 Clara Vaz Pinto, “O Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Fundão”, *Cadernos de Cultura Medicina na Beira Interior – Da Pré-História ao Século XXI*, nº 3, Junho de 1991, p. 19.
- 8 Alfredo da Cunha, *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão*, Porto, ed. Oficinas de “O Commercio do Porto”, 1925, p.13.
- 9 Clara Vaz Pinto, “O Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Fundão”, *Cadernos de Cultura Medicina na Beira Interior – Da Pré-História ao Século XXI*, nº 3, Junho de 1991, p. 19.

Bibliografia:

- AMADO AMATO – *Antologia de Poesia*, Ed. da CMCB, organizada por Pedro Miguel Salvado e Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata e Gráfico de Hugo Domingues, 2012.
- CUNHA, Alfredo da, *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão*, Porto, ed. Oficinas de “O Commercio do Porto”, 1925.
- CUNHA, José Germano da *Apontamentos para a História do Concelho do Fundão*, Edição do Jornal do Fundão, (edição fac- simulada comemorativa do centenário da publicação deste livro – Homenagem a José Germano da Cunha, Lisboa, 1892.
- Fundão – História Cronológica – Da Pré-História ao Século XIX*, 2005, Fundão, Ed. Câmara Municipal do Fundão, 2003.
- Compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Fundão* (20.12.1980).
- MONTEIRO, José, *Ao Redor do Fundão*, edição comemorativa do centenário do Dr. José Alves Monteiro Júnior, Ed. CMF, 1990.
- MONTEIRO, Maria de Lurdes Brázio R. Tavares, *A mais honrada Aldeia do Reino*, Fundão, MMI.
- PINTO, Clara Vaz, “O Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Fundão”, *Cadernos de Cultura Medicina na Beira Interior – Da Pré-História ao Século XXI*, nº 3, Junho de 1991.

*Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Fundão

SABERES ETNO-MEDICINAIS NOS “ECOS DE PROENÇA”

*Inês Cardoso**

*Nuno Marçal***



O património imaterial assemelha-se a um puzzle interminável, em que a aparente e inexistente ligação entre as peças contribui para a identificação de um povo, comunidade e nação.

A frase batida, dita vezes sem conta, de que um povo sem memória é um povo sem história e sem futuro, renova-se todos os dias e todos os dias são dias para renovar o compromisso de recuperar, estudar e difundir essas memórias colectivas.

As bibliotecas podem e são com certeza intervenientes por excelência nesta missão. Não apenas porque está contemplado nas mais diversas directrizes orientadoras (IFLA/UNESCO), mas principalmente porque as bibliotecas são locais de encontro, partilha e difusão de informação e/ou conhecimento.

O património imaterial é isso precisamente: partilha e encontro de memórias, saberes e tradições que fazem no seu todo a identidade de uma povo /comunidade.

A proximidade, a periodicidade e afectividade com que as bibliotecas baseiam ou deveriam basear as relações com os seus frequentadores, são campo fértil para a recolha directa dessa memória colectiva.

O projecto “Ecos de Proença” teve a sua génese na partilha e recolha de diversos aspectos da cultura popular desta comunidade servida pela BiblioMóvel (biblioteca itinerante de Proença-a-Nova). Aquilo que no início era apenas pedaços desgarrados, colhidos aqui e acolá e tratados pelo bibliotecário responsável, foi crescendo em quantidade e qualidade.

Apresentado ao Gabinete de Imagem e Comunicação do Município de Proença-a-Nova, esta amálgama de palavras e imagens sentidas e vividas ganhou consistência e foi lançada na rede social, como um projecto que pretende envolver a memória das memórias de uma comunidade: Proença-a-Nova.

Um dos aspectos mais importantes da memória funcional de uma comunidade prende-se com as estratégias e estratagemas para debelar maleitas físicas, psicológicas e emocionais.

A distância entre um sistema de saúde eficaz e eficiente e as necessidades básicas de acesso a um qualquer paliativo, conduziram estas gentes a processos colaterais e alternativos, que lhe aplacassem as dores ou qualquer tipo de incómodo que alterassem o seu perfeito e normal estado de saúde.

A relação estudada pela etnomedicina, entre o comportamento e a adaptação social que é realizada perante um estado de doença, é bastante reveladora da capacidade do ser humano em criar respostas e alternativas válidas a ausência dum qualquer sistema de saúde que o enquadre e resolva os seus males de corpo e espírito. (Fabrega,1975).

Três figuras cruzavam-se em momentos de doença: o médico, raro, enfrentava a concorrência do “barbeiro” (que tratava com remédios caseiros, chás, mezinhas, cataplasmas...) e das rezas das “bruxas” e mulheres de virtude. Por mais que quisesse lutar contra as superstições, o médico não conseguia ver-se livre delas. Produtos abundantes no concelho, como eram o azeite, o mel e os cereais, tinham um papel central na maioria das receitas para curar doenças e feridas. Mas tão importantes como os “remédios” eram as orações e rituais seguidos para afastar mil e um problemas, encabeçados pelo chamado cobranto, designação popular dada ao mau olhado.

O maior trunfo do projecto “Ecos de Proença” está nos contributos enviados pela comunidade. Espicaçar as memórias veio revolver velhos baús e limpar de pó álbuns de fotografias esquecidos numa qualquer prateleira ou caixa, debaixo de uma cama.

Embora o material fotográfico esteja em maioria, apelamos também para a recolha de histórias de vida, tradições ancestrais, costumes passados e tantas vezes esquecidos.

Durante os primeiros meses de presença nas redes sociais, o interesse tem vindo aumentar e as contribuições chegaram a bom ritmo.

Mas mais importante que isso, tem sido esse desvelar de memórias longínquas mas ao alcance do coração. Este património imaterial vive e sobrevive pois é nele que se pode e deve inventar o amanhã.

Torcido

Se é torcido, ou rendido, ou ofendido ou pisado ou aberto ou quebrado.

A parte que Deus requer se ponha no seu lugar

Que a sagrada morte de paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo te há-de sarar.

(3X como sinal da cruz seguido de um Pai Nosso)

Maria do Carmo Ribeiro, 84 anos – Montes da Senhora

Recolhido em 26/08/07.

Queimado

São Lucas tinha 3 filhas

Todas elas no fogo ardiam

A mais nova queimou-se

A do meio escaldou-se

A mais velha ardia com o fogo que trazia

Procurem a Virgem o que é que seria

(cuspir e bafejar no local 3X ao dia)

Maria do Carmo Ribeiro, 84 anos – Montes da Senhora

Recolhido em 26/08/07.

Quebranto/Cobranto

Benzido da Lua

Através o Paulo

E o quebranto Stª Ana teve Maria

Maria, Stª Isabel e SºJoão com isto se tira o Cobranto

Aqui passou a NªSenhora

Nª Senhora com 3 raminhos de alecrim branco

Se é da cabeça lho tire StªTeresa

Se é do coração lho tire São João

Se é do corpo todo lho tire São Diogo

Quem lho deitou não o há-de tirar

Quem lho há –de tirar há-de ser as 3 pessoas da Santíssima Trindade.

- 3 gotas de azeite em 5 pratos (reza-se 3x em cada prato), Azeite juntar-se está tudo bem, Azeite espalhado é quebranto/cobranto

Maria do Rosário Ribeiro, 82 anos – Monte de Cima – Montes da Senhora. Recolhido em 02/07/07.

Filho da Virgem tinha Quebranto

A Virgem olhou e tirou-o

Eu também hei-de olhar

E por Deus o hei-de tirar

Se for Quebranto ou mal de inveja

Praga que lhe pregaram ou mal que lhe fizeram

Eu também hei-de olhar

E por Deus o hei-de tirar.

(3X benzendo-se)

3 gotas de azeite em 5 pratos com água (reza-se 3x em cada prato). Azeite juntar-se: está tudo bem; Azeite espalhado é quebranto/cobranto.

Maria do Carmo Ribeiro, 84 anos – Montes da Senhora

Recolhido em 26/08/07.

Cabrita

(inflamação no exterior do olho)

Folhas de oliveira cruzadas, um anel (ouro) ou com o polegar direito a fazerem cruzeiros diante do olho afectado e dizendo:

Se és cabrita

Ou outra ferida maldita

Deus te benza

Deus te queira benzer,

P'las cinco chagas

De Nosso senhor Jsesus Cristo

Em Louvor de Santa Luzia

Pai-Nosso e Ave Maria

(+) um Pai Nosso Nosso e uma Ave Maria (5X), repetida (3x) ao dia.

(Vilhena, 2008)

Zípela/Zipéla/Erisipela

Palha de Centeio ou Esparta, molhada em azeite de candeia e cruzando em cima da pele inflamada e dizendo:

De onde vens S.Julião?

Venho de Roma

O que viste tu por lá?

Muita gente morta

De zípela ou zipelões

Volta p'ra trás, S.Julião

E vai curar essa gente

Com azeite virgem

E três palhinhas do campo;

Na graça de Deus

E do Divino Espirito Santo.

Vilhena (2008)

Ecos de Proença:

<https://www.facebook.com/pages/Ecos-de-Proen%C3%A7a/302195056579822?ref=hl>

Bibliografia:

EDMONSON, Ray. *Memória do Mundo – Directrizes para a salvaguarda do património documental*. Unesco, Montevideo, 2012. Disponível em URL: <http://www.unesco.org.uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf>

FABREGA, Horacio. *The need for an ethnomedical science*. Science 19 September 1975: vol. 189 no. 4207 pp. 969-975

FABREGA, Horacio "Medical Anthropology". *Biennial Review of Anthropology* 1971, vol 7. USA Stanford University Press, 197

IFLA/UNESCO Multicultural Library Manifesto. Estocolmo, 2012.

Disponível em URL: <http://www.unesco.org.uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf>

SOARES, Isaura Ribeiro Antunes. *Etnografia do Concelho de Proença-a-Nova*. Évora, NuM, 2002.

VILHENA, Maria Assunção. *Gentes da Beira Baixa aspectos etnográficos do concelho de Proença-a-Nova*, Lisboa, Colibri, 2ª edição, 2008.

* Jornalista

** Bibliotecário

A LITOTERAPIA NAS AFECÇÕES FEMININAS NA OBRA *THESAURUS PAUPERUM* DE PEDRO HISPANO

Maria do Sameiro Barroso¹

"a qualquer pessoa faz bem trazer consigo um diamante ou uma safira"

Pedro Hispano¹

¹Pedro Julião (ou Pedro Hispano), nascido em Lisboa, provavelmente em 1205, falecido em 1277, notável homem de ciência que foi Papa com o nome de João XXI, é apontado pelo medievalista Martin Grabmann como o médico mais importante da Idade Média cuja personalidade riquíssima se encontra ainda por descobrir, pois a sua vasta obra nos domínios da filosofia e da medicina ainda não foi devidamente estudada e entendida.² Da valorização da obra e do seu autor no seu tempo é exemplo o título de um dos manuscritos da sua obra *Thesaurus Pauperum* (O Tesouro dos Pobres), o Codex 4504 que surgiu com o título *Summa medicinalis Magistri Petri Yspani*.³

Na realidade, trata-se de uma figura controversa, pois a sua actividade como médico não parece ter sido bem vista aos olhos da Igreja e a sua obra nem sempre lhe é atribuída.⁴ Uma edição do *Thesaurus Pauperum* de 1569, em castelhano, foi impressa sem nome do autor, havendo um "Prologo ao autor", explicando que o livro foi mandado escrever pelo Papa João a um médico, chamado Juliano, homem muito sábio e experimentado em medicina.⁵

A obra, que teve grande difusão até ao século XVIII, foi escrita em 1272. Existem mais de 70 manuscritos, arquivados em inúmeras bibliotecas desde o Porto a Moscovo.⁶ As versões impressas em latim e traduções para vários idiomas, tais como o castelhano, italiano, inglês, alemão, também são numerosas.

Reúne um conjunto de receitas de "remédios fáceis e eficazes para quase todas as enfermidades", sendo consignada ao "Pai dos Pobres", Deus, que preside à ajuda do médico no tratamento dos seus doentes, como se lê no Prólogo da obra.⁷

Embora retome antigo *topos* de Deus como *Christus medicus* que cura todas as enfermidades e garnde parte das receitas se inscrevam na tradição mágico-popular, a experimentação e a eficácia (ou ineficácia) das receitas é não foi posta de lado, sendo frequentemente referida. Por esse motivo, em alguns manuscritos, a obra é designada como *Summa experimentorum medicarum*.

Para cada afecção, Pedro Hispano transcreve mais do que uma receita, indicando a sua autoria, que vai dos grandes mestres da medicina greco-romana aos médicos europeus e aos autores árabes. Há ainda as suas próprias receitas.

Minerais, fósseis e substâncias petrificadas de origem animal fazem parte do arsenal terapêutico, entre os quais se contam o ouro, o alúmen, a argila, o pó de mármore, o gesso, várias terras: bolo armeno, terra sigillata; pedras preciosas e semi-preciosas: topázio, safira, esmeralda, jaspe, pedra íman. Há ainda fósseis: pedra judaica (identificada com fósseis equinóides), âmbar, azeviche (madeira fossilizada) substâncias de origem animal: pérola, coral, conchas de Santiago, raspas de marfim, chifre de veado (unicórnio), espódio (ossos calcinados), *oculi cancrorum* (concreções calcéreas do caranguejo) e concreções calcáreas do estômago (bezoares), enterolitos e concreções da epífise, da parótida, etc.



Fig.1 - Frontispício da edição em castelhano de 1598.
Colecção particular

Nestas obras, as pedras devem ser entendidas num sentido alargado, na linha do que surge expresso nos chamados Livros de Segredos, escritos a partir do tratado latino de Pseudo-Aristóteles, *Secretum secretorum* ou *Secreta secretorum*, que é uma tradução do árabe *Kitāb al-asrar* (O Livro do Segredo dos Segredos). A obra, supostamente escrita por Aristóteles a Alexandre, o Grande, encontra-se em cerca de quinhentos manuscritos, datados a partir do século XII, o mais antigo dos quais data do ano 941/330 d. C.⁸ Da versão Ashmole do Manuscrito, transcrevemos o seguinte excerto:

"Full grete and marvelous is bothe in plants and in stones, bur fro mankind they ben hid. In primis, thefor, O Alexandre, I wolle yeve the amonge the secrets the greates Pat Purgh Goddes myht shall helpe the to bring about thy purpose, and to kepe secré the priveté. Therfor take the stone animal, vegetable, and mynerall, the which is no stone, neither hath the nature of a stone. And this stone is like in manner to stones of montaynes, of mynes, and of plantes animal, and it is founde in euvery place, in eurey time, in eurey man, and it is convertibile to all colours, and ther-in ben contened all elements, and it is cleped the little world.»⁹

(Grande maravilha existe nas plantas e nas pedras, mas têm sido escondida da humanidade. Por isso, em primeiro lugar, ó Alexandre, eu quero-te revelar os maiores segredos que, através de Deus, possam ajudar o teu propósito, mantendo sagrado o que é privado. Então, toma a pedra animal, vegetal e mineral, aquela que não é pedra, nem tem a natureza de uma pedra. E esta pedra é como uma pedra, como as pedras das montanhas, das minas, e de animais-plantas, que se encontram em qualquer lugar, em qualquer tempo, em cada homem, podem-se converter em todas as cores, contendo todos os elementos, guardados no pequeno mundo.)¹⁰

Nesta obra, está subjacente o pensamento mágico que pressupõe a existência de forças sobrenaturais e acredita na existência de mundos sobrepostos ou paralelos, tudo sendo regulado por forças sobrenaturais, governadas por um outro mundo.¹¹

Muito do conhecimento de mineralogia antiga e medieval é preservada nos lapidários que registam tradições e preservam informações científicas, juntamente com traços mágicos, míticos e lendários, ligados aos minerais e às pedras preciosas.¹² Alguns lapidários são de grande qualidade literária, escritos em verso ou prosa poética, outros constituem capítulos intergrados em obras mais extensas. Há ainda obras, de que é exemplo o *Thesaurus Pauperum*, nas quais a informação sobre pedras e o seu uso medicinal

é fornecida pelas receitas, transcritas na obra.

No âmbito da sexualidade e das doenças femininas, a referência a estas substâncias encontra-se nos capítulos nos quais aborda os estimulantes e inibidores do desejo sexual, essencialmente centrado nos indivíduos do sexo masculino e algumas patologias femininas, nomeadamente, tratamento do "Excesso de fluxo menstrual", "Sufocação da madre", "Impedimento da concepção", "Para a mulher conceber" e "Dificuldade do parto". Os autores que refere nas receitas são: Cirano, Gilberto, Dioscórides, Avicena, Trótula, Constantino, Sixto, Octaviano, Galeno, Isaac e ele próprio. É de registar o número elevado de produtos orientais, introduzidos pela influência dos autores árabes.

A maior parte dos materiais utilizados é de origem vegetal. Neste breve artigo, focaremos a atenção nas pedras e no seu uso: como medicamento, diluídas em líquidos, depois de reduzidas a pó e usadas em aplicação cutânea ou em pessários vaginais, ingeridas, ou usadas como amuletos e talismãs, constituindo um importante complemento terapêutico na medicina pré-científica até o início do século XIX.

Tal como expressou a historiadora de arte, Joan Evans (1893 – 1977), a magia e a ciência desenvolveram-se em íntima conexão até que o homem conseguisse distinguir o conhecimento, baseado em premissas lógicas, e o simbolismo, baseado em poderes imaginários e em correspondências da natureza. Joan Evans salienta também que a magia anda intimamente ligada à religião, ao reconhecer poderes sobrenaturais que actuam no controlo das forças da natureza.¹³

Por amuleto entende-se, de forma muito genérica, um objecto ao qual se atribuem inúmeros poderes, seja pedra, planta ou parte de animal (unhas, ossos, etc.). Os amuletos mais numerosos são feitos a partir de minerais¹⁴ Desde os primeiros lapidários gregos, as qualidades atribuídas aos minerais e gemas são essencialmente medicinais.¹⁵

Por talismã, palavra de origem árabe, *tilsam*, entende-se um objecto (pedra, anel, etc.), portador de sinais sagrados ao qual são atribuídas propriedades mágicas de protecção e poder.¹⁶

Para aumentar o desejo sexual, Pedro Hispano começa por referir uma receita de Cirano, segundo o qual a pedra que tem origem no cinco, ou quinquifólio, uma planta, que deve ser comida por um galo para provocar o efeito desejado: «no terceiro nó da espinha do cinco, há uma pedra que, se for bebida ou comida por um galo, imediatamente subirá para cima da galinha e, se um homem a beber ou comer, ficará desmedidamente libidinoso, de tal modo que não poderá guardar continência.»¹⁷

Nesta receita, há uma sinergia entre a concreção vegetal e o animal, o galo, que activa a sua acção. As plantas,

tal como as pedras, eram frequentemente utilizadas como amuletos. Uma das obras mais importantes sobre este assunto, da qual existem dois manuscritos do século XI, é o herbário de Pseudo Apuleio, um autor do século V d.C.¹⁸

Outra receita com o mesmo objectivo, contém um ingrediente de origem animal. A localização na maxila, aponta para uma concreção calcária da parótida¹⁹: «trazer a pedra que se encontra na maxila direita da salpuga provoca uma grande erecção do pénis.»²⁰

O capítulo termina pedras que favorecem a harmonia entre os casais, exercendo o seu efeito benéfico e apotropaico. A primeira receita, da autoria de Dioscórides, preconiza a pedra íman ou magnetite: «trazer a pedra que se chama íman apazigua por completo a discórdia entre o marido e a mulher.»²¹ No lapidário grego *Orphei Lithica*, lê-se: *Ousa também adoçar o coração dos imortais usando os serviços da pedra de Magnésia.*²² A pedra de Magnésia é a magnetite ou pedra íman.



Fig. 2 - Magnetite, proveniente de Alvito. Coleção particular

Uma outra receita de Gilberto preconiza: «Beba-se a erva que crescer pelo meio pelo meio de uma pedra furada.»²³ As pedras com orifícios naturais surgem como amuletos, nos túmulos dos celtas. Na necrópole de Dürrenberg, na Áustria, datada do período La Tène A (por volta da primeira metade do século IV a.C.), uma pedra de calcário furada naturalmente conta-se entre os objectos enterrados com uma mulher, provavelmente uma curandeira.²⁴

Uma receita de Constantino preconiza o coral: «Se se tiver coral em casa, anulam-se todos os feitiços.»²⁵ O coral, esqueleto calcário, segregado por animais marinhos, semelhante a uma planta, era altamente apreciado pela sua beleza, como ornamento e como amuleto. Plínio-o Velho (23-79 D.C.) referiu-o como poderoso amuleto que afastava todos os perigos, sendo conhecido pelos Celtas que o utilizavam na orna-

mentação das suas espadas, escudos e elmos. As também crianças usavam ramos de coral como amuletos de protecção.²⁶

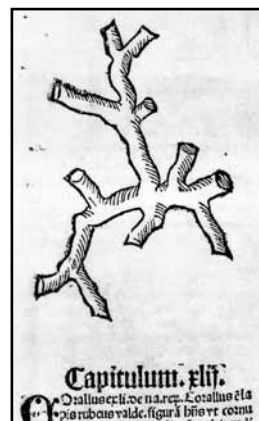


Fig. 3 – Coral Hortus Sanitatis

As pedras também são usadas quando se pretende diminuir o desejo erótico: «trazer a pedra que se encontra na maxila do lado esquerdo da salpuga impede a ereção do pénis. Cirano.»²⁷ Neste caso, é a mesma pedra, usada da mesma forma, mas do lado oposto, o lado esquerdo. Este conceito tem, provavelmente, origem no conceito da medicina egípcia antiga, que considerava que as influências positivas entravam no corpo pelo lado direito e as negativas pelo lado esquerdo.²⁸ Neste caso, o lado esquerdo proporcionará um efeito inibitório, em contraste com o efeito positivo, proporcionado pela pedra, usada no lado direito.

Uma receita do Lapidário aponta outra pedra: «a pedra do topázio gera castidade e reprime vénus.»²⁹ O topázio faz parte do lapidário de Alberto Magno (1193/1206- 1280) que foi professor de Pedro Hispano em Paris.³⁰ Segundo este autor, a palavra topázio tem origem na ilha Topazis ou pela sua semelhança com o ouro. Entre outras indicações, é bom contra *emthoicam* e *stimaticon* (hemorróidas e estado de excitação).³¹ No segundo Lapidário Anglo-normando em prosa, também se diz que o topázio refreia o homem e o torna mais casto e menos luxurioso.³²



Fig. 4 – Topázio Hortus Sanitatis

Para tratar o excesso de fluxo menstrual, uma receita de Dioscórides indica que «Beber coral retém a menstruação.»³³ Entre os efeitos medicinais do coral, Plínio referiu o tratamento de hemoptises e o uso tópico nas úlceras cutâneas e para amaciar cicatrizes.³⁴ Alberto Magno também refere que o coral é bom para estancar o sangue.³⁵

Noutra receita da autoria de Avicena para o mesmo problema: «conchas dos peixes que se trazem de Santiago, queimadas e dadas a beber com água de sumagre, fazem muito bem.»³⁶ As conchas dos peixes são, na edição castelhana de 1598, «las conchas que traē los romeros de Santiago».³⁷

O betume judaico é referido, numa receita de Dioscórides, para tratamento da «Sufocação da madre».³⁸ Não é explicado de que forma: por via oral ou num pessário.

O betume judaico ou pedra judaica é conhecido desde Dioscórides. Corresponde aos fósseis equinóides actualmente identificada com fósseis equinóides (ouriços do mar fossilizados).³⁹ O fóssil preponderante é o *Balanocidaris*. A pedra judaica foi largamente usada desde a época clássica e na medicina tradicional, especialmente na região mediterrânea, como profiláctico e no tratamento de várias afecções, entre as quais as perturbações urinárias e a litíase renal e vesical.⁴⁰ O desenho dos fósseis surgiu na obra de Michaelis Mercati (1541-1593), pioneiro da paleontologia.⁴¹

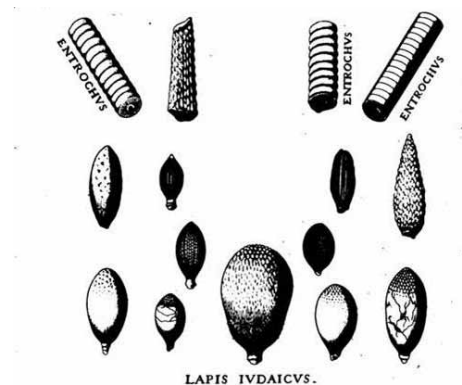


Fig. 5 – Pedra judaica. Fósseis equinóides. Michael Mercati.



Fig. 6 – *Pseudocidaris*, proveniente do Sobralinho, Vila Franca de Xira. Colecção do Dr. José Inácio

Entra também na composição de uma receita para a mulher conceber: «betume judaico, excrementos de lebre, arruda silvestre, ana; diluam-se com cera e façam-se as pílulas, com as quais se efectuem frequentes fumigações. Hali na «Regali Dispositione.»⁴²

Uma receita de Trótula, indica que trazer uma pedra de azeviche é preconizada para o «Impedimento da concepção».⁴³ Trata-se do carvão compacto, também conhecido como âmbar negro que a mulher deve trazer consigo ou mesmo levar à boca, tal como é referido por Trótula.⁴⁴

Uma receita de Sixto a Octaviano preconiza: «pendurar do braço osso de coração de veado não deixa conceber.»⁴⁵ Uma pedra de origem animal é preconizada pelo mesmo autor: «trazer a pedra que se encontra no estômago ou na vulva ou no coração da corça faz o mesmo».⁴⁶

A pedra que se encontra no estômago da corça, corresponde, com certeza, a um bezoar, a pedra que se encontra no coração da corça, será, eventualmente, uma concreção cardíaca patológica, uma vez que não existem concreções calcárias num coração normal de nenhum mamífero.

A Constantino, o Africano (1017-1087), médico originário da Tunísia e professor de medicina em Salerno, mais tarde, um monge beneditino que traduziu grandes mestres da medicina árabe, Pedro Hispano foi também buscar receitas nas quais pedras de animais são utilizados como amuletos para resolver problemas de infertilidade: «dar comida ou bebida a pedra que pode ser encontrada no cérebro ou no estômago da águia, ou amarrado a braço direito masculino antes do coito, ele vai fazer conceber. A pedra encontrada no estômago do veado faz com que a mulher levá-lo, vai conceber.»⁴⁷

A origem da primeira pedra referida é difícil de identificar, uma vez que tanto se pode encontrar no cérebro como no estômago da águia. A segunda pedra é claramente um bezoar, embora não designado por esse nome.

Na dificuldade no parto, figuram três pedras, usadas como amuleto. A primeira receita é de Avicena: «se se tiver uma pedra íman na mão, imediatamente dará à luz.»⁴⁸ A pedra-íman também, usada em medicamentos, com a mesma indicação, mas não como amuleto, é referida por Al-Beruni (Abu Ray an Muhammad ibn Ahmad al-Beruni (973- depois de 1050).⁴⁹

A segunda receita também é de Avicena: «atar coral à coxa torna o parto fácil.»⁵⁰ A terceira receita é de Gilberto: «jaspe tem a excelente virtude de fazer sair o feto.»⁵¹ O jaspe, que é formado por cristais minúsculos cristais de quartzo, distribuídos de forma aleatória e entrosados uns nos outros, é opaco e contém óxidos de ferro vermelhos ou amarelos, ou clorite e actinolite verdes.⁵²

Uma das indicações do jaspe, quando aplicado, é a ajuda do trabalho de parto, tal como refere Marbode, Bispo de Rennes (1035-1123).⁵³



Fig. 7 - Jaspe verde e vermelho, proveniente do Brasil. Coleção particular.

O jaspe figura nos lapidários cristãos como símbolo da fundação da Igreja e do vigor da fé.⁵⁴ Por esse motivo, é representado com uma cruz, na obra Hortus Sanitatis.⁵⁵



Fig. 8 -Jaspe Hortus Sanitatis

Nestas receitas, o uso mágico das pedras, usadas como amuleto, prevalece nas receitas para o controlo da libido, para promover a fertilidade e favorecer a harmonia entre os casais, como anti-conceptivo e para facilitar o parto. Para todos estes problemas havia uma resposta terapêutica muito insuficiente, na altura, daí que o recurso à magia e ao sobrenatural seja absolutamente compreensível.

Segundo Claude Leconteux, os amuletos e talismãs são inseparáveis da história humana, veiculam uma mensagem de esperança e expressam o enorme desejo de que a confiança e a fé colocadas no objecto mágico não vão ser traídas. Quem os fabrica e quem a eles recorre acredita que podem mudar o curso natural das coisas. Tanto os amuletos como os talismãs permitem a realização do impossível, revelando a propensão humana para o irracional.⁵⁶

Notas:

- 1 Hispanus 2011: 361.
- 2 Grabmann 1936. (Grabmann tem-se dedicado à leitura e interpretação dos manuscritos de Pedro Hispano).
- 3 H. Schipperges 1994: 117.
- 4 Sobre este assunto, ver Aires Gonçalves, A. 2014: 62-63.
- 5 [Hispanus] 1598: 60.
- 6 Pereira, M.H.R. 2014: 64.
- 7 Hispanus 1911: 5.
- 8 Manzalaoui 1977: ix.
- 9 Manzalaoui 1977: 64-65.

- 10 Manzalaoui 1997, 64-65.
- 11 As analogias mágicas têm por base a semelhança entre o meio utilizado e o fim a prosseguir. Assim, pelo facto de as plantas serem amarelas acreditava-se que poderiam ser úteis na icterícia ou que raízes semelhantes a pernas poderiam ser úteis para aliviar o cansaço. González 1998, 84-85).
- 12 Schuh 2007: 42.
- 13 Evans 1922: 9.
- 14 Leconteux 2014: 131.
- 15 Evans 1922: 15.
- 16 Lecouteux 2012: 19, 13.
- 17 Hispanus 2011: 38, 253.
- 18 Apuleius 11th century, late.
- 19 A salpuga é uma espécie de formiga ou aranha venenosa (Dicionário de Latim-Português, Porto Editora, Porto, 1995). Só os vertebrados têm esqueleto. Os insectos não têm maxilas. Deixo a questão em aberto até ter mais informação.
- 20 Hispanus 2011: 38, 255.
- 21 Hispanus 2011: 38, 257.
- 22 (*Ose adoucir aussi le coeur des immortels en usant des services de la Pierre de Magnésie.*) Halleux & Schamp 1985: 98.
- 23 Hispanus 2011: 38, 257.
- 24 Breitwieser 2003: 150-151 Fig. 4.
- 25 Hispanus 2011: 38, 257.
- 26 Pliny, Nat. Hist. 1963: 32, 479.
- 27 Hispanus 2011: 38, 259.
- 28 Bardinet 1995: 447.
- 29 Hispanus 2011: 38, 265.
- 30 Console & Duffin 2012: 88.
- 31 Best and Brightman 2004: 29.
- 32 Evans, 123.
- 33 Hispanus, 2011: 41, 277.
- 34 Pliny, Nat. Hist. 1963: 32, 479.
- 35 Best and Brightman 2004: 35.
- 36 Hispanus, 2011: 41, 277.
- 37 [Hispanus] 1598: 60.
- 38 Hispanus 2011: 43, 287 (Não é explicado de que forma: por via oral ou num pessário).
- 39 Leconteux 2012: 184.
- 40 Duffin 2006: 88.
- 41 Mercati 1717: 227.
- 42 Hispanus 2011: 45, 299.
- 43 Hispanus 2011: 44, 289.
- 44 Green 2002, 78.
- 45 Hispanus 2011: 44, 291.
- 46 Hispanus 2011: 44, 291.
- 47 Hispanus 2011: 45, 299.
- 48 Hispanus 2011: 46, 313.
- 49 Hakim Mohamed Said, 276.
- 50 Hispanus 2011: 46, 313.
- 51 Hispanus 2011: 46, 321.
- 52 Woodward/ Hardins 1992: 53.
- 53 Riddle 1997: 40.
- 54 Leconteux 2014: 179.
- 55 Cuba 1491:
- 56 Leconteux 2014: 202.

Bibliografia:

- Apuleius, D. (11th century, late), *De virtibus bestiarum in arte medicinae, in Latin and English*, M.S. Bodl. 130 Ps. Bury St. Edmunds. Bodleian Library. University of Oxford.
- Thierry B. (1995), *Les Papyrus Médicaux de l' Egypte Pharaonique*, Fayard, Paris.
- Best. M. R./Brightman F. H. (ed.) (1999) *The Book of Secrets of Albertus Magnus, Of the Virtues of Herbs, Stones, and Certain Beasts, Also a Book of the Marvels of the World* (After the English edition of 1550). Weiser Books, Boston.
- Breitwieser, R. *Celtic trepanations in Austria* (2003) in Arnott, Finger, S.R., Smith, C.U. M. (eds) *Trepanation. History-Discovery-Theory*, Swets & Zeitlinger Publishers, Lisse, The Netherlands. Console, R./Duffin, C.J. "Petrus hispanus (circa 1215-1277) and the 'Treasury of the Poor' in *Pharmaceutical Historian*, Console, R. & Duffin, C.J. (2012), "Petrus Hispanus (circa 1215-1277) and the 'Treasury of the Poor' in *Pharmaceutical Historian*, Vol. 42 Nº 4: 82-88.
- Cuba, J. *Hortus Sanitatis* [...] (1491). Jacob von Meydenbach, Mainz.
- Duffin (2006) "Lapis Judaicus or the Jew' stone: the folklore of fossil equinoid spines" in *Proceedings of the Geologists' Association*, London, 265-275.

Evans, J. (1922), *Magical Jewels of the Middle Ages and the Renaissance particularly in England*, Dover Publications, New York.

Gonçalves, A. (2014), "Pedro Hispano: vultu lusitano na cultura europeia do séc. XIII" in *Revista da Ordem dos Médicos*, Nº 151, Junho: 61-64.

Miguel Ángel Sánchez González, M.A. S. (1998, reimpressão, 2003), *História, Teoria y Método de la Medicina: Introduccion al Pensamiento Medico*, Masson, Barcelona.

Grabmann, M (1936), *Handschriftliche Forschungen und Funde zu den philosophischen Schriften des Petrus Hispanus, des späteren Papsts XXI*, Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, München.

Halleux, H. & Schamp, J. (1985), *Les Lapidaires Grecs*. Les Belles Lettres, Paris.

Hispanus, P. (2011) *Thesaurus Pauperum, Tesouro dos Pobres, Treasury of the Poor*, Coordenação de Baptista, A.M. (coord.), Tradução Latim/Português Pereira, M.H.R., Tradução Português/Inglês Isabel Reis, I./Robson, F.O., Hearbrain Consultores em Comunicação, Lisboa.

Hispanus, P. (1598), *Libro de Medicina, llamado Thesoro de los pobres, con vn regimiento de sanidad. Agora nuevamente corregido y enmendado*, Alcala de Hennares.

Lecouteux, C. (2012), *A Lapidary of Sacred Stones Their Magical and Medicinal Powers Based on Earliest Sources*. Jon E. Graham (Transl.). Inner Traditions, Rochester, Vermont.

Leconteux, C. (2014), *The High Magic of Talismans & Amulets. Tradition and Craft*, translated by Jon E. Graham, Inner Traditions, Rochester, Vermont. Toronto, Canada.

Manzalaoui, M.A. (ed.) (1977), *Secretum Secretorum Nine English Versions*. Oxford University Press, Oxford.

Mercati, M. (1717), *Michaelis Mercati Samminiatisensis Metallotheca: opus posthumum*, Romæ, ex officina Jo. Mariæ Salvioni Romani in archigymnasio Sapientiae, Roma.

Muhammad, I. (1989), *English Translation of Al-Beruni's Book on Mineralogy: Kitab Al-Jamahir Fi Marifat Al-Jawahir*. Hijra Council, Islamabad, Pakistan.

Pereira, M.H.R.(2014), "Razão e experiência no *Thesaurus Pauperum* de Pedro Hispano" in *Revista da Ordem dos Médicos*, Nº 151, Junho 2014: 61-64.

Pliny (1963, reprint 2006) *Natural History*, VIII (Books 28-32), Translation Latin/English Jones, W. H., Loeb Classical Library, London.

Riddle, J.M. (ed.) (1977), *Marbode Of Rennes'(1035-1123) De Lapidibus*. Franz Steiner Verlag, Wiesbaden.

Schipperges, H. (1994), *Artz im Purpur. Grundzüge einer Krankheitslehre bei Petrus Hispanus (ca. 1210 bis 1277)*, Springer Verlag, Berlin, Heidelberg.

Schuh, C.P. (2007), *Minerology & Crystallography: On the History of the Sciences from Beginning through 1919*, Tucson Arizona.

Scott, W. (e. trans. notes) (1924. Facsimile edition 1995). *Hermetica. The ancient Greek and Latin writings which contain religious or philosophic teachings ascribed to Hermes Trismegistus*. Kessinger Publishing, Paris.

Studer, P/ Evans, J. (1924), *Anglo-Norman Lapidaries*. Ed. Champion, Paris.

Toral-Niehoff, I. (1997), *Kitāb Ġirānis, Die Arabische Übersetzung des ersten Kyranis des Hermes Trismegistos und die griechischen Parallelen, übersetzt und kommentiert*. Herbert Utz Verlag, München.

Throop, P. (trans.) (1998), *Physica, The Complete English Translation of Her Classic Work on Health and Healing*, Jacobson, M.E. (illustrations). Healing Arts Press, Rochester.

Woodward, C./ Hardins (1992), R. *Guia das Pedras Preciosas (Gemstones)*, tradução de Luís Rodrigues, Editorial Presença.

* Médica, escritora, investigadora, membro da Direção do Núcleo de História da Medicina da Ordem dos Médicos.

Agradecimento

À escritora Seomara da Veiga Ferreira agradeço a gentil oferta do exemplar do livro *Libro de Medicina, llamado Thesoro de los pobres*.

Ao Dr. José Inácio, médico-cirurgião do Hospital de Santa Maria, agradeço a amável cedência dos fósseis da sua colecção para a fotografia.

EVOCAÇÃO DO DR. ARTUR PISTACCHINI GALVÃO

(N.29.11.1923 - F. 15.06.2013):

MEMÓRIA DE UM GRANDE ALCOOLOGISTA

*Aires Gameiro**



Este texto constitui uma homenagem a um grande especialista de alcoologia, psiquiatria e saúde pública. É também uma evocação do seu perfil humanista de médico e da sua influência humana e técnica sobre o autor. O Dr. Artur Pistacchini Galvão nasceu em Oeiras, concluiu o curso de medicina em 22.12.1950; colaborou com Dr. João Santos no Centro de Saúde Materno-infantil, em Campo de Ourique; trabalhou nos Hospitais de Lisboa, começou a exercer na Casa de Saúde do Telhal em 01.06.1962 como psiquiatra e alcoologista. Foi ainda diretor do Instituto de Assistência Psiquiátrica (IAP).

Muitas pessoas se cruzam com a nossa vida e algumas deixam marcas. Um telefonema e uma mensagem vieram, sem esperar, avivar um desses cruzamentos significativos: meu mestre em alcoologia tinha falecido a 15.06.2013 e a missa do funeral ia ser na Igreja de Nova Oeiras dia 16. Era o saudoso Dr. Artur Pistacchini Galvão. Gostaria de acompanhar e homenagear concelebrar nessa missa mas estava distante. Celebrei na Casa de Saúde S. João de Deus no Funchal. E agora desejo expor uma nota em sua memória também em atenção à família a quem ele se referia frequentemente como "as minhas princesas".

Foi na segunda metade de 1972 que nos cruzámos e comecei a colaborar com o Dr. Artur no Novo Rumo da Casa de Saúde do Telhal, unidade de alcoologia, já em sede autónoma, a partir de 1969. Esta colaboração prolongou-

se com raras interrupções até 1998 em fui deslocado para Ponta Delgada. Em Portugal o autor era o primeiro psicólogo em psiquiatria e o primeiro em alcoologia quando convidado a trabalhar com um mestre experimentado.

O Dr. Artur continuava o trabalho do primeiro alcoologista português, o Dr. Pompeu e Silva, o qual ao ser nomeado para diretor do centro Dr. António Flores reconheceu ser incompatível continuar as funções no Telhal. O Dr. Artur tinha formação em saúde pública nos Estados Unidos e em psiquiatria; e logo comecei a aprender esses conceitos e termos aplicados aos problemas de saúde ligados ao álcool. O álcool como agressor, o corpo do alcoólico como hospedeiro e vítima nos seus órgãos e mente atingidos por esse agressor. E à sua volta, agredidos também, a sua família, o seu ambiente de trabalho e a sua vizinhança. O que interessava era inverter a situação: controlar o agressor e transformar as vítimas em aliados de cura e reabilitação de uns e dos outros.

Nas reuniões de equipa e de unidade, com toda a equipa e os utentes, às quartas feiras, em que o autor sempre participava fui aprendendo muito com este mestre. Aprendia também com os seus modos humanos de escutar e responder, esclarecer e motivar a cada um dos pacientes no respeito a cada um deles. A sua condição de alcoólicos não era razão para o Dr. Pistacchini Galvão baixar a fasquia do seu respeito por cada um deles.

Todos tinham que participar e envolver-se. Também participavam os enfermeiros e, entre eles o Irmão Fausto Avelãs, por quem o Dr. Artur tinha grande apreço louvando-me com frequência a sua competência como enfermeiro de cabeceira e como responsável pela enfermagem da unidade. A certa altura também ele aceitou a sugestão do Dr. Artur e começou a orientar uma reunião semanal com os pacientes.

Durante, talvez uns 15 anos, o Dr. Artur não dispensava a colaboração de um secretário das sessões de terapia eleito de entre os pacientes, um voluntário, indicado por ele e aceite democraticamente pelo grupo. A ata era cuidadosa, cobria os temas, as intervenções, quase sempre nominais, e era lida pelo secretário e emendada por todos na reunião seguinte. Um método participado. Não sei se o livro ainda está guardado, mas merecia arquivo como documento histórico. Mais tarde começou a ser difícil encontrar um secretário voluntário, também devido a estada curta de cada um no centro. No início de 1970 a média de internamento no Novo Rumo para o programa de tratamento biológico e reabilitação psicossocial seria à volta de seis meses, programa que de acordo com as correntes técnicas internacionais foi passando para três meses, e por fim, para o programa de um mês que creio ainda se mantém no Centro.

Uma das queixas frequentes, motivadas, por vezes pela fase de carência do álcool, era a crítica cerrada à alimentação. E logo o Dr. Pistacchini com todo o respeito se oferecia para as levar ao conhecimento da direção mas pedia uma verificação prévia: pedia para registarem as ementas durante x dias para poder ser objetivo na informação e nalgum reparo a fazer. Se as ementas incluíam os alimentos básicos: proteínas, hidratos de carbono, fruta, hortaliças, concluía que a alimentação era correta independentemente de se gostar ou não.

Aprendi também a tomar as minhas notas considerando que estava a aprender e isso ia-me preparando para as duas reuniões semanais da minha responsabilidade, na sala debaixo do antigo edifício que manteve até aos anos noventa. Aprendi dele os conceitos e tipos de dependência física e psicológica, tolerância, síndrome de abstinência, *delirium tremens* alcoólico e os seus riscos, etc.

Nessa data inicial ainda se usavam os métodos pavlovianos dos reflexos de náusea para tratamento de alcoólicos que logo foram sendo postos de parte assim como os de *Tetradin* que duraram mais tempo mas foram também perdendo terreno. O Dr. Pistacchini Galvão seguia-os à risca. No tratamento do reflexo condicionado o alcoólico indicava as bebidas de que estava mais dependente que eram trazidas da despensa e ele era convidado a saciar-se com essa bebida, a seguir recebia uma injeção de emetina ou apomorfina que lhe provocava náuseas e vômitos logo associados à ingestão da bebida que induzia um reflexo de náusea quando consumisse aquela bebida.

O Dr. Pistacchini, no seguimento do Dr. Pompeu e Silva, com a colaboração de um grupo de homens “bons”, também motivou o autor para ser sócio e voluntário da Sociedade Anti-Alcoólica Portuguesa (SAAP), grupo de auto-ajuda, a que ainda continuo ligado, e de que o Dr. Pistacchini Galvão exerceu o cargo de presidente da SAAP durante um mandato ou dois.

Esta pertença iria constituir um enriquecimento técnico pessoal do autor e, penso, para o Novo Rumo, e abriu as portas ao autor para participar em projetos europeus de investigação e em largas dezenas de encontros, congresso e conferências internacionais a convite e com ajudas de deslocação de meia dúzia de organizações não governamentais (IOGT, EUROCARE e GAPA) e das comissões europeias da saúde, do trabalho e da família. Esta participação era facilitada pelo uso da língua inglesa.

Nos anos setenta ainda não se tinha chegado à norma de não fumar nas reuniões e a carência do álcool aumentava o consumo de tabaco durante o tempo no centro. Foi um alívio quando, anos depois, o Dr. Artur decidiu que nas reuniões da Unidade Novo Rumo, não se fumava e essa norma começou a ser cumprida para alívio dele que tinha deixado de fumar há uns anos e do autor. Mais tarde, um especialista, após um exame ao coração, quase chamou mentiroso ao autor, por ele dizer que nunca tinha fumado. Só então me lembrei daqueles cerca de dez anos em que fui fumador passivo do fumo dos alcoólicos. E doutros anos no antigo pavilhão do Beato da Casa de Saúde do Telhal nos anos 40, em salão fechado nos dias chuvosos e frios de inverno com cerca de 120 lá dentro muitos deles a fumar.

Voltando ao Dr. Artur, talvez seja pretensão, mas é possível que a certa altura as minhas intervenções nas reuniões por solicitação e com o que aprendia do mestre e os conhecimentos de psicólogo, comessem a trazer algo de novo à reunião, devido também ao estudo, pesquisa e escrita que ia empreendendo. Foi ali que me iniciei a escrever artigos e comunicações sobre os problemas ligados ao álcool e publiquei os primeiros cadernos para uso do centro e da Escola de Enfermagem da Casa. E quase não terminei de escrever até hoje para jornadas, congressos e livros.

As relações com o Dr. Pistacchini foram sempre de colaboração e respeito. Devo confessar, porém, que pelo ano 1976 me comportei à margem do mestre. Apareceu um alcoólico americano dos AA a residir em Lisboa, que, talvez por eu participar algumas vezes nas reuniões dos AA no Corpo Santo, me veio pedir se poderia participar nas minhas reuniões porque, dizia, precisava delas para não esquecer que era alcoólico e para se manter sem beber. Pensei duas vezes. O diretor do Novo Rumo era o Dr. Pistacchini Galvão, ele é que podia decidir, mas de toda a maneira as minhas reuniões eram da minha responsabilidade. Se eu falasse desse pedido poderia ouvir uma recusa. Decidi aceitar esse

AA e depois outros, a participar nas reuniões de terapia de grupo da minha orientação. E aprendi muito com os métodos dos AA, ainda que se tratasse de reuniões abertas.

Nos anos oitenta a unidade do Dr. Galvão teve a estagiária a Dra Margarida Cordo que posteriormente começou a fazer parte da equipa. O membro dos AA inicial começou a vir todas as semanas e a trazer outros com ele tornando-se o Novo Rumo a primeira unidade de alcoólicos no país a aceitar a presença de Alcoólicos Anónimos e o autor o primeiro psicólogo aceitar a sua colaboração nas terapias de grupo. E assim aconteceu. O senhor Ed era pessoa muito diferenciada e com larga experiência do seu problema e do problema do álcool de muitos seus conhecidos. Não dominava o português pelo que tive que fazer de tradutor e ia aprendo muito dos métodos de AA, principalmente na área da assertividade, do controlo das emoções e prevenção das recaídas. Não sei quando é que o Dr. Artur veio a saber desta minha transgressão, porque eu não lhe disse diretamente. Mas nunca houve problema e ele certamente seria compreensivo. Mais tarde aquela relação com o senhor Ed valeu-me um convite/oferta para visitar grupos AA nos Estados Unidos e a sede de AA em Nova Iorque. Durante um mês visitei uns onze estados em que frequentei inúmeras reuniões abertas e centros de tratamentos sobre as quais publiquei um longo relatório. Foi uma grande janela para os AA e o mundo dos problemas do álcool nos Estados Unidos e no Canadá, o chamado método Minnesota dos 12 passos, as instituições da Ordem Hospitalreira de S. João de Deus nesses países, etc. Esta abertura aos AA terá concorrido, segundo alguns testemunhos, para a multiplicação dos grupos AA em Portugal e até para que fosse convidado a ser presidente de AA durante dois anos (2005-2007).

O Dr. Pistacchini Galvão mantinha, com certo rigor, não aceitar alcoólicos embriagados ou recaídos pela terceira e quarta vez. Teriam que dar entrada na psiquiatria. Também aprendi dele o critério de bom resultado quando após o tratamento os pacientes se mantinham sem consumir pelo menos dois anos.

Nunca perdoei bem ao Dr. Artur Pistacchini Galvão o fato de ele se esquivar, porfeitio, a participar com sua experiência tão rica com trabalhos escritos nas jornadas e congressos de Psiquiatria S. João de Deus dos quais se realizaram dez edições. Falava bem e com muita competência de forma muito clara e lentamente, mas reconhecia que era avesso a escrever, e acrescentava com certo humor que isso era para os psicólogos... Paresse que a piada assentava bem no autor.

A custo ainda se conseguia que moderasse alguma mesa e até que encerrasse algum desses congressos. Deu-me alguma consolação por isso quando o convidei para as jornadas da história do centenário da Casa de Saúde do

Telhal e ele aceitou pronunciar a sua bela comunicação: "*Evocação das experiências pessoais na Casa de Saúde do Telhal (1992)*" publicadas na monografia do *I Centenário da Casa de Saúde do Telhal* (pp. 246-250). Bem haja. É um belo testemunho em que fala das suas atividades e exprime o seu profundo apreço pelo Irmãos de S. João de Deus que não escondia de quem falasse com ele.

Agora que se fala muito da Família S. João de Deus aí está um precursor que viveu o espírito desta Família. De facto uma das facetas do Dr. Artur era a sua admiração e estima pelos Irmãos de S. João de Deus que bem exprime nessa evocação que teve que ser transcrita do gravador. Um dia, como ele desabafou numa reunião do Novo Rumo, ficou escandalizado quando, numa reunião nos serviços estatais em que participava com frequência, como diretor do IAP, se atreveu a defender a Casa de Saúde do Telhal e a justificar diárias para a Casa com mais equidade, um colega lhe perguntou quanto é que iria receber de "bónus" por esta intervenção negocial. Tal situação feriu-o profundamente na sua honra pois nunca recebera nada além do seu salário.

Mais recordações poderia referir mas esta nota destina-se apenas a ser singela homenagem de gratidão, e não biografia deste saudoso amigo. E para terminar esta nota de memória ainda acrescentarei que o Dr. Artur Pistacchini Galvão quando foi convidado para chefiar os Serviços do Instituto de Assistência Psiquiátrica (IAP) pôs, como condição para aceitar, a garantia de poder continuar a dar a sua colaboração na Casa de Saúde do Telhal, como ele conta no encerramento das II Jornadas de Psiquiatria S. João de Deus. Os meus sentimentos à família e um Bem haja pela sua vida; e também que receba o Bem Haja do Pai do Céu na visão da sua graça a qual supera todas as visões humanas mesmo as mais espirituais dos humanos. E um bem haja para a Casa de Saúde de do Telhal e para a unidade Novo Rumo que o teve como colaborador tão competente e humano.

Funchal, 21 de Junho de 2013

Nota bibliográfica do Dr. Artur Pistacchini Galvão

- "*Evocação das experiências pessoais na Casa de Saúde do Telhal (1992)*" in monografia do *I Centenário da Casa de Saúde do Telhal* (pp. 246-250).
- "*Luta antialcoólica na empresa e participação dos trabalhadores*" in *[I] Jornadas de Psiquiatria S. João de Deus. Comunicações* (Apres. Aires Gameiro) Hospitalidade e Ciba –Geigy Lisboa 1979, pp. 265-269;
- "*Perspectivas da Organização dos Serviços de Saúde Mental*" in *II Jornadas de Psiquiatria S. João de Deus, Comunicações /Dir. Aires Gameiro*. Ed. Hospitalidade, Lisboa, 1982, pp. 284-288
- "*Palavras de Encerramento*" in *II Jornadas de Psiquiatria S. João de Deus, Comunicações /Dir. Aires Gameiro*. Ed. Hospitalidade, Lisboa, 1982 p. 427.

*Doutor, Investigador

A SAÚDE E A DOENÇA NA IDADE MÉDIA EM PORTUGAL

OS HOSPITAIS MEDIEVAIS DE LISBOA

*Maria Cristina Piloto Moisés**



Introdução

O tema apresentado baseia-se sobretudo em fontes portuguesas e tudo o que aqui se apresenta se refere ao nosso país, cuja evolução na Medicina e na Saúde foi um pouco diversa do percurso percorrido pelos restantes países europeus. Este trabalho visa essencialmente o estudo da saúde e dos hospitais lisboetas até ao momento da fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos, pelo que considere o ano de 1499 como término da minha pesquisa.

Considera-se Idade Média ao intervalo de tempo que media entre a queda do Império Romano do Ocidente no século V e a queda do Império Romano do Oriente no século XV. Deixemos pois Roma nas nossas costas e dediquemo-nos a olhar em frente para um território ocupado sucessivamente por Vândalos (411-415), Alanos (411-584), Suevos (411-585) e Visigodos (416-711), até assistirmos à ocupação do Al-Andalus pelos muçulmanos (711-1250) e reconquista cristã a partir de 868. Durante esse período, o território a que hoje chamamos Portugal foi ocupado por estes variados povos, com períodos de sobreposição de culturas em que partilhavam o direito de o habitar. O decorrer dos anos, associado a outros factores, naturais ou criados pelo Homem, como terramotos e incêndios de grandes proporções, perseguições religiosas e culturais ou modificações políticas, contribuíram para a irreparável perda de documentos históricos que hoje nos seriam muito úteis para o estudo da saúde e da doença medieval.

É de assinalar que durante estes diversos períodos coexistiam diversas religiões, desde os ritos pagãos até ao catolicismo, e ainda o judeísmo, até ao domínio muçulmano; mesmo após a invasão islâmica se manteve a liberdade religiosa, gerando uma população híbrida cristã, cujos elementos se designaram moçárabes, enquanto dominaram os Almorávidas; a partir de 1146, com o domínio da dinastia Almóada, deixa de existir tolerância religiosa, mas nessa época já o território português começava a estar na posse dos cristãos, pelo que a sociedade nacional não foi significativamente influenciada.

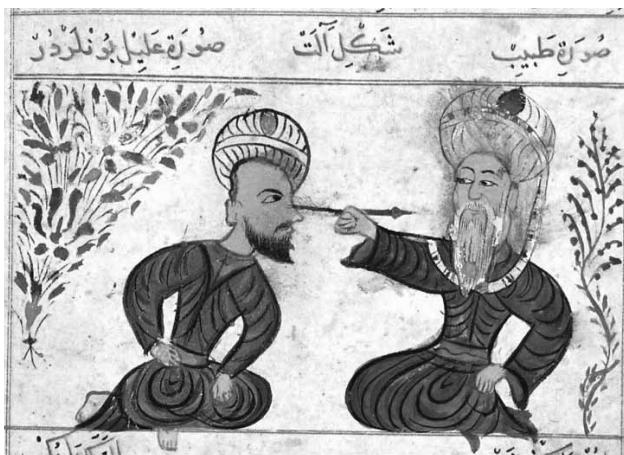
A Medicina Visigótica

De todos os povos mais antigos, os Visigodos apresentam-se-nos de uma importância vital para a história da arte de curar, tendo sido os primeiros a legislar sobre o Acto Médico, absorvendo a cultura romana. Devemos ao rei Rescevinho os derradeiros livros do Código Visigótico, entre os quais de encontra o Livro 11, que trata sobre Médicos, Doentes e Mercadores Estrangeiros e onde se determinam várias regras sobre o exercício e o ensino da Medicina.¹ Os médicos visigodos eram com frequência escravos e o Código Visigótico dá-lhes direitos e deveres, tanto no exercício da prática clínica como no ensino da medicina.² Não foi possível certificar, com base documental, a existência de hospitais ou a identificação de médicos durante este período.

A Medicina Árabe

Quando em 711 se iniciou a conquista do Al-Andalus, a cultura médica centralizou-se na Universidade de Córdoba, a qual ultrapassou tecnicamente a Universidade de Bagdad no século X. Os muçulmanos dominavam então toda a orla mediterrânica e souberam aproveitar com arte os conhecimentos médicos de lugares tão distantes como Grécia e Roma (onde absorveram a teoria dos humores de Galeno), Pérsia e Egipto. Vários médicos de vulto existiram no Al-Andalus, dedicados tanto à medicina como à cirurgia, exercendo a sua arte, transmitindo a sua ciência aos discípulos e escrevendo tratados médicos que foram seguidos até ao crepúsculo da Idade Média.

O sistema hospitalar baseava-se em *bimaristans* ou *maristans*, verdadeiros hospitais abertos a todos, onde se tratavam e recuperavam doentes do foro médico, cirúrgico e psiquiátrico; as maiores destas instituições encontravam-se associadas a escolas médicas e bibliotecas, onde os candidatos eram ensinados, submetidos a exames de avaliação e, tal como actualmente, licenciados.³ Estes hospitais eram monitorizados por inspectores governamentais. Para além destas instituições hospitalares, existiam também hospitais ambulantes, tendas que se deslocavam para diversas povoações, permitindo tratamento às populações que se encontrassem demasiadamente distantes ou doentes para se dirigirem aos *bimaristans*.⁴ Infelizmente, não foram até hoje encontrados, ou interpretados como tal, hospitais da época muçulmana em território português.



Operação às cataratas

Ao contrário do que nos foi classicamente transmitido, os árabes não assentavam a sua prática médica apenas na farmacologia; sendo certo que souberam aproveitar eximamente nos fármacos tudo o que fosse útil no tratamento dos doentes, não descuraram e até desenvolveram diversos tipos de conhecimento médico-cirúrgico, chegando a praticar autópsias em homens e animais para completar os seus conhecimentos. Nos seus tratados de

ciência médica foram descritas inúmeras doenças e intervenções cirúrgicas, tendo ainda utilizado instrumentos cirúrgicos que descreveram e desenharam.⁵

A Medicina Hebraica



Médicos Judeus da Antiguidade

O estatuto dos judeus em Portugal foi diferente do dos muçulmanos, pois que tinham maior liberdade e eram possuidores de conhecimentos mais alargados, tendo as suas comunidades proliferado durante toda a Idade Média. Temos conhecimento de uma importante família judia de Lisboa - família Ibn Yahia, com vários elementos exercendo o cargo de físico-mor do rei, desde D. Afonso Henriques a D. Afonso V. Vários outros nomes de físicos exercendo prática em Portugal, como Mestre Guedelha ou Mestre Mousseim,⁶ nos vão surgindo em documentos, assim como o de Mestre Nacim,⁷ dedicado à Oftalmologia.

Estão identificados em Lisboa 2 hospitais pertencentes a judeus e por eles frequentados, o Hospital de Salomão Negro e o Hospital dos Homens e do Banho, localizados na Judiaria Grande ou Judiaria Velha, situada na actual Baixa Pombalina.

A Medicina Cristã

Com a fundação da nossa nacionalidade, o ensino da Medicina foi fundamentalmente realizado por eclesiásticos, que liam os ensinamentos da prática greco-romana aos discípulos. Nesta época se instituiu o Hospital dos Santos Paulo, Elói e Clemente,⁸ fundado por D. Domingos Jardo (mais tarde bispo de Lisboa), que estava associado ao colégio do mosteiro de Santo Elói, onde se ensinava medicina;⁹ tratou-se porventura do primeiro hospital escolar de Lisboa. Pouco depois, fundava D. Dinis a Universidade de Lisboa, com a correspondente Faculdade de Medicina; o ensino desta ciência foi disciplinado pelo mesmo rei em 1309 e provido de um Mestre responsável por transmitir a matéria médica.¹⁰

Porém, devido a alguma degradação no ensino da Medicina, entendeu de D. Afonso IV que não bastava o estudo universitário da Medicina para se estar autorizado a exercer a profissão; foi neste contexto que o monarca resolveu submeter os licenciados a um interrogatório, após o qual seria passada uma carta de privilégio para o exercício profissional. Esta ordem foi sendo reforçada diversas vezes pelos reis subsequentes, presumivelmente devido a insuficiente qualidade do curso universitário.¹¹

As Cartas de Exame dos Físicos e dos Cirurgiões são consideradas os primeiros documentos deste teor conhecidos na história do país, pelo que, em Portugal, a medicina é a mais antiga profissão regulada por avaliação, e já nesse tempo com regulação inter-pares. Nas Chancelarias reais conhecem-se 296 cartas de exame, de D. João I a D. João II, a maioria das quais para o exercício da cirurgia e a sua sub-especialidade de oftalmologia. Como curiosidade, encontramos também a Carta de Exame de uma mulher, Isabel Martins, examinada em Cirurgia, em 1494, o que provavelmente marca definitivamente a existência da primeira mulher cirurgiã do país.



Alarguemos um pouco mais o estudo dos exames praticados na época, imprescindíveis ao exercício da profissão. Encontramos uma carta passada em 1459 a Mestre Cofrem, que nos descreve os termos do exame: existiriam interrogatórios baseados na leitura de obras clássicas da medicina greco-romana sobre o funcionamento normal do corpo humano (Anatomia e Fisiologia, extraídos do *Canon* de Avicena), seguindo-se um questionário sobre as “*febres pútridas em geral*” e perguntas sobre o estudo das próprias doenças (Patologia); a prova terminaria com uma avaliação prática, que poderia ser substituída por testemunhos fidedignos, orais ou escritos. Após a aprovação no exame, o médico recebia a carta de exame, momento em que jurava exercer a sua arte “*sem engano nem malícia*” em cristãos, judeus ou mouros; este juramento era executado sobre a Bíblia ou sobre a Torah, consoante se tratava de um médico cristão ou judeu.¹² Estaremos porventura em presença do surgimento dos primeiros juramentos médicos em Portugal, ainda hoje praticados sob a forma do

Juramento de Hipócrates, que todos os médicos fazem antes de iniciar a prática profissional.

D. Afonso V foi o responsável pelo surgimento dos Regimentos reguladores da arte de curar. O primeiro Regimento do Cirurgião-Mor conhecido data de 1448 (que refere a existência prévia de um outro de Físico-Mor) e o do Físico-Mor de 1476.¹³

Os Hospitais medievais de Lisboa

Entremos agora no estudo dos hospitais da Lisboa Medieval. Na generalidade, existiam diversas nomenclaturas relacionadas com as funções de diferentes instituições: as Albergarias acolhiam gente de passagem, as Mercearias abrigavam idosos de fraca condição económica, os Hospitais de Meninos recolhiam órfãos e os Hospitais tratavam doentes. Dentro destes últimos encontramos: as Gafarias, destinadas a tratar leprosos; os Hospitais termais ou de banhos, locais onde se praticavam tratamentos termais; os Hospitais, que tomei a liberdade de designar por “gerais”, onde se achavam elementos da população lisboeta que careciam de tratamento médico. Excluí neste meu trabalho as enfermarias existentes em mosteiros, cujo objectivo era apenas tratar os religiosos que aí habitavam e não a população da cidade.

Caracteristicamente e com poucas excepções, os hospitais de Lisboa instalavam-se em edifícios de habitação comum; os edifícios da época (de que ainda restam alguns exemplos) seguiam técnicas de construção árabe, sendo compostos por um a três pisos (designados por loja e sobrados), frequentemente com varanda projectada para a rua nos pisos superiores, com chão de terra batida, tijolo ou pedra e sem condições de saneamento básico; por regra possuíam um pátio adjacente com horta, jardim ou pomar, no qual as famílias mais abastadas construíam a cozinha. Encontrei apenas 3 hospitais em que existe conhecimento sobre as dimensões arquitectónicas, as quais são deveras reduzidas (entre 66 e 111 metros quadrados).

Deparei neste estudo com várias dificuldades: a primeira foi a impossibilidade de encontrar documentos referentes a hospitais antes da conquista cristã ocorrida em 1147; outra foi o facto de alguns hospitais possuírem diversas designações ao longo dos cerca de 350 anos abrangidos, embora se tratassem da mesma instituição; para culminar, a escassez de documentos dificulta a determinação precisa das datas de funcionamento, dos processos administrativos que os geriam, da capacidade de internamento ou da sua localização exacta.

Excluindo, como já disse, as enfermarias exclusivamente conventuais, os hospitais de banhos e as gafarias, pude encontrar na minha pesquisa 70 hospitais ditos “gerais”. Verifica-se que a administração destes hospitais, seria predominantemente civil (34), com uma minoria geridos por comunidades religiosas (9); em muitos deles não foi possível determinar o

processo administrativo (22) e encontramos 3 hospitais exclusivamente militares.

Sendo que na grande maioria dos hospitais é possível encontrar pelo menos a Freguesia onde se localizavam, verifica-se um elevado número de instituições intra-muros (47). Neste estudo apenas foram incluídos os hospitais localizados em Lisboa ou no seu Termo (nestes últimos, a menos de um dia de viagem a partir da capital), considerando Lisboa como a parte incluída no perímetro da muralha Fernandina ou Cerca Nova; encontramos 19 localizados no termo de Lisboa e em 4 não nos foi possível determinar a localização.

Avaliando o período de funcionamento, temos uma enorme dificuldade de encontrar, para a maioria deles, a data de fundação. Apenas conseguimos apurar com alguma certeza as datas de funcionamento de 24 destas instituições. Alcançamos, grosso modo, uma média de 232 anos de funcionamento, o que é deveras significativo se compararmos com a duração de um hospital moderno. Se, no entanto, excluirmos os dois hospitais militares, que funcionaram, pelas suas características, provavelmente menos de 1 ano (durante o cerco de Lisboa por D. Afonso Henriques em 1147 e durante o cerco pelas tropas castelhanas de D. Fernando em 1384), teremos uma média ainda mais significativa. A totalidade do período de funcionamento, ultrapassou em muitos casos a Idade Média, pois que alguns, embora sob alçada do Hospital Real de Todos-os-Santos, continuaram a funcionar de modo autónomo nas antigas instalações.

Quanto à sua capacidade de internamento, apenas foi possível recolher informação relativa a 13 hospitais, sendo o número máximo de 25 camas e o mínimo de 3, o que daria uma média de 12 a 13 camas por hospital; parece que, no entanto, a maioria dos hospitais teriam um número de camas muito reduzido, o que leva alguns autores a calcular em 5 a média dos leitos disponíveis em cada instituição.

Conclusão

Desmistifiquemos pois alguns preconceitos sobre a Medicina medieval portuguesa. Após o estudo apresentado, creio poder afirmar que em Portugal e particularmente na cidade de Lisboa, essas ideias pré-concebidas não correspondem aos factos provenientes da consulta dos documentos.

Deste trabalho poderemos concluir que os designados “povos bárbaros” tiveram leis claras sobre o exercício da Medicina, escrevendo e compilando em livros a regulamentação do Acto Médico; que a medicina das culturas árabe e hebraica abrangia a farmacologia, a uroscopia e ainda outros vastos conhecimentos médicos e cirúrgicos; que o exercício da arte de curar era regulado por ensino regrado, avaliação inter pares e autorizações régias; que a prática da Cirurgia evoluiu em simultâneo com a da Medicina e os cirurgiões não eram confundidos de todo com os barbeiros (embora pudessem

partilhar alguns gestos técnicos, o que também acontece actualmente); que, na cidade de Lisboa, ao invés do verificado em outros países europeus, os hospitais eram geridos primordialmente por elementos da sociedade civil e muitos se distinguiam dos hospícios, os últimos como actantes no foro da solidariedade social.

Deixo então aqui o desafio de colocarmos a mão dentro da nossa consciência, sem preconceitos, esforçando-nos por avaliar correctamente a História da Medicina portuguesa, evitando permanecer submetidos a fontes de estudo de proveniência estrangeira e fundamentando o conhecimento na riqueza escondida das nossas próprias fontes. Muito mais haverá ainda para descobrir.

Este texto não segue as regras do Acordo Ortográfico Antigo

Notas:

- 1- J. Leite de Vasconcellos, *Medicina dos Lusitanos*, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos, Lisboa, 2008, p. 59
- 2- S. P. Scott, *The Visigothic Code*, <http://libro.uca.edu/vcode/visigoths.html>
- 3- David W. Tschanz, *Pioneer Physicians*, Saudi Aramco Word, vol 62, nº 1, January/February 2011, Aramco Services Company, Houston, 2011, p. 34-39
- 4- David W. Tschanz, *Pioneer Physicians*, Saudi Aramco Word, vol 48, nº 3, May/June 1997, Aramco Services Company, Houston, 1997, p. 20-31
- 5- David W. Tschanz, *Pioneer Physicians*, Saudi Aramco Word, vol 62, nº 1, January/February 2011, Aramco Services Company, Houston, 2011, p. 36-38
- 6- <http://www.geni.com/people/Don-Yahyā-ibn-Yahyā/6000000002639335062>, consultado em 14-01-2014
- 7- A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa – aspectos da vida quotidiana*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, p. 125
- 8- Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551 - Sumário (em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa)*, Livros Horizonte, 1987, p. 69
- 9- Carlos Guardado da Silva, *Lisboa Medieval – a organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 125
- 10- J. Martins e Silva, *Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa*, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911 – 1ª Parte, RFML, série III; 7 (5), 2002, p. 237
- 11- Iria Gonçalves, *Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame*, p. 71-72, em http://www3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/3-Fisicos%20e%20Cirurgioes%20Quatrocentistas.pdf
- 12- Iria Gonçalves, *Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame*, p. 80-83, em http://www3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/3-Fisicos%20e%20Cirurgioes%20Quatrocentistas.pdf
- 13- Carlos Manuel Vieira Reis, *História da Medicina Militar Portuguesa*, Edição da Revista Portuguesa de Medicina Militar, 1991, Fascículo II, vol. 39 (2-4), p. 124-127

* Médica, Investigadora

HIGIENIZAÇÃO NOS PALÁCIOS REAIS PORTUGUESES NO SÉCULO XIX

*Augusto Moutinho Borges**



Palácio de Queluz

Hoje em dia, quando visitamos os grandiosos palácios reais portugueses, interrogamo-nos sobre como seria o quotidiano nesses espaços, repletos de obras de arte e com um protocolo social muito hierarquizado, mas linearmente com as mesmas necessidades higiénicas e fisiológicas, desde a família real até ao simples criado.

São, efetivamente, dúvidas que se transmitem diariamente aos cuidados nas dependências para confeção e armazenamento dos alimentos, ou seja as cozinhas.

Hoje em dia, temos dificuldade em perceber em nossas casas a falta de água corrente e da indispensável divisão a que chamamos *Casa de banho* ou *Sala de banho* ou ainda *Quarto de banho* em qualquer imóvel do mundo civilizado, mas que durante séculos, na Europa, esta divisão estava reservada apenas para usufruto da família real. No espaço nacional a realidade era muito semelhante à dos grandes palácios europeus, sendo a higienização um aspeto que a própria arquitetura menosprezava.

Relembro apenas que no Palácio de Versailles, em

França, só o rei e o delfim, o filho mais velho, tinham uma latrina particular, pois os restantes membros da família tinham, nos quartos, cadeiras peniqueiras e por vezes bidés, que faziam parte do reduzido leque de mobiliário privado, constituindo-se os acessórios pelos conjuntos de bacia, jarro, saboneteira, caixa para escovas de dentes e outra para pentes e, naturalmente, os bacios (apelidados de penicos). Estes últimos, até ao último quartel do século XVIII, eram colocados por baixo dos leitos, tendo sido, já no reinado de D. Maria I (1734-1816) que se inventaram as mesa-de-cabeceira, como apoio à colocação e resguardo desta peça de uso muito privada.

A grande dimensão dos jardins existentes nos palácios tinha, por função serem um corpo orgânico de lazer e fruição no quotidiano, com recantos e promover alguma privacidade, pois serviam como local para os locatários fazerem as suas necessidades fisiológicas, principalmente urinárias, pois os dejetos eram recolhidos para espaço próprio, com finalidade de servirem como estrume de

forma a fertilizar os jardins e a horta anexa aos edifícios.

A higienização nos palácios reais corresponde a todo um ciclo natural, desenvolvido em torno do ser humano e para seu usufruto, embora sujeito a normas bivalentes entre o que as práticas de saúde preconizavam, seguindo Ribeiro Sanches (1699-1783) no livro *“Tratado da Conservação da Saúde dos Povos”*, de 1756, e a ideologia religiosa que, copiosamente mantinha bastantes preconceitos relativamente ao corpo e seus cuidados.

Mas juntando estas condicionantes ao meio físico, com incidência nas áreas geográficas e climáticas, constatamos que estavam criados diversos obstáculos, hoje considerados inadequados ao *modus vivendi*, para a existência da sociedade moderna. Cada vez mais a historiografia tem desvendado a vida privada, quer das elites, quer das classes consideradas na base e intermédias na hierarquização social. Em todas elas, os hábitos higienistas são diferenciados, procurando seguir, mesmo a todos os níveis, os modelos praticados pela família real.

Quando dizemos todos os níveis referimo-nos efetivamente a um vasto conjunto de normas, que vão desde o levantar, o vestir, alimentar, o lazer e pernoitar. Todo o cenário vivencial é desenvolvido num espaço físico: a casa, independentemente da sua grandiosidade ou época construtiva e suas funções.

A cultura e mentalidade foram-se desenvolvendo ao longo dos séculos, evoluindo ou regredindo consoante aspetos mais empolgados na vertente militar ou, quando místicos, com reflexos inequívocos na arquitetura e, naturalmente, no urbanismo.

O palácio real é pois uma pequena cidade, bem definida e estruturada, desde a sua implantação orgânica (externa e interna), com início no Terreiro ou no Largo, passando pelas áreas públicas e privadas de uso exclusivamente doméstico, até às zonas de lazer, como os jardins interiores e exteriores, os tanques de rega e refresco, a horta e o campo para subsistência de toda a casa no século XIX.

Visitando os palácios reais na grande Lisboa, quer fossem habitações permanentes, como o de Belém ¹, das Necessidades ² ou da Ajuda, quer as residências de verão em Sintra, os Palácios da Vila, da Pena ³ e do Ramalhão, e em Queluz ⁴, quer os Palácios de Banhos, como o de Caxias, de Cascais e do Outão, assim como os de caça em Vila Viçosa ⁵, Mafra e da Ajuda, as condições higienistas estão permanentemente definidas, desde as cozinhas até às divisões de uso privado.

No contexto geral, embora de uma fase tardia e que chegou até ao século XVIII, sobressai a Sala dos Banhos existente no Palácio da Vila, em Sintra. Localizada no pátio árabe, esta divisão permitia que os locatários, vestidos com camisa, refrescaram-se na ampla sala revestida com

azulejos oitocentistas perfurados, por onde saíam jatos de água. De inspiração árabe, é considerado um modelo raro no universo europeu ocidental, concebendo-se num espaço real uma sala de grandes dimensões com funções higienistas e, simultaneamente, de convívio.

Embora o Palácio Real de Sintra, evoluindo arquitetónica e decorativamente ao longo dos séculos, interessantes, além desta sala já referenciada para banhos, a orgânica da sua cozinha, revestida com azulejos, assim como as mesas de trabalho com tampo de mármore e de um extenso trem para preparação, confeção e empratamento dos alimentos ⁶.

Em Queluz, o real palácio e quinta, implantados no eixo Lisboa, Sintra e Mafra, era uma das quintas de recreio mais aprazíveis para a família real, local onde passava grandes temporadas e que serviu algumas vezes para despacho. Na sua origem integrava a Casa do Infantado, criada por D. João IV (1604-1656) para os filhos segundos dos monarcas portugueses, de forma a constituir-se como Casa reinante, em caso de necessária substituição política pela vigente.

Como tal, impunha-se ao edifício algumas regras sociais, como grandes salões e salas, com dependências de aparato para receber e de despacho, mas também devocionais, como a capela e diversos oratórios, a existência de quartos para dormir e lazer e algumas divisões domésticas, essencialmente ligadas à cozinha e criadagem. Das que nos interessam, sobressaem as divisões íntimas associadas, fundamentalmente, à higienização. Neste caso concreto falamos de um aspeto menos estudado na orgânica interna, que é o da rede de despejos incorporados no edifício.

Ao longo das dependências privadas há portas que se abrem para reduzidas divisões, as quais se destinavam para a higiene dos locatários. Por vezes, na ausência destas áreas, colocavam-se nos quartos biombos para encobrir as cadeiras furadas, ou peniqueiras, como ainda hoje se vê em alguns quartos. Noutras áreas, nas destinadas ao casal real, é possível ver ainda as tais reduzidas divisões, como na Sala D. Quixote, com leito de dossel D. Maria, ladeado por sala de vestir, oratórios, sala de repousar (que era o antigo quarto da rainha) e divisões para higiene. Esta área é considerada um arquétipo orgânico da supra comodidade, facilmente plagiado por arquitetos na viragem do século XIX para o XX, e que se tornou moda entre a aristocracia e burguesia nacional ⁷.

Não admira pois que outros palácios reais, mais recuados na construção e com ausência destes cómodos, fossem preteridos pelos mais atualizados em termos de conforto e higienização.

No século XIX, os reis portugueses adaptaram diversos espaços habitacionais para seu usufruto, como os

palácios, em Lisboa, de Belém, das Necessidades e da Ajuda, mas também os de proximidade, como de Caxias, Queluz, Sintra, Mafra, e Vila Viçosa, mandando edificar para, gaudio e afirmação do poder, os Palácios da Pena, em Sintra, do Outão, em Setúbal, do Alfeite, da Cidadela⁸, em Cascais e o Chalet da Rainha, na Tapada da Ajuda, em Lisboa. Estes novos edifícios, construídos de raiz, já contemplavam os princípios higienistas “modernos”, como iremos ver, desde a sala de banho independente que evoluíram para os quartos de banho completos, com banheira, lavatório, sanita e bidé, onde jorrava água quente e fria e com sistema de esgotos que se ligava à área de conceção de alimentos: cozinhas, preparados e copas revestidos com azulejos brancos, como símbolo máximo de limpeza⁹.

O século XIX trouxe para a arquitetura esta modernidade, reduzindo espaços públicos em detrimento de novas divisões na órbita da higienização. Na génese ainda gravitavam na esfera do privado, mas que rapidamente se difundiram para fruição pública, sendo copiada esta novidade pela corte, nobreza e burguesia, até à sua difu-

são pela capital, mas que rapidamente se alastrou a todo o reino, embora tardasse mais de um século para cobrir toda a área geográfica de Portugal.

Notas:

- 1 GASPAR, Diogo, *Do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência, 2005.
- 2 FERRÃO, Leonor, *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*. Lisboa: Quetzal, 1994.
- 3 FONSECA, Alexandre Garcia da, *O Palácio da Pena*. Lisboa: Colibri, 2005.
- 4 GUEDES, Natália Correia, *O Palácio de Queluz*. Lisboa: Livros Horizonte, 1971.
- 5 TEIXEIRA, José, *O Palácio Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1983.
- 6 PEREIRA, Ana Marques, *Cozinhas: Espaços e Arquitetura*. Lisboa: Inapa, 2006.
- 7 MONIZ, Egas, *A nossa Casa*. Lisboa: Câmara Municipal de Estarreja, 4.ª ed., 2008.
- 8 GASPAR, Diogo (coord.), *Palácio da Cidadela de Cascais*. Lisboa: Museu da Presidência, 2011.
- 9 PEREIRA, Ana Marques, *Mesa Real: Dinastia de Bragança*. Lisboa: Inapa, 2000.

*Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa (CLEPUL).

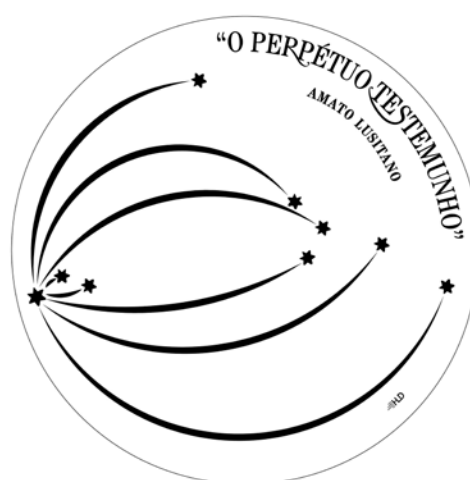


Cadeira peniqueira

A MEDALHA COMEMORATIVA DA XXV EDIÇÃO DAS “JORNADAS DE HISTÓRIA DE MEDICINA NA BEIRA INTERIOR DA PRÉ -HISTÓRIA AO SÉCULO XXI”

– Nota de apresentação

Pedro Miguel Salvado e Hugo Domingues***



A realização de vinte e cinco edições interruptas das Jornadas de “História da Medicina na Beira Interior”, essencialmente dedicadas ao estudo da excepcional e plurifacetada personalidade do médico quinhentista albacastrense João Rodrigues Amato Lusitano, conseguiu, entre outros méritos, afirmar a cidade de Castelo Branco como uma incontornável realidade no mapa nacional e internacional destes domínios do saber.

Desde 1989, a persistência desta fusão de investigadores que anualmente se reúne na capital duma região periférica face aos centros emissores do conhecimento, a respectiva edição e difusão dos trabalhos apresentados e discutidos, incutiu a Castelo Branco uma honrosa especificidade como ímpar capital historiográfica amatiana e da História da medicina em Portugal.

É verdade que Amato Lusitano possui uma relevante centralidade na apreensão da imagética urbana albacastrense contemporânea, constituindo uma presença cultural que o texto identitário regional domesticou mas que terá de ser amplamente reforçada através de um investimento futuro na difusão e no estudo da sua admirável e assombrosa bio-bibliografia.

Numa vida feita de confrontos, exílios e partidas, esperanças e tristezas, chegadas e regressos adiados, o respeito pelas diferenças culturais das distintas sociedades do seu tempo – os ‘outros’-, a designação do entendimento entre religiões, a suprema defesa da vida, da saúde e do bem-estar foram algumas das coordenadas do seu vasto saber que nos transportam até uma indiscutível e inquietante actualidade.

Evocar Amato é, também, reafirmarmos a nossa identidade coletiva, numa época caracterizada por uma diluição acelerada e a uniformização dos sentires das coisas e dos territórios. Conhecer hoje o âmago de João Rodrigues Amato Lusitano é criar uma interioridade cultural positiva. Nostalgicamente, noutros horizontes e gentes e culturas, Amato Lusitano haveria de recordar os locais da infância na sua pequena pátria, nomeadamente uma das suas primordiais marcas identificadoras: as suas muralhas. Escreveu o sábio médico: «IN MURIS PATRIAE MEAE CASTELLI ALBI», numa pioneira patrimonialização afectiva que se conhece sobre este monumento.

Quando João Rodrigues nasceu pelo ano de 1511, o perfil e o modelado da então vila de Castelo Branco não se-

riam muito distintos dos que tinham sido apreendidos por Duarte de Armas, escudeiro de D. Manuel que, na primeira década da centúria de quinhentos, percorreu todas as terras com castelo que se situavam nos extremos do reino. Com uma grande riqueza de pormenor, os seus debuxos revelaram um complexo conjunto de comunidades que estabeleceram e estruturaram o pulsar dos seus quotidianos, junto dos tão temíveis e, ao mesmo tempo, atraentes e desafiantes territórios de fronteira.

As vistas de Castelo Branco transmitem o cerne dual dessas paisagens raianas atravessadas por sentires ora defensivos, ora afirmativos de soberanias e de poderes, numa materialidade vivencial dominada pelas estruturas acasteladas ou amuralhadas que se justificam por essa especificidade de posição na geografia política secular. Com efeito, o enraizamento do termo castelo à designação desta entidade urbana religa-se a variadas concentricidades espaço-temporais fronteiriças que uma rede de caminhos estruturava os ritmos e movimentos dos homens e dos gados, das esperanças, das guerras e da paz, dos sentires e das fés. “Pólo de encruzilhada” chamou, um dia, a Castelo Branco o grande geógrafo Orlando Ribeiro.

Com efeito, uma cintura de muralhas delimitou durante séculos o povoado, inscrevendo e separando um rural extenso e um urbano muito insipiente. Várias portas permitiam o acesso ao território e às gentes que fervilhavam para lá dessa cerca amuralhada, cuja bem lançada construção se impunha ao olhar. A muralha era um elemento singularizado na paisagem urbana albicastrense, “um marco” para usarmos a linguagem de Kevin Lynch que construiu a recordação quando Amato, em terras de exílio, em Veneza, lembrou: «Nos muros da minha pátria Castelo Branco, vastíssima construção de pedra»

Vai surgir, na zona histórica albicastrense, um centro de descodificação dos vários momentos da construção secular do edificado local. Aí expressar-se-ão todas as relações que se estabeleceram entre os homens, as pedras e o sítio. Esperemos que toda a polissemia que o nome AMATO expressa venha a estar contemplada no seu programa expositivo. É que uma muralha também pode ser lida como uma fronteira entre vários campos, realidades e sonhos. Para Amato, o rompimento dos muros albicastrenses significou deparar, por fim, com um valor que lhe havia sido negado dentro da cidadela: a liberdade de pensar e de sentir diferentes. A seguir veio a longa estrada da diáspora, percurso que se envolveria sempre naquilo que Miguel Torga haveria de constatar muitos séculos depois: «o global é o local sem paredes».

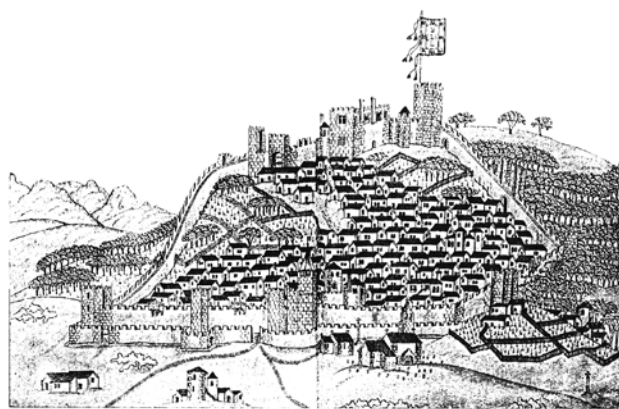
O designer Hugo Domingues, com a fina sensibilidade com que nos já tem habituado, foi o artista responsável pela concepção da medalha comemorativa dos 25 anos das Jornadas. Mantendo uma linha de fixação da me-

mória da construção historiográfica e comemoracionista de Amato Lusitano neste tipo de objectos, tendência que durante um século se expressou em medalhas da autoria de Raúl Xavier, J. F. de Oliveira, Tiago Marques ou Hugo Maciel, entre outros, Hugo Domingues concebeu uma peça que une raízes botânicas e territorialidades celestes.

Nesta obra, Hugo Domingues prossegue uma atitude já plasmada noutras criações como, por exemplo, nalgumas composições gráficas empregadas nas capas da revista “História da Medicina” ou na premiada antologia de poesia “Amado Amato” que consiste em decompor, colorear ou recriar elementos imagéticos e tipográficos presentes nas peças bibliográficas amatianas que foram surgindo durante quatro séculos da história da edição europeia.

No anverso, a representação é dominada por uma transformação daquela que tem sido a marca identificadora das Jornadas que utiliza a identidade da casa tipográfica de Bourdéis de Gilbert Vermy impressor da edição de 1620 das *Curationum Medicinalium Centuria septem* amatianas. A representação da medalha unifica a marca tipográfica com a identificação da cronologia do evento que se celebra numa junção das raízes do saber com a ampla metáfora da árvore. No reverso, a superfície é preenchida pelo mapeamento dos centros da geografia vital amatiana um itinerário que a partir de Castelo Branco construiu uma carta de viveres que se estabeleceu por latitudes e longitudes firmadas em topónimos culturais como Salamanca, Antuérpia, Ferrara, Roma, Veneza, Pisa, Florença, Ancona, Ragusa, Salonica. ilumina-se uma cartografia estrelar numa metáfora que no céu rejubila e faz esquecer as terríveis e dolorosas contrariedades e condições da existência terrena do notável albicastrense Amato Lusitano.

Face à grande constelação do saber amatiano continuemos a cumprir o seu, ainda tão longe da finitude, “perpétuo testemunho”.



Castelo Branco ao tempo de Amato Lusitano, do Livro das Fortalezas de Duarte D'armas, 1508.

* Mestre em História; Mestre em Antropologia. Investigador da Universidade de Salamanca.

** Designer



Castelo Branco

| uma cidade para o século XXI |



QUALIDADE DE VIDA

Património, cultura e lazer | Boas acessibilidades | Mercado de emprego dinâmico

| www.cm-castelobranco.pt